

CLÁUDIO DE ARAUJO LIMA

Plácido de Castro

Um Caudilho contra o Imperialismo

anga

BRASILIANA

Vol. 272

BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA

BRASILIANA

SÉRIE 5.^a

da Biblioteca Pedagógica
Brasileira



A 5.^a série, que figura na B. P. B. com o título de "Brasiliana", é a mais vasta e completa coleção e sistematização, que se tentou, até hoje, de estudos brasileiros. Esta série compõem-se de ensaios sôbre a formação histórica e social do Brasil; de estudos de figuras nacionais e de problemas brasileiros (Históricos, geograficos, etnoiógicos, políticos, economicos, etc.); de reedições de obras raras e de notorio interesse e de traduções de obras estrangeiras sôbre assuntos brasileiros.

Todos os que se dedicavam a estudos sôbre o Brasil eram unânimes em reconhecer as grandes dificuldades criadas, para as suas investigações, pela raridade de obras de informações e de consultas, muitas já esgotadas, outras por traduzir, quase tôdas dispersas. A C. E. N. propoz-se a coligir estas obras, reeditá-las ou traduzi-las e a promover e estimular a produção dêste gênero, reunindo, em uma série, não só os livros clássicos e os novos trabalhos sôbre o Brasil e seus problemas, como todo o material de valor documentário. A aceitação pública que granjeou desde logo a "Brasiliana" veio provar a utilidade e o alcance desta iniciativa de coordenação e de sistematização de estudos e de pesquisas sôbre assuntos e problemas nacionais, encarados sob todos os seus aspectos.

Mais de 270 volumes publicados.



Edições da

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

Rua dos Gusmões, 639 — SÃO PAULO



PLÁCIDO DE CASTRO

Um Caudilho contra o Imperialismo

Exemplar

Nº

0827

1952

*Obra executada nas oficinas da
São Paulo Editôra S/A. — São Paulo, Brasil*

Série 5.^a ★

BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA

BRASILIANA

★ Vol. 272

CLAUDIO DE ARAUJO LIMA

PLÁCIDO DE CASTRO

Um Caudilho contra o Imperialismo

Bt. Mário Ypiranga Monteiro
Manaus Amazonas



COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO

Bt. Mário Ypiranga Monteiro

Registro: 02598

Folha:

Data:

Em memória

de Araujo Lima, meu pai e meu mestre, em cujo livro — “Amazônia. A Terra e o Homem” — descobri o primeiro estímulo para estudar a história desta luta, que um sindicato de aventureiros da finança internacional fez desencadear, na ânsia de cavar um abismo de ódio onde se dissolvessem os fraternos laços de afeto, que sempre ligaram — e ligarão — os povos do Brasil e da Bolívia.

C. de A. L.



A

*A. Austregesilo
Gastão Cruls
Otto Schneider*

*e
Peregrino Júnior*

A DOCUMENTAÇÃO

Além da copiosa bibliografia que integra as últimas páginas dêste livro, impõe-se declarar que a mais sólida base de sua documentação teve origem no conhecimento do precioso arquivo pertencente ao historiador acreano J. Ferreira Sobrinho — autor da obra inédita “A Campanha do Acre (Documentada)”. Êste material que, entre outras muitas fontes de informação, soma um conjunto de cêrca de cinco mil páginas de manuscritos, uns em língua portuguêsa, outros em castelhano, serviu sobretudo para confirmar a realidade dos depoimentos verbais colhidos pelo autor junto a contemporâneos e a participantes das campanhas que culminaram com a assinatura do Tratado de Petrópolis, tais como, para só citar os principais, o Coronel José Ramalho Júnior, Governador do Amazonas ao tempo da 2.^a insurreição acreana, o Dr. Efigênio de Salles, também ex-governador e senador, que participou como soldado da 3.^a insurreição, o Engenheiro Gentil Tristão Norberto, há pouco falecido, a quem o autor ouviu longa e repetidamente, por sua qualidade de lugar-tenente de Plácido de Castro e elemento de destaque em todos os movimentos revolucionários que, anteriormente, se destinaram a libertar o Acre.

AS RAZÕES DE UM SILÊNCIO

A Bolívia e o Brasil jamais se empenharam em uma guerra de fato. Houve, é certo, ao longo de extenso trecho de sua fronteira comum, uma luta armada que se dilatou por anos e resultou em verdadeira hecatombe. No recesso da floresta equatorial que recobre os confins ocidentais da planície amazônica, as contingências inexoráveis do determinismo histórico fizeram deflagrar uma competição guerreira. E esta, reduzida em comêço a simples escaramuças travadas esparsamente na mata, avolumou-se com o tempo, até culminar numa tragédia em que se despedaçaram milhares de vidas inocentes.

Foi o caso que as insidiosas fôrças do mal — que só triunfam em seus desígnios, minando os alicerces da amizade que liga lògicamente as nações irmãs — pretenderam cavar um abismo de ódio entre os dois estados sulamericanos. E instilaram na alma do valoroso povo andino a idéia de que a pátria brasileira lhe lançara um cartel de desafio, movida pelo torpe desejo de conquistar-lhe um pedaço de território. Quando, na realidade, muito outras eram as causas profundas, geradoras do sangrento entrelchoque que atirou contra os soldados da Bolívia o patriotismo incandescente dos guerrilheiros acreanos.

Disse corpo a corpo que empolgou as duas facções de homens americanos, os defensores da soberania boliviana saíram materialmente vencidos. Materialmente, apenas. Porque, superado o drama da derrota, a consciência nacional pode hoje capacitar-se de que a vitória dos patriotas acreanos também foi a sua vitória. O que a rígida têmpera dos soldados da Bolívia não conseguiu realizar — realizou-o a sua derrota. Com ela, paradoxalmente, pagaram o preço da segurança de sua liberdade, como nação e como povo. Não houvessem os legionários da Inconfidência Acreana esmagado militarmente os seus bravos adversários, e a

Bolívia teria sossobrado na voragem que a própria vitória lhe acarretaria. Pois, o sindicato de capitalistas internacionais — homens sem pátria e sem alma, embora quisessem assaltar o Acre em nome de suas pátrias poderosas e da civilização — teria anulado em pouco a independência da nacionalidade boliviana, tão cedo quanto a balança da peleja lhes houvesse concedido a palma do triunfo. Ao passo que a vitória daqueles que a venceram, de fato, na insurreição de 1902, marcou para ambas as partes contendoras um destino engrandecedor. Defendendo, de um ponto de vista imediato, o solo que julgavam haver tornado seu pela posse — a posse coroadora do trabalho que fecunda e legítima direitos — os acreanos vencedores defenderam, também, num plano de inconsciente antecipação, a futura segurança da soberania nacional boliviana. Abroquelaram nas fortalezas da sua vitória, silenciosamente e sem o saber, um bem muito maior do que aquêle que pudera ter sido alcançado pelos exércitos bolivianos, se êstes houvessem chegado a destroçar os conjurados pelo ideal de salvar o Acre — e com êle, a segurança da América do Sul.

Plácido de Castro foi a alma, o cérebro, o braço executor dessa inestimável libertação. E é a história de semelhante epopéia, que se busca reproduzir aqui, através da biografia do caudilho que a encabeçou. No que toca ao sentido íntimo de tão marcante existência, não foi tarefa simples levar a cabo a sua reconstituição, desde que o autor se impôs o propósito de renunciar a uma liberdade de métodos que o levaria, fatalmente, a romancear os trechos da vida em estudo, cuja realidade não se deixasse totalmente devassar. Por isso mesmo, imaginada embora há muitos anos, sua execução foi retardada até 1943, pela exiguidade de material capaz de espelhar fielmente tão discutida personalidade. Não que faltassem dados sôbre a campanha que serviu para a revelar em tôda a plenitude. Ao contrário, já são hoje abundantes os trabalhos de caráter pròpriamente histórico-gráfico, conforme se verifica nas anotações bibliográficas que vão apenas a êste livro. Mas porque, na parte especificamente relacionada com a personalidade de Plácido de Castro, os elementos são demasiado escassos. E os que existem, e foram estudados, impuzeram um meticuloso esforço de depuração, em vista da índole passional que presidiu à sua elaboração, sejam os que exaltam, sejam os que pretendem anular a grandeza de sua figura.

Foi mister, por outro lado, um imparcial trabalho de análise e comparação, para extrair a verdade — ou o que mais dessa

abstração se aproxime — do copioso material de documentação inédita que nos foi proporcionado examinar. Documentação variada e rica, que vai desde os apontamentos, cartas, ordens do dia, manifestos e decretos assinados do próprio punho do caudilho, até os depoimentos autobiográficos e os diários de campanha dos seus comandados.

Só então se tornou possível tentar uma biografia honesta e dominada pelo mais rigoroso respeito à verdade histórica. Assim, não é por mero capricho de transposição romanesca que, no decurso desta história do campeador gaúcho, se diz, por exemplo, que era dia ou noite quando êle pronunciou tal frase, que chovia ou fazia sol ao se desenrolar qual acontecimento. Todos os dados aproveitados na elaboração dos cenários derivam de anotações fielmente tomadas aos diários e memórias de participantes da campanha, sobretudo participantes bolivianos, entre os quais se destacam os testemunhos do Tenente Aguirre Achá, Capitão Benjamín Azcuí e Dr. Manuel J. Aponte, auditor da Delegação Nacional da Bolívia em Pôrto-Acre. Pois é doloroso dizer — mas precisa ser dito — que foram especial e quase exclusivamente os bolivianos que souberam imortalizar em seus livros os traços fundamentais da cavalheiresca figura de Plácido de Castro.

Ao leitor ocorrerá, neste instante, a pergunta inevitável: Se os próprios adversários da campanha lhe imortalizaram as virtudes, por que se guarda em tão injusta sombra o nome do herói? Não por ser banal o feito, já que são os comentadores bolivianos unânimes em exaltar o seu singular estôfo de guerreiro. Nem porque falte à história de sua vida aquilo que de mais puro pode iluminar a trajetória de um homem público — a honestidade incorruptível, a glória íntima de não se haver nunca vendido aos poderosos, quando é a hora de lutar pela liberdade contra os exatores dos movimentos de escravização individual ou coletiva. Por que, então?

A glória de Plácido de Castro permanece ignorada do Brasil por fôrça de múltiplos e diversíssimos interesses, pessoais e de facções. O silêncio que abafa o vulto do libertador do Acre reflete, primeiro, e na sua menor parte, o propósito de um reduzido grupo de militares exageradamente suscetíveis, que, por ocasião da ocupação da região litigiosa pelo Governo Federal, entrou em choque com a autoridade do chefe da revolução, cuja grandeza de destino, aliás, já fôra consagrada justamente pela unanimidade das classes armadas do Brasil, as quais viram nele, acima de um pueril motivo de ressentimentos de casta, a perso-

nificação do mais sadio patriotismo. Suscetibilidades ainda menos justificáveis se se medita que, em Plácido de Castro, tôda a rigidez de sua conduta impecável era, principalmente, o efeito da atmosfera psicológica da caserna, ao calor de cujo oxigênio se cristalizou a sua modelar têmpera de soldado. E soldado êle o foi acima de tudo.

A abstenção de lhe exaltar a glória retrata, também, o interêsse de certos civilistas à *outrance*, os mesmos que criaram no Brasil a lenda de um suposto militarismo dominador. Subreptício estratagemas que têm servido tão a gôsto para resguardar, das fúrias da punição popular, os desmandos de certos govêrnos “essencialmente civis”, que sempre sabem valer-se de algum militar ingênuo ou ambicioso, aproveitado pèrfidamente no momento em que o prestígio da fôrça se faz mistér.

Finalmente, e talvez a causa das causas, o esquecimento de Plácido de Castro trai o interêsse daqueles que, um dia, depois da vitória, houveram por bem premiar-lhe o feito com um assassinio de emboscada, que ficou para sempre na sombra, a despeito de estarem gravados, aos pés do seu túmulo de mártir, os nomes dos carrascos que o trucidaram.

Por tudo isso — e pelo que ainda seja mais prudente calar — é que êste livro vai dirigido aos Cadetes do Brasil, que só do seu patriotismo destemido será possível esperar a definitiva glorificação do cadete riograndense, sacrificado sem ao menos merecer a glória de não ser esquecido — afinal a última conquista a que podem aspirar os sêres superiores que, em vida, não chegaram a ser compreendidos.



Um prólogo na sombra
dos séculos



Em busca do Eldorado

Fôra pelo Natal do ano da graça de 1539.

A bandeira descomunal de Gonzalo Pizarro — irmão de D. Francisco, que era *Gobernador, Capitan-General y Adelantado del Perú* — pusera-se em marcha, alta hora da noite.

Cento e oitenta fidalgos, cavalgando sólidas alimárias, cercados de mais duzentos peões armados de arcabuzes. Adiante, misturados às lhamas que conduzem os mantimentos, aos milhares de ovelhas e de porcos para reforçar o rancho da expedição, às centenas de cães de caça que farejam o chão da floresta, vão quatro mil índios tirados às prisões de Quito para guiar os brancos. (1)

Partem em busca do Eldorado. E do País da canela.

Caminham impávidos, enxotando com o simples rumor do seu tropel os poderosos incas, que fogem espavoridos diante daqueles fantasmagóricos animais de quatro patas, maiores do que os próprios brancos que os cavalgam. Uns bichos estranhos como jamais se lhes haviam deparado.

Nada os detém na colossal investida. Nem o apavorante estrondo de um terremoto que faz sacudir a terra minada de vulcões. Nem o aguaceiro torrencial que os persegue dias a fio após transporem os Andes e guarda a fúria ameaçadora de um novo dilúvio.

(1) — No apêndice, encontra-se a bibliografia de que se serviu o autor para reconstituir o episódio, destacando-se, por sua erudição e facilidade de leitura, a obra do historiador Artur C. F. Reis — “História do Amazonas”.

Tudo afrontam valorosamente.

Só baqueiam adiante. Quando um poder maior que o dos elementos assalta a expedição-monstro, que mais parece uma nação em marcha.

A fome. A fome que cega e desespera.

E comem as lhamas. Comem os cães de caça. Os cavalos. Devoram às escondidas pedaços de índios — os índios que Pizarro manda estraçalhar quando lhe dão falsas informações sôbre um rumo certo para a salvação. Comem folhas verdes. Raízes. Polpas venenosas, que vão lançando a uns no desvairo, a outros matando em convulsões.

A bandeira meio destroçada alcança, enfim, nas margens do rio Coca, uma nação de indígenas benígnos. O cacique mata-lhes a fome. Dá-lhes pouso por meses e meses, até que descansem bastante e possam ali construir um barco para descer o rio, em busca das paragens mais férteis que êle afirma existirem para os lados do nascente.

Enquanto os brancos se revigoram, os estaleiros indígenas trabalham febrilmente. Improvisa-se de todo lado, na ânsia de escapar da morte. Fundem-se as ferraduras dos cavalos sacrificados, para fundir o cavername da nau. Os trapos que lhes cobrem os corpos descarnados se vão transformando em quilos e quilos de estopa. As resinas silvestres viram breu. Cada árvore que se abate é um pedaço que integra o casco da embarcação. Tudo num delírio de esperança e de fé.

Afinal, está pronto o bergantim.

Cincoenta homens de tripulação. Dois negros robustos, adextrados na arte de remar. Um religioso para cuidar das almas. Outro, para descrever as peripécias da aventura — Frei Gaspar de Carvajal. No comando da nau, *el magnifico señor Francisco de Orellana*, que avisou

a Pizarro, na hora da partida, que procure voltar ao Perú, se ao cabo de dez dias não vir regressar o bergantim.

E parte. Parte rio abaixo, ao sabor da correnteza que leva à embocadura do Marañon, descobrindo a todo instante pedaços de um mundo novo. Segredos jamais sonhados. Visões que fascinam e extasiam. Cada avanço na torrente é o assombro de ver uma gigantesca massa d'água, que se vai alargando milha por milha, engrossada por manadeiros que desembocam de todos os lados.

De quando em quando, um combate. Primeiro, foram dias a dias sem vislumbrear vestígio de sêr humano. Depois, a cada volta de rio, são saraivadas de flexas, para os distrair sinistramente da tortura da fome. Mas que vão semeando o pavor, instilando o veneno da rebeldia.

O *Capitan y Tiniente-General* possui, contudo, a fibra dos grandes capitães de conquista. Enfrenta com a mesma galhardia, tanto os mistérios do rio a que já resolveu dar seu próprio nome, como o impetuoso motim que alguns companheiros pretendem a certa altura desencadear.

Afronta os rebeldes destemidamente. Fulmina-os com sua férrea energia. Joga-os à beira de um barranco, sem armas nem provisões, à vista de tribos ferocíssimas. E só poupa da punição exemplar, dentre os perjuros, o arrependido Frei Gaspar de Carvajal, para que lhe cante a gloria em Castela, na *Relacion del nuevo descubrimiento del famoso Rio Grande que descubrió por mui gran ventura el Capitan Francisco de Orellana desde su nacimiento hasta subir à la mar.* (2)

(2) — A *Relación* de Frei Gaspar só foi publicada mais de trezentos anos após, em 1894, por iniciativa do erudito hispanista José Toríbio Medina. Em edição especial da American Geographical Society, de 1943, encontra-se na íntegra o ensaio, traduzido por Bertram T. Lee.

Antes, porém, de *subir à la mar*, mais de um ano antes, aos 22 de junho de 1541, uma quase assombração os aguarda próximo à foz do Nhamundá.

Mal chegam a desembarcar, para se proverem de algo com que amansar a fome de longos dias, e logo se arroja sobre êles um feroz bando guerreiro, cujas flexas se despejam em tal abundância que, em poucos minutos, "*parecian nuestros bergantines puerco espino*".

Tremenda peleja. Em meio à luta violentíssima contra essas amazonas, que fazem "*tanta guerra como diez indios*", êles ainda conseguem ver que "*estas mujeres son muy blancas y altas y tienen muy largo el cabello y entranzado y revuelto à la cabeza*". E em plena fúria da refrega, já privado do olho que uma das flexas lhe arrancou, Frei Gaspar encontra um minuto para descobrir que as hercúleas guerreiras, "*que son muy membrudas y andan desnudas*", trazem "*tapadas sus verguenzas*".

* * *

Ouvindo a rocambolesca *Relacion*, escrita por Frei Gaspar para imortalizar o feito do descobridor, Sua Majestade Católica, no Trono de Valladolid, há de lembrar-se de seu augusto avô Fernando, o soberano sob cujo reinado se fizera a partilha do mundo entre os dois poderes que o disputavam. Porque todo o cenário de tão fantástica história pertenceria a Portugal se, ao riscar salomonicamente o mapa das possessões luso-espanholas de além-mar, o Papa Alexandre VI não houvesse determinado pertencer à Espanha tudo o que existisse para oeste de um meridiano, por êle mesmo traçado, a cem léguas dos Açores e do Cabo Verde. (3) Se bem que, logo no ano seguinte, outro Papa menos chegado ao trono de Castela houvesse deslocado, de mais duzentas e sessenta

(3) — Bula de 4 de maio de 1493.

léguas, a imaginária linha em que se ia basear o Tratado de Tordesilhas. (4)

Quase um século se passou.

Não se assenta mais sôbre o trono aquêl imperador que ouvira, maravilhado, a odisséia de Orellana. E êste, depois de lograr que seu real senhor lhe custeasse uma nova expedição, com roteiro oposto ao percorrido, já se perdeu no dédalo de mil canais, que fazem do *mar dulce* um labirinto fabuloso.

Sob o mesmo êxtase, muitos outros súditos de Castela também desceram, nos anos seguintes, o rio a cuja margem o romanesco *Capitan* lobrigara a reprodução indígena das guerreiras da Capadócia.

Repisando suas pegadas, viera Pedro de Ursua. Primeiro a pé, encabeçando outra bandeira formidável, com trezentos homens, mil e quinhentas montarias, dois ou três milhares de índios. Depois, rio-abaiço, tripulando uma frota de dois bergantins e nove barcos, também em busca do Eldorado, por *un rio tan caudaloso y lleno de peligros que no se puede imaginar*. Para acabar numa poça de sangue, sob o punhal de Lopo d'Aguirre, o Louco, que tanto lhe cobijava os poderes como ambicionava a posse da formosa Ines de Atienza, por êle levada na expedição de conquista.

E viera uma tropilha de frades, a ver se conseguiam com macias conversas o que os arcabuzes não logravam. Principalmente os Freis Domingos de Brieba e André de Toledo, decididos a seduzir os temíveis Encabelados, que já haviam feito em postas o corpo do valente capitão Juan de Palacios.

Expedições sôbre expedições, cada qual marcando mais fundamente a posse espanhola de tôdas as terras banhadas pelo rio de Orellana.

(4) — O Tratado de Tordesilhas foi assinado a 7 de junho de 1494, sob a aprovação do Papa Júlio I.

Sòmente agora, entretanto, um século depois, é que uma expedição vai pela primeira vez subir o rio das Amazonas, afrontando a brutalidade da torrente. E partirá dali mesmo onde Vicente Ianes Pinzon, no ano de 1500, julgara estar navegando sôbre as águas de um *mar dulce*.

São quarenta e sete canoas, movida cada uma a vinte remos, que levam ao todo duas mil e quinhentas pessoas, entre brancos e indígenas, mulheres e crianças, capitães, escribas, almoxarifes, soldados e capelães. E, à frente da aventura, um capitão português — Pedro Teixeira. (5)

Aos 26 de outubro de 1637, Pedro Teixeira põe-se a enfrentar a correnteza, rumo ao poente.

Longa e tormentosa viagem, por longos e tormentosos dias.

Não importa que já navegue muito além do ponto por onde o Papa Julio I riscou a linha de Tordesilhas. Desde a morte de D. Sebastião em 1580, Portugal está jungido à tirania de Castela. Portanto, apagada também se encontra a fronteira que antes separara os dois domínios, hoje fundidos sob a coroa de Felipe IV.

No dia em que, afinal, as filas de canoas aproaram, cêrca de dois anos depois, sôbre terras da Real Audiência de Quito, o estrépito da manifestação foi tamanho, que ecoou por todos os logarejos circunvizinhos. E enorme o regozijo. Festas públicas que duraram dias. Corridas de cavalos. Tremendas brigas de touros. Todo o programa de festejos, que ilustraria mais tarde a "*Viaje del Capitan Pedro Teixeira aguas arriba del rio de las Amazonas*".

* * *

Daí a pouco, enfastiada das suntuárias comemorações, a expedição resolveu regressar. E começou a descer o

(5) — A fonte máxima de informações acêrca da viagem de Pedro Teixeira é a obra de Berredo — "*Anais Históricos. Vol. I. Historiadores do Amazonas*".

caminho que jamais fôra vencido no rumo em que vinha de ser feito. O mesmo roteiro que, um século atrás, havia trilhado o aventureiro Orellana.

Ao atingir a embocadura do Napo, Pedro Teixeira acampou por uns dias. E enquanto fazia reconstruir sua flotilha de pirogas, fundou no acampamento um povoado, em nome do rei Felipe, senhor de Portugal e de Espanha. Mas o marco que fincou naquelas selvas, solenemente, com as formalidades de uma longa ata, foi só para a escravizada coroa de Portugal. (6)

Por isso — por fôrça de tão patriótica artimanha — quando Portugal se restaurou um ano após o feito, seus limites já se estendiam até perto do Pacífico, em vez de morrerem ali quase ao pé da Serra de Parintins, como o determinara a bula papal de 4 de maio de 1493.

II

O estranho Latex

Desde que se consumara a restauração da soberania de Suas Majestades Fidelíssimas, e, sobretudo, quando estas e suas Majestades Católicas houveram por bem, na altura de 1668, chegar finalmente às boas, o platônico meridiano de Alexandre VI já não se recordava senão entre os leitores de alfarrábios. De uma reta, que fôra, estava reduzida a uma linha quebrada, torcida em capri-

(6) — "... o que visto pelo dito Capitão mor, em nome de El-Rey Phillippe IV nosso senhor tomou posse pela Coroa de Portugal do dito sitio, e mais terras, rios, navegações e comércios, tomando terra nas mãos, e lançando-a no ar, dizendo em altas vozes: Que tomava posse das ditas terras..." (Ata de posse, integralmente reproduzida nos "Anais Históricos" de Berredo.

chosos ziguezagues. Aqui, os espanhóis haviam avançado para o levante. Ali os portugueses a tinham empurrado para o poente. E, a cada incursão ousada, a parte tratara de ir construindo seus fortins, e de fincar os marcos que legitimassem a perpetuação da posse.

A certa altura, por meados do século XVIII, os ânimos se encresparam.

Pela voz da Real Audiência de Charcas, Suas Majestades Católicas chamam Portugal às falas, de medo que o desempenho dos lusos acabasse por torná-los “señores de todo el corazon del Pirú”. Comparece, para discutir, o Conselho das Índias. E das discussões havidas, resulta em 13 de janeiro de 1750 o Tratado de Madrí — primeiro esboço de um ajuste de limites luso-espanhóis entre as possessões sulamericanas.

Do ponto de vista prático, o espírito do tratado lançava as bases de todos os entendimentos — e mais ainda dos desentendimentos — ulteriores, marcando como norma das demarcações a preferência dos limites naturais. No caso, a delimitação matemática das nascentes e curso dos grandes rios. Acima de tudo, encerrava o mérito de, pela primeira vez na história, deslocar do plano das relações civís para o das internacionais, o instituto jurídico do *uti possidetis*.

Repetindo, infindavelmente, os vai-e-vens do meridiano papal, daí a uma dúzia de anos, as duas majestades imperiais fazem nova combinação. A 12 de fevereiro de 1761, outro tratado de limites (Tratado do Prado), firmado em plena atmosfera de tensão bélica, dá o dito por não dito. Em vez do ajustado em Madrí, preferem recomeçar. Tudo será como se nada se houvesse alterado do Tratado de Tordesilhas.

Passam-se uns anos de nova guerra luso-espanhola. Até que, ao começar o último quartel do século, irá dançar mais uma vez o incrível meridiano de 1493.

Novo tratado, “para estabelecer perpétuamente a harmonia, boa amizade e inteligência que correspondem ao estreito parentesco e sublimes qualidades de tão Altos Príncipes ao amor recíproco que se professam” — Tratado de Santo Ildefonso, a 1.º de outubro de 1777, cuja letra manda readotar os limites determinados pelo de Madrí em 1750.

Esse predestinado instrumento diplomático confessa-se de natureza transitória. Tudo ficará a depender das conclusões que venham a impôr-se às pesquisas dos demarcadores. Porque, embora já se possuam dados apreciáveis acêrca dos rios Madeira e Javari, essenciais para fixação das lindes, Portugal e Espanha declaram abertamente sua santa ignorância em relação às terras que medeiam entre os dois rios: “... quanto ao espaço intermédio e deserto, confessamos de ambas as partes que estamos todos às cegas”.

Mas, apesar de “a Divina Providência” haver novamente “excitado nos augustos Corações de Suas Majestades Fidelíssima e Católica o sincero desejo de extinguir as discórdias que têm havido entre as duas Coroas”, os “Serenísimos Reys” vivem a engalfinhar-se. E só a 6 de junho de 1801, na praça espanhola de Badajóz, à margem do Guadiana, na fronteira de Portugal, decidiram de uma vez para sempre pôr um têrmo às suas seculares pendengas. E assinaram compromissos. Firmaram normas de boa vizinhança. Exumaram velhas combinações. Mas não se detiveram um minuto sequer, durante a parlenda, para ratificar o Tratado de Santo Ildefonso, que acabou de mergulhar no abismo do esquecimento, a cuja beira, aliás, fôra concebido em 1777.

* * *

Por volta da quarta década do século XIX, novo debate se levanta sôbre a posse do pedaço de floresta que

já deixara, por prolongados lustros, de absorver o pensamento dos soberanos rixentos.

Aí, porém, já não são Suas Majestades Fidelíssima e Católica que disputam.

São os governos de duas nações livres, que, no acervo dos bens herdados das mães-pátrias, trouxeram também os percalços de suas complicações fronteiriças. A leste, o Império do Brasil. A oeste, a República da Bolívia.

Os herdeiros vizinhos vão querelar pelo espaço aproximado de um século.

Primeiro em 1837, quando o Govêrno Imperial decide legislar sôbre sesmarias. A Bolívia protesta. Julga-se ferida nos melindres de sua soberania. O Brasil explica-se. Argumenta. E, pela voz de hábeis diplomatas, consegue convencê-la e acomodá-la.

Depois em 1844, por efeito de um golpe da república andina, mediante o qual tentava franquear o rio Amazonas á navegação internacional. Protesta então o Brasil. A política imperial sente-se arranhada em um dos seus mais ferrenhos pontos de vista, que vinha desde os tempos do senhor D. João VI, que, de uma feita, ordenara às autoridades competentes “fosse capturado um tal Barão Humboldt”, suspeito ao trono de andar estudando futuros caminhos para a penetração de navios estranhos. Ao protesto do Imperador, a Bolívia recua. E os rios da planície continuam fechados, a despeito de haverem os Estados Unidos tentado envolver-se na complicação.

Recua. Mas insiste para que levem a cabo as convenientes demarcações, que haviam sido abandonadas com o esquecido Tratado de Santo Ildefonso.

Insiste sempre, cada vez mais firmemente, durante quase doze anos.

E por que faz a Bolívia tanta questão de delimitar fronteiras em um trecho de floresta que, no traçado de seus próprios mapas, ainda é assinalado por êste título

sincero, em letras bem destacados: “TIERRAS NO DESCUBIERTAS”?

* * *

E' que, no desmarcado de tão impenetráveis matas — em cujo coração corre um estreito rio, que vem lá dos contrafortes andinos, serpenteando em direção ao nascente — vegeta um mundo de árvores poçadas de estranhíssima seiva.

Já nos diários de viagem de Cristovam Colombo, o navegante deixara assinaladas as “qualidades peculiares de uma certa goma”, cujo valor não se poderia desprezar, visto como as tribus que habitavam as bordas do lago do México a aproveitavam, em grandes quantidades, para pagar tributo aos poderosos aztecas.

Também os índios de Quito a utilizavam para alumiá suas malocas, para fazer sapatos, para impermeabilizar os tecidos de vestimenta, como ensinaram depois aos invasores e missionários espanhóis.

A esquisita goma servia até para fabricar o objeto de um jôgo, que pareceu “coisa curiosa” ao jesuita Charlevoix, ao contar na Europa que “a bola pula mais alto que as nossas cabeças, torna ao solo, volta outra vez mais alto do que a mão que jogou, levanta-se depois a um ponto já menos elevado, e vai se levantando cada vez menos, e ainda menos, à altura do pulo”.

Presta-se igualmente para moldar pequenos odres — “borrachas”, que inspiram depois aos lusos o nome com o qual a divulgam entre os brancos. E também “seringas”, além de uma porção de outras aplicações que, aos poucos, vão tornando precioso o latex maravilhoso, que escorre dessas árvores de vinte metros de porte, de dois metros ou mais de circunferência.

Mas, até aí, tudo não passa de extravagâncias de índios, que não chegam a interessar de fato os civilizados euro-

peus, pois, mesmo as primeiras notícias divulgadas, no século XVII, pelos relatos de Herrera e Torquemada, tratam com superior desdém a exótica descoberta dos “selvagens americanos”.

Só em meados do século XVIII, o misterioso leite penetra o círculo de cogitações dos meios científicos do velho mundo. Quem o introduz, em 1745, é o sábio francês Charles Marie de La Condamine.

O grande astrônomo regressara de uma viagem de estudos à selva do novo continente, onde fôra em busca de dados para determinar a exata grandeza de um arco de meridiano, a fim de esclarecer certas particularidades da forma da Terra, relativas ao achatamento polar. Mas, além dos conhecimentos astronômicos e geodésicos obtidos, comunica também à Academia de Ciências de Paris que, de Quito, lhe trouxera para estudos uma “pequena amostra de uma goma resinosa, de côr acentuadamente escura, quase negra, que disse chamar-se caoutchouc”. Conta aos seus pares que ela deriva de uma árvore, abundante por alí, que “ferida mesmo de leve na casca, deixava escoar um líquido claro, parecido com leite, o qual, exposto ao ar atmosférico, se coagula e torna-se negro”.

A “*Relation abrégée d'un voyage fait dans l'interieur de l'Amerique Meridionale*” não fica sepultada no livro de debates da douta Academia. Ganha o mundo silenciosamente, para receber em 1770 o seu primeiro destino prático, quando o químico inglês Priestley a inculca como apropriada a apagar traços de lápis, em vez do miolo de pão secularmente empregado.

Então, a borracha — o *caoutchouc*, para dizer precisamente como êles a nomeavam — já principia a valer alguma coisa, ao menos entre os desenhistas.

Mas ainda custa apenas 7 shillings e 6 pence por polegada cúbica.

E continua a ter um preço relativamente vil, mesmo após o ano de 1780, em que Berniaud descobriu a sua colorabilidade pela ação de certos compostos químicos. Cotação menos desprezível só alcança em 1791, quando Grossart sugere o seu emprêgo, como de grande vantagem, na fabricação de alguns instrumentos cirúrgicos.

A partir do ano de 1820, porém, é que principia a mudar o destino da substância que, antes, só valia para disfarçar equívocos de desenhistas. Porque, nesse momento, Thomas Hancock requer patente para a sua aplicação em artigos de indumentária, por haver inventado um meio técnico de lavá-la e tirar-lhe o máximo de rendimento real.

Desencadeia-se o progresso do aperfeiçoamento de sua utilização industrial. Não há mais como prever o ponto onde se irá deter, desde que se veem aparecer no mercado as belas capas impermeáveis, preparadas em 1823 de acôrdo com um processo descoberto por Charles Mac Intosh. Quanto mais em 1839, ano em que Charles Goodyear faz saber ao mundo que descobriu um meio, absolutamente inédito, de tornar a borracha capaz de resistir à destruição pelo grande calor ou pelo frio excessivo, pois, combinando-a ao enxofre, “em quantidade própria e temperatura adequada, o produto deixava de ser quebradiço em contacto com uma temperatura baixa, e não se tornava viscoso em um meio excessivamente quente”.

Com semelhante processo de “vulcanização” — Goodyear chamou-o de “metalização” — a borracha ia prestar-se daí por diante a todos os caprichos fabrís. Desde os solados de crepe para as botinas dos elegantes de Viena, inventados por Reithoffer em 1850, até as cintas elásticas que, depois de 1860, começaram a ser enroladas sôbre as rodas das carruagens, para que deslizassem maciamente pelas ruas das metrópoles civilizadas, onde vão

sendo instaladas as primeiras fábricas destinadas a criar uma nova riqueza à custa da estranha goma que tanto impressionara o missionário Charlevoix.

Por isso, faz a Bolívia tamanha questão de demarcar suas fronteiras nas "TIERRAS NO DESCUBIERTAS".

III

O Marco da Posse

Em 1867, a Bolívia insiste com decidida energia.

O Brasil acha-se em guerra com a República do Paraguai. O momento é, pois, excepcionalmente oportuno para o govêrno do tirano Melgarejo "sugerir" a conveniência de ajustar, com a "possível brevidade", a questão dos seus limites, ainda sujeita a controvérsias.

Em semelhante conjuntura, o Império compreende a gravidade da contingência, que pode até custar a agregação do exército boliviano às hostes guerreiras de Solano Lopez.

Haja, pois, o encontro de diplomatas, tão desejado pela Bolívia.

A discussão é rápida, como impõem as circunstâncias. E o resultado concretiza-se no Tratado de Ayacucho, firmado em La Paz, aos 27 de março de 1867.

Bom ou mau ?

Computando as vantagens imediatas, o Brasil saía realmente lesado. Porque, a não ser que demarcações rigorosas viessem a contraditar o que já fôra estabelecido sôbre as nascentes do rio Javari, ficariam pertencendo à Bolívia todos os muitos milhares de léguas quadradas que hoje integram o Território do Acre. Sem falar da circunstância, intimamente ligada aos entendimentos

preliminares desse Tratado, de que poucos meses antes — cedendo à dominadora influência liberal de Tavares Bastos, à pressão demoníaca da campanha movida na América pelo geógrafo Maury e à política das grandes iniciativas mercantis de Mauá — Sua Majestada decide, finalmente, que “ficará aberta, desde o dia 7 de Setembro de 1867, aos navios mercantes de tôdas as nações, a navegação do rio Amazonas até a fronteira do Brasil”. (1)

Em compensação, para contrabalançar o que se apresentava à mentalidade imperial como grave prejuízo, a diplomacia brasileira deixara fincado um invisível marco de soberania nos domínios aparentemente perdidos. Ao introduzir no texto do Tratado a disposição de “reconhecer, como base para determinação da fronteira entre os seus respectivos territórios, o *uti possidetis*” (2), ficava traçado um fecundo caminho de posse, que só se mostraria à plena luz, muito adiante, quando uns poucos anos de luta armada conduzissem à necessidade de consolidar-se um equilíbrio de boa vizinhança entre os dois países sulamericanos.

E para o Brasil, o *uti possidetis* era tudo, desde que a indústria extrativa, a partir da metade do século XIX, principiara a estimular a penetração dos mais remotos manadeiros do rio Amazonas.

Por aquelas paragens consideradas nos mapas bolivianos como “tierras no descubiertas”, já se embrenhara desde o ano de 1861, numa longa e ousada viagem de canoa, o caboclo amazonense Manoel Urbano da Encarnação. E daí a três anos, guiado por êle mesmo, a serviço da Real Sociedade de Geografia de Londres, o famoso engenheiro e explorador William Chandless. De-

(1) — Decreto imperial n.º 3749, de 7 de dezembro de 1866.

(2) — Artigo 2.º do Tratado de 27 de março de 1867.

pois, passados poucos anos, sob o mando do prático Gil Braz da Encarnação, filho de Manoel Urbano, enfiara-se por ali o primeiro navio a vapor que atingiu tão longínquas selvas. Vieram os “regatões”. As ondas de catequistas. Os exploradores de tôdas as procedências. Famílias inteiras que se deslocavam do Maranhão e do Ceará em busca da fortuna (3).

Viera em massa, escorraçada pela sêca devastadora de 1877, uma legião de desesperados, ignorando que, no vaticínio precipitado do civilizado Chandless, “séculos se passariam antes que as margens do Purús fôsem habitadas por gente civilizada”.

Mas os desbravadores desprezam os “miasmas” que sobem dos pântanos insondáveis e os insetos que haviam fustigado a rósea tez do explorador britânico. Tomam palmo a palmo, dia a dia, posse da terra que o seu suor e o seu trabalho vão fecundando. E não interrompem um instante a penetração audaz, que foi uma epopéia escrita na sombra, ignorada não só da Bolívia como do resto do Brasil.

A vida torna-se então um permanente heroísmo. Heroísmo que, as mais das vezes, só dá como louro uma cruz fîncada por cima de um corpo ainda quente de febre, em qualquer barranco cuja identidade se esquece em pouco tempo. Vida de selvagem, de sacrifícios. Vida primitiva que se denuncia desde o mísero tipo de habitação. Vida de luta incessante e multiforme. Contra o índio. Contra as feras. Contra a ganância dos senhores. Contra a cupidez dos “regatões”. Contra as doenças e os insetos. Contra a solidão, o tédio, o desespêro, sem ao menos saber ao certo para que servem aquelas

(3) — O assunto foi exaustivamente estudado pelo historiador amazonense Arthur Cesar Ferreira Reis, em “A Conquista do Acre” (Tese ao III Congresso Sul-riograndense de História e Geografia).

bolas de borracha em que diàriamente se transformam as gotas do seu suor.

O Brasil não se apercebe dêsse drama, que por ali está sendo escrito no silêncio de uma apostólica renúncia. Não ouve aquêles gemidos dīstantes, porque está a debater-se contra o digno furor com que o homem da rua vem bradando por que se quebre o látigo dos senhores de escravos. Depois, porque se absorve na luta contra a onda que pretende derrubar o trono que se considera um entrave para o progresso da nova nação. O Acre fica muito longe para que seja ouvida a sua súplica.

Só a Bolívia continua a preocupar-se, e gravemente, com as medidas ajustadas no Tratado de 1867. Quer o início urgente dos trabalhos de demarcação a que se condicionou o instrumento diplomático de Ayacucho. Insiste a cada ocasião oportuna. Procura lembrar os compromissos de que os governantes da agora República dos Estados Unidos do Brasil parecem impertinentemente esquecidos.

A insistência não dá tréguas. E' tão pertinaz, que acaba por se fazer ouvida, a 19 de fevereiro de 1895, quando o Chanceler Carlos de Carvalho ajusta com o Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário Diez de Medina, em nome dos seus respectivos governos, que se complete a demarcação de limites, fazendo-a na parte compreendida entre o Madeira e o Javari". Aquela mesma na qual, em 1777, as diplomacias lusa e espanhola confessavam andar "às cegas".

E porque o govêrno brasileiro se comprometera, de sua parte, a nomear "com a menor demora possível os seus comissários", em novembro do mesmo ano, os seus representantes se encontram, na altura do paralelo 10° 20', com a missão boliviana mixta que vai buscar os dados que confirmem — ou infirmem — as nascentes atribuídas ao rio Javari pelo Tratado de Ayacucho. A

representação brasileira leva à frente, como chefe credenciado por altos títulos de competência e austeridade moral, uma eminente figura militar — o Coronel Doutor Gregório Taumaturgo de Azevedo.

Com menos de dois anos de trabalhos, o Coronel Taumaturgo dá o brado de alarme. Denuncia os dados geodésicos alvitrados pelo instrumento de 1867 em relação à principal vertente do Javari, “cujas coordenadas, calculadas por estimativa, não constituem por certo a expressão da verdade”. Lembra ao Governo que, “a aceitar o marco do Perú como o último da Bolívia”, equivaleria para o Amazonas “perder a melhor zona do seu território, a mais rica e a mais produtora”. Toda uma zona “aliás explorada e povoada por nacionais e onde já existem centenas de barracas, propriedades legítimas e demarcadas, e seringais cujos donos se acham de posse há longos anos, sem reclamação da Bolívia” (4).

O Brasil comunica à Bolívia as razões sôbre as quais Taumaturgo alicerça a sua denúncia.

Mas o Chanceler boliviano as recusa, terminantemente, repelindo a idéia de recommençar “nuevas y difíciles investigaciones sobre un punto de limite *ya deliberadamente establecido y definitivamente reconocido*, tanto por parte de mi gobierno como por el del Brasil” (5).

As demarcações prosseguem.

Foi o tempo de mudar de chefe a pasta dos Negócios Exteriores do Brasil. Assume agora a Chancelaria o General Dionísio de Cerqueira. E o seu primeiro gesto, ao examinar a questão, reduz-se a censurar a máscula atitude do Coronel Taumaturgo de Azevedo.

(4) — Trechos do Relatório do Coronel Taumaturgo (Serzedelo Corrêa — “O Rio Acre”).

(5) — J. Paravicini — “Relatório”.

A demissão de Taumaturgo agita a opinião nacional, Ruy Barbosa à frente. Sacode-a com tamanho vigor, que o Ministro capitula e ordena que se suspendam as demarcações.

Como, porém, a Bolívia não se conforma com a interrupção dos trabalhos, o govêrno brasileiro manda que um outro elemento integrante da comissão até aí chefiada pelo Coronel Taumaturgo — o 2.º comissário, Capitão-Tenente Cunha Gomes — efetue “imediatamente a reexploração do rio Javari”.

E os trabalhos recomeçam, nos últimos dias de junho de 1897.

IV

Bravata de Espadachim

Na segunda metade do ano de 1898, representa a Bolívia junto ao govêrno do Rio de Janeiro um Ministro Plenipotenciário de fina habilidade e aguda inteligência. Nem por outro motivo teria sido escolhido, para aqui chegar como Enviado Extraordinário, o ilustre Dr. José Paravicini.

Trazia certamente como incumbência principal, antes de mais nada, desfazer “a guerra que contra a Bolívia iniciou o Coronel Gregório Taumaturgo de Azevedo” — o inflexível comissário “que não pôde fazer prevalecer ante a Chancelaria brasileira suas pretensões obstrucionistas das demarcações com a Bolívia”. E de tal modo se integrou no espírito da missão, que, ao cabo de algum tempo, a frágil sensibilidade do diplomata andino martirizava-se, sobretudo, diante do destemor com que o engenheiro demissionário “iniciou hostil campanha contra o Ministro das Relações Exteriores

do Brasil, General Dom Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira, acusando-o de entregar à Bolívia os mais ricos territórios seringueiros do Estado do Amazonas ”(1).

O govêrno que o escolheu para Enviado Extraordinaário não se enganou quanto aos seus méritos de diplomata.

A missão foi cumprida integralmente. E cristalizou-se no habilíssimo instrumento que é o protocolo de 23 de Setembro de 1898, por via do qual o Brasil reconhecia que o território antes sujeito a discussões, limitado então pela agora chamada “linha Cunha Gomes” era “incontestavelmente boliviano”.

Praticamente, êsse reconhecimento se traduzia por uma simples medida de significação palpável e imediata, contida no telegrama que o Chanceler passava um mês depois ao Governador do Amazonas:

“... Podeis concordar no estabelecimento do posto aduaneiro do Acre ou Aquiri, em território incontestavelmente boliviano, isto é, acima da linha tirada do Madeira ao Javari, na verdadeira latitude determinada pelo Capitão-Tenente Cunha Gomes...”

Quem vai, em pessoa, inaugurar a importante alfândega é o próprio Ministro Dr. José Paravicini, cuja partida do Rio se efetua, silenciosamente, nos últimos dias de Novembro de 1898.

Ao alvorecer do primeiro dia do ano de 1899, os brasileiros que habitam as margens do Baixo-Acre assistem, com estupefação, a um espetáculo inteiramente iné-

(1) — J. Paravicini — “Relatório apresentado ao Supremo Govêrno sôbre a dupla missão que desempenhou de Ministro Plenipotenciário no Brasil e Delegado Nacional nos Territórios do Acre”.

dito. A passagem de um navio em cujo mastro grande flutua a bandeira boliviana. Veem pela primeira vez um pavilhão estrangeiro penetrar aquêlê afluente do Purús, um rio interior ainda fechado a tôda navegação internacional.

No dia seguinte, sôbre o alto de um barranco da margem esquerda, a cinco milhas do seringal "Caquetá", Sua Excelência toma "oficialmente posse dêsse território em nome do Govêrno da Bolívia". Deita discurso entusiástico, exaltando "a velha, leal e boa amizade que reina entre o Brasil e a Bolívia". Ergue vivas ao Presidente Campos Sales. E com a lavratura de uma ata solene, funda a primeira cidade boliviana na região, dando-lhe nome pelo artigo 3.º do seu primeiro decreto:

"Art. 3.º — Desta data em diante, a dita cidade denominar-se-á PUERTO ALONSO, em homenagem ao Exmo. Sr. Presidente da República, Dr. Severo Fernandez Alonso, sob cujos auspícios se levou a cabo a expedição boliviana de ocupação dêstes territórios". (2).

Assim homenageada, muito à sulamericana, a onipotência em vigor no seu país, a pena do Dr. Paravicini não terá daí por diante um dia de repouso.

Serão decretos sôbre decretos, cada qual mais propício a determinar o estarrecimento e a revolta dos acreanos.

Primeiro, os que legislam sôbre a navegação dos rios Acre, Purús e Iaco, que ficam abertos a "tôdas as nações que teem amizade com a Bolívia". Basta que "substituam a sua propria bandeira pela boliviana" e tragam em ordem todos os seus documentos. Mas não deixem de atender a semelhantes exigências, "sob pena de serem declarados piratas e tratados como tais" (3).

(2) — Idem.

(3) — Idem.

Claudio de Araujo Lima

Depois, os que dispõem sôbre problemas de maior objetividade, fáceis de serem compreendidos pelas inteligências mais singelas: os decretos relativos a impostos. De 15% *ad valorem* sôbre a importação em geral. De 30 a 40% sôbre vários gêneros absolutamente indispensáveis à vida dos acreanos.

Com quatro meses de poder, o diplomata se transformara num tirano capaz de todos os extremos de prepotência. E de tal forma tem esmagada, sob o coturno, a população que lhe está sujeita, que, por meados de Abril, delibera tornar ao Rio de Janeiro, para reassumir seu alto posto diplomático.

Retirando-se, deixa como Governador da nova cidade o auxiliar que trouxera como secretário da sua Delegação — Dom Moisés Santivañez.

A política do ex-cônsul da Bolívia em Belém é inteiramente oposta à do seu antecessor (4). Possuindo, de fato, a finura e a galanteria que no Dr. Paravicini serviam apenas para disfarçar um arcabouço de senhor feudal, Santivañez conduz-se com requintada habilidade. Procura evitar conflitos e perseguições. Tenta acomodar a situação dos mais abertamente revoltados. Busca por todos os meios nobres conquistar a simpatia dos acreanos, que aliás o admiram e respeitam.

Mas a hostilidade contra as autoridades que incarnam a soberania boliviana manifesta-se a cada passo. Ora, na atitude de certos comandantes de navios mercantes, que não tomam conhecimento das novas leis aduaneiras. Ora, sob as mais diversas formas de desobediência às medidas de ordem instituídas pelo Ministro Paravicini.

Conspira-se apaixonadamente, em casa de Joaquim Vitor, o mais prestigiado proprietário do Baixo-Acre,

(4) — Segundo Plácido de Castro, Santivañez era o mais culto de todos os bolivianos que estiveram no Acre no período da ocupação.

residente em “Caquetá”, nos limites da linha Cunha Gomes. E a conjura articula-se com tamanha rapidez que em fins de Abril, fica decidida a rebelião. Quem a chefia é o advogado José Carvalho (5), que acaba de regressar a Manáos, até onde fôra, por comissão dos conjurados, a ver se conseguia o apoio do Governador do Estado, que não foi possível obter. Com a notícia que traz, de que por ali há uma total indiferença em relação à sorte dos acreanos, a revolta atinge o auge. Põem de lado todos os temores, antes sugeridos pelo próprio advogado, de que seu gesto possa redundar numa atitude contra o Brasil.

E deliberam desencadear o movimento.

Oito horas da manhã do dia 30 de Abril de 1899 (6).

À frente de uma dúzia de seringueiros, José Carvalho comparece à presença de Dom Moisés Santivañez. E fala-lhe com êste destemor de espadachim:

— Senhor Cônsul: venho aqui encarregado de uma grave missão. Venho em nome do povo dêste rio e em nome do povo brasileiro, intimar V. Excia. a abandonar êste lugar, porque não toleramos mais o govêrno boliviano que V. Excia. representa.

O diplomata não se perturba, porém deseja saber “quem está à frente dêsse movimento”.

— Ninguém. Todos estão à frente.

Após ligeira troca de palavras para chegar a um entendimento — maneirosas as de Santivañez, arrebatadas as de Carvalho — a autoridade boliviana faz sentir ao

(5) — José Carvalho, então secretário do Município de Antimarí, era bisneto de Bárbara de Alencar, heróina da revolução republicana de 1817 (J. Ferreira Sobrinho, *op. cit.*)

(6) — A reconstituição do episódio obedece, rigorosamente, à descrição feita pelo próprio José Carvalho em seu opúsculo “A primeira Insurreição Acreana (Documentada)” — Belém — 1904.

espadachim, com certa ironia, que não viera para ali “em tom de guerra”. E sim “em vista de um acôrdo celebrado entre o govêrno brasileiro e o...” Carvalho não o deixa terminar:

— Perdão, Sr. Cônsul. Entre o govêrno brasileiro, não. Entre um ministro do govêrno brasileiro — ministro êsse que não tem competência para resolver questões desta natureza.

Trava-se novo debate, conservada a mesma duplicidade de tom. Por fim, vencido em suas inteligentes ponderações, Santivañez delibera ceder e retirar-se do Acre. Mas exige “uma intimação por escrito”, para resguardar sua responsabilidade perante o govêrno de seu país. Na realidade, o arguto delegado visa munir-se de um documento firmado pelos brasileiros rebelados, que possa valer de fundamento a um protesto diplomático junto à Chancelaria do Rio de Janeiro.

Nessa mesma noite, Carvalho redige arrebatadamente a solicitada intimação na qual, à violência com que verbera o procedimento dos governos boliviano e brasileiro, se misturam provas de simpatia que o elegante feitio moral de D. Moisés Santivañez acabara por lhes inspirar:

Ilustre Sr. Cônsul Moisés Santivañez.

O povo brasileiro representado nos abaixo-assinados solidariamente responsáveis, no uso de sua alta vontade revoltada, vem intimar-vos para que abandoneis o govêrno ilegal que vos achais exercendo atualmente neste território, desbravado, habitado e hoje defendido por milhares de brasileiros, que até a vossa invasão aparentemente legal, viviam à sombra das Leis de seu país e nelas confiavam.

O povo e os poderes dêste Estado teem sido por demais tolerantes, nessa vergonhosa questão, sancionada, é verdade, por um nosso desastrado ministro, sôbre o qual não queremos nos pronunciar neste momento.

A violência de nossa vontade, tão patriótica e tão justa, não nos permite um longo argumento probatório dos nossos direitos; em tôda a parte a imprensa e o povo o

têm largamente discutido e ele está sòlidamente plantado na consciência nacional.

Essa posse é um insulto à nossa soberania, e nós bem sabemos que não sois o responsável direto; sois no entanto, em razão de vosso govêrno, o elemento dêsse insulto que nós soberanamente repelimos, hoje e amanhã, seja preciso, muito embora, o sacrifício de sangue e de vida. Esperamos convictos que haveis de abandonar o mais breve e o mais convenientemente possível êste lugar que o vosso ministro, o Sr. José Paravicini, batisou com o nome de *Puerto Alonso* e onde se acha estabelecida uma Aduana limitando as duas Repúblicas vizinhas.

Em desagravo à nossa consciência e para vossa honra de cidadão patriota, confessamo-vos que a vossa extrema prudência, apelando sempre para o patriotismo do govêrno brasileiro, nos deixa um pesar, que é o de não termos feito essa imposição ao vosso antecessor, o Sr. José Paravicini.

Sabeis, porém, que não fazemos questão de pessoas ou de atos, violentos ou justos, dos Delegados de vosso País, e sim, exclusivamente, da Posse boliviana dêsses grandes pedaços de rios e de florestas violados por um govêrno estranho.

Não tememos as responsabilidades que nos possam advir por essa intimação escrita que nos pedis — a nós que estamos a vossa frente — para vosso documento, sem dúvida, porque a fazemos na fé de patriotas, a plena luz do dia, debaixo do nosso Céu e com todo o ardor de nosso patriotismo.

Estais intimado a retirar o vosso govêrno dêste território o mais breve possível, porque esta é a vontade soberana e geral do povo dêste Município e todo o Povo Brasileiro.

Senhor de tão grave documento, redigido sôbre a perna por um espírito avesso à reflexão, Dom Moisés Santivañez se declara pronto para deixar-se expulsar do Acre. Parte no primeiro vapor que passa de baixada, seguido de sua família e todos os membros da Delegação. Dirige-se para a Capital do Amazonas, de onde expedirá às autoridades bolivianas as convenientes mensagens de informações sôbre o acontecimento.

Parte. E enquanto desliza rio abaixo, certo de haver cercado de tôdas as garantias seu gesto de submissão, longe dali, na cidade de Belém do Pará, o destino prepara a entrada em cena de um legítimo protagonista de ópera bufa.

V

A Estrêla do Aventureiro

Èsse homem que se abanca tôdas as noites a uma mesa do "City Club", rodeado de um grupo de fala castelhana, é figura envolvida por certa auréola de mistério.

Surgira como um bolido em Manáos, sem que se soubesse como nem de onde viera. Quando se aperceberam de sua presença, já era credenciado como repórter do "Comércio do Amazonas" e, logo depois, também como amanuense da Secretaria do Congresso Estadual, empregos que não lhe podiam garantir receita muito folgada. Entretanto, suas paradas nas mesas de bacará eram sempre vultosas, superiores às que o próprio dono do jornal seria capaz de arriscar numa hora de desvairo. E a naturalidade com que fazia estourar garrafas de champagne traia os antecedentes de uma vida de fartura e o hábito de satisfazer carinhosamente os seus instintos.

Um dia desaparecera inesperadamente, por uns tempos.

Ei-lo ali outra vez, envergando a mesma cuidada indumentária, o mesmo monóculo atrevido engastado na órbita angulosa, o mesmo sorriso de homem que saboreia a vida nos mais caprichosos detalhes.

Chamam-no, os íntimos, apenas de "Dom Galvez". Em seu passaporte, porém, está inscrito um nome pom-

poso e sonoro: Dr. Luiz Galvez Rodrigues de Arias. Doutor, de fato. Primeiro laureado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Academia de Sevilha. Depois, doutor em leis pela Universidade de Madri, aos 22 anos, com uma tese sôbre Direito Internacional, por mais que não o acreditem aquêles que o viram exercer os simples cargos de amanuense e repórter de polícia.

E se lhe devassassem as algibeiras, leriam entre muchochos de dúvida que, segundo o passaporte onde foram anotadas as etapas de sua carreira diplomática, chegara a ser Secretário de Legação da Espanha junto aos governos da Sérvia e da Itália. Mais ainda: saberiam que era filho de um aristocrático almirante, pertencente a uma das mais afidalgadas famílias de Cadiz, de onde se desprendera aos vinte e um anos (1), em busca de emoções com que apascentar sua alma quixotesca.

Mas tudo isso se guardava em discreto silêncio, a todos insondável.

Sua história só começa a ser palpável à curiosidade popular, a partir de uma época em que, já sem funções diplomáticas oficiais, surgiu trabalhando em Buenos Aires — onde fôra pouco antes secretário — na própria embaixada de seu país, sem que se tenha jamais sabido porque despencara da carreira na qual se iniciara, brilhantemente, ainda apenas adolescente.

Ignora-se também porque, de certa feita, algo de misterioso o impelira a deixar a capital platina inopinadamente. Como também inopinadamente, êle desembarcava uma noite em Belém, munido de uma carta de apresentação do Ministro espanhol, acreditado junto ao governo do Rio de Janeiro.

(1) — Nasceu em 1826, segundo os dados biográficos existentes no arquivo de J. Ferreira Sobrinho.

E' o destino que o traz. Naquelas paragens lhe está reservado, para ser vivido oportunamente, o lance culminante de sua romanesca existência.

Não assume logo a função que o Cônsul boliviano lhe oferece para atender ao pedido que se contém na carta de apresentação. Quer primeiro dar um pulo ao Amazonas, para não correr o risco de, numa inesperada reviravolta, ter de voltar ao velho mundo sem pôr os olhos sôbre a afamada vida boêmia de Manáos do fim do século XIX.

Aí não se demora excessivamente. Ainda faz concurso para taquígrafo do Congresso Amazonense. E pouco depois, está de novo em Belém, apresentando-se com o seu inefável ar cavalheiresco diante do Cônsul que lhe prometera o emprêgo solicitado, que acumulará, aliás, com o de redator da "Província do Pará".

O destino que o fizera com alma de saltimbanco, tornara-o também um verdadeiro poliglota, hábil manejador de cinco línguas. E foi êsse mesmo destino que, por volta de Março de 1899, determinou que lhe viesse parar às mãos, para ser vertida ao inglês, certa documentação que esclarecia as bases de um grave acontecimento de ordem comercial e política para as relações continentais:

1.º Os Estados Unidos da América do Norte gestinarão por via diplomática da República do Brasil o reconhecimento dos direitos da República da Bolívia nos territórios do Acre, Purús e Iaco, hoje ocupados de acôrdo com os limites estabelecidos pelo tratado de 1867.

2.º Os Estados Unidos da América do Norte se comprometem a facilitar à República da Bolívia o numerário e apetrechos bélicos de que esta necessite em caso de guerra com o Brasil.

3.º Os Estados Unidos da América do Norte exigirão que o Brasil nomeie dentro do corrente ano uma comissão que, de acôrdo com a Bolívia, deslinde as fronteiras definitivas entre o Purús e o Javari.

4.º O Brasil deverá conceder a livre navegação dos afluentes do Amazonas aos barcos de propriedade boliviana, assim como o livre trânsito pelas alfândegas do Pará e Manaus às mercadorias destinadas a portos bolivianos.

5.º Em recompensa aos seus bons ofícios a Bolívia concederá aos Estados Unidos da América do Norte o abatimento de 50 por cento dos direitos da borracha que sair com destino para qualquer parte da dita nação e êste abatimento durará pelo prazo de dez anos.

6.º No caso de ter que apelar para a guerra, a Bolívia denunciará o tratado de 1867, sendo então a linha limítrofe da Bolívia a Boca do Acre, e entregará o território restante, isto é, a zona compreendida entre Boca do Acre e a atual ocupação aos Estados Unidos da América do Norte em livre posse.

7.º Os gastos que ocasionar uma guerra serão pagos pelos Estados Unidos da América do Norte, recebendo em hipoteca a renda das alfândegas bolivianas.

José Paravicini, Ministro da República da Bolívia e Enviado Plenipotenciário.

Luiz Trucco, Cônsul Geral da Bolívia no Pará. Visto: Kennedy, Cônsul dos U. S. A. (2)

A 9 de Maio dêsse ano de 1899, escapa sornateiramente de Belém a canhoneira “Wilmington”, que, segundo os boatos sussurrados ao tempo, faz parte de uma “esquadra do Atlântico Sul” (3), de finalidades muito suspeitas, a qual obedece ao comando do Almirante Howisson. Seu comandante — o Capitão Chapman Tood — é o portador da satânica mensagem que se destina às mãos do Presidente Mac Kinley.

No dia seguinte, Dom Luiz Galvez não comparece mais ao trabalho no consulado. Desdobra-se dia e noite em atividades subterrâneas, que vão desde as conferências secretas com Serzedelo Corrêa, por intermédio de quem pretende envolver nas maquinações o Governador

(2) — Documento.

(3) — ”

Paes de Carvalho, até os tópicos e artigos não assinados para os jornais, que êle espera agitar numa decidida campanha contra o govêrno americano.

Mas nada consegue. E daí a uma semana, obtida do Cônsul uma licença para ir a Manáos tratar de assuntos particulares, ausenta-se da repartição. E parte afoitamente.

Pela cabeça do hospitaleiro Cônsul da Bolívia em Belém, não passa, de leve sequer, a suposição de que, sete dias depois, em Manáos, numa sala do Palácio do Govêrno, conversa secretamente com o Governador Ramalho Júnior o ex-Secretário de Legação na Sérvia. O protegido que êle só reconhece como um aventureiro enriquecido e arruinado no jôgo da pelota no Rio de Janeiro, depois de ser um foragido da capital portenha, por misterioso escorregão sôbre as fronteiras do código penal argentino.

Ramalho ouve-o atentamente (4). E medita sôbre as graves consequências que advirão para o Estado, consumado que seja aquêle contrato de arrendamento do Acre ao sindicato de capitalistas referido pelo Dr. Galvez.

A perda do Acre será, para o Tesouro amazonense, a supressão de vultosas rendas provenientes dos impostos sôbre a borracha, bem como dos polpudos impostos que derivam do avolumado movimento da praça de Manáos, onde negociam as firmas abastecedoras dos seringais. Será, enfim, o encerramento de uma fase de áureas larguesas e de alto estalão de vida mundana.

E' ali no "City Club" que Galvez se encontra tôdas as noites com um grupo de patrícios, logo após terminar a sessão do teatro. São os principais de uma companhia espanhola de zarzuelas, que está para levantar acampa-

(4) — Documento.

mento depois de uma temporada em que esgotou seu repertório. Ao todo, somam vinte e quatro os homens que prometem a Galvez incorporar-se à sedutora aventura. E os mais representativos confabulam com êle, madrugada além, assentando medidas, traçando deliberações ousadas, entre abundantes libações.

Cada noite, Galvez lhes comunica novas provas de solidariedade que, clandestinamente, o Governador vem prestando à emprêsa. Rifles do mais moderno tipo, chegados pelo último navio. Cunhetes e mais cunhetes de balas. Revólveres. Punhais. Até um canhão, já lhes prometeu o Coronel Ramalho Júnior.

O navio especialmente fretado partirá em meados de Maio. Carregado de fartas e requintadas provisões. Sem esquecer mesmo o champanhe da melhor marca, para estourar na hora da grande façanha.

Para os que ignoram o conteúdo das conversas noturnas de Galvez com o Governador, trata-se apenas de uma comandita de saltimbancos, espíritos viciados pela profissão de fazer teatro. Um bando de espanhois quixotescos, que se vai atirar à mais compreensível das aventuras naquela região — a extração da goma. Porque não sabem que, na conferência final, à véspera, alguns centos de contos, quase um milhar dêles, saltaram, num passe de mágica, das arcas do Tesouro para as mãos esguias do Dr. Luiz Galvez Rodrigues de Arias. E que mais lhe será mandado, conforme as necessidades e a evolução dos acontecimentos.

O gaiola "Cidade do Pará" singra o rio velozmente.

Decerto, o sabor de tão original aventura há de reconstituir na memória de Dom Luiz Galvez outra viagem, feita anos atrás. Um hiate particular em que fez a volta ao mundo, cheio de ventura, ao lado de uma linda mulher conquistada a um marido ciumento no Rio de Janeiro, logo que se viu refestelado na fortuna hau-

rida como proprietário de frontões e açambarcador dos meios pelotários cariocas (5).

E correram dias. Meses. Vários meses.

Até que, a 14 de Julho de 1899, para comemorar o 110.^o aniversário de um momento decisivo da história humana, começa a existir sôbre o globo, na imaginação de meia dúzia de sonhadores, mais uma nação livre, organizada sob a forma republicana: o Estado Independente do Acre.

O Dr. Luiz Galvez Rodrigues de Arias é o chefe supremo do Estado recém-nascido. Embora haja tido o cavalheirismo de insistir para que coubesse a um brasileiro tão alta investidura.

Sim, êsse nome é o de um estrangeiro desconhecido. Mas os acreanos o recebem com efusão. Porque assim receberiam quem quer que lhes fosse levar socorro contra o que êles consideravam uma intromissão da Bolívia. Pouco lhes importa a procedência do herói. A sua origem. Ou a sua moral. O que é preciso, e se impõe desesperadamente, é salvar o Acre. Salvar o patrimônio dos trabalhadores e dos patrões, que, por isso, o apoiam sem hesitações. Uns, materialmente: os proprietários mais expresivos e prestigiados da região. Os outros, batem-lhe palmas incondicionalmente: são os trabalhadores intrépidos da seringa, todos prontos para empunhar as armas que o ditador traz em seu navio armado em guerra.

Há munições. Há homens. Provisões. Coragem. Há, acima de tudo, dinheiro. Muito dinheiro de todos os lados. Por que não lutar, se o ditador lhes der uma ordem de combate?

(5)— Além do estudo biográfico publicado por Alvaro de las Casas, citado no Apêndice, o autor se utilizou aqui, sobretudo, das informações de J. Ferreira Sobrinho (*op. cit.*) Tôdas rigorosamente baseadas em depoimentos de contemporâneos.

Aquêles milhares de desbravadores pensam por um só pensamento, dispostos a jogar a própria vida, custe o que custar. Ainda mais que é o próprio governador do Amazonas quem o apresenta e credencia secretamente, marcando-o como o homem capaz de consolidar a reconquista do torrão mutilado.

Palmas, pois, ao redentor que lhes vem trazer a salvação. Palmas ao ditador que nomeou os seus ministros entre os homens mais dignos da região. Que baixou decretos importantes. Que mobiliza uma valente milícia. Que faz discursos inflamados e cria a bandeira do Acre (6). Que em menos de 24 horas de poder, já mandou despachos para todos os países da Europa, designando representantes diplomáticos do novo Estado que acaba de tirar do nada, convicto de estar encarnando um papel histórico na vida sul-americana.

* * *

Súbito, porém, uma nuvem intercepta o fulgor da estrêla que alumia a trajetória do fascinante aventureiro.

Um dos seus súditos arrebatá-lhe o poder, com apenas cinco meses de mando. Menos de meio ano de uma magestade que correu pelo Brasil afora e foi bater no palco das revistas cariocas, nas charges dos caricaturistas da época. Mas que agitou o problema e conseguiu fixar a atenção nacional, pela primeira vez, sôbre o drama que um punhado de brasileiros estava vivendo no recesso da selva acreana.

(6) — Note-se que a bandeira criada por Galvez (formada por dois triângulos, um verde e outro amarelo, unidos pelas respectivas hipotenuzas para constituir um quadrilátero tendo ao centro uma estrela vermelha foi a mesma adotada depois por Plácido de Castro, e afinal oficializada pelo Governo Federal conforme resolução de 24 de janeiro de 1921.

(Com pequena modificação quanto à posição da estrela)

Melancólico Natal do último ano do século XIX, êsse em que o desempenado conquistador viu a meia-noite chegar, preso com sentinela à vista, proibido de deitar o olhar sôbre o céu, para ver a altura da lua na hora de soar o primeiro minuto do novo século.

Quanta reflexão amarga lhe terá ocorrido nessa noite festiva.

Êle, um diplomata outrora acreditado junto a uma côrte secular, manejador de cinco idiomas civilizados, cavalheiro de fina indumentária, afeito à galanteria do mundo polido na sociedade de Napoleão III. Aquêlê homem bronco, de dentes carunchosos, que se sentia mal com os pés episòdicamente esmagados pelos borzeguins, e que mal articulava um verso de modinha no único idioma que só falava estropiadamente. Êle, com aquêlê nome que era por si mesmo um estandarte de cavalheirismo. O outro, dono de um apelido que tanto podia ser o de uma latifundiário néscio como o de qualquer dos seus seringueiros incultos.

Talvez, em semelhante contraste estivesse uma advertência simbólica do minuto que êle esperava passar, cheio de ansiosa expectativa. Talvez, em tão chocante antítese estivessem a defrontar-se, numa alegoria sinistra, o século XIX em que nascera e o século XX em que iria morrer.

A memória de Galvez talvez evoque, a essa hora, as circunstâncias de sua deposição, recordando-lhe quanta coisa se desenrolara desde aquêlê dia oito de Dezembro, em que Braga lhe arrebatara o poder.

Galvez interrogará certamente a sua estrêla. Que ela lhe diga, de fato, se não brilhará mais.

Ela responde, certa madrugada, pondo-lhe diante dos olhos, abruptamente, a figura do próprio usurpador. Vinha êste, espontâneamente, num gesto inesperado, reparar a violência que lhe impusera anos atrás.

Irrisória a pérfida reparação. Ela só se consumava porque o usurpador sabia que, àquelas horas, uma flotilha brasileira (7), sob o comando do capitão-tenente Raimundo Ferreira, subia o Acre, com a missão de depor e prender o aventureiro atraído. E por fim, com os maiores vilipêndios, deportá-lo para Pernambuco, onde irá conhecer pela primeira vez a doença, a fome, a miséria.

Em Recife, primeiro exílio que lhe concederam, a sua estrêla arrefecida não lhe ilumina mais os passos hesitantes, tornados trôpegos pelo impaludismo que o devasta. Nos acessos febris que lhe esbraveiam a carne, o Dr. Luiz Galvez Rodrigues de Arias delira. Pronuncia nomes. Vomita revelações que se perdem na indiferença dos que o rodeiam, ignorantes da sua aventureira existência. Ninguém imagina por ali o que tenha sido êsse pária, que caminha ao longo dos canais, consumido pela doença, desfibrado pela fome. Êsse espectro de homem, que pede esmolas disfarçadamente, com os olhos umedecidos. Uns níqueis que, em vez de trocar por pão, êle vai acumulando para passar um imenso e tocante telegrama ao Governador Ramalho, num apêlo patético de socorro.

* * *

O seu derradeiro gesto não se perde no infinito. Vai em cheio ao coração sensível do homem que o emprestara para a aventura (8). E traz como resposta uma

(7) — Encontram-se preciosos e detalhados esclarecimentos sôbre o fato, nos discursos proferidos perante a Câmara dos Deputados, nas sessões de 2 e 3 de setembro de 1920, pelo Deputado Armando Burlamaqui, que, como Tenente da Armada, integrara a tripulação do "JUTAI".

(8) — São múltiplas as versões sôbre o destino de Galvez, mas nenhuma se impõe como absolutamente verdadeira.

ordem telegráfica de 60 contos de réis, com que êle paga umas poucas dívidas, distribui esmolas, faz pequenas doações a igrejas e orfanatos — suas últimas espanholadas. Até comprar, com os derradeiros mil-réis, uma passagem para a Europa, em cuja voragem desaparece, apaga-se, dilui-se, como se apagara a sua estrêla — inexplicavelmente (9).

(9) — Todos os dados referentes às ligações de Galvez com o então governador do Amazonas foram pelo autor submetidos ao julgamento do próprio Coronel Ramalho Junior, que, apesar de sua idade avançada, conserva uma integral lucidez e uma perfeita memoria de evocação.



Ao romper do século XX



VI

A Expedição dos Poetas

Após a destituição e captura de Dom Luiz Galvez, umas poucas escaramuças ainda agitaram os nervos dos que só viviam para a idéia de libertar o Acre. Mas a consolidação do domínio boliviano, nessa altura do ano de 1900 — garantida pela chegada de uma poderosa expedição militar, a cuja frente La Paz mandara o seu Vice-Presidente da República e o próprio Ministro da Guerra — é definitiva e incontestável.

Entretanto, a chama da rebelião não se extinguiu. Não foi esmagada pelo simples pêso dos quase mil homens que compõem a grande expedição. Longe disso. Crepita com uma intensidade crescente, que se estende rio abaixo, até Manáos, onde se conjura abertamente, numa convergência de simpatias, que vai do chefe do govêrno ao homem pobre da rua.

O líder que encabeça as conspiratas é o engenheiro Orlando Corrêa Lopes (1). Gaúcho inteligente e culto. Temperamento vibrátil e impetuoso. Personalidade de destaque no meio social. Sua maneira de pregar a necessidade de uma reação armada no Acre é calorosa, violenta. Por isso mesmo eficaz, contagiante. O próprio Governador Silvério Nery — a despeito de sua impertur-

(1) — Durante anos, depois, Orlando Corrêa Lopes dirigiu no Rio de Janeiro o "Correio da Noite", em cujas páginas se expandiu a sua veia de agudo panfletário.

bável serenidade cabocla, temperada de uma fria elegância de maneiras, que marcam o seu perfil inconfundível — está visivelmente envolvido pela apaixonada propaganda do espadachim.

Porque, ainda quando a veemência da argumentação do agitador não bastasse, havia de pesar no raciocínio do elegante governador a eloquência com que se acusara o vertiginoso decréscimo das rendas da fazenda estadual, desde que a soberania boliviana consolidara os direitos da sua repartição aduaneira, nos limites da “linha Cunha Gomes”. E uma vez que falam cifras, não há como responder ao que elas clamam, senão obedecendo às mágicas sugestões da sua linguagem. Se elas apontam a revolução, haja, pois, a revolução, que o Estado apoiará, não ostensivamente, mas com tôda a eficiente colaboração que lhe puder prestar.

E' só porque Silverio Nery faz vista grossa, que a idéia revolucionária empolga rapidamente a cidade. E se constitui assunto nos lares. Nas repartições. Nos clubes. Até nas “pensões” alegres onde, entre champagne e volteios de valsa, se conspira desabusadamente, aproveitando o momento de evasão para tôda parcela de Cid ou Quixote que se esconda na alma de cada um (2).

Porque sabem das confabulações de Orlando com o Governador, os agentes de polícia fingem não ver a sua pregação flamejante, nas rodas de boêmios e intelectuais notívagos. A demagógica violência com que verbera a atitude do Govêrno Federal. E saboreiam as informações de que é o próprio Silverio Nery quem está fornecendo aos revolucionários, secretamente, armas

(2) — O escritor Raul de Azevedo, então residente em Manaos, de onde enviava correspondência para vários jornais cariocas, prestou ao autor valiosas informações sôbre a preparação dêsse movimento.

municações, víveres, dinheiro. Principalmente dinheiro, para ultimar os preparativos da “Expedição Floriano Peixoto”, visto como coragem e patriotismo não faltam ao aventureiro empreendimento.

Já teem suas posições bem discriminadas, os expedicionários, cada qual disposto a cumprir sua missão e enfrentar quaisquer sacrifícios, dando de si a habilidade que tiver mais desenvolvida. Nem falta, entre os novos cruzados, um para se improvisar em “engenheiro naval” — Peri Delamare, antigo oficial de marinha. E’ êle quem se encarrega de reajustar um velho “gaiola” — o “Solimões” — que então só era utilizado para piqueniques, em lugares muito próximos de Manáos e que primassem pela ausência de perigo. E o fato é que, dia a dia, o “Solimões” vai tomando, aos olhos dos expedicionários cheios de otimismo, ares de belonave invencível. Pois, se até um canhão êle ostenta agora em sua proa marcial. Um canhão da Fôrça Pública, brindado pelo Governador Silverio.

Para partirem, só falta a chegada de Rodrigo de Carvalho, que fôra convocado à pressa de Belém, até onde se atirara no intuito de conquistar a adesão dos jornalistas, políticos e comerciantes paraenses, sobretudo dos últimos, aos quais muito particularmente interessava o fato, uma vez que a ocupação boliviana, para êles, se traduzia pela perda dos fornecimentos, cujos preços fabulosos os enriqueciam de minuto a minuto. E, se interessava a êles, tinha que tocar muito de perto a sensibilidade dos banqueiros que sugavam a praça de Belém. Como, pois, não haviam uns e outros de se solidarizar com o movimento? Tanto mais que, pelas últimas notícias, conhecida a participação do Governador do Amazonas, sua adesão tinha de ser apenas simbólica?

Meses atrás, naquele mesmo recanto, o monóculo aristocrático do Dr. Galvez faiscara diante dos seus patri-

cios da companhia de zarzuelas, que acabavam de aceitar a proposta para ir fundar uma nova república em plena selva amazônica.

Hoje, nessa noite de Novembro de 1900, enquanto, noutra sala do prédio, tintilham as fichas com que dezenas de homens provocam uma resposta do destino, um grupo dos futuros expedicionários também confabula os meios de jogar a sua própria sorte. Estão todos indiferentes ao que se esteja passando nas mesas de roleta ou de bacará. Também não lhes importam as novas mulheres que se apresentam no programa que estréia no City-Club. Para êles, só existe o Acre. A imperiosa necessidade de anular a soberania boliviana. De libertar os milhares de cearenses que continuam amargando o que êles se representam como indescritível cativo. Cativo que suas imaginações esfogueadas fantasiam com os mais exuberantes excessos, procurando acompanhar a dramaticidade com que Orlando — nessa noite mais do que nunca — está há mais de uma hora fazendo trepidar a sua demagogia.

Madrugada alta, a fadiga principia a derrear os guerreiros, desgastados por tanto abuso imaginativo. Aparecem bocejos. Pretextos de ter de fazer alguma investigação importante. Qualquer justificativa para recolher a penates. Vão saindo, ora em grupos de três, ora de dois, até ficarem reduzidos a um par mais resistente à loquacidade torrencial de Orlando Lopes — José Maria dos Santos e Efigenio de Sales. (3)

O animador da conjura cala-se, de repente. Olha em tórno, perscrutadoramente. Fita os dois últimos

(3) — Foi Efigênio de Sales, com quem o autor teve íntimas ligações afetivas, que, ao tempo de Governador do Amazonas, e depois aqui no Rio de Janeiro, proporcionou o melhor material informativo que hoje serve para reproduzir os episódios que compõem êste capítulo.

companheiros, como a sondar-lhes a capacidade de se integrarem, sem restrições, na idéia que certo fato lhe despertou — e que é a causa exacerbadora de sua agitação, no momento. Afinal, em prudentíssimo cochicho, transmite aos dois conjurados a perturbadora notícia. Acaba de chegar a Manaos, vinda de estaleiros europeus, uma lancha de último tipo, encomendada pela Bolívia. Mais ainda: Está abarrotada de armas e munições, pronta para subir rumo ao Acre, a fim de reforçar o poderio boliviano.

A revelação provoca nos dois companheiros uma reação de silêncio, que Orlando acompanha austera-mente, como para não atenuar o tom patético da cena.

Levantam-se, sem uma palavra. Só mais adiante, quando já se sentem seguros de não ser ouvidos, estabelecem um pacto. E juram que, nem aos outros companheiros, darão ciência completa do plano, antes de consolidadas tôdas as medidas e a partida da expedição.

* * *

Madrugada do dia 15 de Novembro. Três vultos encaminham-se, dissimuladamente, para as proximidades de um barranco. A noite é escura. Reina um silêncio amolentador, que faz a sentinela da lancha cabecear de instante a instante, indiferente a imprevistos que, aliás não imaginaria prováveis. Iluminada pelo farol da proa, destaca-se a placa de metal amarelo, onde está gravado o sobrenome do Presidente da Bolívia — “Alonso”.

Os assaltantes julgam que a hora é decisiva, não havendo porque protelar o golpe. Talvez jamais se reproduzam, tão favoravelmente, as circunstâncias daquele momento de ansiosa expectativa. Para não falar da possibilidade de já estar marcada a partida — como apurara Orlando — para a tarde do dia seguinte.

Procuram aproximar-se mais. Cautelosamente, para não despertar atenção. Avança o primeiro. O outro. Depois o terceiro. Esgueiram-se, de modo que não os surpreenda a sentinela que, após muitos cochilos, se empertigou, passeando o olhar pelas imediações do barco.

Sentem os três, sem se entredizerem, que ali está sendo jogada tôda a sua sorte. Descobertos, o castigo não se limitará, decerto, a uma vulgar tentativa de prisão. Serão infalivelmente trucidados pela guarnição. Jogados ao fundo da imensa baía, que os cobrirá com um silêncio inexpugnável, sem que jamais se venha a levantar a mínima suspeita.

Mais uns minutos de inquietação. A sentinela voltou a cabecear, de espaço a espaço. Agora, porém, os cochilos se sucedem em séries muito curtas. De vez em quando, o marujo se retesa, como para lutar contra o sono progressivamente mais dominador.

E' questão de esperar. Mas se aquêles três homens são ansiosos e afoitos. Fundamentalmente incompatíveis com a contingência de uma espera prolongada.

Súbito, num impulso, pulam os três — como um só homem de seis braços — sôbre a presa há meia hora farejada.

O golpe é fulminante. Na vertigem de poucos minutos, a guarnição está totalmente subjugada, para ser largada em qualquer praia adiante. O motor gira rapidamente. A lancha movimentada-se. Faz-se ao largo. No toldo do mastro grande, paneja a bandeira brasileira. Na proa, recobrindo o nome do Presidente Severo Alonso, uma placa improvisada nessa tarde ostenta um nome que, por si só, é uma legenda de civismo — “Ruy Barbosa”.

O “Solimões” só consegue chegar ao local onde a “Ruy Barbosa” o aguarda, dois dias depois. Mas os guerreiros que êle conduz não se revoltam contra a absurda lentidão da sua marcha. Ainda mais que, agora, além do

canhão doado uma semana antes, traz duas metralhadoras e vinte praças da fôrça policial do Estado, contribuição através da qual o Governador Silverio Nery quer proporcionar a maior prova de sua solidariedade. E não é só. Também por anuência do Governador, ali se encontra o “Mucuripe”, comboiando o “Solimões”.

A expedição prossegue, arrastando-se lentamente rio acima, com sua velocidade subordinada às míseras possibilidades de deslocamento do decrépito “Solimões”. Um braço adiante, estrangido na sua meia marcha, o “Mucuripe” fumega, condenado a conter-se e a acompanhar o caricatural “capitânea”. E para maior paradoxo, a velocíssima lancha tomada aos bolivianos — última palavra em produção técnica de embarcações de pequeno porte — vai ali asfixiada de encontro ao bojo do “Solimões”, de motor parado, passiva como qualquer batelão. Mas a expedição prossegue. Lentamente, porém, com destemor.

Não importa que, nessa altura do mês de Novembro, a chancelaria brasileira esteja recebendo, das mãos do plenipotenciário boliviano, uma grave denúncia contra a realização da aventura planejada nas mesas dos cafés boêmios de Manaos. O que importa, exclusivamente, é o ardor com que todos os elementos integrantes da expedição se mostram dispostos a lutar pela causa que consideram sagrada. Apenas é de lamentar que a improvisada flotilha só consiga vencer a correnteza com essa extrema lentidão. Tão lentamente, que a imaginação daqueles espadachins — agora automatizada no exercício de pensar bravatas — não se ajusta ao preguiçoso ritmo das máquinas do “Solimões”. E transborda-lhes nos sentidos sob a forma de originaes planos estratégicos, que cada um guarda consigo, decidido a expô-lo no instante oportuno. Planos audazes, que já afloram à consciência do seu criador com o calor de uma certeza inabalável. Uma

convicção que, inconscientemente, vai semeando os germes de uma discórdia capaz de aniquilar a empresa. Trabalhando subrepticiamente os espíritos no sentido de já não se manter a unidade de vistas, que parecia haver no princípio.

Nem é por outro motivo que Orlando — o comandante-em-chefe da expedição — parece nessa noite obstinado em conduzir a conversa em direção à crítica da tendência, que há no Brasil, para ninguém querer obedecer. Para todos quererem mandar. Enquanto conversa, seu olhar maldoso pousa, a cada passo, sobre Rodrigo de Carvalho que, desde a véspera, ao permanecer dois dias na cidade de Lábrea, fôra aclamado Presidente do Estado Independente do Acre. Do Acre que êles ainda iam libertar. O seu olhar passeia entre os comandados, em busca de alguém que fosse mais capaz do que êle mesmo. Um substituto a quem pudesse, em sã consciência, passar o comando da expedição.

São ao todo cento e trinta e dois homens. Cento e trinta e dois inocentes em matéria bélica e estratégica. Há Avelino Chaves, que chegara a ser alferes-aluno no Rio de Janeiro. Mas não lhe reconhecia qualidades de domínio, maiores do que as suas próprias. E' verdade que também ali se acha José Maria dos Santos (4), ex-aluno da Escola Militar, com a experiência que lhe sobrara da campanha em Canudos. Fosse porque fosse, entretanto — ou porque assim pensasse, de fato, ou por disposições inconscientes de não transferir o comando supremo — José Maria não lhe inspira especial confiança.

Em silêncio, todos concordam com as ponderações que Orlando tece, geitosamente, como para justificar a permanência no posto. Também em silêncio, cada qual

(4) — José Maria dos Santos, o ilustre autor de "A Política Geral do Brasil", é hoje um dos poucos sobreviventes da expedição.

está convencido de que, se expusesse o seu plano estratégico pessoal, a partida seria infalivelmente ganha. Mas faltava um pouco de coragem, de desembaraço, de semcerimônia, para se inculcar como um embrião de herói.

A certa altura, após alguns segundos durante os quais lograra conservar-se calado, Orlando diz aos companheiros:

— Eu tenho um amigo, um conterrâneo valente, que deve andar aí por um desses rios, demarcando... Ah! êsse sim, êsse é que era o homem talhado para êste momento.

E virando-se para dois dos que o ouviam:

— Chacon (5) e Efigênio o conhecem. O Plácido de Castro.

Ambos apoiam com entusiasmo. Mas, da boca de alguns outros, sai quase a um só tempo a mesma pergunta.

— Quem é êsse Plácido de Castro ?

VII

De uma estirpe de guerreiros

O nome de santo que a folhinha estampava naquele dia — era a 9 de Dezembro de 1873, (1) em São Gabriel, próximo à fronteira do Rio Grande com o Uruguai —

(5) — Trajano Chacon, poeta do movimento simbolista, foi mais tarde no Rio o fundador da efêmera revista "A Ateneida" (Discurso de posse de Peregrino Junior na Academia Brasileira de Letras).

(1) — Baseado em informação ouvida do próprio Plácido de Castro, confirmada na inscrição existente no mausoléu do guerreiro, o historiador acreano J. Ferreira Sobrinho retificou a data que os publicistas indicavam erradamente

não podia satisfazer ao pai do nascituro. A memória do Capitão Prudente da Fonseca Castro ainda se conservava por demais impregnada das épicas recordações de Tuiuti, em cuja segunda batalha comandara uma fração do regimento de cavalaria, que integrava as forças do General Conde de Porto-Alegre. Além de que, em sua linhagem, o espírito militar, a marca da ancestralidade guerreira, vinha de muito longe. Desde o valente bisavô — Joaquim José Domingues da Silva — que deixara aos descendentes a glória de haver sido um dos doze companheiros de José Borges da Costa, na conquista de Missões, em 1801. Até seu glorioso pai, que se dera à vida da caserna quando tinha apenas quatorze anos de idade, e acabara sendo o Major José Plácido de Castro, aquêle muitas vezes elogiado pelos “merecimentos e mais partes que concorrem em sua pessoa. (2)

Ao decidir que o menino iria chamar-se José Plácido — tal como o avô, e para também vir a ser, como êste, um brioso soldado de Sua Majestade — uma soturna lembrança talvez haja chegado a enevoar a consciência do Capitão Prudente da Fonseca Castro, evocando-lhe o quadro que tantas vêzes ouvira descrever em família. Uma rede balançando no alpendre da casa-grande. O Major, de olhos semi-cerrados, ninando o filho pequenino. Um escravo de lombo lanhado, que se aproxima sorrateira-

como sendo a do nascimento do herói (Artigo de J. Ferreira Sobrinho em “O Povo” de Fortaleza, de 21-12-38, sob o título: “A campanha do Acre — Retificações históricas”).

- (2) — Todos os dados genealógicos utilizados neste capítulo foram extraídos do estudo do Sr. Celso M. Schroeder, primo de Plácido de Castro, publicado na revista “Aspectos” (Ns. 24 e 25, Novembro e Dezembro de 1939) sob o Título “Os antepassados de Plácido de Castro”, baseado em pesquisas realizadas em arquivos militares e em dados fornecidos por diversos elementos de sua família.

mente. Depois o sangue escorrendo pelo chão. O pânico. Um terror que agita a casa inteira. (3)

Certamente, essas vivências macabras se diluíram no rumor de um estrepitoso tropel, que a memória lhe terá reproduzido aos ouvidos. Tão vivo, como se em vez de puro artifício da imaginação, estivesse mesmo ali presente a cavalcada que se atirara contra os uruguaaios, após a independência por êles proclamada em Tucumã, aos 9 de Julho de 1816. Como se ainda ouvisse o pai contar as bravatas daquele assalto, em que tomara parte destacada, para obedecer às ordens emanadas de Sua Majestade, que se arvorara em pacificador das rixas desencadeadas entre as chamadas Províncias Unidas do Rio da Prata. Tal fôra o comêço de sua vida guerreira. E desde essa época, o ardor bélico não mais arrefecera. Pois se D. João VI o fizera alferes, com vinte anos apenas, acentuando que “não era dos mais antigos, mas um dos mais beneméritos e exatos no serviço” e acabara promovendo-o a capitão, quatro anos após, “pela distinção com que se houve na batalha de Carumbé”. Pelejas sôbre pelejas, durante anos a fio. Na guerra da Independência, participando do sítio de Montevideu. Na campanha da Cisplatina, que lhe valera a promoção a major. Na batalha de Passo do Rosário, que lhe custou a reforma por invalidez. Invalidez passageira, aliás, porque, daí a pouco, lá estava José Plácido outra vez em atividade, a 1.º de abril de 1828, entre as tropas que montavam guarda à fronteira, sob o mando do Visconde de Castro, seu parente chegado e irmão da Marqueza de Santos.

Assim a sua vida marcial — e “a sua conduta civil em nada desmente e pode equiparar-se à militar”. Por isso mesmo, o govêrno imperial lhe havia concedido o hábito da Ordem de S. Bento de Aviz. E ainda ao tempo de

(3) — Celso M. Schroeder presta essa informação, fundamentado em narrativas familiares.

El-Rey, fôra honrado com uma referência oficial ao fato de que “o seu valor, intrepidez, coragem, atividade e bravura, qualidades que desenvolveu na batalha de Carumbé, lhe adquiriram a admiração dos seus superiores e a real consideração de D. João VI”.

No comêço de 1881 (4), aos sete anos de idade, o segundo José Plácido de Castro — que era o primeiro rebento das segundas núpcias do Capitão Prudente e o segundo varão de tôda a sua descendência — empunhava pela primeira vez a cartilha de abecê, num colègiozinho de São Gabriel, sua vila natal. Embora revelasse logo uma precoce capacidade intelectual, os estudos não chegavam ainda a criar-lhe preocupações maiores. Preferia brincar. Brincar como os outros meninos que não tinham pai capitão.

Mas a ventura de uma meninice despreocupada foi-lhe por demais efêmera. A 6 de Outubro de 1885, a morte prematura do Capitão Prudente atira-o à orfandade, compelindo-o a se fazer homem antes do tempo — ainda não completara doze anos — a fim de ajudar a mãe viúva e paupérrima. Para dar pão e teto àqueles seis irmãos pequeninos, tem de substituir suas horas de folguedo pelo trabalho atrás do balcão de uma loja de fazendas. E frequentar a escola noturna, de onde só volta ao lar altas horas da noite. O emprêgo humilde representa, entretanto, um valor irrisório em proporção aos encargos que, antecipadamente, êle vê diante de si, tão cedo os irmãos atinjam a idade escolar e as necessidades se multipliquem. Antes se impõe aperfeiçoar os conhecimentos, ilustrar-se, tornar-se ápto ao exercício de funções que lhe venham a render, na ocasião oportuna, os recursos indispensáveis. E' por

(4) — A fonte mais autorizada, no que toca à reconstituição da meninice de Plácido de Castro, é o livro de seu irmão Genesco de Castro.

isso que aceita, sob a influência da sugestão materna, o oferecimento generoso de um amigo de seu pai — Vitor Barreto — que se propõe custear-lhe os estudos secundários em um colégio importante.

Não chega a durar muito tempo — nem um ano sequer — o esforço íntimo que lhe custa manter-se desobrigado, provisoriamente, de lutar contra a penúria que aniquila aquela família grande e desamparada, reduzida a um soldo desprezível. Uma fôrça interior obriga-o a largar o colégio. E larga-o. Faz-se aprendiz e empregado de uma ourivesaria, junto a cujo patrão se conceitua tão rapidamente que êste, pouco tempo depois, o deixa como encarregado da loja, durante um período em que tem de afastar-se da cidade. Mais um ano, Plácido de Castro se transfere para S. Francisco de Assís, onde um irmão por parte de pai — João Evangelista de Castro — lhe acena, em seu cartório, com um emprêgo melhor, capaz de assegurar-lhe meios de socorrer mais eficientemente as necessidades de sua mãe.

Meado do ano de 1889, Plácido salta daquela cidade a Bagé. Retorna em seguida a S. Gabriel. Aí, trabalhando novamente no comércio, espera o último mês do ano, quando completará a idade regulamentar exigida para o início da carreira que o empolga. De fato, a 27 de Dezembro — dezoito dias após haver inteirado os dezesseis anos — o neto do Major José Plácido de Castro assenta praça no 1.º Regimento de Artilharia de Campanha, sediado mesmo em sua vila natal. Questão de cinco ou seis meses, está êle matriculado na Escola Tática de Rio Pardo, em cujo curso se destaca desde o primeiro momento, pela conduta e pela aplicação. E em 1892, agora no posto de 2.º sargento, torna ao regimento de onde saíra, para aguardar o instante pelo qual anseia há muitos e muitos anos.

Ao findar o primeiro trimestre de 1893, fazia-se realidade o sonho tanto tempo acariciado. Essa notícia que

lhe chega certa manhã de Março — de que lhe ficara assegurada a matrícula na Escola Militar de Porto-Alegre, retardada até aí por falta de vaga — como êle a esperara apaixonadamente. E como se sentia merecedor de tamanho prêmio, que lhe vinha como compensação para tantas noites de sono sacrificado, a fim de não interromper os estudos, sem deixar também de atender às responsabilidades de família, que lhe pesavam esmagadoramente sôbre os ombros. Quanto desespero sopitado, de costas cansadas de curvar-se por detrás dos balcões, com a sensação de haver falhado em tôdas as tentativas para elevar-se. Quanto desejo de adolescente, reprimido, quanta lágrima escondida, até chegar o dia de alcançar aquêle ideal que seu pai lhe incutira no espírito, antes de morrer.

* * *

Desde a entrada na Escola Militar, o cadete José Plácido de Castro estuda arduamente (5). Vive, minuto por minuto, a sensação de haver de fato conquistado o roteiro de seu triunfo. Afunda-se no cumprimento dos deveres escolares com um ímpeto quasi místico. Despreza as horas de recreio. Não aproveita os dias de saída. Fora do horário das aulas e da instrução militar, ou da permanência na biblioteca, só existem para êle os instantes em que escreve longas cartas à mãe, que vela pelo filho à distância. Ao contrário da maioria que o cerca, quer ser apenas um estudante e um soldado. Pouco lhe importa também o que vai de agitação partidária pelo Brasil inteiro.

Entretanto, na Capital Federal, a efervescência da paixão política atinge graus até então desconhecidos. Tumultuam ambições de todos os lados, entre os defenso-

(5) — As melhores e mais exatas informações sôbre êste período da vida de Plácido de Castro encontram-se no livro do historiador Castilhos de Goycochêa, citado no apêndice.

res e os adversários do novo regime, que Floriano incarna. E os que consideram o golpe de 15 de Novembro simples deflagração de appetites pessoais — um movimento nacional longe de haver atingido o real amadurecimento — conspiram furiosamente. Ao mesmo passo que os corifeus do republicanismo ateam a chama da reação armada pelos quatro cantos do país. Bombardeios de cidades indefesas. Punições de funcionários por denúncias anônimas. Felonias de tôda espécie. Deposições governamentais que não se sabe ao certo de onde vêm. Um permanente entrecchoque de mesquinhas competições, que se agitam — umas, em nome do Marechal que se traçou a mística missão de consolidar o regime fundado em 1889; outras, sob a bandeira dos que se obstinam em restaurar o trono, a seu ver derrubado num instante de embriaguez política.

De ponta a ponta, os motins se sucedem. Fazem correr sangue. Inflamam os adesistas apaixonados. Atiram às cadeias os que não se adaptam passivamente. Cada Estado é o foco de uma conjura. Ou a prêsa de um assalto armado. Minas Gerais. São Paulo. Mato-Grosso. Amazonas. Maranhão. E sobretudo o Rio Grande do Sul, onde o facho da reação monárquica, empunhado por Silveira Martins, incendeia a alma de um povo inteiro, que pretende contestar a própria legitimidade das novas instituições.

Plácido de Castro prefere estudar. Mas, até bem perto dêle, ali mesmo no pátio da Escola Militar — como pelas ruas, pelos quartéis, por tôda a antiga província de S. Pedro — borbulha o fermento da paixão política, desvaïrada e subdividida. Picapaus ou maragatos, todos os cadetes e oficiais querem acastelar-se no ponto de vista que julgam o verdadeiro. Ou são florianistas e formam no movimento pró-consolidação da república, que é defendido por Julio de Castilhos. Ou se inclinam para as falanges de Joca Tavares, que são a expressão material das

idéias federalistas, propugnadas por Gaspar Silveira Martins.

O neto do Major José Plácido de Castro procura alhear-se dos debates que convulsionam as horas de encontro no refeitório. Filho de uma região como S. Gabriel, avassalada pelo influente prestígio do ardoroso tribuno, os companheiros consideram-no propenso à mentalidade federalista. Mas se, de fato, assim pensa, se tem essa preferência partidária — praticamente, é maragato moderadíssimo, que só fala de modo vago, quando de todo não pode permanecer calado. E em verdade, não dá margem a que se firmem convicções acêrca de suas hipotéticas inclinações políticas. Mesmo porque, assim como os republicanos o acoimam de maragato, os federalistas mais provocadores o taxam de florianista disfarçado.

VIII

Guerreiro também

O mês de Setembro dêsse 1893 começa mal. A seis, estoura a revolta da armada contra Floriano Peixoto, levando como chefe supremo o ex-Ministro da Marinha do próprio Consolidador — o Almirante Custódio José de Melo.

Se o Rio de Janeiro está em pé de guerra para a resistência, se pelos Estados sopra forte o vento da guerra civil, é no Rio Grande que ressoa mais tonitroantemente o ruído dos vagalhões que a esquadra rebelada agita na baía de Guanabara. Sob o aguilhão de semelhante notícia, a revolução federalista intensifica-se, toma um calor de quase fanatismo. Sobretudo ao saber-se que, agora, quem empalma o pendão de garantia moral do movimento é o vulto fascinante de Luiz Felipe de Saldanha da Gama.

Uma nova onda de entusiasmo derrama-se pelas trincheiras onde fervilha a rebeldia. Os guerrilheiros de Gumercindo Saraiva preparam-se para cavalgar rumo ao Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo que, por outro lado, os republicanos exaltados e ciosos do novo regime incrementam o trabalho de auxiliar a sua consolidação, o que vale dizer — de lutar pela intangibilidade de Floriano, que êles endeusam cegamente.

Na Escola Militar, os florianistas tomam posição definida e rápida. E por isso que representam esmagadora maioria, logo fazem circular, a fim de receber assinaturas, um arrebatado manifesto no qual se pede ao Govêrno o fechamento da Escola. Fechamento imediato, para que alunos, oficiais e praças possam ir engrossar as fileiras legais, no combate aos federalistas, então ombreados com os prosélitos de Saldanha da Gama para a peleja contra o poder do Marechal de Ferro.

Ou porque realmente exprimisse a opinião real da maioria, ou porque esta maioria preferisse combater, a suportar as longas horas de aulas e a obrigação de curvar-se prolongadamente sôbre os livros — o manifesto granjeou adesões em avalanche. A dificuldade não estava em procurar-lhe signatários. Mas em estabelecer ordem no tumulto que punham no modo de concretizar a sua adesão. Cada aluno sonha logo com uma dispensa de exame, além da oportunidade de conquistar seu pouquinho de glória; cada mestre antegoza a volúpia de desobrigar-se, ao menos por algum tempo, do penoso dever de preparar lições eruditas. E o abaixo-assinado enche folhas e folhas, até somar quase o efetivo integrante do estabelecimento. Quase — porque uns poucos cadetes se conservaram à distância. Numa atitude que, desde a primeira vista, podia ser suspeitada de hostil — eram ou deviam ser maragatos.

Esgotadas as adesões impetuosas, os pregoeiros da reação legal procuram agora os arredios. Lançam-lhes o

apêlo, em tom de convite amável. Na verdade, com o sentido de uma interpelação decidida, uma intimação para que os vacilantes se definam.

Chegando a vez de ser abordado, Plácido de Castro não contemporizou a resposta. Nem se acovardou em evasivas.

Recusou-se formalmente. Não que fosse — como quiseram atribuir-lhe — um maragato ferrenho, apenas encoberto por aquêle ar de reserva que todos lhe conheciam. Pois, na realidade, seu espírito era todo forrado de um estofo indissimulavelmente republicano, como o demonstrou nas fases culminantes de sua vida pública ulterior. Negou-se a assinar o manifesto pelo singelo motivo de achar que, sendo a Escola Militar um estabelecimento de ensino, devia manter-se à margem das contendas políticas sem finalidade útil à Pátria. Rejeitou a proposta dos colegas, principalmente, porque vivia fascinado pela perspectiva de levar a têrmo, sem tropêços, a carreira pela qual ansiara desde menino, e cujo passo inicial tanto sacrifício lhe custara.

* * *

A Escola teve suas portas fechadas.

Cadetes e oficiais partiram, para incorporar-se às hostes defensoras dos princípios políticos de Floriano.

Mas Plácido de Castro, como se obstinara em não assinar o manifesto, foi recolhido preso ao 13.º Batalhão de Infantaria. Depois, transferido para o Corpo de Transporte, na guarnição de Bagé, o cadete volta à tropa. E leva nos assentamentos, que o acompanham na transferência, uma nota destinada a advertir seus superiores — “SUSPEITO”. Como suspeito ainda, é destacado semanas após para a guarnição de Rio Negro, onde continuará a ser aproveitado apenas em serviços internos, prolongando-se-lhe a proibição do uso de arma de fogo.

Aí, Plácido de Castro é o mesmo adolescente esquivo, de sempre. Discreto, lacônico, porém inflexível cumpridor dos deveres que lhe são traçados, ainda quando os sinta inferiores à sua capacidade e condição social. Obedece rigorosamente às ordens recebidas. Abstém-se de manifestar pontos de vista políticos. Contudo, também não externa um pensamento capaz de ser interpretado como leve modificação de sua opinião acêrca do fechamento da Escola.

Menos por cálculo, do que por disposição de temperamento, êle se impõe aos olhos da officialidade como um tipo de soldado verdadeiramente modelar — pela conduta impecável, pela sobriedade, pela discreção. De tal maneira que, sob a sensação de máxima surpresa para o cadete suspeito, se viu certo dia rearmado, às vésperas do combate de Rio Negro. E o que é mais — designado para rondar os piquetes avançados, que vigiam a belicosa fôrça sitiante da cidade, nessa madrugada de 24 de Novembro de 1893. (1)

Guardando dentro de si a surpresa que o invade, êle se encaminha para cumprir a primeira missão que lhe confiam, digna de sua condição militar. Vai calado e sereno. Mas carregando nalma tôda a revolta de que se encheu durante os humilhantes dias em que viveu privado de sua arma, como se fosse um traidor infame, quando respondia apenas pelo crime de ser um estudante desinteressado da politicagem. Ruminando ódio e rancor, êle percorre calmamente tôda a linha das sentinelas.

Quando chega à última, num movimento brusco de esporas, aperta os flancos da sua montada. E dispara pelo caminho que costeia a mata, em vertiginoso galope. Transpõe o pequeno riacho que marca a entrada de uma depres-

(1) — As informações dêste Capítulo se encontram nos livros de Genesco de Castro e de Castilhos de Goycochêa, referidos no apêndice.

são do terreno, e por aí se enfia, numa carreira doida, até alcançar, com uma légua de cavalgada, as linhas avançadas do exército revolucionário. Levado à presença de Joca Tavares, seu primeiro gesto denuncia logo o cavalheirismo que marcava a sua personalidade militar. Bandeando-se para os federalistas, pede ao seu novo comandante que permita a volta ao acampamento legal, de dois soldados aprisionados na véspera — um dos quais seu inimigo pessoal. Inimigo ferrenho, que sempre apregoava perto dêle que, pelo seu gôsto, se fuzilariam todos os maragatos disfarçados do Corpo de Transporte, por julgá-lo como tal, por não crer que outro fosse o móvel da sua não-adesão ao manifesto que pedira o fechamento da Escola.

O General atende-o, sem hesitação.

Dois dias após, no sangrento entrevero da Várzea do Rio Negro, o cadete se impõe ao conceito de Joca Tavares por um outro aspecto: Um destemor na peleja, que o destaca entre todos de modo singular. Tão marcadamente que, nos meses que se seguem, cada passo seu é um ato de bravura, que o torna disputado pelos comandantes das fôrças. Desde o General Pina ao próprio Joca Tavares, todos o querem perto de si. Pois sua presença equivale à certeza de ter sob o mando uma capacidade de desassombro que não conhece obstáculos, um heroísmo que espanta mesmo aquêles homens constitucionalmente destemidos. Por isso, os galões que lhe vão sendo colados aos ombros representam, sem favor, o legítimo prêmio a que faz jús, nos sucessivos combates de que participa. Primeiro, como simples soldado, recebendo o batismo de sangue na várzea do Rio Negro. Depois, já oficial e porta-estandarte do seu batalhão, no cêrco de Bagé, “onde a haste da bandeira que plantou junto à trincheira principal das fôrças sitiadas foi cortada por um projétil”. Mais tarde — então Major por ato de bravura, quando só

tinha vinte e um anos — comandando “temerárias arremetidas no Caverá e na Várzea do Vacacaí, em disputados combates”.

* * *

Com o sacrifício de Saldanha da Gama, no trágico embate de Campo-Ozório, a 24 de Junho de 1895, extinguiu-se a chama pròpriamente ideológica (2) da revolta que desfraldara a bandeira da restauração monárquica. A seguir, com o trucidamento de Gumercindo Saraiva, em Caroví, a 10 de Agosto do mesmo ano, tombava a maior fôrça guerreira da campanha federalista, que já estendera seu rastilho até as fronteiras de S. Paulo. Aberto se tornava, pois, o caminho para que o programa reconstrutor de Prudente de Moraes realizasse a paz, que realmente se assinou em Pelotas, no ano seguinte, entre o poder legal, representado pela autoridade do General Galvão de Queiroz, e o poder revolucionário, encarnado na pessoa do General Joca Tavares.

Obediente às determinações superiores, Plácido de Castro apresentou-se ao comando do Distrito Militar, em pleno gôzo das honras que lhe asseguravam os galões de Major do Exército Federalista. Mas, por motivos até hoje não suficientemente esclarecidos, recusou-se a aceitar as prerrogativas da anistia ampla decretada pelo novo govêrno presidencial, que iniciava o ciclo civil dos chefes do Estado republicano. Pediu exclusão das fileiras — num gesto tanto mais enigmático quanto é sabido que a vida militar o fascinava — e recolheu a penates, em São

(2) — O Vice-Almirante Souza e Silva (in “O Almirante Saldanha e A Revolta da Armada (reminiscências de um revoltoso)” Liv. J. Olímpio Ed. Rio) procura contestar êsse fato, baseado em documentos do Arquivo do próprio C. de Melo (pág. 161).

Gabriel, onde dois anos antes deixara mãe e irmãos, pensando revê-los nas férias que viriam dentro de alguns meses.

A permanência no lar é curta. Cêrca de um ano decorrido, o ex-cadete já se encontra no Rio de Janeiro, para mais uma vez recomeçar a existência. Aí, a 9 de Julho de 1896, assume uma função modesta, muito aquém dos seus méritos e aptidões — guarda de 2.^a classe do Colégio Militar. Em menos de um mês, a maneira de desincumbir-se das atribuições proporciona-lhe a inesperada promoção à classe superior, e, a 11 de setembro de 1897, eleva-o ao cargo de Inspetor de Alunos. Então, seu conceito junto aos superiores está sòlidamente firmado. Não só pelo zêlo que põe no cumprimento do dever, como pela circunstância de notarem todos a ânsia com que procura se elevar. Sabem que, na condição de “ouvinte”, êle frequenta certas aulas da Politécnica. E nas horas de folga, que sucedem às refeições, só o podem encontrar na biblioteca do Colégio, curvado sôbre grossos volumes, entre os quais predominam sempre os de geografia.

De fato, a Geografia era a êsse tempo seu entusiasmo maior. Com que deleite espiritual êle se conservava de pé, à porta da sala onde o Barão Homem de Melo derramava suas aulas cheias de erudição. Mais ainda se encantava, à hora das preleções do Capitão-Tenente Temistocles Nogueira Sávio, que lecionava o segundo ano secundário, último do estudo da geografia geral. Através dêsse espírito avançadíssimo, a ciência da terra era totalmente diversa daquela professada pelo outro grande mestre. Não era tão profunda, porém mais viva, animada, palpitante de interêsse humano. E só por isso, aliás, o temível professor fazia-se capaz de prender a atenção dos que o ouviam. Porque, fora dali, seu temperamento irritável

tornara-o afinal o terror de todos os alunos e subordinados.

Pois, justamente por fôrça do gênio irascível daquele catedrático, foi que se interrompera a carreira de Plácido de Castro dentro do Colégio Militar. Um dia, por motivo que procurou respeitosamente justificar, o inspetor deixou de apresentar-lhe o resultado de determinada incumbência traçada pelo Capitão Nogueira Sávio. E a falta do subalterno encoleriza o superior que, diante da classe, o repreende com exagerada energia, temperada de visível agressividade (3). Vendo-o exaltado, Plácido ainda procura repetir a desculpa, com reverência, porém, dentro da mais digna altivez. Mas foi infeliz nos têrmos em que a fez. Ou assim o interpretou o mestre mal-humorado, que, julgando-se ferido com a resposta, intima o inspetor a retirar-se de sua sala. Só por efeito de tão banal incidente — que a direção do Colégio procura acomodar, mas ao qual o modesto inspetor não se quis submeter — é que Plácido de Castro, em Março de 1898, foi parar no Estado de São Paulo, para trabalhar nas Docas de Santos, no emprêgo que um amigo lhe oferecera. E onde se conservou algum tempo, com o fito único de acumular economias a fim de atender à sugestão que dois outros amigos lhe faziam, de Manáos, para que fosse juntar-se a êles naquela terra distante, em cuja voragem de negócios se amealhava fortuna em pouco tempo (4).

(3) — Além da tradição oral, existe um detalhado relato do episódio e suas origens em um artigo do Coronel Jaguaribe de Matos, na revista "A Aspiração" (número comemorativo do 10.^o aniversário do Colégio Militar).

(4) — Plácido de Castro a Manaos.

IX

Destino de uma conjura

Quando Orlando acaba de contar a história e os feitos do herói da revolução federalista, os expedicionários se compenetraram de que é preciso descobri-lo, custe o que custar.

E os dias que se seguem são consumidos, inteiros, na procura do caudilho perdido naqueles confins. Perguntando aqui, investigando acolá, parando em todos os barracões, em todos os porto de lenha, prometendo gordas recompensas a quem esboçar uma pista segura. Contudo que o descubram imediatamente.

A ânsia de encontrar o *meneur*, que o próprio comandante-em-chefe apontou como o homem talhado para a situação, cresce de hora em hora. Toma um calor tamanho que, se muito se prolongar a demora de achá-lo, poderá transformar-se em verdadeira superstição. Porque o arrebatamento daquele punhado de sonhadores não tem limites. É capaz de todos os excessos. Até o de esquecer a própria causa que os arrastou à expedição, deslocando os ímpetos de suas tendências fanáticas, para um movimento obsessivo de procura daquele que já principia a tornar-se um “esperado”. Uma verdadeira anunciação de “redentor”, enviado à romanesca legião de peregrinos que se traçou o sonho de libertar o Acre.

Daí o deslumbramento com que ouvem, a mais de mil milhas do ponto de partida, a informação que lhes dá um caboclo à beira de um barranco. Então, ali tão próximo deles está, de fato, o salvador que procuram desesperadamente? Um frêmito sacode a alma coletiva da expedição, desde há dias fascinada pela idéia de que, se não encontrarem o “anunciado”, quase não valerá a

pena chegar ao fim da peregrinação. Questão de poucas horas de viagem, alcançarão o seringal situado na embocadura por onde o Pauini deságua no Purús. E terão diante dos olhos, em carne e osso, o homem cuja história já ganhara para êles a fôrça de uma legenda.

Fôra de todo impossível aceitar a proposta. Não pelos motivos que o levaram a negar sua adesão à emprêsa de Galvez, em cuja iniciativa não lobrigava nada além de uma aventura comercial. Nem pelos que expuzera em carta a um amigo (1), que o interpelara sôbre sua atitude em face da questão acreana. A recusa prendia-se exclusivamente a uma causa de ordem material — o seu estado de saúde precaríssimo, combalido, a ponto de êle mal se poder firmar de pé. E para que aceitar a confiança de uma centena de homens bem intencionados, se guardava o pressentimento de ter os dias contados? Pois se para receber os legionários, fôra preciso que êles se resignassem a esperar mais de uma hora, até que a febre se extinguisse completamente e terminasse a crise de suor que sucedia a cada acesso febril.

Plácido de Castro não poderia comandá-los. Estava vencido. E de fato, em vez da fortuna fácil com que dois bons amigos lhe haviam acenado meses atrás, a realidade que o Amazonas lhe concedia era mesmo aquela, que êle estava vivendo amarguradamente — a doença, a solidão, a iminência de morrer longe de sua mãe, sem ouvir uma terna palavra de despedida. Uma semana antes — a 9 de Dezembro de 1900 — completara vinte e sete anos. Vinte e sete anos de sofrimento, vividos sob o calor das mais perturbadoras emoções, para acabar afinal no fundo de uma rede, devastado por uma enfermidade que lhe queimava as fôrças dia a dia. E ainda devia consolar-se, por ter encontrado na proprie-

(1) — Encontram-se tópicos dessa carta reproduzidos no Capítulo XI.

tária daquele rico seringal uma alma saturada de maternal bondade. Porque, embora aparentasse, na maneira de governar seus seringueiros, uma energia varonil que beirava às vezes pela truculência, ninguém como a dona do “Boca do Pauini” para ser solícita no socorro aos doentes e aos infelizes (2).

E’ madrugada ainda.

Lá em baixo, à beira do barranco, a flotilha movimentava-se para prosseguir viagem. Os comandados de seu amigo Orlando já não fazem aquêlê rumor de vozes que, uma hora antes, lhe povoara de inquietações a imaginação superexcitada pela febre.

Plácido de Castro contempla, do parapeito da janela da sala, o deslocamento dos faróis que assinalam a proa das embarcações. A seu lado, Dona Quiterinha procura sondar os prognósticos do seu hóspede em relação à possibilidade de êxito dos expedicionários (3). Como êle se esquivê, com um gesto de mãos que não chega a significar uma opinião, ela diz em voz baixa, como quem fala para si mesmo:

— Expedição Floriano Peixoto. O Marechal de Ferro. Às vezes, o nome bem que ajuda...

Plácido sorri com certa melancolia. Balança a cabeça cepticamente, pensando talvez nos méritos de cada um dos cabeças da cruzada — jornalistas, advogados, literatos, homens da sociedade:

(2) — D. Quiteria Sobreira, cearense de têmpera rija e invulgar, que criara em seu seringal um típico regime de matriarcado, em tórno do qual o autor, viajando pelo Purús em 1924, teve oportunidade de ouvir certas lendas mais ou menos inverossímeis.

(3) — Cena reconstituída à base de informações da própria D. Quitéria Sobreira a J. Ferreira Sobrinho, que, em depoimento escrito, as transmitiu ao autor.

— E', Dona Quiterinha, mas eu acho que ela devia se chamar "Expedição dos Poetas"... Poetas, Dona Quiterinha, simples poetas, infelizmente.

E as embarcações vão-se distanciando, até desaparecerem além da curva onde retomarão as águas do Purús.

A escuridão da noite encobre a expressão de decepção tristeza, que abate a fisionomia de cada um. Também, se não o achassem, acabariam desgarrando da trilha que se haviam traçado, tal o fanatismo que já iam pondo no anseio de descobrir o antigo caudilho. Ao menos podiam agora, depois de encontrá-lo, convencer-se da impossibilidade de contar com êle. Estava riscado de tôdas as perspectivas, o que os obrigava a irem até o fim com seus próprios recursos. Partiam desalentados, mas sabendo que não havia mais outro sonho a desviá-los do caminho. Tinham de prosseguir.

E prosseguiam. Continuavam a navegar, enfrentando morosamente a correnteza, que só a custo o pobre "Solimões" conseguia vencer.

Já agora, faltava relativamente pouco para alcançar "Caquetá" — último ponto a jusante da linha divisória entre o território ocupado e o Estado do Amazonas — onde se aquartelavam os remanescentes dos movimentos revolucionários anteriores. Duas ou três dúzias de homens armados, que ainda dirigem as escaramuças com que os habitantes do Acre fazem sentir aos bolivianos que a questão está longe de ser considerada realmente resolvida.

Mais um pouco de paciência, e aportarão ao quartel-general dos revolucionários. E' só conterem por três ou quatro dias a ansiedade. Resignarem-se a uma curta espera, que logo terão atingido o ponto extremo a que se destinam. Mas, se justamente o que não se pode pedir àquela falange de impetuosos é o sacrifício das protelações, indispensável ao ajuste das deliberações de natureza

grave. Se a afoiteza, a impulsividade, a precipitação — constituem a medida por que se pauta o espírito da “Expedição Floriano Peixoto”. A começar pelo comandante-em-chefe que, precisamente ali, quando apenas umas dezenas de milhas o distanciam do têrmo da aventura, já não pode suportar a lentidão da viagem.

E não há como o demover da resolução que acaba de tomar, desde que êle a considera providencial.

A ordem é sumariamente obedecida. Em rápidos minutos, estão desfeitas as amarras que contêm a lancha veloz jungida ao tórpido “Solimões” (4). E a “Ruy Barbosa” tem o seu motor girando, pronta para largar com o grupo de extremados que a tripularam incontinenti, ao mando de Orlando Lopes. Tudo numa precipitação tal, que dão a impressão de levar a certeza de, sòzinhos, daí a horas, poderem destroçar, com um simples gesto, as tropas bolivianas fortificadas em “Puerto-Alonso”.

O “Solimões” prossegue no mesmo enervante ramerrão, seguindo a esteira que o rebojo da “Ruy Barbosa” deixou em sua disparada. Continua a sua marcha de cágado, durante mais dois dias, ao cabo dos quais os seus passageiros veem surgir, numa curva do rio, o vulto branco da lancha em que Orlando se precipitara, na ânsia de não prolongar demasiado o desejo de desencadear a refrega. Meio enfiado, porém aparentando ar de prudência, o fogoso comandante informa aos seus comandados que, antes mesmo de alcançar a linha divisória, tivera conhecimento de fatos gravíssimos, que o inclinaram a esperar o grosso da expedição.

Tristonho Natal êsse de 1900, em que as fôrças da Expedição, desbaratadas em menos de duas horas de com-

(4) — Nos officios existentes no arquivo de J. Ferreira Sobrinho, o “Solimões” é tratado de “cruzador”, e a “Ruy Barbosa”, de “aviso de guerra”.

bate, se recolhiam a “Caquetá”, sob uma chuva torrencial. E como se acusavam os guerreiros, de grupo a grupo, pela terrível derrota sofrida. Como trocavam doestos a propósito da responsabilidade dos que, no desespero da retirada, haviam cometido a imperdoável inépcia de deixar nas mãos do inimigo o canhão que lhes fôra doado pelo Governador Silverio Nery.

Tristonho quanto o foi também para os bolivianos que integravam a guarnição de “Puerto Alonso”, onde a reserva de víveres, pelos cálculos do último balanço, não durariam além de quatro dias. De que valera a esmagadora vitória alcançada, se o bloqueio do rio, a montante e a jusante, impedia a chegada de qualquer recurso, pequeno que fosse, para assegurar a subsistência dos abnegados patriotas que obedeciam às ordens impostas pelo govêrno de La Paz? De onde esperar um socorro para pôr côbro, também, à fúria com que as febres e o beriberi iam dizimando tôda uma juventude sacrificada sem esperanças? Sem uma palavra de protesto diante daqueles sepultamentos diários, que cresciam de número a cada hora que passava.

Era impossível, desumano mesmo, querer levar a têrmo o sacrifício total da guarnição. Principalmente depois que o encarregado da administração viera comunicar ao Delegado Nacional, confidencialmente, haver-se esgotado a última saca de farinha.

S. Excia. o Dr. André S. Muñoz ouve a amarga informação, com digna serenidade. Nenhum gesto de desespero ou de revolta se escapa daquele homem venerável apesar dos seus apenas quarenta anos. Limita-se a um movimento de cabeça, como para se dizer ciente. E recolhe-se à sede da Delegação, em seus aposentos privados, para meditar e escolher uma atitude. Uma decisão na qual se fundirão, por certo, não só a consciência do ilustre médico, formado pela Universidade de Lima,

mas também o patriotismo que lhe ensinara seu eminente pai, que, por coincidência, ao tempo do tirano Malgarejo, fôra o chanceler que conduzira as negociações do célebre tratado de Ayacucho (5).

Logo que a noite caiu, quando julgou haver traçado firmemente um desfêcho para a insustentável situação, o Delegado Nacional faz chamar à sua presença o comandante da praça militar — Tenente-Coronel Pastor Baldivieso — que o encontrou sentado à mesa de trabalho, com a fisionomia grave mas calma. E disse-lhe, pausadamente, sem uma tremulação na voz:

— Mañana, no tendremos nada para dar de comer a nuestra tropa. Apenas hay en el almacén un saco de café podrido. Hemos cumplido el deber hasta el fin, y mañana la pasaremos como se pueda. Pero pasado mañana, 30, a las 5 de la mañana...

Uma curta pausa, durante a qual empunha, com firmeza, um envelope lacrado:

— A las 5 de la mañana, mandará Usted este oficio al campamento de “Caquetá”. En él, pido para ustedes una honrosa capitulación, que harto la merecem. Nuestra situación la conoce Usted tanto como yo, y no *tiene remedio*, a menos que la Providencia venga en nuestro auxilio.

O Coronel Baldivieso, sob intensa emoção, ousa interrompê-lo:

— Pero... y Usted?

O Dr. Muñoz responde secamente:

— El Delegado del Gobierno no há de sobrevivir a la catastrophe.

E como para impedir qualquer argumento de Baldivieso:

(5) — A principal fonte informativa para a composição do episódio foi o livro de J. Aguirre Achá — “De los Andes al Amazonas”, de onde foi extraído o diálogo.

— Estos son documentos que llevan mis disposiciones y que confío a su lealdad. Sé que ellos han de llegar a poder de mi familia. Usted se encargará, además, de conducir nuestros pobres soldados.

O abraço de despedida, por seu silêncio mesmo, é de um patético inexcedível. “*Quando los hombres lloran!...*” — escreveria mais tarde Baldívieso em suas memórias, para exprimir a dramaticidade da cena (6).

Lá fora, o acampamento dorme, já indiferente à sorte que a cada um possa estar reservada. Só se ouve o ruído monótono das passadas da sentinela, que vai e vem na borda do barranco. Guarda puramente formal, porque, daí a pouco, partirá o mensageiro da rendição, que só espera aproximar-se a hora marcada pelo Delegado Nacional.

Em “Caquetá”, não imaginam os derrotados que, a despeito de sua derrota, a fome ia derrubar o poder que a sua afoiteza não fôra capaz de vencer. Como em “Puerto Alonso” também se ignora que, àquelas horas, os fogosos expedicionários estão, na sua quase totalidade, descendo o Purús, rumo a Manáos, de regresso aos seus jornais, aos seus cafés noturnos, às suas pensões alegres, a cujos ambientes se ajustam mais adequadamente os abusos de uma imaginação romântica.

Na noite dêsse mesmo dia trinta, o Tenente Aguirre Achá, membro da guarnição de “Puerto Alonso”, escreveu em seu “*librito de apuntes*” — que seria vinte e sete anos depois a estrutura de um livro de evocação da campanha — para marcar em seu diário um grande acontecimento dessa madrugada, que antes se prenunciara trágica: “... y a poco, el puerto, risueño e bulicioso, se presentava a nuestros ojos, haciendonos pensar si éramos victi-

(6) — General Pastor Baldívieso — “*Campaña del Acre (Memórias Históricas de un Jubilado)*”.

mas de um hermoso sueño, o si la situación anterior fué solo una horrible pesadilla” (7). Não era um pesadelo. Era a realidade indiscutível. A ruptura do bloqueio, mercê da qual se immobilizava sôbre o gatilho do revólver o dedo do Delegado Nacional. E com ela, uma formação de dezoito navios, abarrotados de víveres e munições, que vñham assegurar uma nova fase de consolidação da soberania da Bolívia sôbre o Acre.

X

Um monstro na sombra

À medida que corre o ano de 1901, vão aos poucos se dissipando as emoções que convulsionaram o Acre, desde os começos de 1899. Uma verdade, apenas, permanece inabalável — a perfeita consolidação da posse boliviana, cujo domínio não comporta mais discussão e está sancionado pela presença de um cônsul *brasileiro* em “Puerto Alonso”.

Desde Outubro de 1900, chegara ao Acre uma grande expedição militar, cuja marcha através da selva havia custado cêrca de mil vidas, alguns milhões de libras esterlinas e mais de onze meses de renúncia e sofrimento. Uma enorme coluna que trazia à frente o Vice-Presidente da República, Dr. Perez Velasco, e vinha sob o comando pessoal do Ministro da Guerra da Bolívia, Coronel Doutor Ismael Montes. Foi êsse poderoso contingente de tropas seleccionadas que destroçou os “poetas” arvorados em guerreiros, e esmagou tôdas as escaramuças ulteriores, que meia-dúzia de irredutíveis patriotas acreanos — Gentil Norberto e Hipólito Moreira à frente — teimou em pro-

(7) — Aguirre Achá — “De los Andes al Amazonas”.

longar após a derrota. Sem resultado prático nenhum, pois, daí a pouco tempo, os maiores da cruzada partida de La Paz em Outubro de 1899, assim como o próprio Delegado Nacional, Dr. André S. Muñoz, já se punham de regresso à Pátria, por terem plena consciência de que o domínio boliviano se estabilizara definitivamente.

Em Setembro de 1901, o Coronel Manuel Canseco encarna o poder integral naquela região. Nada o perturba, porque, no Rio de Janeiro e em La Paz, os homens do poder tratam de *coisas mais sérias* do que o destino daqueles pobres homens, que se imolam de um e de outro lado, inglòriamente.

Para o nosso govêrno não importa que o Acre esteja a sangrar. A sangrar nos entrecuchos que os guerrilheiros, remanescentes das campanhas anteriores, provocam dia por dia, incansavelmente. A sangrar pela cortex de suas seringueiras. Pelos poros dos seus trabalhadores, os desventurados desbravadores da selva, que pagam cada vez mais caro o feijão bichado, o xarque ressequido, o café de última classe, que os comerciantes de Belém lhes enviam a preços fabulosos. E tudo sem um lamento, sem um protesto mais, pois que agora as coisas mudaram para pior, naquelas bandas esquecidas de Deus.

E por que irá também incomodar-se o govêrno de La Paz? Para tratar, prosaicamente, da situação dos seus filhos que estão morrendo de febre naquelas selvas inóspitas? Não lhe convem refletir sôbre o trágico destino que se impusera àqueles homens ordeiros e bonachões, que uma fôrça misteriosa arrancou do altiplano andino — acostumados à temperatura das proximidades das geleiras eternas — para atirá-los à fornalha úmida da floresta equatorial. Que mal existe em que os tenham deslocado do seu tradicional labor, no fundo das minas de Oruro, ou nas campeadas da zona pecuária do planalto de Cochabamba? Continuem por lá, degredados sem saber porque,

ludibriados por uma falsa exortação de patriotismo, convencidos de estarem mesmo defendendo um ultrage feito à sua Pátria.

Por lá continuam a morrer, aos montes, às dúzias, dia por dia. Não tanto feridos pelas balas de um ou outro troço de guerrilheiros acreanos que, de vez em quando, numa súbita eclosão de belicosidade esparsa, querem fazer sentir que, a despeito de tudo, permanece viva a chama da revolução. Os abnegados bolivianos despedaçam-se, por mais de cinquenta por cento de cada expedição que ali chega. E o que é mais trágico — além dos “gastos ingentes, que no podia cubrir nuestro exhausto erario nacional”, o que se evidenciava com maior horror era o sacrifício de “inumerables patriotas, que sucumbiam por la letalidad del clima, antes que por los projectiles del enemigo...”

Mas, por bem de que ideal se sacrificam assim êsses homens admiráveis, se os cofres de sua nação estavam esgotados, e os “inimigos” matavam menos do que as febres e o beribéri?

E' em holocausto ao deus Progreso, que se queimam, no silêncio da floresta amazônica, as vidas de milhares de bolivianos. As grandes potências industriais precisam cada vez mais de borracha. Muita borracha para explorar o invento com que Dunlop, em 1888, revolucionou a história dos meios de transporte — para forrar as rodas dos automóveis que se multiplicam e se vão tornando um gênero de primeira necessidade. Para fazer mil coisas de que os privilegiados precisam, afim de viver mais doce e tranquilamente. Bolas elásticas que distraiam os jovens ingleses, inventores do futebol. Discos nos quais se gravem suaves melodias, para ajudar os ricos a digerirem suas requintadas iguarias. Brinquedos para os meninos louros que se divertem no Bois de Boulogne. Saltos de sapato. Capas impermeáveis. Suspensórios e esparti-

lhos flexíveis. Todos os miraculosos instrumentos do confôrto moderno que seduzem o homem do novo século.

Sim, mas que tem a Bolívia com tamanha sêde de borracha, se as suas entranhas são refertas de minas riquíssimas, descobertas desde os meados do século XVI? Se entre os dedos que formam os contrafortes do “Pié de Gallo”, saltam da terra bilhões de quilos de prata. Toneladas de estanho, de zinco, de cobre, de chumbo. Quilos e quilos de ouro, de antimônio, de bismuto. Uma torrente de metal e minérios, que soma anualmente milhões e milhões de libras esterlinas. Sem falar das ricas manadas que pululam nas suas pastagens verdejantes. Nem dos poços de petróleo, alastrados pelas terras opulentíssimas de Dom Simón Patiño — o voraz magnata que é dono de cidades inteiras, e cujas rendas ultrapassam as do tesouro nacional.

Pois se guarda tôdas essa fortuna em seu seio, porque se obstina a Bolívia em imolar seus filhos, pela posse de um trecho de floresta que, além de borracha, nada mais possui ao certo?

A Bolívia tinha de ser o carrasco de seus próprios filhos, porque, acima do sacrifício dos bolivianos, da desventura dos seus lares, de suas viúvas e órfãos, dos túmulos cavados à pressa nos barrancos, um monstro de fauces hiantes rilha os dentes para que a prêsa se deixe esmagar só pelo mêdo.

* * *

A idéia de efetuar um arrendamento do chamado, pelos bolivianos, “Território de Colonias” — em cuja extensão se incluíam as quase duzentas mil léguas quadradas do Acre — vinha de muito longe. Da primeira metade do século XIX, logo depois que Bolívar proclamou a Bolívia independente do vice-reinado de Buenos Aires, a que ficara pertencendo desde 1782. E obedecia

ao fatalismo histórico que condena à escravidão tôdas as nações e povos incapazes de governar suas próprias riquezas.

Já em 1832, um argentino de nome Manoel Oviden, mimoseado com uma concessão de terras bolivianas, quisera impingí-las ao Embaixador inglês no Rio de Janeiro, com o nome de Província de Otuquis (1). Mas Sir Hamilton Hamilton sabia que, por aquêles êrmos, além de plantas medicinais, só existiam árvores de *caoutchouc* — um produto selvagem que, para o conhecimento de S. Excia, ainda não ultrapassara a vantagem de apagar traços de lápis. Sem comprador para tanta terra deserta, o aventureiro argentino decidiu incumbir um alemão seu conhecido, Luiz Vernet, arguto cavaleiro de indústria, de conseguir-lhe um destino qualquer. E êste, agindo em Hamburgo — onde principiavam a chegar as primeiras botinas de goma-elástica, fabricadas em Viena, desde 1850, pelo austríaco Reithoffer — logrou entabolar negociações para a incorporação de um apreciável capital destinado a explorar a zona borrachífera. O que não pôde concretizar afinal, nem em Hamburgo nem em Paris, que foi o palco da sua segunda investida, por motivos até hoje mal esclarecidos.

Agora, porém, no correr de 1901, bem diferentes se apresentam as coisas. Mais do que para divertir o jesuíta Charlevoix, a borracha serve ao fabrico dos pneumáticos e de mil outros artefactos exigidos pela civilização. Em vez de andar um negociista vulgar atrás dos capitalistas sempre prudentes, são êstes que rondam a residência do Ministro Felix Aramayo, chefe da Legação da Bolívia em Londres. Ronda-a Mr. Frederick Willingford Withridge, grande magnata e manejador de capitais anglo-americanos. Sir Martin Conway, da firma

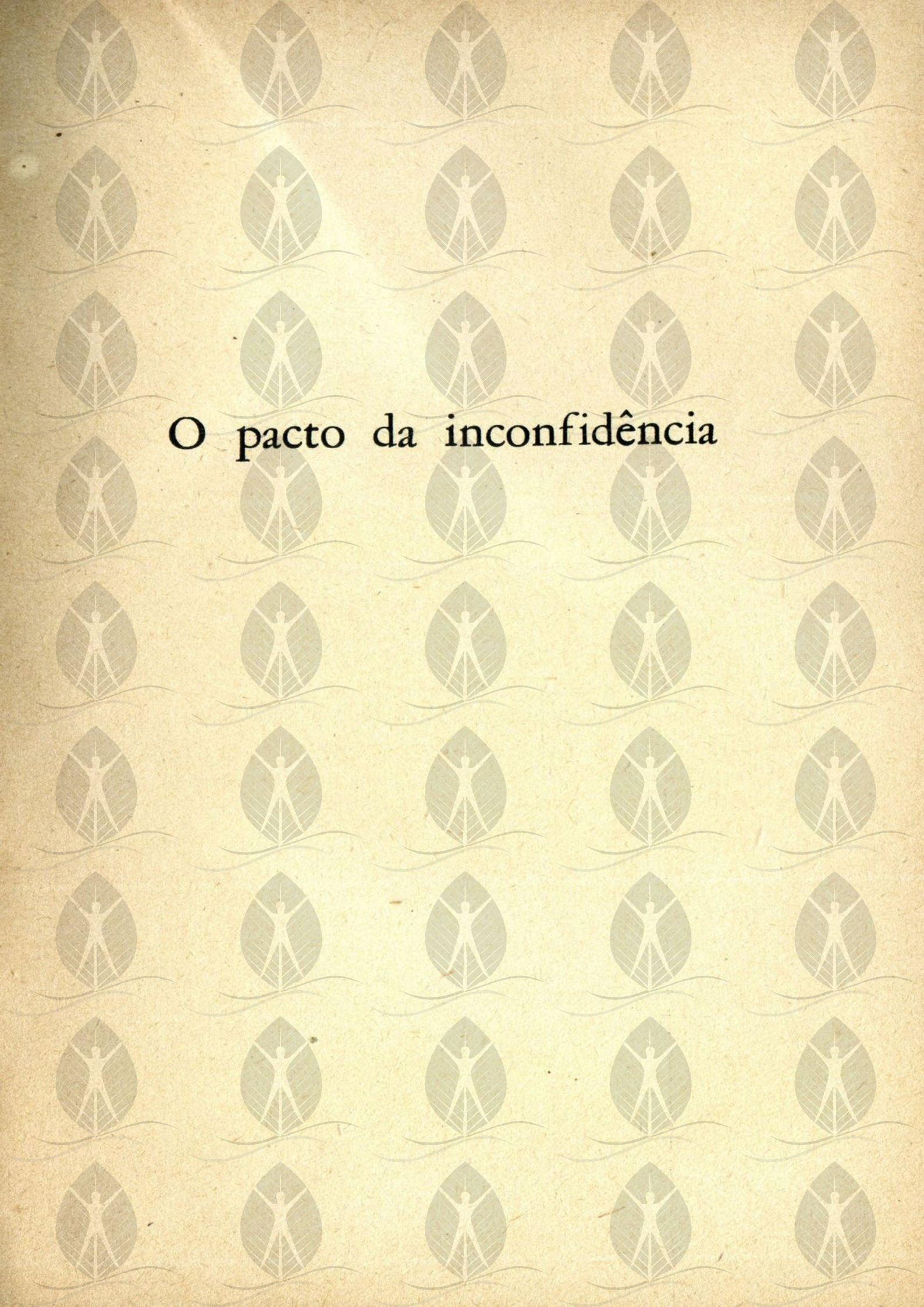
(1) — Castilhos Goycochêa — “O Espírito Militar na Questão Acreana”.

Cary & Withridge. Mais o preposto de Mr. Samuel P. Cret, presidente da United States Rubber Company, consumidora de uma quarta parte de toda a borracha importada anualmente pela América do Norte. Mr. Charles R. Flint, cabeça da Export Lumber Compagny. E até, para dar sabor especial à empresa, um representante de Sua Magestade o Rei dos Belgas, que promete ser dos grandes subscritores de ações.

Empreendimento que se elabora sob tão brilhantes auspícios, bafejado até pela onipotência de uma testa coroada, traz em si mesmo a certeza do triunfo. No dia 11 de Junho de 1901, a presa requestadíssima entrega-se aos seus disputadores. Assina-se o contrato de arrendamento entre a Bolívia, representada por seu Ministro Plenipotenciário, e Mr. Frederick Willingford Withridge, encarnando os poderes da sociedade incorporada sob o nome de **THE BOLIVIAN SYNDICATE OF NEW-YORK CITY IN NORTH AMERICA** (2), cuja presidência cabe — os plutocratas sempre sabem ser amáveis com os pimpolhos dos Chefes de Estado — a um filho do Presidente Teodoro Roosevelt. Uma companhia integrada nos mais salutaros princípios de solidariedade social, que quer levar o progresso e a civilização a um pedaço de floresta esquecida, em troca apenas de umas poucas prerrogativas: Direitos absolutos de administração fiscal e policial. Exclusividade para as iniciativas de exploração do território. Poderes para manter um exército. E uma pequena esquadra também. Enfim, uma promissora organização no gênero das “chartered companies”, aquêlê mesmo que criou as belas civilizações que podem ser vistas numa viagem a Zanzibar ou à Colônia do Cabo...

(2) — Da apreciável bibliografia sobre o assunto, destacam-se os estudos de Júlio Rocha (“O Acre”) e J. Aguirre Achá (“De los Andes al Amazonas”), por mais sugestivos.





O pacto da **inconfidência**



XI

Em busca do herói

Em Fevereiro de 1902, Plácido de Castro se acha de novo na capital do Amazonas, em trânsito para o interior.

Já lá se vão quase três anos de sua chegada ali, atraído pela insistência com que Orlando Lopes e Gentil Norberto lhe acenaram com a possibilidade de amealhar alguns contos de réis em pouco tempo.

Que resultados, entretanto, podia considerar como realmente conquistados até então? De seguro, nada que representasse uma compensação para o maldito beribéri que tentara curar durante a recente estada no Ceará. Mas tinha dúvidas sôbre se não tornaria a agravar-se mortalmente. Sem falar das dores articulares que sempre o perseguiram, desde quando “em uma demarcação, tomou água envenenada pela folhagem de açacú, ficando em gravíssimo estado de saúde” (1).

E quanto à fortuna?

O comêço havia sido desanimador. Numa época em que o dinheiro do Estado era gasto sem excessiva parcimônia, fôra vítima de terrível calote, relativo a trabalhos de agrimensura encomendados pelo govêrno a êle e a Orlando Lopes. Vira a conta cair em exercícios findos. E não mais alimentava a menor esperança de receber a recompensa de tantos dias de labor e sacrifício.

(1) — Todos os dados que se seguem foram extraídos do livro de Genesco de Castro — “J. Plácido de Castro e o Estado Independente do Acre”.

De uma feita, quando viajava próximo à Boca do Acre, quase perdera a vida em um naufrágio. A lancha que o conduzia esbarrara de encontro a uns arrecifes. Pânico. Confusão entre as trinta pessoas que somavam tripulantes e passageiros, enquanto a embarcação adernava rapidamente, de geito a não deixar possibilidade de salvamento. E êle ainda tivera calma — a calma e o sangue-frio que jamais o abandonavam em momentos semelhantes — para tomar a iniciativa que livrara da morte três dezenas de pessoas. Como se mostrara providencial a utilidade da pequenina faca que sempre trazia consigo. Um golpe só — estavam cortadas as amarras. E, em segundos, a lancha submergia, enquanto o batelão flutuava livremente, sob os gritos de alegria e exaltação de todos que se sentiam à beira da morte.

Depois, ficaram dias e dias acampados numa praia, à espera da passagem de alguma embarcação que conduzisse os náufragos para lugar onde encontrassem recursos. E fôra ali mesmo, nessa semana de vida ao relento, que travara relações com o Padre Manuel Laurindo.

O padre andava obsedado com a idéia de descobrir certos campos naturais, cuja procura já lhe custara dois completos insucessos. Agora, iniciara a terceira expedição, que jurava ser infalivelmente a última, desse no que desse. Mas afirmava ao agrimensor que o bom Deus lhe cochichava, dentro dalma, que o êxito desta vez seria absoluto.

Plácido examina meticulosamente o roteiro que o padre lhe estende diante dos olhos. Sopesa em silêncio todos os dados presentes à sua observação. E após alguns minutos de estudo, aceita a proposta de partilha dos campos que descobrirem, exigindo apenas — tal exigência é marca inconfundível da alma de Plácido de Castro — ser êle próprio o comandante único da expedição.

Foi questão de dois dias de marcha. O triunfo custou pouco esforço. E valeu-lhe, na partilha, uma área de vinte e um quilômetros quadrados, que mais tarde requereu ao governo e batisou de “*Carioacanga*”.

Era tudo quanto conquistara no Amazonas dos seus sonhos de menino.

Facílimo, de fato, conjecturar sôbre a finalidade da visita de Rodrigo de Carvalho, que lhe mandara pedir uma entrevista “secreta e urgente”, sabendo que êsse homenzinho ágil e vivaz só tem vivido em função dos problemas relacionados com o Acre, desde que se desencadeara a primeira insurreição (2).

Após o fracasso da aventura de Dom Luiz Galvez, Rodrigo viajara para o Rio de Janeiro, onde morava sua família, a pretexto de tratar da saúde. Na realidade, vinha politicar junto ao Presidente Campos Sales, na esperança de obter-lhe o apôio, ostensivo ou tácito, para um reajustamento da questão acreana, capaz de resguardar a segurança dos brasileiros nela interessados. Mas o Presidente andava absorvido pelos problemas financeiros que esperava resolver com o *funding-loan* tramado por Mister Tootal. E não podia perder tempo com ridículas questiúnculas provincianas. Afirmara a Rodrigo, é verdade, que de modo algum permitiria que as tropas bolivianas de ocupação ousassem trucidar os patriotas que se rebelassem. Chegara mesmo a assegurar que, diante de uma revolução vitoriosa, o Brasil consideraria o estado de beligerância, a fim de iniciar negociações de ordem diplomática. Mas, em última análise, ao despedir-se de

(2) — Os dados para a reconstituição fiel destas cenas, fornecidos verbalmente por Plácido de Castro, em 1907, a J. Ferreira Sobrinho, foram transmitidas por êste historiador, em depoimento escrito, ao autor, e concordam com as informações existentes na autobiografia (manuscrita) do próprio Rodrigo de Carvalho.

Rodrigo, fizera-lhe ver que, certos ou errados, os tratados em vigor asseguravam à Bolívia a posse do Acre como indiscutivelmente legítima. O que era uma forma de insinuar ao irrequieto advogado dos acreanos que preferia deixar as coisas no pé em que estavam.

Se assim pensava o Chefe da Nação, como havia o governador Silverio Nery de encampar mais uma vez o programa de reação armada contra a Bolívia, que Rodrigo de Carvalho, depois da derrota dos "Poetas", ainda teimava em lhe sugerir? No íntimo, desejava repetir abertamente o auxílio que lhe pediam para o novo movimento que se planeja no Acre. Teme, porém, criar casos, hostilizando o govêrno do Presidente que decidira a sua investidura governamental, e que já o advertira pela atitude de conivência com a "Expedição Floriano Peixoto". E recusa-se de maneira formal.

Rodrigo de Carvalho não é homem que se deixe vencer sumariamente. Se não obtém o beneplácito franco do Governador, ao menos de forma indireta quer envolvê-lo na preparação da emprêsa revolucionária. Sabe que, pelos próprios interêsses estaduais que se prendem à questão acreana, Silverio Nery acabará por auxiliar o movimento libertador. E, cada dia, insiste um pouco, reduzindo progressivamente o volume das "aspirações mínimas", para ver o que pode alcançar.

O Governador busca dissuadí-lo. Oferece-lhe empregos de vantajosa remuneração. Sugere-lhe negócios a explorar. Mas Rodrigo rejeita-os. Só lhe serve uma situação no Acre, a cuja sorte liga obsessivamente tôdas as suas preocupações, como se em vez de Cantagalo, no Estado do Rio, o seu berço natal fosse algum barranco do rio de febres tão malignas.

A certa altura do ano de 1901, impressionado com o fato de que, por fôrça da ocupação do território acreano, se desviavam como bolivianas grandes quantidades de

borracha amazonense, Silverio Nery propõe a Rodrigo ir estabelecer uma coletoria estadual no Acre, autorizando-o a escolher o local apropriado. Rodrigo ópta por Caquetá, situado imediatamente aquém da linha divisória. Acolhe a idéia com entusiasmo. E reafirma a sua disposição de levantar novamente a onda da rebelião.

Intimamente regozijado com os belicosos propósitos de Rodrigo, o Governador finge desaprová-los:

— Não faça isso. Cuide da sua vida, que é mais interessante. O senhor vai comprometer o meu governo. E não se esqueça de que foi o próprio Governo Federal quem entregou o Acre à Bolívia (3).

O futuro coletor insiste na deliberação. E o Governador, convencendo-se de que sua decisão permanece inabalável, encerra o comprido diálogo com uma frase hábil:

— Bem. Já que quer fazer revolução, faça-a. Conte comigo no que for possível, porém, não me comprometa.

Que outra linguagem podia falar o elegante governador, se naquele ano, só de borracha *fina*, se foram para os cofres da Bolívia mais de 2 000 000 de quilos (1 000 000 de pêsos bolivianos) ?

A 11 de Novembro do mesmo ano, Rodrigo de Carvalho inaugura oficialmente o Posto Fiscal do Estado do Amazonas em Caquetá, na “linha Cunha Gomes”, barreira divisória com o território então considerado definitivamente boliviano.

Ali, encontra-se êle em situação singularmente estratégica para acabar de tecer a rede da rebelião, sem correr maiores perigos, perto de Joaquim Vitor e de todos os principais cabeças das insurreições anteriores, sempre e cada vez mais empolgados pela idéia de pôr têrmo à soberania boliviana. Em tão propício foco de agitação, passa os dias a sondar, a articular, a tomar medidas dis-

(3) — Rodrigo de Carvalho — “Autobiografia” (manuscrito).

cretas, às vezes em território situado além da linha divisória.

Nos últimos dias de Fevereiro de 1902, vindo rapidamente a Manáos em missão secreta dos conjurados, sabe que Plácido de Castro acabara de chegar e está em véspera de partida, para trabalhos de demarcação no Alto-Juruá.

Pelas conversas de Gentil e de Orlando, Rodrigo tem exata noção da têmpera de Plácido. Também pela carta que êste escrevera a Joaquim Vitor, em Maio de 1901, podia sentir quanto o caudilho era senhor do caso acreano, e do que seria capaz no sentido de resolvê-lo eficientemente. Pois se o fracasso das insurreições anteriores só havia derivado da falta de um chefe. De alguém, experimentado na arte da guerra, que fosse a cabeça única a pensar. Tudo resultara da desorientação dos "orientadores". A começar por êle mesmo, que falhara decepcionantemente, quando resolveram improvisá-lo "general", incumbindo-o de nortear uma campanha que se ia travar com tropas regulares de uma nação de homens audazes, disciplinados por instrutores de exércitos estrangeiros.

Êsse era o pensamento de Rodrigo de Carvalho, à hora em que se encaminhava para a entrevista com Plácido de Castro, levando a inamovível convicção de que o destino do Acre pendia da resposta que o caudilho desse ao convite que lhe ia ser feito. Assim pensavam também os dois grandes proprietários acreanos que, a seu lado, galgavam cheios de esperança as escadas do hotel onde se hospedava o futuro chefe da revolução (4).

Plácido de Castro ouve a exposição de Rodrigo de Carvalho sem dar o mínimo aparte. Por fim, evitando antecipar qualquer esbôço de decisão, alude apenas a um compromisso de natureza profissional assumido com um

(4) — Rodrigo de Carvalho — "Autobiografia" (manuscrito).

proprietário do Juruá. E pede três dias para refletir e dar uma resposta segura.

Três dias de ansiosa expectativa para os autores da proposta, embora possam, de certo modo, basear a previsão da resposta no texto da carta escrita por Plácido de Castro em Maio de 1901 a Joaquim Vitor, onde expusera sua opinião acêrca da situação política do Acre:

“... A independência dessa feraz região é, no meu ver, uma fatalidade que se impõe à Bolívia, como a morte aos sêres vivos. A Bolívia julgou, bem como o Perú e os demais povos de origem espanhola neste continente, que o seu povo não era o mesmo da Espanha, que tinha outras aspirações, outro destino histórico, etc., daí a luta que sustentou pela sua independência dando lugar à formação da Confederação Perú-Boliviana, de efêmera existência, pela mesma causa. E entre o Acre e a Bolívia essa razão por ela invocada em sua época gloriosa não será ainda a mesma?...”

Nessa mesma carta, êle exteriorizava sua compreensão acêrca do problema dos limites, tal como a applicaria mais tarde, na ocasião oportuna:

“... Julgo que para fechar de vez a porta a qualquer intervenção do Brasil (5) na política acreana, êsse Govêrno deve baixar um decreto declarando os limites dessa República, que devem ser ao Norte, o paralelo 10° — 20' de latitude sul, que é o ponto máximo das pretensões brasileiras. Quanto aos outros limites, vós melhor do que eu sabereis estabelecer de acôrdo com a situação em que se encontram os vossos jurisdicionados, mas, na minha opinião, devem ser...”

E após detalhar tôdas as particularidades da delimitação geográfica do Acre, aconselhava medidas de pre-

(5) — Ao leitor apressado poderá parecer êste trecho um indício de disposições separatistas, mas convém não esquecer que o Acre, de acôrdo com o Tratado de 1867 e o Protocolo de 1845, era “incontestavelmente boliviano”.

caução, com a segurança de quem as havia estudado profundamente:

“... Acho também que êsse Govêrno deve confiscar todos os papéis e materiais trazidos pela comissão boliviana que fundou a Alfândega de Porto-Acre.

E’ conveniente, também, mandar uma pessoa de confiança ao Rio de Janeiro protestar contra a intervenção do Brasil e dar publicidade comprobatória a tudo quanto a flotilha tem feito aí, bem como da conduta criminosa do Govêrno do Amazonas que se tem servido da flotilha, como de instrumento seu... exercendo assim direitos privativos do Govêrno Federal...”

A iníciativa da revolução é justa — disso deve estar absolutamente convencido.

Mas, além dos prós, os contras têm que pesar também em suas reflexões. A maioria dos “Patrões” — proprietários de seringais — é constituída de homens analfabetos e rudes, exclusivamente dominados por interêsses de ordem individual. Sabe lá até que ponto manterão uma atitude de resistêcia, no caso de lhes serem oferecidas vantagens animadoras pelo adversário. Ainda mais que, naquelas regiões despolicizadas, onde não chega a sombra das sanções dos codigos, cada patrão é um senhor feudal, dono da vida dos seus servos, déspota de baração e cutelo para decider sôbre a vida e a morte dos que vivem sob o seu jugo.

Quais os verdadeiros recursos materiais e bélicos com que poderá contar, numa região esquecida, onde um boi custa um conto de réis, como êste também é o preço de um rifle ou de um muar?

E o material humano a ser adestrado para uma campanha militar que exige preparação técnica especial, ajustada às singularíssimas condições locais a serem utilizadas como teatro da guerra? Bem sabe que os nordestinos que povoam o Acre são homens audazes, de uma resistêcia férrea e inexcedível. Mas ali, no deserto acreano, o homem

está atirado acidentalmente, por simples contingência de haver nascido numa terra que o obriga a fugir, para não morrer de fome e de sede. Falta-lhe o fundamento da organização da família, pela qual seria levado a sacrifícios inconcebíveis. Naquele destêrro, entretanto, o homem é só. Perdido sôbre uma terra que êle pisa mas sabe que jamais lhe pertencerá. Porque é de um poderoso, enquanto êle não passa de um degredado. Um condenado que, mal chegando, só aspira o dia de desprender-se da escravidão.

Homens como êsses, que não estão presos à gleba, que não têm ali mulher nem filhos a defender, serão capazes de uma luta de vida ou de morte? Fazer com que se empolguem pela idéia de que precisam defender a soberania de uma pátria é, para êles, palavra tão vazia quanto ameaçá-los de, em vez de viverem sob a tirania de patrícios seus, passarem a escravos de tiranos que falam uma língua parecida. Pouco lhes importa, na verdade, que um sindicato capitalista vá assenhorear-se do Acre. Se não sabem ao menos com que letra se escreve sindicato...

Disciplinar êsses párias, incutir-lhes no espírito a mística capaz de arrebatá-los — é tarefa quase sôbre-humana. Mas êle tentará realizá-la.

Esgotado o prazo, Plácido de Castro não o dilata de um minuto sequer. Já tem sua decisão firmada, para comunicar aos três interessados, que devem estar chegando de um momento para outro.

A conferência não se prolonga muito (6).

Sem perder tempo em preâmbulos, Plácido expõe lacônicamente seu ponto de vista. As idéias são claras,

(6) — Também êsse episódio pertence à autobiografia de Rodrigo de Carvalho, participante da conferência.

esquemáticas, insuscetíveis de dupla interpretação. É para rematar, apresenta três condições indispensáveis para que aceite o encargo que lhe querem dar, pedindo aos interlocutores que só se manifestem quando houver terminado a sua enunciação em conjunto, por que elas se prendem umas às outras:

— Primeiro: Tudo se fará à margem de qualquer interferência do Sr. Silverio Nery (7).

Encampando velha antipatia do seu amigo Orlando Lopes, agravada pelo calote de que ambos foram vítimas em um trabalho encomendado pelo Govêrno em 1900, Plácido não admite a hipótese de envolver-se o Governador na projetada revolução. E os proponentes, a despeito de considerarem inestimável a colaboração do Estado, firmam logo em silêncio o propósito de desprezá-la.

— Segundo: Será estabelecida uma junta revolucionária, mas esta, uma vez desencadeada a revolução, se dissolverá automaticamente, ficando todos os poderes atribuídos ao chefe militar, que os senhores propõem que seja eu. A mim, pois, caberá o direito de exercer uma autonomia absoluta durante a revolução.

Faz uma pausa. Rodrigo e os dois proprietários anseiam por ouvir a última imposição, cujo conteúdo não podem suspeitar.

Plácido de Castro articula-a serenamente, com um discreto sorriso. Aquêlê sorriso muito seu, de quem se

(7) — Esta atitude, confirmada por múltiplos depoimentos, denuncia um dos aspectos típicos do caráter de Plácido de Castro: o ressentimento rancoroso em relação àqueles que, mesmo de leve, ferissem sua sensibilidade. Silvério Neri foi, de fato, um dos elementos que mais favoreceram a campanha de Plácido, conforme se deduz de cartas escritas por êste àquele, tempos depois, uma das quais se encontra reproduzida no livro do General Jaques Ourique.

sabe capaz de afrontar todos os perigos, mas confia sempre pouco na bravura alheia:

— Finalmente, terceira mas fundamental condição: Deve ficar assentado que, firmadas as condições, quem faltar aos compromissos será sumariamente passado pelas armas.

XII

Prelúdio guerreiro

Integralmente aceitas as condições impostas, só lhe restava dar os últimos retoques no plano da rebelião. Assentar os detalhes finais, no referente à maneira, ao local e ao dia do seu desencadeamento. Conhecer pessoalmente os maiores da campanha que ia dirigir.

Era o que acabara de fazer em Caquetá com Rodrigo de Carvalho, dois meses depois do encontro em Manaos. E o que ia deliberar, em caráter definitivo, dentro de poucas horas, com Joaquim Vitor no seringal “Bom Destino”, situado em pleno território ocupado pelos bolivianos.

Vitor era homem experimentado em todos os assuntos que se ligassem à vida do Acre, e “foi sem dúvida o acreano que maiores sacrifícios pecuniários fez pela revolução” — escreveria Plácido de Castro, anos depois, em seus “Apontamentos” sobre a campanha de 1902. Por ser um dos mais sólidos proprietários de seringais, gozava de incomparável prestígio, não só entre a população local, como também junto aos comerciantes de Manaos e Belém. Conhecimento profundo dos problemas econômicos da região não lhe faltava, desde que fôra Ministro da República fundada por Galvez e, logo depois, vice-Presidente no Govêrno que derrubara o aventureiro espanhol.

Contar com semelhante colaborador, praticamente, é contar com o Acre em pêso. Todos os chefes revolucionários, que o acompanharam nos movimentos anteriores, mantêm-se na mesma inflexível solidariedade. Vivem em função das medidas que êle aponte como solução imediata para o caso que lhes interessa do modo tão vital. E porque Vitor inculca o nome de Plácido de Castro como o de um salvador, ninguém levanta uma palavra de dúvida em tôrno dos pontos de vista do caudilho. Não há quem se oponha ao mínimo detalhe. Só se quer receber a palavra de ordem, para cumprí-la cegamente. Cumprí-la com a mesma submissão com que o obedecem aquêles dois remeiros ágeis, que o conduzem céleramente rumo à propriedade de Joaquim Vitor.

Ao cair da noite, Plácido de Castro estará chegando a Bom-Destino. Se nada de mau lhe acontecer quando, ao transpor a linha divisória, solicitar permissão às autoridades bolivianas para se internar em direção ao Alto-Acre.

Meia dúzia de milhas adiante, numa curva aguda do rio, que aí não atinge a setenta metros de largo, destaca-se sôbre o barranco o escasso casario de "Puerto-Acre".

Nesse Abril de 1902, o povoado já não ostenta o nome de crisma que lhe deu o Dr. Luiz Galvez Rodrigues de Arias, para servir de sede à sua efêmera república. A "Cidade do Acre" também não voltou a chamar-se como a batisara o plenipotenciário Dr. Paravicini, na ânsia de homenagear Dom Severo Alonso, Presidente da República da Bolívia. E só admira que, para erguer zumbaias ao novo poderoso, não se chame... "Puerto-Pando".

A minguada clareira que se abre na mata infinita encontra-se pontilhada de bandeiras multicores e palmas com que se festejara, uma semana antes, a recepção de um mensageiro da confiança que a Bolívia deposita nos que habitam aquêle destêrro.

Data singularmente festiva fôra o dia 3 de Abril, em cuja manhã brumosa, entre estrondosos foguetes, viram apontar na curva de baixo um navio arvorando o pavilhão boliviano. O navio que trazia, rodeado de numerosa comitiva, o *Delegado Nacional en el Territorio del Acre y Alto-Purus*, incumbido de assumir e fortalecer a posse da região que vai ser entregue, daí a pouco, aos poderosos magnatas do "Bolivian Syndicate".

Dom Lino Romero não é um emissário vulgar, a quem o Govêrno haja escolhido apenas para proporcionar-lhe uma vultosa remuneração. A escolha fundamenta-se no prestígio que lhe grangearam na pátria os seus dotes de espírito. Intelectual finamente cultivado, voltado para os deleites da vida cerebral, guarda no fundo dalma a estrutura de um político arguto e prático, de um administrador capaz de exercer plenamente as atribuições ditatoriais que a situação exige em tal momento da política nacional de seu país.

A recepção é calorosa. Mas o homem de ação, que existe dentro dêle, sabe abreviar, imediatamente, a extensão das homenagens com que seus patrícios possam querer brindar a sua vaidade. Não delonga nada os instantes que a cortesia obriga a tolerar em semelhantes momentos, sobretudo quando em tórno de alguém vibra a entusiástica emoção de ser tido como o mensageiro de uma fôrça protetora que vela à distância.

Dentro de três horas, mal retemperado da sensação de haver penetrado num mundo ainda desconhecido, a sua mão firme, guiada por um cérebro frio e calculador, contrai-se para legislar e estabelecer normas de govêrno.

Impostos sôbre a importação e a venda de bebidas. Sôbre comestíveis. Sôbre todos os gêneros de mercadorias que alí cheguem, seja qual for a sua procedência. Providências para consolidar o que já está firmado sôbre os impostos relativos à exportação da borracha. Projetos

de novos impostos e modificações de tarifas. A par dessas, outras medidas de ordem burocrática. Porque é preciso robustecer a autoridade e punir os funcionários relápsos ou desonestos. Conservar o que está certo, mas repelir o que estiver em desacôrdo com a moralidade administrativa.

Pouço importa que, já no segundo dia, principie a sentir surdas hostilidades a gerar-se entre seus próprios compatriícios. Ou que se tornem hora a hora mais evidentes as manifestações de antipatia, que os seus decretos criam entre os brasileiros. Para que falsas contemporições, quando não há mais o que esconder? Desde Março, já se conhece alí o texto do arrendamento do Acre ao sindicato, que os funcionários procuraram resguardar da divulgação, sem o conseguir, porque os jornais que vinham de Manaos referiam, com protestos “incendiários”, a indiscutibilidade do acontecimento.

Trazia uma determinada missão do seu Govêrno. E cumpri-la-ia de modo inflexível. Modificá-la — seria trair a Pátria que lhe confiara a determinação. Nem a êle incumbia discutir-lhe o mérito, uma vez que lhe fôra imposta como serviço de interêsse nacional. O êrro que houvesse — se havia — vinha de cima.

Haja, pois, o cumprimento de tôdas as gravíssimas incumbências.

Êste decreto agora, publicado no terceiro dia, ainda é mais duro que os outros: um prazo de seis meses, improrrogável, para que se registrem as medições e a demarcação de tôdas as propriedades territoriais, sem o que não se concretizará a legitimação da posse. As propriedades não registradas passarão a considerar-se baldias ou devolutas, outorgado à Bolívia o poder de assumir-lhes a posse “sem direito da mais leve oposição, embargos ou protestos”.

No juízo dos acreanos, a medida denunciava indisfarçável má fé e fôra traçada com cálculo e previsão desidiosa. Um prazo de antemão avaliado insuficiente, tal como convinha ao plano de tornar as terras consideradas como devolutas, de modo a poder redistribuí-las aos que fôsem da confiança da Delegação.

A população repele as explicações tranquilizadoras, as promessas de que a improrrogabilidade do prazo é puramente formal. Para que tanto alarme? — perguntam os bolivianos, com ânimo conciliador. A medida visa apenas fazer um recenseamento e levantar o cadastro necessário para orientar o Delegado Nacional. No espírito dos habitantes, porém, não paira a menor dúvida: aquêle decreto último é o golpe mortal contra os proprietários dos seringais explorados por brasileiros.

E contra êsse golpe é que o Acre inteiro está disposto a empunhar armas, custe o que custar.

* * *

Plácido salta da canoa e galga fleugmáticamente o barranco de “Puerto-Acre”, para avistar-se com a autoridade de quem precisa obter a permissão de transpor, rio acima, a linha além da qual a chancelaria brasileira reconhece um “território incontestavelmente boliviano”.

Dom Lino Romero recebe-o com a afável galanteria que põe, indistintamente, no trato de todos os “brasileiros”. Ouve com atenciosa consideração o pedido que lhe dirige Plácido, para lhe ser permitida a continuação da viagem até ao Alto-Acre, onde vai realizar trabalhos de demarcação. Faz-lhe perguntas sôbre particularidades da região e costumes dos seringueiros. Interroga-o acêrca dos índios que existem naquelas paragens, da possibilidade de surgirem inesperadamente. Formula mil outras questões, sempre em tom de efusiva cordialidade.

Amável e sorridente, Plácido procura responder com segurança à espécie de inquérito a que se vê submetido. E enquanto conversa, vai comprovando que o seu interlocutor, além da sedução de suas maneiras fidalgas, é dono de um raciocínio pronto e de esmerada cultura.

A certa altura da animada palestra, o caudilho tem a atenção despertada por dois olhos vivos e penetrantes, que o fitam com discreção, mas perscrutadoramente. É um homem de estatura elevada, gestos aristocráticos, fisionomia pálida e serena, o rosto emoldurado por luzidia barba negra: Dom Moisés Santivañez, ex-delegado boliviano em Xapurí, deposto pela insurreição de 1.º de Maio de 1899, chefiada por José Carvalho.

Ao contrário do atual Delegado Nacional, Santivañez tem o espírito trabalhado pelas suspeitas que, de modo geral, todos os habitantes do Acre lhe inspiram. Quanto mais aquele forasteiro de fisionomia irônica, cuja presença lhe faz passar pela memória certa cena ocorrida ali mesmo na Delegação por volta de Outubro do ano anterior. Um outro jovem brasileiro, de nome Gentil Norberto, que se dizia por ali em serviços profissionais de engenharia, mas que na realidade vivia a fomentar revoluções. (1)

Momento de mal estar.

Para agravá-lo, daí a pouco, Santivañez aproxima-se do Delegado, como se lhe fôsse pedir opinião a respeito de determinado documento. E, em castelhano, aconselha-o em voz quase cochichada a não ceder tão sumariamente, antes de tomar informações seguras sôbre aquele personagem que pretendia subir o Acre.

Dramático instante para Plácido de Castro. Cruéis e angustiantes segundos de expectativa, de que êle jamais

(1) — O episódio referente a Gentil Norberto está minuciosamente descrito no livro de J. Aguirre Achá — “De los Andes al Amazonas”.

se esqueceria o resto da vida, referindo-os sempre como o trecho de sua existência que maior ansiedade lhe causara. Porque, se o Delegado atendesse à sugestão do atilado secretário, bastaria uma rápida vistoria na embarcação do agrimensor, para se descobrirem as provas inequívocas do propósito que o arrastava a tão distantes paragens. Bandeiras, armas, munições, correspondência de conspiradores, dezenas de provas materiais da real natureza de suas intenções.

Ele sente, claramente, que, nesse minuto, estava sendo jogado, numa parada única, o destino da revolução libertadora. (2)

Prossegue o diálogo cochichado. Na mesma atitude de dissimulação, a olhar de viés o forasteiro suspeito, que se mantém discretamente afastado mas de ouvidos apurados. Santivañez insiste para que seja protelada a decisão. Um pressentimento lhe diz que a atitude do viajante encerra mistério. E talvez ele seja portador de uma perigosa missão.

Dom Lino Romero silencia.

Plácido de Castro tem as mãos geladas por esse rápido silêncio. E só recobra o ânimo quando vê os lábios do Delegado se mexerem novamente. Mexerem-se para fazer sentir ao secretário que, se aquêles fosse o caso, o suspeito personagem não teria porque vir pelo rio, caminho que o obrigava a solicitar permissão de trânsito às autoridades. Por terra, através do varadouro que ligava Caquetá a Bom Destino, ele penetraria no território sem se arriscar a uma captura.

Dizendo isto, Dom Lino Romero encerra a parte cochichada do diálogo. E, alteando a voz, volta-se para Plácido de Castro e dá-lhe o consentimento solicitado.

(2) — Plácido de Castro narrou a J. Ferreira Sobrinho o episódio, com todos os detalhes sobre o seu estado d'alma naquele momento.

Sem mesmo dar tempo a Santivañez para ponderar que a preferência pela via fluvial, ao contrário, ainda aumentava mais as suspeitas. Podia ser motivada pelo desejo de “informarse del numero de la guarnicion boliviana, de sus elementos de resistencia y defensa”. (3) Mas a advertência que Santivañez ainda teria a fazer, dissipou-se sob o calor da efusão com que Dom Lino Romero — e já agora, também dois oficiais superiores da Delegação — propunha que Plácido permanecesse para jantar, e pernoitasse entre êles para “una charla”.

A recusa amável do forasteiro, preocupado em prosseguir viagem com a maior rapidez, fez redobramentos as desconfianças do ex-cônsul da Bolívia em Belém. Mas só o seu espírito prevenido estava alerta. Ninguém mais o acompanha na atitude de suspeita. Tanto que, ainda à hora da despedida, Romero ainda lhe faz do alto do barranco, entre gritos de boa-viagem, uma recomendação para que, ao regressar, venha se quitar da “charla” que o compromisso com o Coronel José Galdino tornara impossível naquele dia. E acena-lhe um adeus risonho e cordial, sem saber que o compromisso que o ligava ao proprietário Galdino era o de aguardar, em seu seringal, o dia 14 de Julho, marcado para o desencadeamento da luta.

Ao lado do Delegado, um grupo maior de funcionários secunda-o nas manifestações de simpatia ao jovem agrimensor. Mas, enquanto se desenrola aí essa cena de desbordante hospitalidade, algo de muito diferente se passa dentro da séde da Delegação. Em sua mesa de trabalho, à luz do lampeão de acetileno, Dom Moisés Santivañez cuida de esboçar, em silêncio, o texto de um despacho que julga conveniente mandar a La Paz, pedindo urgente reforços militares.

(3) — J. Aguirre Achá — “De los Andes al Amazonas”.

XIII

O caudilho desperta

Nos últimos dias de Abril, Plácido de Castro alcança Xapurí, o mais antigo povoado do Alto-Acre, situado na zona a que os bolivianos dão em seus mapas o nome de "Território de Colonias". Para êles, o vilarejo remoto, que fôra tres anos atrás o cenário da primeira insurreição, tem o nome de "Mariscal Sucre".

Desde que se restaurara o domínio boliviano, alí a quase cinco mil milhas náuticas do Rio de Janeiro, os representantes da nação ocupante haviam primado sempre no esforço de conquistar as simpatias dos brasileiros, facilitando-lhes tôdas as medidas que apontassem necessárias à ordem e ao progresso da região. Autoridade benévola, o Intendente Dom Juan de Dios Barrientos começara por instituir um Conselho Municipal, integralmente organizado com elementos brasileiros, cujas deliberações eram acatadas com rigorosíssimo respeito.

Com isso, ia até certo ponto sendo dissipada a impressão, que antes dominava a população — de que o governo de La Paz pretendia escravizar o povo acreano à mais intolerante das tiranias. Principiavam a compreender que a soberania das autoridades andinas queria apenas consolidar a manutenção de uma posse, que a própria diplomacia do Rio de Janeiro reconhecera como incontestável. Não havia, pois, como persistir na obsessão de alimentar ódios injustos, cujo único efeito real só poderia traduzir-se em retrocesso da vida econômica e na inquietude dos espíritos que precisavam zelar pelo progresso do Acre.

Para que oposição gratuita e obstinada ?

Como era do seu feitio, Plácido de Castro ouviu silenciosamente a argumentação através da qual, em sincero desabafo, Paiva Melo fundamentava a deliberação de acomodar-se à nova política adotada pelos bolivianos.

Quando sentiu esgotadas tôdas as razões, que lhe eram expostas pela pessoa a quem acabara de ser apresentado por cartas confidenciais de Joaquim Vitor e Rodrigo de Carvalho, procurou sondar até onde o bem intencionado membro do conselho de Xapurí podia ter perfeita consciência da situação, que vinha de ser criada para o continente sul-americano, com o contrato de arrendamento, assinado poucos meses antes em Londres.

Paiva Melo estava iludido.

E porque sentiu a sua sinceridade, Plácido explicou-lhe a maneira e as bases sob as quais a Missão Aramayo arrendara o chamado "Territorio de Colonias" a um sindicato de capitalistas estrangeiros. A duração do arrendamento. O direito de franquear a navegação dos rios interiores a tôdas as bandeiras. A capacidade para legislar, para manter até fôrças armadas dentro das terras que, afinal, se iam converter em insuperável ameaça à integridade da América do Sul. Poderes, enfim, que permitiriam aos novos donos da terra dispor, para a vida ou para a morte, de todos os que alí sacrificavam o melhor de suas energias.

Aí estava, de fato, a única razão pela qual os representantes do govêrno boliviano haviam iniciado aquela política de cordura. Eram as pérfidas instruções recebidas dos magnatas, que a julgavam apropriada a ilaquear a boa-fé dos acreanos.

Não era contra a nação vizinha que se iria lutar. Pretendesse a Bolívia, por seus próprios recursos, exercer a soberania em proveito de sua própria riqueza, não haveria como pensar em assestar armas contra uma pátria amiga. Mas, por detrás dela, escondia-se uma comandita

de salteadores, que mesmo à Bolívia acabaria por estrangular. E diante de tão tenebrosa realidade, impunha-se desrespeitar até os tratados que a chancelaria brasileira assinara com todos os detalhes de garantia e legitimidade.

Plácido interroga-o sôbre qual seja o seu pensamento, agora que está inteirado das perspectivas que o destino traçou, já não mais para o Acre apenas, mas para o Brasil e todo o continente. E pede-lhe que exteriorize sem reboços a sua opinião de homem livre, incapaz de acumpliciar-se com os comanditários de tão torpe empreza.

Paiva Melo confessa que, se tivesse certeza do que acaba de ouvir exposto com tanta convicção, não hesitaria um minuto. Tomaria decididamente a atitude que lhe era sugerida nas cartas dos dois amigos. Não acreditava, porém, na veracidade dos boatos, que só atribuía ao desejo de manter o Acre debaixo de uma permanente inquietação. Considerava-os, na essência, mero estratagemas para entreter a chama de um certo espírito de bandeirismo que houvesse, por ventura, emigrado na carcassa dos nordestinos transferidos para aquelas terras desconhecidas.

Diante da irredutibilidade do amigo de Vitor e Rodrigo, Plácido julga prudente não insistir a ponto de tornar-se importuno. E até — quem sabe? — provocar uma reação capaz de identificá-lo como o agente articulador de uma revolução que, descoberta a tempo pelos bolivianos, poderia acarretar gravíssimos dissabores.

E evita a relutância. Prefere envolvê-lo em um compromisso condicional. Uma promessa formal, sob palavra de honra, de que se renderá à necessidade do movimento em Xapurí, desde que lhe chegue às mãos um documento confirmador das informações que acaba de comunicar-lhe. Documento que o caudilho vai aguardar

em “Vitória”, e que virá de Caquetá por intermédio d’ele Paiva Melo.

O compromisso condicional é aceito.

* * *

Dez milhas acima de Xapurí, localizam-se os imensos latifúndios do seringal “Vitória”, um dos mais opulentos do Acre, propriedade do Coronel José Galdino, que secundara a proposta de Rodrigo de Carvalho na entrevista com Plácido de Castro, em Fevereiro daquele ano.

O seringal está em festa. Bebe-se a valer. Conversa-se ruidosamente. Só Plácido de Castro permanece em silêncio. Todos compreendem que deve estar fatigado da extensa viagem que fizera desde o centro do seringal. Não chegam a notar o seu nervosismo. Todos sabem que, desde os primeiros dias de Junho, êle se internara pela mata, onde consumira duas ou três semanas avivando um pique de demarcação, conforme a combinação com José Galdino. Mas ignoram que, durante a sua permanencia por lá, mais do que no trabalho profissional, gastara o tempo em visitar “centros” muito distantes, investigando de perto as fôrças com que a revolução podia seguramente contar nos domínios do “Vitória”. Sondando. Orientando. Preparando terreno. Palpando a disposição dos seringueiros. Sentindo que, também alí pelo Alto-Acre, se estende o calor do vulcão patriótico prestes a estrondar.

Ignoram, sobretudo, que mesmo naquele destêrro longínquo, êle recebera um emissário de Paiva Melo, com graves noticias sôbre o que ocorrera a 2 de Junho em Xapurí. Descoberta a verdade sôbre o arrendamento do Acre, de que Plácido lhe dera conhecimento em Abril, estabelecera-se grande tumulto numa reunião do Conselho. E daí resultara a sua dissolução, pela renúncia em

massa de todos os membros, como forma pública de protesto contra a orientação do governo da Bolívia. Além do relato detalhado dos acontecimentos, Paiva Melo enviava-lhe um pacote de jornais de La Paz. Entre êstes, um estampava, na íntegra, o teor do contrato firmado com o "Bolivian Syndicate". Em outro, vinha assinado a lápis vermelho o texto da sua aprovação pelo Congresso Boliviano.

Em meio à balburdia da ceia, Plácido permanece inquieto. Ansioso por ver terminada a festa, de modo a poder conversar a sós com José Galdino acêrca das notícias transmitidas por Paiva Melo. Vibrando por levar a cabo o plano estabelecido na conferência de Caquetá, quatro meses atrás. O povo acreano — êle bem o sabia — mantinha-se pronto para investir contra a situação que o próprio govêrno lhe ãmpusera. Bastava, pois, reavivar a chama que continuava a crepitar surdamente. Simples questão de revolver os sentimentos de revolta, que a amável habilidade dos ocupantes do Acre não lograra dissipar.

Quanto ao seu próprio estado dalma, êle mesmo o exprime, melhor que ninguém o faria, nos "Apontamentos sôbre a Revolução Acreana", escritos em 1906, passada a campanha, quando viajava para o Rio de Janeiro no mesmo navio em que regressava Euclides da Cunha, que pretendia "ocupar-se dos sucessos que trouxeram o Acre para o Brasil":

"... Em 23 de Junho chegaram-me às mãos alguns jornais que noticiavam como definitivo o arrendamento do território acreano e estampavam o teor do contrato então firmado entre a Bolívia e o "Bolivian Syndicate".

Era uma completa expolição feita aos acreanos. Veio-me à mente a ideia cruel de que a Pátria Brasileira se ia desmembrar, pois, a meu ver, aquilo não era mais do que o caminho que os Estados Unidos abriam para futuros planos, forçando-nos desde então a lhes franquear a navegação dos nossos rios, inclusive o Acre. Qualquer resistência por parte

do Brasil ensejaria aos poderosos Estados Unidos o emprêgo da fôrça e a nossa desgraça em breve estaria consumada.

Guardei, apresado, a bússola de Casella, de que me estava servindo, abandonei as balisas e demais utensílios e saí no mesmo dia para a margem do Acre”.

Dessa margem do Acre, êle iria partir no dia seguinte, empunhando o facho da revolução anti-imperialista.

Ao anoitecer de 25, está tudo pronto para a descida de Plácido, em canoa, rumo a Caquetá, ao longo de cujo caminho irá, “concitando à luta os proprietários”, a fim de fazer “romper o movimento em Bom-Destino, seringal de propriedade de Joaquim Vitor da Silva, que era um grande entusiasta da revolução e a pessoa de maior prestígio no Baixo-Acre”. José Galdino, que “incontestavelmente, foi de todos quem demonstrou melhores disposições de auxiliar” o caudilho, procura atender a tôdas as necessidades. Dinheiro. Provisões de bôca. Bom pessoal. Ótimos remeiros. E mais uma carta-aberta de apresentação, capaz de credenciá-lo em qualquer seringal.

Noite fechada, Plácido larga de “Vitória”, recomendando silêncio e cautela à tripulação do barco quando passarem em frente a Xapuri, de modo a não despertar a atenção dos bolivianos alí instalados.

Vai de seringal a seringal. Pára de barraca em barraca. Anima. Esclarece. Dá instruções. Estimula os ódios latentes. Assenta medidas. Exige compromissos de honra.

Todos aquiescem, vibrantes, ansiosos por que não tarde muito a eclosão do movimento. Só fazem restrições quanto à data escolhida, pois a consideram ainda muito distante. Mas aí, é o momento de Plácido de Castro pôr em jôgo o seu espírito autoritário e dominador. Da

blandície que põe na voz ao começar o trabalho de catequese, passa bruscamente à atitude de energia tirânica, para impor a prudência, proibir expansões precipitadas, atos precoces de represália. A palavra de ordem por enquanto, é uma só: dissimulação.

A canoa desliza céleremente sôbre o rio, como arrastada pelo vigor do seu discreto mas ardoroso entusiasmo. Nesse momento, certamente, hão de saltar-lhe à memória, um a um, os perigosos lances de sua vida guerreira nos pampas, até quando se retirou, desgostoso, para a vida civil, já promovido a major por ato de bravura, com apenas vinte e poucos anos de idade. Ferve-lhe na alma, outra vez, a mesma chama que a incendiara nas refregas da Revolução Federalista. É, do seu inconsciente, pula de novo o caudilho, que estava esmagado, adormecido, sob o peso da bússola de Casella e da ânsia de enriquecer. Novamente o caudilho.

A 30, alcança Bom-Destino, onde se entende minuciosamente com Joaquim Vitor. Depois, seguem os dois rumo a Caquetá. Vão por terra, para não serem vistos juntos pelas autoridades de "Puerto-Acre", últimamente supervigilantes.

Encontram Rodrigo de Carvalho vibrante de revolta e de entusiasmo. Revolta pelos termos em que o jornal da Delegação — "El Acre" — lança provocações aos acreanos e ataca brutalmente Lopes Gonçalves, por haver êste jurista escrito um livro de contestação aos direitos da Bolívia. De entusiasmo, porque o Governador do Amazonas lhe havia "remetido grande cópia de armamentos com destino à revolução" (1) conforme iria comu-

(1) — Como se vê, são palavras escritas pelo próprio Plácido de Castro nos "Apontamentos" que servem para provar, seguramente, a eficiente colaboração de Silverio Nery, por êle antes repelida.

nicar detalhadamente na reunião marcada para o dia 1.º de Julho pelos cabeças da próxima rebelião.

O conclave dos chefes revolucionários, em “Caquetá”, efetua-se numa atmosfera de concórdia e vibração cívica.

Acham-se presentes, além de Plácido de Castro, Joaquim Vitor e Rodrigo de Carvalho, numerosos proprietários de seringais, um oficial da Força Pública do Amazonas e o vice-cônsul do Brasil em “Puerto-Acre”.

De início, debatem-se e ajustam-se os fundamentos sôbre os quais deverá ser estruturado o futuro Estado Independente do Acre, partindo de um princípio importante: o Estado a ser proclamado terá, sob o ponto de vista político, uma absoluta autonomia, para não arrastar o Brasil à contingência de uma guerra, já que reconhecera em tratados e protocolos a soberania boliviana.

Assentam-se também as bases da organização administrativa a ser adotada na ocasião oportuna.

Em seguida, concretizando o que fôra deliberado em Manaos, Plácido propõe organizar-se a Junta Revolucionária. Escolhem-se os nomes de José Galdino, Joaquim Vitor e Rodrigo de Carvalho. Confirma-se que Plácido de Castro será o chefe militar, e que “em rompendo as hostilidades, ficaria extinta a junta revolucionária, para que só ficasse em ação uma única autoridade — o Comandante em Chefe — a quem todos se deveriam submeter”. (2).

Data do movimento inicial: 6 de agôsto, imprete-
rivelmente.

Agora, resta decidir, em carater definitivo, sôbre o ponto onde começará a ação militar. Contra seu ponto

(2) — Plácido de Castro — “Apontamentos”.

de vista, inclinado a assaltar, de saída, a séde da Delegação Nacional, a maioria dos representantes assevera a conveniência de principiar pelo Alto-Acre.

Plácido discorda.

Pela alta convicção que guardava do seu próprio valor, quase nunca aceitava as opiniões que não se amoldassem rigorosamente à que houvesse firmado sôbre alguma coisa. E porque sabem disso, uma onda de inquietação corre entre os opositores.

Há um silêncio na assembléia, diante de sua opposição, capaz por si só de fazer periclitar a segurança do plano estabelecido há vários meses. Com aquêlo olhar firme, que completava a expressão austera e incisiva da sua fisionomia, êle ouve atentamente os argumentos com que Joaquim Vitor, profundo conhecedor da região, procura demovê-lo. A despeito de sua rigidez, Plácido não insiste senão quando o ponto de vista adotado resulta de convicções muito sólidas. E, no caso concreto, não lhe parecia de maior importância o problema levantado. Cede, sem retrucar às ponderações de Joaquim Vitor, cuja experiência em relação à vida e à gente do Acre considera singular.

A revolução se desencadeará no Alto-Acre: Xapurí.

Quase duas horas gastas no estudo e definição dos problemas que constituíam o motivo da reunião, podiam encerrar o conclave, a menos que alguém ainda pretendesse levantar uma questão de ordem.

Plácido põe-se de pé. De cabeça sempre um pouco erguida, seus olhos castanhos passeiam lentamente de um extremo a outro da mesa onde os maiorais da revolução guardam suas posições, a testa ampla franzida numa expressão de dura energia:

— Meus senhores: antes de dar-se por encerrada esta reunião, ainda há algo de muito importante a ser ratificado.

Ninguém o interrompe. Mas todos anseiam por ouvir o que lhes parece capaz de representar uma última condição a ser imposta:

— Algo que, a não ser reafirmado, me levaria ao desligamento de todos os compromissos até aqui assumidos, conforme disse aos vossos representantes que me abordaram em Manaus.

A sua fala é pausada. Mas nítida e segura:

— E' indispensável que se reafirme a seguinte combinação de honra: quem, dos responsáveis, fugir ao combinado, será passado pelas armas (3).

* * *

No mesmo dia, Plácido regressa em direção ao Alto-Acre. Vai carregando copioso material bélico. Carregando também mil incertezas quanto ao êxito da rebelião. Porque “todos declaravam que empenhariam o melhor da vida, mas ninguém queria ser o primeiro” — anotaria tempos após nos seus “Apontamentos”.

XIV

A primeira cena

4 de Agosto.

A canoa que conduz Plácido de Castro já se encontra em águas do Alto-Acre, perto de Xapurí. Viagem morosa, toda entrecortada pela necessidade de estudar em caminho certas particularidades do terreno, de modo a

(3) — Diálogos reproduzidos em documentos pertencentes ao arquivo de J. Ferreira Sobrinho e confirmados pela autobiografia de Rodrigo de Carvalho.

não ter de orientar ulteriores minúcias da campanha, baseando-se apenas em informações de terceiros. Em alguns pontos do rio, êle manda a canoa prosseguir, enquanto só a irá encontrar adiante, viajando por terra para palmilhar um varadouro capaz de ser utilizado em momento oportuno. Noutros, detem-se para sondar o pensamento de algum proprietário sôbre quem paire determinada suspeita. Ou para ratificar compromissos que, na ida, não chegaram a consolidar-se de maneira indiscutível.

Ao amanhecer dêsse dia, dominado ainda pela fadiga que não logrou atenuar nas poucas horas de permanência no barracão de um correligionário, Plácido de Castro prepara-se para continuar viagem.

Ultimada a conversa, ao ordenar a partida, no habitual tom sêco e lacônico, em que se exprime nota que o chefe dos remadores — um velho bebedor desgastado por longos anos de vício — permanece imóvel à beira d'água, como se não houvesse tomado conhecimento da ordem recebida. Riterada esta, então com uma energia mais rude, o homem salta para a canoa, onde se acham a postos os companheiros, e aproxima-se de Plácido que, de pé, o encara duramente. Na mais humilde das atitudes, porém, com o ar de quem guarda sua decisão como inflexível, procura explicar.

— Patrão, me desculpe, mas hoje eu não trabalho não. E' a primeira segunda-feira de Agôsto, dia aziago... pode haver algum desastre, que Deus nos livre... (1)

As deliberações de Plácido são sempre rápidas, se bem que refletidas. E, uma vez tomadas, têm caráter absolutamente irrevogável. Em segundos, êle pensa o que poderia valer, em meio àquela gente supersticiosa e sugestionável, a insinuação do velho ébrio, que, além do

(1) — A cena está descrita nos "Apontamentos" de Plácido de Castro.

mais, vinha despertar algo de que os outros nem se lembrariam, numa região onde as folhinhas são objeto de luxo.

O raciocínio está concluído. Êle compreende que não disporá de argumentos morais ou cívicos, que demovam o pobre diabo. E, antes que a alegação seja endossada pelos outros remadores e ajudantes, decide um golpe supremo. Puxa o revolver. E diz-lhe com voz calma, porém, firme:

— Meu velho: se trabalhares hoje, *pode ser que* te aconteça algum desastre, como dizes temer...

Aponta para êle a boca da arma engatilhada:

— Mas se te negares a trabalhar, morrerás *na certa*.

E já.

Com um tiro desfechado no rumo que leva a Xapurí, indica-lhe o caminho a seguir: E, instantaneamente os remos começam a bater com vigor sôbre as águas barrentas, rio acima.

Plácido desvia o olhar, sem ao menos sorrir, preocupado em tornar esquecido o incidente. Faz-se distraído, indiferente, como se não percebesse o ímpeto sob o qual os remos impulsionam a embarcação, hora sôbre horas, quase sem repouso, durante o dia inteiro.

Às 10 horas da noite, a escuridão é profunda.

Momento de inquietante expectativa. Vão passar, daí a minutos, em frente à povoação de Xapurí, onde há uma vigilância intensificada por parte dos bolivianos ali sediados. Sem falar na possibilidade de ter sido reforçada ao extremo, no caso de por lá haverem repercutido notícias de espões acêrca do conclave de Caquetá.

Impõe-se a máxima cautela. E' preciso que passem despercebidamente. Plácido adverte os remadores, no sentido de não fazerem barulho, batendo com os remos na borda da canoa.

O velho bebedor torna a comportar-se mal, como se assumisse uma atitude de franca provocação.

Plácido intervém novamente, desta vez já conhecedor da técnica mais eficiente para dominar o rebelde:

— Cuidado, meu velho. Cuidado, que ainda estamos na primeira segunda-feira de Agosto. Dia aziago... Se nós fomos descobertos, tu morres. Cuidado...

Agora, faz-se um silêncio dramático. A canoa desliza sem ruído. Um pouco adiante, a embarcação atraca discretamente, para saltar o emissário que vai, por terra, através de um varadouro que reduz à metade o tempo da viagem, levar um recado ao Coronel José Galdino, no sentido de “reunir imediatamente todo o seu pessoal”.

* * *

Às nove horas do dia seguinte, Plácido chega a “Vitória”. José Galdino aguarda-o, cheio de nervosismo, agitado pela emoção que lhe puzera nalma o recado do caudilho.

Plácido apresenta um desmedido entusiasmo, que a custo dissimula o seu cepticismo. Afiança a José Galdino que, praticamente, a revolução já é triunfante. Forçando deliberadamente a verdade — “não devia falar de outro modo” — assevera que, a essa hora, estará também conflagrado todo o Baixo-Acre, onde deixara um ambiente de vibração indescritível. Julga, portanto, que será questão de vinte dias. Se tanto. Por todos os meios, busca armar efeito, a fim de animar os 33 homens que Galdino conseguira reunir à pressa, recrutando-os nos “centros” menos distantes, onde se empenhavam na labuta extractiva. Entre êles destaca-se até um filho do patrão, como simples soldado. Para prestigiar moralmente o movimento.

Cêrca do meio-dia, realiza-se uma pequena revista da tropa. O comandante desdobra-se em explicações sôbre as linhas gerais do desembarque, de modo a serem evi-

tados os atropelos e a algazarra. Conselhos a respeito da serenidade que se impõe depois de vitoriosa a investida. Esclarecimentos de meia dúzia de outros detalhes a seguir estritamente.

Ao cair da noite, apresentadas as canoas para conduzir o contingente, que se destina a Xapurí, Plácido relanceia ainda uma vez o olhar sôbre os homens que o vão acompanhar. Entre os remadores, lá está, com o mesmo ar de inesgotável fadiga, o caboclo velho que lhe guiara a embarcação na longa viagem de ida e volta a Caquetá. Fita-o demoradamente. Não mais com a dureza com que o intimara a desprezar as suas superstições. Mas sorridente e pilhérico, cheio daquele humor que usava manejar na ocasião oportuna:

— Olha, meu velho, lá na minha terra, a primeira quarta-feira de Agôsto também é dia aziago. E o amanhecer da primeira quinta-feira, idem. Não te esqueças que temos de chegar ainda antes do amanhecer. É com pouco barulho.

* * *

Às quatro e meia da madrugada, ainda noite fechada, divisam as primeiras barracas de Xapurí.

Xapurí é um povoado minúsculo. Mas constitue um pôsto boliviano da maior importância. Porque, para ali afluê a produção de dezenas de grandes seringais, desde que as autoridades instituíram a completa franquia municipal para a saída da borrachá, com o hábil intuito de atrair a simpatia dos acreanos. E, de fato, aquela era a zona do território onde se encontravam em maior número os partidários sinceros do domínio da nação vizinha.

Em meio a algumas dezenas de barracões singelos, há apenas, além da Intendência, três casas que mereçam êste nome. Nelas, justamente, é que estão alojadas as autoridades bolivianas.

Por conhecer palmo a palmo a topografia do logarejo, Plácido tem perfeitamente cristalizado na consciência o plano do ataque. E os trinta e três homens que integram o contingente sabem, à hora de se aproximarem daquela margem direita do rio Acre, tudo que lhes caberá fazer no momento decisivo.

Plácido de Castro faz desembarcar a tropa, previamente instruída no sentido de se tripartir, cercando cada fração uma das casas. Reserva-se a si mesmo o prédio da Intendência, que também é a residência da autoridade maior — Don Juan de Dios Barrientos.

O ataque exige orientação racional e rápida, para não ter sua eficiência anulada pela exiguidade da tropa. Deverá ser de surpresa, simultâneo, fulminante. Para não dar tempo à reação.

Às cinco da manhã, já é dia claro. Mas o povoado ainda ressona, fato que não deixa de causar estranheza.

Ignoram os assaltantes que êsse dia 6 de Agosto representa uma data de maior significação nacional. A data da Independência da Bolívia. E o povoado ainda dorme, porque, antecipando os festejos comemorativos do brilhante acontecimento da vida sul-americana, desde a véspera haviam sido copiosíssimas as libações gratulatórias.

A ação é rápida.

Plácido penetra na Intendência. Apossa-se de uma poucas carabinas e de dois cunhetes de bala. E chama por alguém, em voz alta, batendo palmas fortemente.

Quem acode é o próprio Don Juan de Dios Barrientos. Pensa o simpático Intendente que se trata da rapaziada boêmia, que vem acordá-lo precipitadamente, assim tão antes da hora combinada para iniciar o programa das festividades. E grita, estremunhado, a ver se demove os foliões e consegue remergulhar no sono reparador:

— Caramba! Todavía es temprano para la fiesta!

Plácido contém um sorriso. E responde com decisão:
— Não é festa, senhor Intendente. E' revolução. (2)

À reunião convocada por Plácido de Castro para o dia seguinte — 7 de Agôsto — comparecem todos os habitantes de Xapurí, confraternizados com os revolucionários desde o instante da deposição do Intendente e da prisão de todos os elementos bolivianos. Os que não se encontram ali presentes, às duas horas da tarde, é porque se embrenharam na mata, com a incumbência de recrutar gente para engrossar as fileiras da revolução, ou estão montando guarda no local onde se acham detidas as autoridades depostas.

Aberta a sessão cívica, Plácido de Castro explica, em linguagem simples e acessível, as razões determinantes do movimento. Esclarece o programa de ação a ser concretizado contra a tentativa de escravizar o Acre a um grupo de aventureiros internacionais organizado em sindicato. Apela para o amor à liberdade e diz o que a revolução espera de todos os acreanos.

Os oradores sucedem-se. Cada qual mais inflamado, derramando frases retumbantes, que arrancam palmas estrepitosas.

Depois, obedecendo à sugestão do chefe revolucionário, proclama-se ali a independência do território, repetindo a proeza do Dr. Luiz Galvez Rodrigues Arias.

Outra vez — o Estado Independente do Acre.

Bandeira içada com marcha batida. Cabeças que se descobrem. Um arrepio de arrebatamento patriótico, que a corneta faz espalhar-se sôbre aquela massa deslumbrada, novamente, pelo sonho de um futuro mais generoso.

Lavra-se a ata da independência. Com vinte cópias, para serem distribuídas rio-abaixo. E uma, especialmente,

(2) — A cena corresponde fielmente à descrição de Plácido de Castro nos "Apontamentos".

a ser enviada com urgência ao Delegado Nacional da Bolívia em “Puerto-Acre”, como um gesto de desafio que soube gostosamente ao paladar dos exaltados. Mas que, para o caudilho experimentado e conhecedor da condição humana, guardava significação bem menos quixotesca — a que êle registraria maldosamente nos “Apontamentos”:

“... afim de que (pensei eu) com esta medida, se alguém fraqueasse, não pudesse recuar, visto se haver comprometido com a assinatura na ata”...

XV

Vésperas de combate

Com apenas três dias de haver deixado Xapurí, cuja guarnição confiara ao comando leal de José Galdino, Plácido é inteirado de que, segundo informações merecedoras de fé, teria chegado a “Capatará” um grande contingente do exército boliviano. Imediatamente, manda reconhecimentos por terra e por água, a fim de colhêr dados seguros, capazes de inspirar-lhe uma orientação. E, antes mesmo de receber a confirmação, exultando por ver aproximar-se o momento de dar início à ação propriamente militar da campanha — “a ocasião de pôr em prática o que pregara pela palavra” — destaca nesse dia, 29 de Agosto, um emisário para levar notícia do fato a José Galdino:

“... sigo para Capatará com o fim de embargar o passo do inimigo. Se por um lado tenho toda probabilidade de fazer grande sacrificio de vidas, não deixo de me sentir feliz por aproximar-se o momento em que possa mostrar que sou capaz de fazer o que digo. E neste momento augusto de grandes resoluções, afago a esperança de cumprir o meu dever em quaisquer circunstancias”...

A belicosa ansiedade de Plácido de Castro terá, contudo, de esperar um pouco. Essa ainda não é a oportunidade de dar cunho definido à revolução, por ora reduzida ao simples assalto de um povoado que dormia, derreado pelos excessos de uma noitada alegre. Nem aquela reunião do dia seguinte — que, a despeito do ardor cívico em que decorrera, não deixava de ter um vago sabor de opereta — podia constituir feito capaz de ser incorporado à sua fé-de-ofício revolucionária, alcançada nas lutas federalistas. O de que precisava era de um feito militar, já que o de Xapurí nem de leve o fôra.

Mas ainda há que esperar. Porque, ao regresso da patrulha de reconhecimento, fica provada a inteira falsidade da notícia, como pôde pessoalmente comprovar, quando no dia seguinte, amanheceu em “Capatará”.

À sua chegada, no instante mesmo em que surgiu diante do barracão, um acontecimento inesperado alvoroça, não só a soldadesca, senão também a população tôda do seringal. Um prêto brasileiro, que por ali era tido como suspeito de espionagem em favor dos bolivianos, desaparece instantâneamente das imediações. No primeiro momento, Plácido pensa em ordenar uma batida rigorosa na mata circunjacente, por onde o fugitivo se embrenhara. Imagina que, assim, seguindo-lhe o rastro, poderiam até descobrir algum reduto onde estivesse acampado o inimigo. Ou, quando mais não fôsse, aprisionariam o espião, de quem se poderiam talvez arrancar preciosas informações.

Como sabe pesar os prós, êle também sabe avaliar os contras. A medida imaginada, pela dispersão que imporia à tropa guerreira, seria bem capaz de retardar demasiadamente a continuação da viagem. Bastava o tempo que fôra compelido a perder, demorando em um barracão cêrca de dez dias, a fim de esperar que se atenuassem os seus padecimentos, súbitamente agravados por violenta

recrudescência da infecção palustre e do seu crônico beribéri. O que se impunha era prosseguir na marcha projetada em direção ao ponto onde deveriam surgir, de um momento para outro, as forças inimigas. Prosseguir, com a maior urgência possível, antes que fôsse tarde.

Prova de que andara providencialmente inspirado — não querendo retardar mais a sua marcha — teve-a Plácido no dia seguinte, 31 de Agosto, ao desembarcar no seringal “Benfica”.

Já o ar de surpresa com que o viram chegar — causou-lhe espécie. E, mais ainda, quando foi informado de que, dali para baixo, pelo Acre afora, era tido como fato a notícia de sua morte, ocorrida, ao que se dizia, num combate em que os bolivianos lhe teriam destruído totalmente a tropa.

Saber se a divulgação de semelhante boato visava anular o entusiasmo pelo movimento, ou se pretendia apenas levar os bolivianos a afrouxar a vigilância e as medidas de precaução ultimamente adotadas, era o que se tornava difícil esclarecer. Mas, fôsse como fôsse, o fato desalentador é que a falsa nova correria celeremente por todos os seringais, atingira até o Baixo-Acre. E com tal calor de certeza, que muitos dos elementos comprometidos haviam fugido, transpondo a “linha Cunha Gomes”, de maneira a se sentirem garantidos em território indiscutivelmente brasileiro. Outros, como Joaquim Vitor, encontravam-se presos pelas autoridades bolivianas, agora dispostas a agir com a máxima energia.

Momento grave e periclitante.

Plácido reflete, mobiliza sua pronta capacidade de encontrar soluções racionais para as situações extremas, sem pôr a perder o que já haja sido sòlidamente conquistado.

A iniciativa preliminar tinha de se orientar no sentido de que “no Alto-Acre nada se soubesse dessas mi-sérias” (1). Impedir a difusão de notícias alarmantes, que poderiam estabelecer o pânico em Xapuri. Levar a cabo o bloqueio do rio naquele ponto, ameaçando de punição capital quem quer que se aventurasse a criar dificuldades ao prosseguimento da campanha.

Mas o pior é que a sua própria tropa, ainda não integralmente afeita à rigidez da disciplina militar, principia a agitar-se. Paira na atmosfera um discreto sôpro de desobediência, cada vez que, durante essa semana, êle delibera convocar proprietários para estabelecer combinações, ou recrutar seringueiros destinados a engrossar a expedição. Cochichos misteriosos. Frustâneas tentativas de fuga. Boatos de levante e reação.

Dias terríveis, de inquietação e vigília, cujas horas decorrem povoadas de amargos pressentimentos. “Poucos compreenderão o quanto tem de horrível uma situação como aquela, em que cada dia que passa é um ano de existência que se nos rouba”.

Entretanto, a sua têmpera de condutor de homens é justamente para tais momentos. Nada há que o intimide ou leve a adotar atitude de tolerância. Age como se não percebesse a onda de rebeldia, que pretende der-ramar-se em tórno. Movimenta-se. Fiscaliza. Dá ordens. Prepara sem vacilações a continuação da viagem, pois a sua energia aos poucos ganha um prestígio de mística. Tanto mais que sabe, na ocasião necessária, concretizar-lhe o poder “pela espada e pelo revólver”, de modo a conseguir, como vai conseguindo — sem reação ostensiva — que sua tropa continue com êle a caminhada, silenciosamente. Passivamente. Tão passivamente que, nos primeiros dias de Setembro, já a sente capaz de

(1) — Os trechos citados entre aspas foram extraídos dos “Apon-tamentos” de Plácido de Castro.

ficar entregue a um dos seus lugares-tenentes, com a certeza de que nenhum imprevisto ocorrerá durante a ausência a que se vê obrigado, por necessidade de avaliar pessoalmente a real situação criada no Baixo-Acre pelo boato de sua morte.

* * *

Encontrar Joaquim Vitor em “Bom-Destino”, livre e reintegrado em suas atividades comerciais, causa a Plácido vivíssima satisfação (2). Viva como a que se estampa na fisionomia bronzeada do valente acreano, ao comprovar com seus próprios olhos que ali está, em carne e osso, o homem de quem todo aquêlê povo esquecido do Brasil espera a última possibilidade de libertação.

Vitor presta-lhe informações minuciosas sôbre a situação criada pela notícia de sua morte. Basta dizer, para mostrar o tom de veracidade com que foi propalada, que o próprio Delegado Nacional, Dom Lino Romero, se decidira a restituir-lhe a liberdade, porque pudera convencer-se do fato, por informações colhidas entre elementos bolivianos de absoluta idoneidade. E, como declarava abertamente aquela autoridade, tinha a certeza de que, suprimida a influência do caudilho, estava fatalmente acabada a revolução.

Após o almoço, partem logo para “Caquetá”, viajando por terra, livres do perigo de serem vistos juntos pelos soldados que guardam o barranco de “Puerto-Acre”. Ali, irão encontrar Rodrigo de Carvalho, Gentil Norberto, uns poucos dos companheiros conjurados, que não se deixaram abater totalmente e ainda creem que um golpe hábil fará reacender a chama da revolução. Principalmente porque, ainda poucos dias antes, um gaiola vindo

(2) — Dados fornecidos ao autor pelo próprio Joaquim Vitor.

de Manáos acabara de trazer-lhes uma remessa de armas, munições, provisões de boca, que o Governador Silverio Nery mandava com o fim de auxiliar o movimento. Para não falar do motivo supremo dessa esperança: a convicção de que, dali por diante, assim que se levasse aos revolucionários a prova de que Plácido continuava a lutar, o entusiasmo recrudesceria com inexcedível ímpeto. E, em poucos dias, o Acre estaria outra vez em pé de guerra.

De fato, por onde êle passa ao regressar de “Caquetá” para assumir o comando da tropa em “Liberdade”, sua presença vai revigorando o ardor embotado pelo desânimo que se espalhara rapidamente.

À sua passagem, em cada barracão onde pousa por alguns minutos, são compromissos que se afirmam calorosamente. Juramentos sagrados de adesão incondicional. Contingentes que se reorganizam por ordem dos próprios donos dos seringais, alguns dos quais chegam a ponto de dar quitação de qualquer débito do empregado, desde que êle se enfileire na revolução.

Em meio à viagem, quando já sente a intensidade com que o movimento se rearticula, Plácido é abordado por um desconhecido, cujo nome logo identifica como o de um dos mais valentes elementos das insurreições anteriores.

Chama-se Alexandrino José da Silva.

À memória de Plácido afloram os traços do perfil que os acreanos lhe haviam feito, para definir êsse homem que — mal sabe o caudilho — virá a ter, um dia, tristíssimo destaque em seu destino (3).

Ouvindo o rude linguajar de analfabeto, em que Alexandrino lhe oferece incondicionalmente os présti-

(3) — Dados colhidos no arquivo de J. Ferreira Sobrinho e em depoimentos de contemporâneos, inclusive o Sr. Rufino de Oliveira, que está vivo e residindo em Manáos.

mos, Plácido há de recordar as horrendas façanhas que lhe atribuem. As proezas que realiza tôda vez que se embriaga — e êle o faz frequentemente. Os crimes frios que deixou esquecidos nos sertões do nordeste, sem que a polícia ousasse enfrentá-lo. Torturas inconcebíveis que dizem ser empregadas no seu seringal, quando resolve punir alguém que o haja desagradado.

Por detrás dêsse fundo sanguinário, Plácido evocará também o que tem sabido a respeito do seu prestígio entre a maioria dos seringueiros. Da bravura quase lendária, cantada por todo o Acre sem uma voz discordante. Todos os seus rasgos de heroísmo, que correm em histórias já conhecidas até dos bolivianos.

Plácido ouve-o, calado. Mira-o penetrantemente, enquanto êle vai expondo as vantagens que pode oferecer à causa. Convence-se de que pode servir como insubstituível instrumento para certas situações. E aceita a colaboração, incumbindo-o de iniciar imediatamente um trabalho de intensivo recrutamento por todos os seringais que êle possa atingir. Dá-lhe instruções detalhadas. Sugere determinados proprietários, junto aos quais poderá jogar com o seu nome conforme documento que redige ali mesmo. Aconselha-o a agir com energia e decisão. Evitando, porém, a violência, a fim de evitar antipatias, prejudiciais à ação revolucionária.

Alexandrino recebe as ordens com a mais humilde submissão. Por fim, à hora de se separarem, Plácido de Castro determina o prazo além do qual não deverá prolongar a missão de recrutamento. De modo a chegar ao acampamento em “Liberdade” antes do fim do mês corrente.

* * *

A 14 de Setembro, completando uma semana de ausência, Plácido de Castro reaparece em “Liberdade”.

E chega em boa hora. Porque, após uma primeira etapa de acomodação, durante a qual a tropa se submetera passivamente ao seu substituto, o latente espírito de revolta já tornara a criar efervescências. Há grupelhos suspeitos, onde a conversa se interrompe bruscamente à aproximação inesperada de algum estranho. Pilhérias de sentido dúbio, que fazem pensar em uma senha para desfecho de possível motim. Por todos os lados, os elementos insuspeitos — encarregados da vigilância — encontram sobejos motivos para temer, a cada instante, a consumação de um levante.

Pensa-se na possibilidade de vir sendo a tropa trabalhada por secretos agentes das autoridades bolivianas. Espiões que procurem lançar o espírito da insubmissão a pretêxto de uma iminente invasão do território por forças militares brasileiras, mandadas do Rio de Janeiro para consolidar a soberania dos ocupantes. Ou quaisquer elementos inescrupulosos, que estejam minando a disposição revolucionária dos acreanos à custa do suborno, por promessas de prestígio e de compensações pecuniárias.

Ao têrmo de muitas conjeturas, porém, podia-se agora identificar o responsável pela ameaçadora fermentação contra-revolucionária. Nessa noite que precedera o retôrno do chefe militar, a contra-espionagem individualiza, com absoluta segurança, o articulador do motim incipiente.

E' o "Doutor". Um rapazelho de dezesseis a dezessete anos, de rosto ainda imberbe, corpo franzino de adolescente (4).

Em meio àquela massa de analfabetos e primitivos, a instrução primária recebida em um colégio de Fortaleza assegurava a Antoninho — o "Doutor" — um destaque absolutamente excepcional. Além de saber ler

(4) — Também êsses elementos foram tirados das notas firmadas por J. Ferreira Sobrinho.

e escrever correntemente, seus conhecimentos das quatro operações fundamentais o haviam tornado uma espécie de consultor, que era ouvido em tôdas as situações difíceis. Desde o exame das contas oferecidas ao fim da safra pelos patrões, até a elaboração de alguma carta de amor ou de rompimento de noivado, que precisasse ser mandada ao Ceará. O seu forte, porém, a arma que melhor sustentava seu prestígio entre os seringueiros eram as tinturas de geografia e história com que usava embasbacar a caboclada, falando-lhe de terras desconhecidas que êle descrevia como se já as houvesse palmilhado. Contava histórias do tempo em que o Brasil ainda não fôra descoberto, como falava de guerras que haviam ocorrido antes mesmo do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo: Só aí, talvez sua sabedoria era posta um pouco de quarentena, já que mexia com coisas jamais referidas nas arengas dos vigários sertanejos. Ou quando o surpreendiam, altas horas da noite, fungando disfarçadamente o nariz para guardar escondida alguma lágrima de saudade da mãezinha, de cujo regaço o destino o desprendera tão precocemente. Mas bastava que, ao ser interrogado, pretextasse o incômodo de um importuno resfriado, ou que se puzesse a discorrer sôbre lances da guerra com o Paraguai, para que o olhassem outra vez com respeito e admiração. Com o afetuoso entusiasmo que levava todos a consagrarem a sua sapiência naquela alcunha de “Doutor” que abafara para sempre o seu nome de batismo.

Era o “Doutor” quem andava semeando na tropa o germe da desobediência. Era êle quem, nos cavacos que precediam a hora do silêncio, se punha a explicar o êrro, a falta de patriotismo da campanha contra a Bolívia, assegurando que, em última análise, o que se estava fazendo era combater contra o Brasil. Pois se o govêrno brasileiro firmara vários tratados, onde insistia na sua falta

de direitos de soberania sôbre o Acre. Aquela revolução era uma verdadeira traição à Pátria, e ainda seria capaz de acarretar uma guerra entre os dois países amigos. E se tal acontecesse, êles que estavam ali semeando ventos, acabariam colhendo tempestades.

A seringueirada acompanhava a digressão profética, de boca semi-aberta, entre espantada e temerosa. Cada qual procurava compreender os conceitos à sua maneira, ruminando os pontos que suscitavam a idéia de futuras punições muito severas. E a verdade é que o ambiente ia sendo insidiosamente minado, dia a dia com mais vivo efeito, saturado pelo sutilíssimo veneno que o rapazola procurava instilar com diabólica maldade. Com uma eficiência que estava a ponto de atingir ao extremo, quando Plácido de Castro reapareceu inesperadamente.

Logo após o regresso do chefe, ao perceber que o comandante-substituto levara àquele a denuncia do que fôra apurado, o "Doutor" esboçou uma tentativa de evasão, inteiramente malograda. Não que a soldadesca deixasse de se fingir despercebida, porém, porque um dos oficiais, pessoalmente, conseguira alcançá-lo em vertiginosa carreira.

Conduzido à presença do chefe, o quase fugitivo manteve atitude de firme serenidade, denunciando propósito de enfrentar o castigo que lhe fôsse imposto.

Plácido procura ser brando. Em vez de ameaças violentas, a admoestação afetuosa. O perdão para a irreflexão do gesto, que compreende ligar-se à pouca experiência da vida. Exalta suas virtudes intelectuais, a serem aproveitadas patrioticamente na colaboração com os que se decidiram a tudo sacrificar pela libertação do Acre. Fala na tristeza com que sua mãe receberia um dia, mais cedo ou mais tarde, a notícia de que o seu filho atraíçara uma causa sagrada e cheia de ideal. E assim que vê esboçar-se a crise emotiva, que a paternal advertência

ranca da alma do rapazola, apressa-se em dar por terminada a cena cujo patético, também em sua sensibilidade, começava a repercutir.

* * *

Ao cair da tarde, é bem outra a atmosfera moral do acampamento em "Liberdade".

De grupo em grupo, correm comentários sôbre o que representara o reaparecimento de Plácido no Baixo-Acre. Joaquim Vitor, novamente em liberdade, cada vez mais solidário com a causa dos rebeldes. Alexandrino — o valente Alexandrino — sob as ordens do chefe, embrenhado pelas matas, a recrutar seringueiros. Adesões por tôda parte. Munições e armamentos chegando de Manáos e Caquetá. Tudo rearticulado, mais seguro do que nunca. O Acre, como um só homem, pronto para se libertar ou morrer.

O entusiasmo brilha nos olhos da soldadesca. Agora, a dificuldade consiste justamente em demover os que avançam, aos montes, para candidatar-se a um lugar no piquete que irá postar-se no ponto onde deverá passar o contingente boliviano. Porque essa notícia, que vem de ser comunicada — a aproximação de uma grande coluna inimiga, no rumo de "Emprêsa" — põe na alma da tropa um alvoroço de semi-embriaguez.

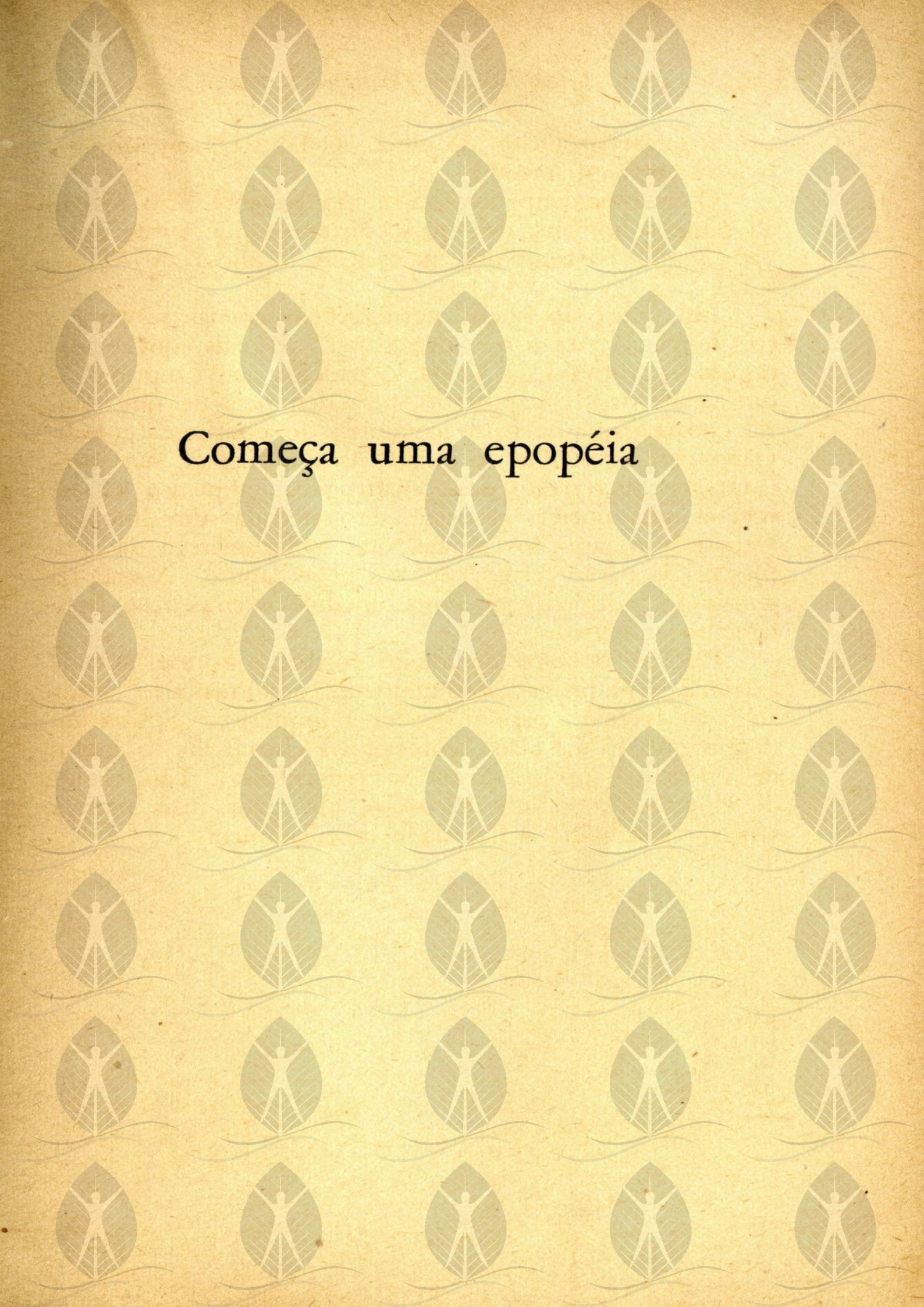
Exulta-se à perspectiva do combate iminente. Há uma sêde de sangue, que beira pela loucura. Por isso, quase ninguém desejaria aceitar a incumbência de tomar um rumo oposto, nas várias missões de recrutamento a serem despachadas dentro de minutos. Escolhido, porém, não há quem esboce o mínimo gesto de hesitação. A ordem é obedecida cegamente, sob a fascinação do chefe poderoso que os magnetiza com a sua energia. O que se deseja ardentemente, é fazer alguma coisa. Cum-

prir o dever ordenado de cima. Colaborar, sem discutir se está certo ou errado.

O acampamento esvazia-se rapidamente. Só restam ali poucos homens, dos quase duzentos que antes andavam sendo corrompidos pela ação insidiosa do “Doutor”.

Em redor do chefe, permanecem apenas sessenta e três homens, para o que der e vier. E mais aquêlé português — Antonio da Veiga, o padeiro de “Emprésa” — que acaba de ser capturado, pela denúncia de que estaria encarregado de ir ao encontro do contingente boliviano para servir-lhe de guia. A discussão de sua sorte é que enche o resto dessa madrugada, enquanto não se recebe uma notícia decisiva da chegada do inimigo. Debate-se a punição cabível, que oscila entre a da simples prisão para averiguações e a pena capital. A maioria considera indispensável, como medida exemplar, o fuzilamento sumário.

Plácido opõe-se de modo formal a tomar atitude extrema, sem provas absolutamente documentais. Nada além da reclusão para proceder a inquérito. Sobretudo depois que, já dia claro, começam a chegar-lhe os apelos de diferentes proprietários da redondeza. Tão cheios de elogios à conduta do prêso, que nada mais restava senão restituir-lhe a liberdade, imediatamente.



Começa uma epopéia



XVI

Batismo de sangue

Zero hora. 18 de Setembro.

Plácido procura, em silêncio, tomar pé diante da situação que se apresenta.

Do piquete de reconhecimento, recebera informes urgentes, anunciando a aproximação do inimigo. É um contingente numerosíssimo, armado e equipado a rigor. Tal como êle previra, desde o momento em que soube que essa fração de fôrças estrangeiras caminhava sob o comando do coronel Rozendo Rojas, Ajudante-General do Exército Boliviano, figura de excepcional relêvo no govêrno de La Paz.

De "Missão", onde fôra surpreendida sua passagem, até "Emprêsa", que é o ponto a partir do qual o inimigo começará a seguir a margem do rio Acre, a viagem se faz por terra em cêrca de cinco horas. Cinco a seis horas de marcha forçada, para quem seja senhor do caminho. Não para uma tropa que desconhece o terreno e vai palmilhá-lo a primeira vez.

Urge decidir. E com brevidade. Pois cada minuto que passa, são dez metros que o adversário avança, aprofundando a sua penetração.

Plácido balanceia os homens de que dispõe ali.

São 63 apenas, visto como não houve tempo de regressarem os muitos que partiram, em diferentes rumos, nas missões de recrutamento. Valentes e dispostos, mas apenas sessenta e três.

Esperar que os outros regressem — pode arriscar a um desastre. Além de que, ao partirem, não receberam de modo explícito um prazo determinado. E se o trabalho de recrutamento os houvesse obrigado a incursões muito profundas? A sorte tem de ser decidida, exclusivamente, com a fôrça de que dispõe no momento. Resta a esperança de poder “compensar a diferença de número com uma emboscada” em local propício. Êste será, melhor que outro qualquer, um situado logo acima de “Emprêsa”, onde o rio se flete sôbre si mesmo em fechadíssima curva, a que os acreanos dão o nome de “Volta da Emprêsa” (1).

Considerando as dificuldades da marcha — pelo desconhecimento do terreno e pela fadiga de uma caminhada de meses — a fôrça inimiga não atingirá aquêle ponto em menos de sete ou oito horas. O tempo suficiente, folgadoamente suficiente, para que êle leve os seus sessenta e três homens até o pequeno anfiteatro, rasgado em plena floresta, que vai servir de cenário ao assalto. Aí, devidamente emboscados na densa muralha verde que emoldura a clareira, onde desemboca o varadouro palmilhado pelo contingente de Rojas, o triunfo pode ser préviamente calculado. E com isso, estará concretizado o primeiro lance realmente militar da campanha. Tal como Plácido almeja e espera ver realizado.

Principia a caminhada, dentro da noite branca de luar. Enquanto caminham, o chefe rumina as instruções ministradas à tropa, quando provira de 50 tiros a cada um dos guerrilheiros. Recomendara-lhes a maior parcimônia possível durante o combate. Que não disparassem a esmo. Nada de “atirar a torto e a direito, parecendo querer matar o inimigo com os estampidos”. Para um soldado precavido, a munição entregue seria suficiente. Questão de saber poupá-la com inteligência. Outro pon-

(1) — Plácido de Castro — “Apontamentos”.

to sôbre o qual insistira de modo especial: nada de se agruparem, depois de estender a linha, senão fìcariam constituindo um alvo muito mais favorável. Conselhos diversos. Advertências. E até instruções minuciosas para o caso de serem forçados a recuar.

Aproxima-se o amanhecer. Próxima também está a clareira da “Volta da Emprêsa”, onde já se emboscou, há mais de meia hora, tôda a poderosa fôrça do Coronel Rozendo Rojas, pronta a fazer a “surtida” que êle próprio arquitetara para a recepção do inimigo. Ali, em campo raso, descuidado e confiante, Plácido de Castro é surpreendido por uma fuzilaria quase fulminante. Sem supor que, em tão poucas horas, o contingente fôsse capaz de vencer, em plena noite, tôda a extensão do longo varadouro cuja travessia custa, ainda aos mais traquejados, no mínimo, cinco horas e meia. E, maior surpresa ainda: comprovar que, nessa arrojada marcha forçada através da floresta, quem guiou os quase duzentos soldados de Rojas foi alguém cuja vida, três dias atrás, ficara por uns instantes a pender de uma palavra sua. Porque, ao mais leve gesto de tolerância, os seus homens teriam feito rolar por terra, ali mesmo no acampamento, o corpo do vil padeiro de “Emprêsa” — “Antonio Português”.

* * *

A derrota foi brutal, embora só se consumasse após setenta minutos de titânica resistência. Vinte e dois mortos. Dez feridos. Seis que provàvelmente fugiram. Enfim, mais de cinquenta por cento da minguada tropa de ingênuos recrutas com que tivera de enfrentar, numa emboscada, cento e oitenta praças de um exército adestrado por instrutores prussianos e comandado por um expoente da elite militar da Bolívia.

Em poucos minutos — escreveu Plácido nos “Apostamentos” — “o fogo tomou a intensidade de combate, e, cedendo à brutalidade numérica, a minha linha principal começou a recuar, sem que eu percebesse, acabando por ceder o campo ao inimigo. Só então, percebi que estava com a retirada cortada e que só restavam cinco homens do piquete que me acompanhava. Retirei com dificuldade...” Com dificuldade, sim, mas com empolgante bravura. Pois, na retirada, Plácido de Castro guarda sempre inflexível o “panache” que nunca o abandonou. Vencido, fustigado pela fuzilaria intensificada, êle ainda recua de frente. De frente, sem se voltar de costas para o adversário, num gesto que lhe assegura a certeza de que, no caso de ser morto, jamais poderão supor que êle estava em fuga, como um covarde qualquer (2).

A despeito da superioridade de homens e munições, os bolivianos não insistem na ofensiva. Nem perseguem os guerrilheiros em retirada. São sacudidos por uma onda de entusiasmo, conscientes do brilho da sua vitória. Trocam abraços efusivos. Dão vivas à Bolívia e a Rozen-do Rojas.

Próximo à margem do rio, há uma tosca barraca perdida na mata, residência de um pobre seringueiro a quem o beribéri impedira de incorporar-se à revolução. Ali está êle a olhar espantado para os vencedores, com a fisionomia contraída numa expressão de amargura pela desgraça que acabara de testemunhar. De repente, uma voz o interpela, depois de uma gargalhada:

(2) — “... batendo em retirada, recuava de frente para o inimigo, o que, afirmou depois, fazia porque bem podia ser alcançado por uma bala, e, se o fizesse de costas, o chamariam, depois, covarde”. J. Ferreira Sobrinho, artigo publicado em “A Selva”, de 30 de agosto de 1938, em Manaos.

— Mira! Y tú? Te faltam las gambias? Porque no te escapaste también? (3)

A insolência vem de um único soldado, que se destaca de um grupo mais distanciado — destoante elemento daquele povo sempre nobre em suas atitudes.

Uma onda de ódio convulsiona a máscara do seringueiro. E a sua bôca se contrai para vomitar sôbre o insolente uma resposta injuriosa.

Nesse transe, o insulto arrebatava também os outros soldados, que se precipitam sôbre a carcassa do cearense. Arrastam-no como desprezível molambo, entre cusparadas e pontapés. E dão-lhe o alívio definitivo com uma descarga de balas de rifles, à queima-roupa.

Senão quando, assoma à porta da barraca, com uma expressão trágica, empunhando o rifle do marido trucidado, a mulher do seringueiro. Avança, sob desvairedo impulso, para cima dos carrascos. Luta com êles, denodadamente, com um furor que chega a atordoá-los. Até disparar a arma vingadora, cuja bala se vai perder em meio ao grupo que se aproximou às carreiras para investigar o acontecimento.

A leoa é subjugada. Mas, ali perto dela, dois médicos da expedição estão curvados sôbre o corpo do Coronel Rojas, na ânsia de sondar a extensão do ferimento que a bala perdida lhe deixara na espádua. A bala que, antes de transfixar-lhe a carne, decepara uma das dragonas, numa coincidência que era um símbolo de ódio.

Tôda a soldadesca se enfurece. Clama pela punição sumária e imediata. Contudo, só ao Comandante cabe decidir. E êle decide com um tamanho cavalheirismo, que desconcerta os que pretendiam vingá-lo. Manda que soltem a desventurada mulher — a valente Angelina

(3) — Além da tradição, o episódio foi publicado por J. Ferreira Sobrinho.

Gonçalves de Souza, nessa data imortalizada para os anais do heroísmo acreano.

Com um gesto, Rojas ordena que lhe deem a liberdade, murmurando:

— Mujeres así no se mata (4).

E entre os contemporâneos houve quem afirmasse que, a seguir, baixinho, com o “humour” que gostava de cultivar, Rojas segredara a um oficial que permanecia a seu lado:

— Si Castro tuviera diez mujeres como aquella, conquistaria hasta... la Bolívia...

XVII

Violenta refrega

A tropa de Plácido de Castro está exausta.

Mas a caminhada de vários dias, quase contínua, desde a hora da retirada, preencheu totalmente a finalidade que a determinara. Reforços de todos os lados. Patriotas que se foram incorporando em cada seringal. Gente e mais gente, a engrossar a coluna da libertação, que já orça por cêrca de duzentos homens, ao findar de Setembro. Pouco importa que, a cada passo, vá comprovando a grave ressonância de sua derrota, cuja notícia se espalhou com uma celeridade de espantar. A situação é delicada. Difícil como a de todo chefe militar que é vencido. Muitos dirão que “se conhecesse do assunto, não teria marchado com 63 homens apenas” (1). Pois

(4) — J. Ferreira Sobrinho — Artigo em “A Selva” de 30 de agosto de 1938. Manaos.

(1) — As citações dêste capítulo, assim como os diálogos reproduzidos, correspondem ao texto dos “Apontamentos” de Plácido de Castro.

que falem à vontade os “entendidos”. Êle tem a segura convicção de que age acertadamente. E quando uma convicção o domina, não há obstáculos que lhe estorvem. Os que julgam imprudente e vã a sua disposição de prosseguir na luta, perguntam, com geito mas insistentemente, o que ainda pretende fazer. A êsses, o caudilho responde serenamente, com um laconismo que encerra de vez o assunto:

— Pouca coisa: atacar o inimigo em “Volta da Emprêsa” dentro de quinze dias.

E acrescenta, firme, depois de observar a fisionomia do interlocutor:

— E não repousar enquanto houver a quem combater.

Agora é exclusivamente a fé na energia moral daquele condutor, que arrasta as pernas da tropa fatigadíssima. O pensamento é um só — acompanhá-lo cegamente seja para onde for.

E a caminhada prossegue, já de volta ao ponto onde irão recommençar a luta. “Bagaço”, onde as fôrças acabaram de reorganizar-se, ficou léguas atrás. Neste momento, o rumo é “Panorama”, na margem esquerda, próximo à “Volta da Emprêsa”. Aí saberão ao certo quantos homens se salvaram dentre os feridos deixados sob a guarda do farmacêutico, ao anoitecer do dia 18.

Vão também submeter-se a uma alteração completa dos uniformes. Analisando os detalhes do combate perdido, Plácido observara que, das suas fôrças, “parte estava de azulão e parte de roupa clara, e que no combate a mortalidade fôra quase que somente entre êstes. O caso era para ser levado em consideração, tanto mais que o fogo fôra feito à queima-roupa, a uma distância de 50 a 120 metros, em que se distinguem as próprias fisionomias”. Mesmo em relação aos oficiais, ia introduzir modificações, abolindo “o galão dos punhos e do boné,

consistindo os distintivos em botões de madrepérola no lugar da carcela”. Estas medidas “diminuiam o alvo dos nossos soldados e ao inimigo impediam que dêle fôsem conhecidos os nossos oficiais”.

Plácido de Castro busca tirar, de tôdas as particularidades da derrota, uma lição proveitosa, e capaz de convencê-lo de que, ali, tinha de fazer a guerra em condições bem diversas daquelas em que a fizera nos pampas de sua terra natal.

Não há particularidade que escape. Os planos esquematizam-se com uma simplicidade que permite, na ocasião oportuna, transmití-los fàcilmente aos comandantes. Detalhes estratégicos. Minúcias sôbre abastecimento. Atitude em caso de nova derrota. Tudo que o destino possa levantar diante da coragem dessa coluna de abnegados.

Também não esquece a contribuição que a correspondência firmada pelo seu punho pode representar para as guarnições distantes. Manda emissários para o Baixo-Acre e, sobretudo, para o Alto-Acre, com instruções minuciosas. Com notícias exageradamente otimistas, afirmando que o combate de 18 de Setembro “não tinha importância”. Cartas saturadas de artificial entusiasmo, cujas respostas deverão chegar-lhe depois, em “Panorama”.

Sejam quais forem, entretanto, as notícias a receber, o que importa é a coluna de quase duzentos patriotas que segue, sem uma palavra, aquela rede apoiada aos ombros de dois homens, onde vai encolhido, tiritando de frio, queimando de febre, o herói a quem todos se entregaram definitivamente, convencidos de que êle foi enviado pela Providência Divina.

* * *

O emissário transmitiu a notícia com tôdas as particularidades.

Dois ou três dias antes, chegara à “Boca do Riozinho” o proprietário de seringais, Antunes de Alencar, homem de fortuna e prestígio em todo o Alto-Acre, outrora grande admirador da soberania boliviana, mas que resolvera aderir à rebelião, desde que a soubera encabeçada pelo caudilho gaúcho. Trazia mais de 100 homens armados, pronto para incorporar seu contingente ao grosso das fôrças revolucionárias. Chegando ali, soubera imediatamente do desastre de 18 de Setembro, que considerou bastante para julgar de todo perdida a revolução. Reuniu então seus auxiliares de comando. Expôs-lhes a situação da maneira mais sincera possível. E propôs que dispersassem, para voltar ao trabalho, acrescentando uma razão pragmática muito forte.

— Ainda não fizemos uso das armas. Por conseguinte, ainda não estamos comprometidos. Vamos portanto ser práticos.

Desalento geral. Protesto violento de alguns dos comissionados oficiais. Ambiente de confusão e vacilações.

Nesse momento, chega um dos emissários que, no caminho de “Bagaço” a “Panorama”, Plácido tivera a inspiração de mandar ao Alto-Acre.

Fêz-se logo um movimento de curiosidade. Minutos de ansiosa expectativa, enquanto o emissário informa que o caudilho está com suas fôrças perfeitamente reorganizadas, a caminho de “Panorama”, de onde pretende desfechar um assalto fuminante contra a cidadela boliviana.

As notícias são recebidas com ceticismo. Por alguns, até com pilhérias sarcásticas.

Vendo que a tendência é para consumir a dispersão, um rapaz de nome Façanha oferece-se a Alencar para ir, seja onde for, colher a verdade indiscutível.

Pede-lhe apenas que se comprometa, sob palavra de honra, a não tomar atitude antes de seu regresso da investigação.

Logo a poucas horas de viagem, Façanha consegue saber por um administrador do seringal que, de fato, Plácido se encontra acampado em "Panorama", com um efetivo de 180 homens. E que, para certificar-se de uma vez, mandaria um "mateiro" em busca de informações exatas. Podia Façanha regressar sem susto ao acampamento dos quase desertores, pois assim que a verdade fôsse obtida, seria a êle transmitida incontinenti.

* * *

Plácido ouve a exposição do "mateiro".

Com poucos minutos de reflexão, manda chamar Alexandrino — o homem indicado para a situação, visto como talvez se torne necessária alguma medida de violência. E ordenando que se faça acompanhar de trinta homens dispostos e bem armados, despacha-o imediatamente para a "Boca do Riozinho", instruindo-o no sentido de assumir o comando do contingente ali acampado, mediante uma carta enérgica que dirige a Antunes de Alencar:

"Acampamento em Panorama, 30 de Setembro de 1902.

Cidadão Coronel Alencar

Em mão

Pela vossa carta oficial de 28 do corrente, fiquei ciente do número da vossa tropa, bem como da permanência em Xapuri do Coronel José Galdino, bem contra a minha expectativa.

Pela minha correspondência com o Coronel João do Monte, soube que vos achaveis com o capitão Macario Miquelino em "Amélia", entretanto, em vossa carta, não me falais nesse distinto oficial. Não dizeis a razão que vos determi-

nou a descer por terra, quando, penso eu, o poderieis ter feito por água. E as minhas últimas ordens determinavam que de "Itu" fossem feitos reconhecimentos completos em "Capatará", "Gavião", etc.

Nada me dizeis, também, sobre as observações que deveis ter feito do inimigo no "Alto". Peço, pois, que me forneçais essas informações que me são de suma importância neste momento.

Tive notícias da vossa presença aí de maneira incompleta, pois me disseram ser o Coronel Galdino quem aí estava, motivo porque escrevi como se a êle fosse.

Quanto ao que me dizeis sobre a falta de mercadorias no "Riozinho", já sei que foram copiosamente retiradas daí, onde as havia em abundância quando passei. Em "Nova Empresa", porém, onde deveis acampar, não faltam gêneros, segundo estou informado; sendo o proprietário um *calabar* ao serviço dos bolivianos — podeis por minha ordem requisitar as mercadorias para o consumo da tropa.

Sendo que, como ponderias, não tendes conhecimento do terreno, envio o Coronel Alexandrino para vos tirar dessa dificuldade, pois, dadas as explicações necessárias, vos fornecerá os práticos de que necessitardes. Mando, também, uma companhia do Batalhão Acreano, sob o comando dêsse oficial, para que mais vos facilite a execução do plano, pois quase todas as praças que a constituem são conhecedoras do terreno. Essa companhia, que vai sob o comando do Tenente Júlio Cotta Pessôa, aí passará a ser comandada pelo distinto Capitão Servolo, que é efetivo do Batalhão Acreano. Em troca das praças que vos mando, deveis mandar-me igual número. Do pessoal excedente, deveis formar, de acôrdo com o Coronel Alexandrino, um só batalhão, de quatro companhias comandadas por subalternos, um Ajudante e um fiscal, sob o vosso comando. Quanto aos oficiais superiores que, por ventura, fiquem, com esta organização, em disponibilidade, poderão prestar todo o concurso de que são capazes nos dias de combate cada um a testa de uma companhia. O Tenente-Coronel Sotero também vai para aí e vos poderá prestar grande auxílio, porque é perfeito conhecedor do terreno e um revolucionário dedicado. Se o efetivo da vossa força com a do Coronel Gastão atingir a 250 homens, deveis mandar para a curva oposta da casa do Leão 50 homens e não 30 como determinei. E' necessário que tudo isso seja feito no mínimo prazo possível, pois é indispensável que não se deixem cor-

rer os dias para dar combate. Sei o motivo porque assim falo.

Soube que apareceu aí em vossa fôrça o capitão Jataí, que é desertor desde o dia 18 do corrente, data em que fugiu do combate. Se ainda aí estiver, remetê-lo-eis preso à presença dêste comando.

Acabo de receber notícias mais detalhadas sôbre "Bom-Destino". Os bolivianos tiveram ali oficiais mortos que não levaram do campo. Deixaram, também, armas, munições, etc., e até cordas que certamente levaram para amarrar os nossos patrícios.

O Coronel Alexandrino poderá completar estas informações, caso não sejam bastantes.

Preciso que venham para cá o Coronel Gastão e o Sr. Vitor Porto.

Saúde e Fraternidade.

José Plácido de Castro,

Comandante.

* * *

No dia seguinte — 1.º de Outubro — Alexandrino regressa muito cedo. Ao chegar, sabe por terceiros que o chefe se mostra satisfeitíssimo com as notícias recebidas, pela madrugada, das atividades revolucionárias no Baixo-Acre. Cartas minuciosas e ordem do dia referentes a dois combates nos quais os acreanos haviam derrotado numeroso contingente boliviano sob o comando do Coronel Canseco.

Ao apresentar-se diante de Plácido, Alexandrino é severamente interpelado sôbre o motivo de não haver cumprido à risca as instruções secretas que lhe dera. Procura então explicar-lhe a situação. Em "Boca do Riozinho", estão todos reanimados, outra vez cheios de fé. Mas não se sentira com coragem de lá ficar, porque reinava verdadeira anarquia no acampamento. Para dominar essa tendência à indisciplina, teria de recorrer à violência extrema. A violência, porém, podia deitar a perder um contingente de ótimos homens, capazes de

serem utilizados vantajosamente na ocasião do ataque ao inimigo. Para agir com “depromacia”, tinha receio de se expor a alguma desfeita. E êle “num era home de levá desfeita pra casa” (2).

Plácido delibera ir, em pessoa, ao encontro dos rebeldes.

Sua permanência no acampamento de Alencar é rápida. Rápidas e incisivas são, igualmente, as deliberações tomadas.

Mal chega, toma medidas enérgicas. Decide. Dá ordens em tom que não admite hesitações. Manda que se organizem em pelotão todos os elementos que possam vir a tornar-se nocivos à disciplina que Alencar terá de impor.

Impressionante a influência que a presença de Plácido de Castro exerce sôbre aquêles homens. Em pouco, a submissão é absoluta. Não há uma voz, um olhar, um gesto de discrepância. Por fim, o regozijo geral.

E é o próprio Alencar quem, vencido pela autoridade mística de Plácido, propõe que o aclamem — General. Mas o caudilho recusa. Acha a medida inútil. Pior ainda: “teme que ela vá criar um péssimo precedente — o das promoções por pronunciamento” (3). Mais importante é que todos se compenetrem de que o ataque às forças bolivianas da “Volta da Emprêsa” será, imprete- rivelmente, no próximo dia 5 de Outubro.

Seus últimos instantes no acampamento, passa-os o chefe em conferência secreta com Alencar, explicando-lhe como deverá desenvolver o plano de combate, na parte que lhe toca. Escreve recomendações, com detalhes cuidadosos. Desenha. Faz esquemas. Por fim, numa espécie de sabatina, leva a cabo uma arguição rígorosa, a ver se a lição está sòlidamente sabida.

(2) — Plácido de Castro — “Apontamentos”.

(3) — Plácido de Castro — “Apontamentos”.

A noite é tempestuosa. Assim mesmo, êle parte cêrca da meia-noite de regresso a "Panorama", onde precisa ajustar os últimos detalhes para o desencadeamento da luta. Onde vai saber, logo à chegada, que fôra necessário movimentar, minutos antes, um grande número de homens, a fim de capturar alguém que se evadira, aproveitando a agitação que a procêla despertara no acampamento.

* * *

À porta do cemitério de "Panorama", encontra-se formada tôda a tropa de Plácido de Castro, sob o comando de Alexandrino José da Silva. Paira no ambiente uma atmosfera de malestar (4).

Mais adiante, um pelotão armado aguarda a ordem de descarregar seus fuzis.

Em frente, distanciado de poucos metros, um adolescente de rosto imberbe. Traços finos, abatidos por uma expressão de aniquilamento. A bôca levemente contraída, de cantos repuxados para baixo. O olhar parado, fixamente dirigido para armas que dentro de minutos lhe arrancarão o gôsto de viver. O "Doutor" está mudo e imóvel.

Caminhando lentamente, Plácido de Castro aproxima-se do cenário onde vai ser vivido o primeiro lance patético da revolução. A palidez da face denota a intensa emoção que o invade.

Silêncio.

Plácido dirige-se aos seus comandados. Lembra-lhes que, ao evadir-se a primeira vez, o "Doutor" fôra paternalmente admoestado e comprometera-se a agir com lealdade, daí por diante. Nessa madrugada, entretanto,

(4) — Os detalhes desta cena de fuzilamento baseiam-se, rigorosamente, em documentos pertencentes ao arquivo de J. Ferreira Sobrinho, por êste fornecidos ao autor.

outra vez incidira no condenável gesto. Seus antecedentes, além do mais, eram os piores possíveis, visto como tentara por todos os meios semear a rebeldia, no propósito de sublevar a tropa que se decidira a lutar pelo Acre, que o condenado julgava pertencer de direito à Bolívia. Perdoá-lo mais uma vez, deixá-lo fugir, dar margem a que se escapasse uma terceira vez — era arriscar-se à possibilidade de serem amanhã, por uma denúncia sua ao inimigo, destroçados em massa, quando menos esperassem. Urgia puní-lo, de maneira exemplar. Sem disciplina e sem autoridade, a vitória seria impossível. A tropa tinha de se convencer da absoluta necessidade de semelhante ato de fôrça — que seria, com certeza, o último. Pelo menos, assim o esperava, de coração.

Faz-se o silêncio novamente.

São 10 horas e 35 minutos do dia 4 de Outubro de 1902.

Plácido ordena que vendem os olhos do condenado.

O “Doutor” protesta. Quer ser fuzilado de olhos abertos. Para guardar na retina o horror daquele último lampejo de vida. Brada contra a medida e tenta fazer valer o seu desejo, falando com altivez e energia.

Em tom sêco e incisivo, o chefe insiste. O condenado não reage. Uma voz ordena, de repente — “Fogo”. O corpo franzino do “Doutor” tomba sôbre o chão enlameado. E duas lágrimas escorrem pelo rosto macilento de Plácido de Castro.



A grande epopéia



XVIII

Um lance cavalheiresco

Plácido escrevera com letra bem legível no cabeçalho da folha de alçaço — “5 de Outubro, às 10 horas da manhã”. E ainda repetira no momento de partir, depois de recapitular em sabatina todo o plano desenhado minuciosamente, que o combate deveria iniciar-se às dez em ponto. Nem um minuto antes. Nem depois. Para isso, procurara acertar com o seu o relógio do acampamento de “Bôca do Riozinho”.

Mesmo assim, Alencar teve a inabilidade de precipitar os acontecimentos de cêrca de trinta minutos, mandando fazer fogo sôbre uma sentinela avançada dos bolivianos. Quando Plácido dispuzera todos os detalhes no sentido de colhêr o inimigo de surprêsa, no momento em que os soldados estivessem descansando do exercício matinal à espera da hora do rancho. Com o gesto intempestivo, ficou anulado o efeito de sondagens hàbilmente realizadas no campo adversário. As etapas da luta tiveram de modificar-se. Exigiram improvisar medidas alheias aos planos estabelecidos, “o que muito alterou os resultados” (1).

A despeito disso, com poucos minutos de peleja, os revolucionários conseguiram se apossar de duas trincheiras inimigas, enfrentando uma fuzilaria aterradora. E, à

(1) — Também as citações dêste capítulo pertencem aos “Apostamentos” de Plácido de Castro.

tarde, a sua “posição de sitiante já era bem definida”. Sólidamente definida.

O terreno a conquistar impunha grandes reservas de energia e resistência. Estava todo circundado de valas, difíceis de transpor, e “ainda tinha por fora uma cêrca de arame farpado, que impedia qualquer assalto”.

Tem, pois, de ser tomado palmo a palmo, num trabalho de conquista que exige mais paciência e espírito de renúncia do que, pròpriamente, arroubos de coragem. Sem desespêro nem precipitações. Porque os bolivianos, além do destemor, possuem uma alma capaz de todos os sacrifícios. Tal como a situação exige.

O combate desenrola-se através de dias. Esforço gigantesco que, a cada hora, aproxima um pouco mais os atacantes, da praça a ser assaltada. Metro por metro, minuto por minuto, vai ficando mais perto o instante que se liquidará, inevitavelmente, em sangrento corpo a corpo. De tal forma que, no quarto dia de luta, a 8 de Outubro, Plácido de Castro se julga suficiente senhor da situação para escrever ao Coronel Rosendo Rojas, aconselhando-o a capitular:

“Comando em Chefe do Exército do Estado Independente do Acre.

Ao Coronel Rosendo Rojas, M. D. Comandante das Forças Bolivianas em “Volta da Emprêsa”.

Cidadão:

Vós, melhor do que ninguém, sabeis o estado penoso em que se encontram os vossos bravos companheiros de tão heroica defesa.

Considerando a impossibilidade absoluta em que vos achais de sustentar por mais tempo a defesa das vossas trincheiras, que distam das minhas apenas seis metros; considerando o inútil sacrifício que será feito ao escalar essas trincheiras, por mais fácil que possa ser essa tarefa, pela aproximação em que nos encontramos, e como corolário a

perda de muitos dos meus e a carnificina deshumana e inevitável dos vossos; considerando que somos nós os responsáveis pelo que venha a suceder, convido-vos a fazermos uma suspensão de armas para tratar dêsse assunto sôbre as bases que estabeleço ou sôbre as que acordardes comigo, se com estas não vos conformardes:

1.º — Suspensão de hostilidades por 3 horas.

2.º — Durante a suspensão de hostilidades, ambos os contendores não poderão fazer obra alguma de defesa nem movimento de tropa no sentido de abandonar ou trocar posições de defesa.

3.º — Não se poderão abastecer de víveres de fora da linha das trincheiras, os sitiados, e de fora do acampamento os sitiantes.

4.º — Os sitiados não poderão descer ao rio para tirar água ou para outros fins.

5.º — O Coronel Rojas determinará o lugar onde os parlamentares hão de conferenciar, sendo que tanto nas trincheiras dos sitiantes como nas dos sitiados os parlamentares penetrarão sem vendar os olhos.

6.º — Meia hora antes de esgotado o tempo de suspensão de armas se resolverá se êsse tempo é ou não suficiente.

Tende a bondade de responder êsse ofício dizendo se estais ou não de acôrdo com as condições que proponho, ou propondo outras que julgardes necessárias e que, por ventura, também, tenham sido omitidas neste.

(a) *José Plácido de Castro.*

A resposta de Rojas não se faz tardar. E' negativa. Ou porque ainda não se considere de fato vencido, ou porque — como alega — precisará antes consultar o Delegado Nacional em "Puerto-Acre". Na realidade, o que apavora o chefe militar boliviano é a perspectiva de ter de lidar com certos facínoras da marca de Alexandrino, como se depreende de outra carta de Plácido, escrita a 9 de Outubro:

Volta da Emprêsa, 9 de Outubro de 1902.

Ao Cidadão Coronel Rosendo R. Rojas.
Sua trincheira.

Acabo de receber vossa carta em resposta ao meu ofício. Com franquesa, não conheço casos de rendição em que os sitiados consentam aos sitiados se corresponderem com os seus governos ou capitais.

Se não tendes confiança em nós apesar dos exemplos que julgo haver dado com prisioneiros, como incutir-vos essa confiança, se ela não se impõe, inspira-se?

Dizeis que, embora confiando na minha pessoa, não confiais nos meus. Afirmo-vos que tenho absoluto mando sobre todos os que estão sob as minhas ordens, e entre êles posso citar alguns que são vossos conhecidos e que não podeis duvidar de suas pessoas, como sejam o Coronel Antonio Antunes de Alencar, Ten. Cel. José Brandão, Coronel Carvalho e outros.

O Coronel Alexandrino, que muitos pensam não ser humanitário, foi o primeiro a concordar com a rendição sob as garantias que ofereci.

Se não aceitardes a proposta que vos faço, apelo ao menos para os vossos sentimentos de humanidade, para deixar saírem as mulheres que aí se encontram. Quanto aos vossos prisioneiros por mim tomados, de bom grado os mandaria para o vosso reduto, se quizessem ir, pois me seria muito conveniente que para aí fossem, dizer-vos de viva voz quem sou eu e como têm sido tratados; mas recusam-se a ir.

Talvez possais julgar que os prisioneiros estão sendo constrangidos, mas haveis de ter ocasião de verificar.

Se quizerdes consentir na saída das mulheres, mandarme-eis dizer por um oficial, e se com êste nada acordarmos, mandareis dar um tiro para cima, indicando estar encerrado o armistício.

Desculpar-me-eis ter escrito a lapis, pois escrevi da trincheira.

Saúde e fraternidade
José Plácido de Castro.

Coronel Comandante em Chefe do E. Acreano.

Nem com essa carta chegam a um acôrdo. E porque não se entendem, a luta prossegue, intensificada. Brutal como ainda não o havia sido.

* * *

Um grupo de sapadores vem atender ao chamado de Plácido de Castro.

Ao chegar à presença do chefe, encontram, novamente apontados, os rifles que uma semana antes derrubaram os romanescos entusiasmos do “Doutor” (2).

Em frente ao pelotão punitivo, está amarrado o corpo de um homem maduro, robusto, cuja cabeça pende molemente sôbre o peito, sem uma palavra de revolta. Ao contrário do trêfego agitador do acampamento em “Panorama”, o condenado dêsse dia 11 de Outubro não inspira sentimentalismos. A sua punição carece do mínimo traço de patético. Em vez do malestar que os olhos umedecidos do “Doutor” punham na assistência, obrigada a assistir à execução exemplar, paira na consciência das testemunhas um sádico sentimento de volúpia. Fôra até particularmente amável, à soldadesca, ver aquê-
le réprobo desesperar-se em brados de apêlo por um gesto de clemência. Para assim requintar o gôzo de tão almejada vingança. Mas o miserável queda-se submisso como um cão. Sem um protesto para que não lhe vendem os olhos. Sem um gesto que denuncie o ânimo de esperar perdão para o seu crime.

Os homens retirados por alguns minutos aos trabalhos de sapa, para sepultar o fuzilado, acodem pressurosos, a fisionomia iluminada por estranho sorriso. Porque

(2) — Dêste fuzilamento, que Genesco de Castro procura também desmentir no livro escrito sôbre seu irmão Plácido de Castro, se encontram documentos incontestáveis no arquivo de J. Ferreira Sobrinho, os quais serviram para a reconstituição da cena.

consideram um prêmio de bravura, como os que mais o sejam, a glória de cavar o buraco onde irá apodrecer a carcassa do padeiro de “Emprêsa” — “Antonio Português”.

Fuzilamento sumário. Isento do cerimonial que cercara a execução do “Doutor”.

Com que nervosa satisfação, os eleitos afundam as enxadas sôbre a terra empapada de chuva, sabendo que ali vão aviltar, num túmulo de lama, os despojo do traidor. O nefando espião que servira de guia ao inimigo, para levar a morte a um punhado de conjurados pelo ideal libertador.

Tudo em poucos minutos.

E quando a tarefa se encerra, êles voltam ao pelotão de onde o chefe os retirara, animados de um novo vigor para prosseguir no trabalho de conquista que os levará, gradativamente, à última trincheira do adversário. Por isso mesmo, os sapadores não descansam um instante. Sucedem-se os dias de luta e de penosa faina. Ao sol e à chuva, sem parar, indiferentes ao cansaço, os heróis anônimos agitam seus músculos quase tetanizados. E' preciso jogar tôdas as energias, esgotar o último alento, contanto que possam, “por meio de valas abertas em curvas reversas contra os aramados, chegar junto das trincheiras inimigas e obrigar o Coronel Rojas a entregar-se com os seus comandados” (3). E quantos serão êles? Talvez “apenas 150”. Mas também podem ser muito mais. Trezentos. Quinhentos. Até mil, os homens que Rojas tem escondidos, prontos para lutar e morrer pelos capitalistas do “Syndicate”, que, a essa hora do anoitecer, devem tomar whisky em Londres, no bar de um club de magnatas.

* * *

(3) — Plácido de Castro — “Apontamentos”.

O Tenente Luiz Pinedo, oficial boliviano aprisionado pelos revolucionários, manifesta o desejo de falar em particular a Plácido de Castro.

Enquanto aguarda a resposta, intenso nervosismo o agita, à perspectiva de lhe ser recusada a conferência. Roem-lhe o cérebro, angustiantemente, as palavras que percebera numa conversa de soldados, que comentavam como definitiva a deliberação de assaltar a trincheira adversária à arma branca, no caso de não se consumir a capitulação dentro de mais um dia.

A arma branca é o fantasma da tropa boliviana, instruída acêrca da maneira de brigar dos sertanejos do nordeste. Pois se lhes ensinaram que os cearenses “de pequeños, ensayando todavia los primeros pasos, cuidam sus padres de colocarles un puñal á la cintura, puñalito que también vá creciendo junto con el dueño, cada año, hasta que ambos llegan á su mayor desarrollo”. Como não temer pela sorte dos seus patrícios, se está farto de saber que “son diestrisimos en el manejo de sus cuchillos, ó *facas* como ellos dicen”. Então, se no momento, burlando a vigilância do chefe irredutivelmente abstêmio, emborcarem alguns goles, a brutalidade será inominável. Porque “quando la *cachaza* (aguardiente de cana) se les ha subido á la cabeza... Entonces, se vuelven energúmenos y reparten *facadas* á discrecion”. E’ bem verdade que “mucho respetan la propiedad, y no se conoce un solo caso de robo”. Mas ali se trata de guerra. E, na guerra, aquela gente denuncia a “naturaleza brutal de estos pobladores del Acre” (4).

O Tenente Pinedo sente a alma reabrir-se, ao ver a simpatia com que Plácido de Castro recebe seu oferecimento para ir entender-se com o Coronel Rojas, a fim de expor-lhe a realidade da situação.

(4) — As citações desta página foram extraídas do livro do Dr. Manuel J. Aponte — “La Revolucion del Acre”.

A proposta é aceita. E as providências são breves. Meia hora depois, o sinal de "Parlamentar". Cessa o fogo instantaneamente.

O Tenente Pinedo parte, levando ao comandante das fôrças sitiadas uma carta de Plácido de Castro, eloquente pelo próprio laconismo do seu texto:

Cidadão Coronel Rosendo Rojas
Sua trincheira

Com esta se vos apresentará o vósso patricio o meu prisioneiro Luiz Pinedo, que vai entender-se convosco.

Logo que o recebeis, tende a bondade de romper as hostilidades, pois não é necessária a suspensão de hostilidades durante o tempo que ele permanecer aí.

Quando o Sr. Pinedo tiver de regressar, mandareis fazer sinal para que nós o recebamos.

Vosso crdº
Plácido de Castro

Antes do amanhecer, Rojas tem em mãos as bases da capitulação. E na tarde dêsse mesmo dia, 15 de Outubro, comparece em companhia de seu ajudante de ordens e do Tenente Pinedo ao ponto combinado, no acampamento revolucionário, para o entendimento definitivo.

Conversa rápida.

Daí a pouco é lida, num ambiente de silêncio e respeito, a

ATA DE RENDIÇÃO

Aos cinco dias do mês de Outubro corrente, as fôrças revolucionárias sob o comando do Coronel Plácido de Castro atacaram por vários pontos a guarnição boliviana entrincheirada na Volta da Emprêsa, sob o comando do Sr. Coronel Rosendo Rojas, a qual não obstante ceder a princípio algum terreno em virtude do ataque, recolheu-se às suas trincheiras principais, onde apesar de rigoroso sítio e encarniçada luta, resistiu com denodo durante onze longos dias, como o chefe dos revolucionários, Coronel Plácido, é o primeiro a reconhecer.

O vapor "Rio Afuá", armado com uma pequena guarnição composta de um oficial e oito praças, também resistiu rigorosamente até o dia 7, à noite, hora em que se rendeu pela impossibilidade de resistência.

No dia 9, o Sr. Coronel Plácido de Castro, reconhecendo a inutilidade de tão tenaz resistência e no intuito de evitar grandes males, oficiou ao Sr. Coronel Rosendo Rojas, fazendo-lhe ver as condições em que se achava e convidava-o a render-se com sua guarnição, com as honras a que tem jús um bravo, sendo respondido pelo Sr. Coronel Rosendo Rojas que o Coronel Plácido de Castro devia entender-se com o Delegado de Porto-Acre de quem êle dependia e receber ordens.

A 14, o Sr. Coronel Plácido de Castro consentiu que seu prisioneiro Luiz F. Pinedo fosse às trincheiras bolivianas em visita aos seus compatriotas, sendo nesta ocasião portador de um ofício do mesmo Sr. Coronel Plácido de Castro, em que novamente expunha sua situação, bem como a urgência de dar-se solução ao delicado problema do qual dependiam tantas vidas.

Em resposta, o Sr. Coronel Rosendo Rojas disse que somente no dia seguinte poderia resolver, fazendo-se para isso suspensão de armas com tôdas as regras militares.

No dia 15, pela manhã, o Sr. Coronel Plácido de Castro enviou ao Sr. Coronel Rosendo Rojas um ofício estabelecendo bases para suspensão de armas, sendo-lhe respondido pelo mesmo Coronel Rosendo Rojas que viria pessoalmente a êsse acampamento para, de comum acordo, resolver-se a questão. À hora marcada, 1 da tarde, compareceu ao ponto mais próximo da trincheira o Sr. Coronel Rosendo Rojas, com seu ajudante, Sr. Capitão Alexandre Dum e o Sr. Luiz F. Pinedo, sendo recebidos pelos Tenentes Coroneis Alexandrino José da Silva e José Brandão, que os acompanharam até êste acampamento, onde foram recebidos pelo Sr. Coronel Plácido de Castro e seu Estado Maior.

Daí seguiram com o Sr. Coronel Plácido de Castro e os dois Tenentes-Coroneis revolucionários até a barraca do Sr. Coronel Plácido de Castro, onde teve lugar o parlamento, dando-se durante o trajeto as respectivas honras militares.

Depois de alguma discussão, o Sr. Coronel Rosendo Rojas declarou que somente reconhecendo a impossibilidade de continuar a resistência e sobretudo para não sacri-

A proposta é aceita. E as providências são breves. Meia hora depois, o sinal de "Parlamentar".

Cessa o fogo instantaneamente.

O Tenente Pinedo parte, levando ao comandante das fôrças sitiadas uma carta de Plácido de Castro, eloquente pelo próprio laconismo do seu texto:

Cidadão Coronel Rosendo Rojas
Sua trincheira

Com esta se vos apresentará o vósso patrício o meu prisioneiro Luiz Pinedo, que vai entender-se convosco.

Logo que o recebeis, tende a bondade de romper as hostilidades, pois não é necessária a suspensão de hostilidades durante o tempo que ele permanecer aí.

Quando o Sr. Pinedo tiver de regressar, mandareis fazer sinal para que nós o recebamos.

Vosso crdº
Plácido de Castro

Antes do amanhecer, Rojas tem em mãos as bases da capitulação. E na tarde dêsse mesmo dia, 15 de Outubro, comparece em companhia de seu ajudante de ordens e do Tenente Pinedo ao ponto combinado, no acampamento revolucionário, para o entendimento definitivo.

Conversa rápida.

Daí a pouco é lida, num ambiente de silêncio e respeito, a

ATA DE RENDIÇÃO

Aos cinco dias do mês de Outubro corrente, as fôrças revolucionárias sob o comando do Coronel Plácido de Castro atacaram por vários pontos a guarnição boliviana entrincheirada na Volta da Emprêsa, sob o comando do Sr. Coronel Rosendo Rojas, a qual não obstante ceder a princípio algum terreno em virtude do ataque, recolheu-se às suas trincheiras principais, onde apesar de rigoroso sítio e encarniçada luta, resistiu com denodo durante onze longos dias, como o chefe dos revolucionários, Coronel Plácido, é o primeiro a reconhecer.

O vapor "Rio Afuá", armado com uma pequena guarnição composta de um oficial e oito praças, também resistiu rigorosamente até o dia 7, à noite, hora em que se rendeu pela impossibilidade de resistência.

No dia 9, o Sr. Coronel Plácido de Castro, reconhecendo a inutilidade de tão tenaz resistência e no intuito de evitar grandes males, oficiou ao Sr. Coronel Rosendo Rojas, fazendo-lhe ver as condições em que se achava e convidava-o a render-se com sua guarnição, com as honras a que tem jús um bravo, sendo respondido pelo Sr. Coronel Rosendo Rojas que o Coronel Plácido de Castro devia entender-se com o Delegado de Porto-Acre de quem êle dependia e receber ordens.

A 14, o Sr. Coronel Plácido de Castro consentiu que seu prisioneiro Luiz F. Pinedo fosse às trincheiras bolivianas em visita aos seus compatriotas, sendo nesta ocasião portador de um ofício do mesmo Sr. Coronel Plácido de Castro, em que novamente expunha sua situação, bem como a urgência de dar-se solução ao delicado problema do qual dependiam tantas vidas.

Em resposta, o Sr. Coronel Rosendo Rojas disse que sòmente no dia seguinte poderia resolver, fazendo-se para isso suspensão de armas com tôdas as regras militares.

No dia 15, pela manhã, o Sr. Coronel Plácido de Castro enviou ao Sr. Coronel Rosendo Rojas um ofício estabelecendo bases para suspensão de armas, sendo-lhe respondido pelo mesmo Coronel Rosendo Rojas que viria pessoalmente a êsse acampamento para, de comum acordo, resolver-se a questão. À hora marcada, 1 da tarde, compareceu ao ponto mais próximo da trincheira o Sr. Coronel Rosendo Rojas, com seu ajudante, Sr. Capitão Alexandre Dum e o Sr. Luiz F. Pinedo, sendo recebidos pelos Tenentes Coroneis Alexandrino José da Silva e José Brandão, que os acompanharam até êste acampamento, onde foram recebidos pelo Sr. Coronel Plácido de Castro e seu Estado Maior.

Daí seguiram com o Sr. Coronel Plácido de Castro e os dois Tenentes-Coroneis revolucionários até a barraca do Sr. Coronel Plácido de Castro, onde teve lugar o parlamento, dando-se durante o trajeto as respectivas honras militares.

Depois de alguma discussão, o Sr. Coronel Rosendo Rojas declarou que sòmente reconhecendo a impossibilidade de continuar a resistência e sobretudo para não sacri-

ficar inútilmente a vida de seus comandados úteis à patria, resolvia render-se sob as seguintes condições: garantia de vida para si e para seus comandados, bem como liberdade a todos os prisioneiros de sua nacionalidade, e licença aos índios e soldados casados para voltarem por via Madre de Dios, ao mando de um dos seus oficiais; o Sr. Coronel Rosendo Rojas e seus oficiais e as outras praças seguiriam livremente para seu país, por Manáos.

Quanto aos feridos, ficou assentado que recebiam tratamento conjuntamente com os revolucionários doentes, tendo as mesmas regalias, devendo depois de curados ser remetidos ao mais próximo consulado.

Tendo sido lida a presente ata e por ambas as partes aprovada inteiramente, foi assinada em quatro exemplares do mesmo teor, dos quais dois em português e dois em espanhol, para cada chefe, respectivamente.

Acampamento revolucionário em Combate da Volta da Empresa, 15 de Outubro de 1902.

José Plácido de Castro.

Rosendo R. Rojas.

José Brandão, tenente coronel.

El Ajudante, Alex. C. Dum.

Esse momento que se segue é o mais dramático de todos. O comandante vencido vai entregar sua espada ao vencedor.

Um silêncio.

Depois a recusa de Plácido, em voz tênue e discreta:

— Não, Coronel. Guardai a vossa espada, pois sois um bravo (5).

Rojas fita-o, perturbadíssimo. Só passados alguns segundos, pode articular a resposta, pedindo a Plácido de Castro que a aceite, senão como um troféu, ao menos como lembrança de amigo.

As duas mãos se apertam num gesto de simpatia, que enche de emoção os que o testemunham.

(5) — Plácido de Castro — “Apontamentos”.

XIX

Semanas de ansiedade

Aproxima-se a derradeira semana de Outubro. Em “Puerto-Acre”, as tropas bolivianas de ocupação suportam a custo os dias abrasadores do verão, que as enchem de torpor e de fadiga. Depois, as noites úmidas, cheias de neblina, que só se dissipa quando o sol já vai bem alto.

A Delegação Nacional vê as horas se escoarem, na tortura de um silêncio que parece não ter fim. Sensação de bloqueio que se aperta cada vez mais. Dias inteiros a se esgotarem, sem que vibre no ambiente um sinal de que ainda estão presos a outros seres da terra. Só de longe em longe, ouve-se um tiro distante, perdido no infinito da floresta, disparado não se sabe onde. Ou a cadência dos passos de alguma sentinela despertada por qualquer ruído suspeito. Então, um súbito movimento de alerta impele cada homem para sua posição de defesa, dando por um instante a passageira sensação de reviver. Efêmera sensação. Daí a minutos, tudo mergulha outra vez na sonolência — um amolentamento que faz pensar num preâmbulo da morte. E novamente os dias continuam a transcorrer “monótonos, interminables, fastidiosos, semejantes los unos a los otros, como se fueran uno mismo”... (1).

Parece que êsse imponderável manto de neblina não deixará ver nunca mais o que se desenrola para lá de “Puerto-Acre”. Nem deixará que cheguem recursos, provisões, ou sequer alguma notícia dos companheiros que ficaram no Alto Acre. Parece até que as águas do rio

(1) — Manuel J. Aponte — doc. cit.

em sêca nunca mais tornarão a subir, para flutuar outra vez o “Rio Afuá”, que continua encalhado, desde Maio, numa praia de “Emprêsa”, onde a vazante precipitada o surpreendeu antes que pudesse escapar-se com as provisões que trazia.

* * *

23 de Outubro. Sol a pino. A sentinela civil, postada dia e noite no alto da Delegação divisa ao longe, vindo do lado de “Caquetá”, uma pequena “montaria”. Traz bandeira branca e vem tripulada por três homens.

Mil conjeturas assaltam a consciência coletiva da praça de guerra. Instante de ansiedade e nervosismo, em que todos os olhos, como um só, acompanham o desconhecido que caminha em direção à séde da Delegação Nacional, a sobraçar um volumoso pacote de correspondência.

Estarrecimento geral diante da notícia que afirma a capitulação de Rosendo Rojas na “Volta da Emprêsa”. O valente comandante, e os heróis que a êle obedeciam, encontram-se presos, acampados em “Caquetá”, para onde Plácido os conduziu até continuarem o seu destino. São os vencidos mesmos que escrevem aos seus irmãos de campanha, pedindo-lhes socorro — roupas, dinheiro, um auxílio qualquer que lhes minore o sofrimento. E ainda informam que a revolução “como uma gigantesca hoguera”, está fazendo arder de ponta a ponta o Acre.

Horas amargas e de indescritível desalento, nas quais a dignidade encontra, como único meio de evasão da dor, a consternação silenciosa. Nenhum protesto. Nenhuma blasfêmia. Só aquêle melancólico mutismo em que vão assinando, espontâneamente, a subscrição para auxílio aos companheiros, em libras esterlinas, como também em roupas e objetos de uso. Porque, ali entre aquela centena e meia de homens, domina um sentimento exclu-

sivo — a ânsia de mandar aos vencidos uma prova de solidariedade e renúncia, pelo portador que vai partir daí a pouco, à hora do crepúsculo, representando o Delegado Nacional, Dom Lino Romero.

* * *

Dom Moisés Santivañez regressa alta noite a “Puerto Acre”. De “Caquetá”, traz profundas impressões, colhidas em sua conferência com o Coronel Rosendo Rojas. Traz também uma carta de Plácido de Castro:

Dom Lino Romero, Delegado da Bolívia em
Porto Acre.

Deveis ter assistido, sem perda de um incidente, à luta que os meus concidadãos desta região travaram em prol de seus direitos, convencidos de que a guerra é o Tribunal supremo para o qual devem apelar os povos oprimidos.

Como Comandante em Chefe do Exército Revolucionário, desde o primeiro dia de luta, pensei com os meus compatriotas que a guerra devia ser feita pelos contendores de acôrdo com o grau de civilização de cada um, e por isso a temos feito humana, sem ódios nem arrebatamentos: jamais fuzilamos nas praias indivíduos inermes tomados como prisioneiros; enfim, ainda não desfeiteamos um prisioneiro.

Hoje a “Columna Defensora del Acre”, vencida heroicamente no sangrento combate da “Volta da Emprêsa”, depois de 11 dias de sítio, se acha prisioneira, desde o seu ilustre comandante até o mais humilde soldado.

Comprometi-me pela capitulação a lhes fornecer os meios de locomoção até Manáos, porém como a falta d’água não permite a subida de embarcação até este ponto, terão que ir à “Boca do Acre”, fazendo a mais penosa viagem por terra.

Tenho acima de Porto Acre batelões capazes de conduzir essa gente, tornando-lhes assim menos penosa a viagem, mas a passagem por êsse porto depende exclusivamente da vossa vontade.

Sem pedir favor àqueles contra os quais peguei em armas, tomo, contudo, a liberdade de lembrar-vos o nenhum prejuízo que vos causará a passagem de dois batelões para a condução dos vossos patrícios. Assim, pois, se permitirdes a passagem de tais embarcações, vãs, deveis responder-me hoje mesmo.

Junto vos envio uma cópia da ata de rendição assinada na "Volta da Empresa", por mim e pelo Cel. Rojas.

Ontem eram as autoridades de Xapuri, que caíram em nossas mãos, tratadas com tôda a consideração e remetidas para o Consulado de Manaos.

Saúde e fraternidade

(a) *José Plácido de Castro*

Ao amanhecer, Dom Moisés Santivañez viaja outra vez para "Caquetá", portador da resposta de Dom Lino Romero:

Puerto Acre: Octubre 24-902

Señor J. Plácido de Castro
Caquetá

Doy respuesta a su oficio de fecha de hoy.

Quedo enterado de la capitulación a que se sumetió la "Columna Defensora del Acre", y agradezco à Ud. la hidalguia que manifiesta en la manera de tratar sus prisioneros.

Para que el Coronel Rojas y sus compañeros prosigan su marcha hasta la boca del Acre, creo mejor que esperar las embarcaciones de "Buen Destino", remitir de estes puerto un batelon y dos botes; si asi lo cree Ud. conveniente, dichas embarcaciones las enviaré mañana temprano con algunas mujeres que no pueden continuar acá.

Saluda á Vd. atentamente

Romero

Na noite dêsse mesmo dia 24, o representante do Delegado Nacional regressa com nova mensagem de Plácido de Castro:

Ao Sr. Dr. Romero, Delegado da Bolívia
em Porto Acre.

Tenho em mãos o vosso ofício de hoje, agradecendo o tratamento que tenho dispensado aos vossos compatriotas prisioneiros, e oferecendo-me um batelão, e dois botes para condução de vossos patrícios prisioneiros. Aceitando a vossa oferta, faço-vos ver que o batelão deve ser bem grande, pois a bagagem, apesar de relativamente pequena, ocupa muito lugar.

Conforme fiz ver ao Dr. Santivañez, todo estrangeiro que quizer retirar-se de Porto Acre, pode passar pelas minhas linhas, bem como todo vosso patrício que o mesmo queira fazer por motivo de doença, ficando, porém impedido de voltar a esse porto.

Saúde e fraternidade

J. Plácido de Castro.

A 25, Romero dirige a Plácido uma carta repassada de tocante nobreza:

“Puerto Acre, Octubre, 25 de 1902

Sr. Plácido de Castro

Caquetá

En estas lineas me dirijo al amigo, no al enemigo revolucionário: respetosas opiniones y la conviccion que tiene en la justicia de su causa; me complazco a agradecerle por la hidalguia e nobreza con que ha tratado a mis compatriotas.

Ha sabido Ud. conducirse como un jefe civilizado y como felicitar-lo por su elevada conduta, asi como a sus compañeros de campaña. No se traduzca estas mis frases como una manifestación de timidez, que pronto espero probar lo contrario.

Siento que estamos en encarnizada luta entre seres de un mismo continente y de un mismo modo de pensar; questiones de forma nos han colocado en opuestos caminos y en los que el choque es imprescindible! Sigamos adelante!

Portador de esta carta es el señor Moisés Santivañez, á quien me permito recomendarlo insinuando-me con Ud. para que lo detenga e envíe con el Coronel Rojas. El no

quiere de ningún modo abandonarnos; pero como es el unico apoyo de una familia pobre y numerosa, no me parece justo aceptar su sacrificio. Em cambio me permito insinuar-me tambien com Ud. para que nos lo mande a Dr. Camacho, quien como elemento neutral actuará como miembro de la Cruz-Roja, en un lugar proximo a este puerto. Si el Dr. Camacho dejar venir le agradeceré por su deferencia.

Le incluío dos cartas abiertas que deseo las lleve el Coronel Rojas: una es para el General Pando y otra para mi esposa. Le suplico me las deje pasar.

Saluda a Ud. Atentamente su amigo y servidor

Romero

Plácido de Castro não lê a carta íntima que o pai de família escreve à espôsa distante. Mas lê, atentamente, a grave e eloquente missiva que o Delegado Nacional da Bolívia dirige ao Presidente de seu país, cujo conteúdo bastaria para imortalizar a estrutura moral do seu signatário:

Puerto Acre, Octubre 25 de 1902

Sr. José M. Pando

La Paz

Mi querido General:

Nos encontramos en plena lucha, y talvez antes de dos dias seremos atacados en este puerto. La pequena columna que vino á cargo del Coronel Rojas, fué destruida en vuelta de Empresa, después de haber luchado heroicamente once dias. Esos valientes merecen los mas justos aplausos e honores, porque han sabido cumplir su deber como heroes. Los que aún quedamos en el Acre, estamos dispuestos á ofrecer iguales sacrificios á esta divinidad simbolica que se llama la Patria; y nos es deber en estos momentos hablar con entera sinceridad, sin que nuestras opiniones sean tachadas com una muestra de cobardia: queremos evitar nuevos y esteriles sacrificios á nuestro desgraciado pais. El Acre nominalmente es de Bolivia; pero materialmente es del Brasil, todo contribuye á ello: las inmensas distancias y obstaculos que lo separan del resto del pais, la poblacion extraña que lo puebla, la falta de vias de comunicacion dentro del mismo territorio y final-

mente la imposible adaptación de nuestra raza á este clima mortífero. Los bolivianos, en esta región nos sentimos tan extraños, como nos sentiríamos en las más apartadas colonias del Asia, además nos son aquí adversos la naturaleza y los hombres: cada una de nuestras campañas representan el sacrificio de más de una centena de víctimas. Que ventajas reporta Bolivia en cambio de todo esto? Ninguna: las ingentes exogaciones de nuestro Tesoro Nacional y el gasto de energías y fuerzas sociales son estériles, y lo serán en el futuro, si nos fuese dable conservar este territorio por mucho tiempo. Pueblos poderosos no han podido mantener bajo sus dominios a seres de otras razas y otros costumbres, y nosotros que somos un pueblo débil y embrionario, no podemos contrariar una ley histórica comprobada á cada paso, y mucho más si se tiene en cuenta que son catorce millones de almas las cuales por medios directos ó indirectos, procuran expulsarnos de este territorio regado con sangre e cubierto de luto. En vista de estas razones, me permito aconsejar a mi país, por intermedio de su digno mandatário, que renuncie á la posesión de un territorio en el que tantos Bolivianos han sufrido y sufren; en el que tantos han descendido á la tumba, sin poder depositar el último adiós en los brazos de los seres que más amaban en el mundo. Si al Brazil apetece el Acre, que lo posea en buena hora. Bolivia debe cederselo, haciendo con el un convenio que le sea honroso y sea equitativo. Dejemos de ser románticos y quijotes; concentremos nuestras escasas fuerzas y energías, formando un núcleo viable, allí donde tenemos trabajo reproductivo, donde en un medio propio podemos expandirnos con unidad y cohesión y no como fragmentos desanimados de un organismo en plena decomposición. Tenemos campos inmensos y fértiles sin cultivo, montañas vírgenes preñadas de preciosos metales y finalmente miles de industrias que pueden hacernos ricos y felices. A la colonización en apartados territorios solo deben apelar las naciones que tienen sobrante población, de fuerzas e de riquezas. Vuelvo a repetir, mi General, que me creo en el derecho de hablar del modo más sincero y en alta voz, porque no temo que se califique de cobarde: resuelto estoy á cumplir mi deber como soldado de mi patria y por ella estoy resuelto á sacrificar mi vida, y quien habla de borde de la tumba habla con el corazón. Bajo el peso de sombrías impresiones le dirijo esta carta, en atención á esta

circunstancia. Talvez he sido apasionado em mi lenguaje incorreto en la forma; pero espero U. me desculpe. Aprovecho de un enviado que vá a Caquetá a verlo al Cel. Rojas y demás prisioneros, y cuento con muy pocos instantes para escribir otras cartas. Al Cel. Rojas he pedido mandarle de este tesoro para el viaje hasta Manaos ó el Pará, doscientas cuarentas y tantas libras, que eram las unicas que existian en caja, además hemos formado de nustras pequenas economias una suscripcion en la que he contribuido com £ cién, que no dudo seran devueltas á mi familia por el Tesoro Nacional. Además se me adenda por mis sueldos los diez mil, según consta de un certificado que acompanha en una carta que le he dirigido al Cel. Rojas. Me insinuo com Ud. para que ordene el pago de dichas sumas á mi pobre familia. Tengo á bien comunicar a Ud. que el Sr. Plácido de Castro y demás jefes enemigos se han portado con nuestros prisioneros con toda nobleza e caballerosidad. Saluda a Ud. afetosamente su leal amigo.

Lino Romero

Ainda na noite de 25, Plácido de Castro responde ao Delegado Nacional da Bolívia em "Puerto Acre":

Fronteira de Caquetá, 25 de Outubro de 1902.

Sr. Lino Romero

Porto-Acre

Acuso o recebimento de vossa carta particular de hoje e no mesmo caráter também escrevo esta:

Agradeço comovido as frases que me dirigistes aplaudindo a minha conduta, embora eu tivesse apenas cumprido com o dever imposto a todos nós em tais circunstâncias.

Dizeis-me que não traduza as vossas palavras como indício de timidez. Não sou capaz de tal nem tenho motivo para avançar tal suposição.

Apesar de sermos filhos do mesmo continente como bem fazeis lembrar, estamos em luta aberta, e apesar ainda de pensarmos até certo ponto da mesma forma, consistindo a nossa divergência em pensar eu em uma política sul-americana.

Não li a carta que remeteste à vossa esposa, pois deve ser uma correspondencia íntima; li, entretanto, a que dirigistes ao General Pando e confesso que os conceitos sôbre política que emitistes estão em completa harmonia com o meu modo de pensar. Se os destinos de vosso país estivessem neste momento em vossas mãos, o sangue dos vossos patrícios não estaria correndo inútilmente, a tranquillidade dos meus seria, talvez, uma verdade.

O Dr. Camacho está enfermo, paludado, parecendo-me inútil a sua permanência aqui, e inútil o seu sacrifício.

Tenho vários medicos em meu Exército, porei um dêles, o mais prático dirigindo o hospital e de acordo convosco formarei um hospital de sangue fora do círculo de ferro em que vos achais. Fornecereis uma parte do pessoal para enfermeiros e eu a outra, todos desarmados. Se com isso concordardes, em tempo proporei um regulamento hospitalar.

Quanto ao que me pedis sobre o Dr. Santivañez, estou pronto a satisfazer hoje mesmo, mas com a condição de não descer para Manaos, pois embora por informações, coloco o seu talento na merecida altura, julgando que êle possa ser mais nocivo à revolução em Manaos ou Pará do que em Porto-Acre.

Não me iludo, sei que estais por demais avisado para que possais ser tomado de surpresa; por isso, antes de atacar as vossas posições, oficiarei prevenindo afim de que façais sair os que não devem partilhar da luta. Isso ainda demorará alguns dias, pois não quero atacar Porto-Acre para manter sítio como fiz na Empreza, isto é fatigante para ambos. Nessa ocasião, sob qualquer pretexto, podeis fazer sair o Dr. Santivañez, que então poderá tomar o destino que lhe convier.

J. Plácido de Castro

Estão agora assentados entre os dois chefes todos os detalhes relacionados com a repatriação dos vencidos na "Volta da Emprêsa". Com êles também vai partir o seu valente comandante, a cujas mãos o Delegado Nacional confiou a honrosa missão de levar ao Presidente Pando a célebre carta, que caracterizou tão fielmente a elevação do espírito do ilustre Dom Lino Romero. Mas o Coronel Rosendo Rojas não quer partir sem dar

uma resposta à missiva que Plácido de Castro julgou conveniente dirigir-lhe dias antes. E, fazendo-o, pôs nessa resposta uma nota incisiva de lealdade e galanteria:

“Al Señor Coronel J. Plácido de Castro Comandante en jefe de las fuerzas revolucionarias del Acre.
Señor:

Tengo la satisfacion de dar respuesta a sua atenta de fecha 26 del que fenece y al hacerlo me cabe la satisfacion de declarar lo siguiente: Las operaciones militares ejecutadas por las fuerzas de su mando han estado sujetas a la pratica de la guerra civilizada inherente en ciertos casos, á evitar un esteril derramamento de sangue en una lucha por demás desigual que sustuvimos, desde el dia 5 al 14 de este mez de Octubre.

Se servió Ud. dirigirme varias comunicaciones afim de celebrar una capitulacion honrosa para las fuerzas que comando, la qual se llevó a cabo el dia 15 en toda a forma (que asi continue la contienda para la ojala la garantia reciproca).

Los prisioneros después de firmada la capitulación y entregado el puerto de defensa, han sido tratados con las mayores consideraciones y atendidos en todas sus necesidades: sucediendo lo proprio con los heridos que han quedado en Empresa, mientras su sanidad.

Interprete de los sentimientos de mis camaradas de infortunio, doy a Ud. y a los que le acompañan en esta campaña mi agradecimientos, haciendole presente al Gobierno que la rije, igual testimonio, asi como a mis con-ciudadanos.

Dios guarde a Ud.

Rosendo R. Rojas

* * *

Outra vez o silêncio pesado.

“Puerto-Acre” cochila novamente, numa atmosfera entorpecida pelo calor e pela melancolia. De vez em quando, a praça de guerra estremece sob a instantânea convulsão de um pesadelo, como se as hostes rebeldes viessem irromper ali, inesperadamente. Um toque de

corneta ao longe, algum tiro perdido na floresta, qualquer sussurro de galhos quebrados nas proximidades da clareira — tudo impele a um sobressalto, ao temor do ataque iminente (2).

Depois da capitulação de Rojas, que restará mais a Plácido de Castro senão arrojar seus legionários sôbre a última barreira a ser derrubada? Talvez já estejam ali bem perto, espreitando da escuridão da mata a presa apetecida. Devem estar apertando passo a passo o círculo de ferro que irá transformar o acampamento em tétrica fogueira.

Cada movimento brusco de alerta não dura além de poucos minutos. O ruído dilue-se súbitamente, como numa prestidigitação. A mata emudece. O silêncio abafante derrama-se de novo em tórno dos desesperados. A vida como que se imobiliza, afugentando o fantasma invisível que ronda a orla de “Puerto-Acre”.

Foi-se o resto de Outubro.

Agora é Novembro, que se arrasta numa lentidão enervante. A existência é igual, monótonamente igual, sem o mínimo prenúncio de que a tortura do isolamento se aproxima do fim.

Desde aquêlê dia em que os prisioneiros foram expedidos de “Caquetá”, nenhuma informação localizara mais o rastro do caudilho. A princípio, ainda se pressentia sua presença, cada vez que o vento trazia o ruído dos machados ecoando surdamente rio-acima, a denunciar a faina de abrir caminho para o assalto. Todo estrondo de árvore derrubada era o aviso de que os rebeldes acabavam de conquistar mais um palmo de terra, de que estavam um palmo menos distantes do fim de sua aventura. Mas, assim, ao menos se consolavam, à perspectiva de poderem, de um momento para outro, decidir seu

(2) — Êsse estado dalma da tropa boliviana está magnificamente descrito no livro citado de M. J. Aponte.

próprio destino. Agora, porém, caia outra vez sôbre a praça o silêncio, que é a maior tortura. Pior do que sentir que Plácido avança, caminha para ali.

Não adianta, sequer, alongar pelo rio o olhar que anseia por um sinal de socorro. Já é a vespera de Natal, e os barrancos continuam descobertos, deixando à mostra pedaços de praias que os conhecedores do lugar jamais haviam visto tão extensas. Lá em baixo, o rio — de quase cem metros de largo, reduzido a um riacho desprezível, — mal dá calado a uma canoa pequena. Como esperar socorro, como pensar que algum navio aponte na curva do rio? Não há a mínima esperança de ver surgir a comitiva dos representantes do “Bolivian Syndicate”, cuja chegada fôra anunciada oficialmente ao Delegado Nacional para meados de Dezembro. E só êles poderiam ser os mensageiros da salvação.

Mas não terão meios de chegar.

Também Plácido de Castro não dá o mais discreto sinal de vida. Obstinadamente voltados para a inquietante ausência do cabeça da rebelião, cada um se pergunta por onde andarâ o fantasma que os obseda.

Plácido de Castro anda longe de “Puerto-Acre”. Bem longe.

* * *

Nos últimos dias de Outubro, logo após a partida do Coronel Rojas, Plácido recebera da guarnição de “Bom Destino” um ofício inquietante. Acabara de chegar ali, acompanhado de vários oficiais, o comandante da guarnição de Xapuri, Coronel José Galdino, acontecimento que, forçosamente, encerrava significação extraordinária.

Apreensivo, sem atinar com o possível motivo determinante do imprevisto, Plácido ruma por terra para

“Bom Destino”. Suas conjecturas insinuam-lhe no espírito que algo de grave deve estar em jôgo. Admite as hipóteses mais negras, inclusive a de haver chegado a Xapuri algum poderoso refôrço boliviano. E nesse caso, talvez houvessem, àquelas horas, sido anuladas tôdas as conquistas levadas a cabo no Alto-Acre, o que valia dizer — outra vez por começar a revolução que já custara tantas vidas.

Plácido chega ao cair da noite.

José Galdino explica-lhe por que abandonara seu pôsto. Uma carta de Rodrigo de Carvalho, intimando-o a descer com urgência, a fim de participar de sérias deliberações que as circunstâncias haviam inesperadamente criado. Plácido de Castro estava à morte. E urgia substituí-lo, sob pena de fracasso irremediável do movimento.

A situação se esclarece rapidamente. Em poucos minutos, o caudilho vê claro a malícia com que se engendrara a notícia. Todavia, esquiva-se de qualquer comentário, tão eloquente desmentido representava sua presença ali. E intima José Galdino a regressar sem perda de tempo, para reassumir seu pôsto no Alto-Acre.

Plácido acompanha-o até certa altura do trajeto. Em “Capatará”, separa-se dêle com um aperto de mão que é uma reafirmação de solidariedade. E porque atribue uma razão oculta ao incidente tecido em tórno do boato de sua morte, registra-a assim nos “Apontamentos”:

“Na verdade me achava muito doente, mas, o caso era outro: entrara nêle a perfídia; pensavam que com a vitória da “Volta da Empêsa”, a guarnição boliviana do Pôrto Acre se entregaria, e, nesse caso, eu, excluído por doença ou por morte, daria lugar a que pleiteassem o Govêrno do Acre, que era o sonho do Coronel Alencar... José Galdino era apenas o instrumento do plano.

* * *

Na altura de "Capatará", onde deixara José Galdino, Plácido de Castro embrenha-se pelo varadouro que, partindo daí, se estende através de léguas em direção do sul do Território.

A 4 de Novembro, alcança as margens do rio Iquiri onde tem à sua espera um grupo de homens dispostos, ali localizados com finalidades de observação.

E a 15, em plena floresta, o acampamento é festivamente embandeirado. Adornado "com as mais variadas palmeiras e parasitas", para servir à parada com a qual se vai comemorar o 13.º aniversário da República. Pelas dez horas da manhã, realiza-se a revista geral das fôrças, seguida de uma alocução patriótica do chefe militar, feita com exaltação e energia, como se previsse a notícia que lhe ia ser comunicada daí a pouco, "Um aviso urgente de que o inimigo vinha a cinco horas de viagem, procedente de "Santa Rosa", no Abuanã".

São do próprio punho do caudilho, em seu estilo desigual mas incisivo, os relatos das peripécias que sucederam àquele dia de vibração cívica, umas fixadas nos "Apontamentos", outras na ordem do dia escrita em Xapuri, a 28 de Dezembro:

"A 15 de Novembro do corrente ano marchei do Iquiri com 160 homens da guarnição ali estacionada, em perseguição a uma fôrça inimiga que chegara até "Gavião".

.....
"Três dias depois atacavamos a coluna boliviana de "Santa Rosa" e com franco sucesso.

Nesse dia fazia dois meses que havíamos sido derrotados no primeiro combate, em "Volta da Empresa".

Nesse mesmo dia, 8 de Novembro, antes de começar o fogo, estando eu em um reconhecimento, acompanhado de quatro oficiais, uma sentinela inimiga emboscada deixou-me passar e a mais três oficiais, fazendo fogo contra o último, que, apesar de minhas ordens, ainda não havia reformado o fardamento e tinha galões nos punhos. A sentinela o tomou pelo chefe.

O Combate de "Santa Rosa", que durou muitas horas (das 4 horas da tarde às 9 horas da noite), terminou

por um vasto incêndio, que ateamos às casas e trincheiras inimigas.

A 20, segui com tôda a fôrça reunida, 400 homens, com destino a "Palestina", no rio Orton. Dois dias depois, chegando ao Corichon-Vial, ali acampamos.

Momentos depois, uma dolorosa surpresa: chega-se a mim o Coronel Alexandrino que, em nome dos oficiais, me pede que não os leve assim para a Bolívia, onde não poderiam saber o fim que os aguardava e dizendo-me que a fome já se fazia sentir:

Cheio de esperança e de fé, eu não podia me conformar com a volta naquele momento, pois na nossa marcha iam encontrar fatalmente a vitória da revolução.

Mais tarde soube que êsse oficial mesmo era quem concitava os outros a voltarem, dizendo-lhes que morreriam todos, como se quem vai à guerra vá procurar abrigar-se da morte.

Entretanto, voltei depois de destruir a ponte de Corichon-Vial e, rapidamente, marchei para o "Iquiri".....

.....
 "A 4, empreendemos marcha sôbre "Costa-Rica", que ataquei a 7, às 10 horas da manhã.

Apesar do combate haver durado 30 minutos apenas, o inimigo deixou no campo atestado de perdas notáveis, sendo a posição tomada por carga de infantaria.

Êste combate decidido em tão curto tempo veio fortalecer-me a convicção de que me acho à frente de homens que não só abraçaram a revolução com ardor como a defendem com abnegação pouco vulgar".....

"A 8 contramarchamos conduzindo armas, munições, arquivos, etc. da guarnição tomada, e a 10 chegamos novamente em Xapuri de onde prosseguimos para o Alto-Acre, fazendo um *raid* de 16 dias de marcha forçada, através de matas e sob a ação de uma chuva quase contínua, sem que tivéssemos a sorte compensadora de encontrar o inimigo"

.....
 O parágrafo final da ordem do dia, datada de Xapuri, é que exprime o estado de espírito do caudilho, nos últimos dias do ano de 1902:

"O caminho agora é Porto-Acre. Para lá seguiremos impávidos, serenos e arrogantes".

Sim, o caminho agora é Porto-Acre. Por enquanto, aliás, ainda em castelhano — "Puerto-Acre".

XX

Uma parada na selva

Nos últimos dias de 1902, um sôpro de esperança correu pelo acampamento boliviano. As escassas águas do riacho a que estava reduzido o rio Acre começaram a turvar-se.

Abençoado prenúncio da cheia. E' a corrente que principia a agitar o leito argiloso e cheio de pedregulhos, prometendo engrossar nos dias que se vão seguir. Com ela, também será a esperança de ver daí a pouco apontar alguma embarcação, que anuncie novos socorros, além dos que já trouxe a seu bordo.

A vida em "Puerto-Acre" ressurgirá, restituindo o ânimo para enfrentar tôda a adversidade que o destino lhe haja traçado.

Não se trabalha mais como um bando de verdadeiros autômatos. A faina tem agora um calor de confiante entusiasmo. À medida que se avoluma lá em baixo a caudal de águas barrentas, os trabalhos de fortificação ganham uma nova intensidade. Cavam-se trincheiras. Derrubam-se árvores. Distendem-se cêrcas de arame farpado. Assentam-se medidas estratégicas. Sobre-tudo, acompanha-se, sob a maior ansiedade, o ardor com que o maquinista da lancha da Delegação procura restabelecer o funcionamento do canhão tomado aos "Poetas", dois anos atrás. Várias tentativas já se levaram a cabo, para fundir à custa de metais imprestáveis a peça que exige substituição. Em vão. Desta vez, porém, com a decisão de aproveitar uma âncora que a lancha possui a mais, tudo indica que o êxito será infalível. Questão de paciência. E de fé, que, aliás, recrudesceu na alma daqueles defensores do território que tem de ser entre-

gue aos rubicundos senhores do “Syndicate”, a essas horas em viagem para “Puerto-Acre”.

Cada apito que se ouve ao longe — e são frequentíssimos nessa semana — faz pensar que seja o “Cearense”, em cujo bordo viajam os “salvadores”.

E Plácido de Castro — por onde andará ?

A pergunta inquietante continua sem resposta. Tanto mais inquietante à proporção que os dias se escoam nesse mistério que parece ter algo de pressago. Porque, afinal, já lá se vão dois meses da partida do Coronel Rojas, e nunca mais se pôde colher uma informação segura sôbre o destino do chefe militar da revolução. Boatos não faltavam. Davam-no uns como imobilizado nos confins do Alto-Acre, devorado por uma doença que esgotava dia a dia suas derradeiras energias. Outros asseguravam encontrar-se êle em plena zona do Abunã, deslocando-se em escaramuças entre o Orton e o Madre de Dios. Mas nada de certo e provado. De evidente, só aquela ausência desnorteante, passível das mais diversas interpretações.

* * *

O relógio da Delegação bate as pancadas da meia-noite de 31 de Dezembro de 1902. E, antes que elas terminem, um tiro de canhão estronda sôbre “Puerto-Acre”.

— “Viva Bolivia”.

O acampamento inteiro responde com exaltação ao viva erguido de uma janela pelo Delegado Nacional. O brado ressoa na mata com uma sonoridade mística. Imediatamente, o côro põe-se a entoar, à maneira de cântico sagrado, o hino da Pátria distante, como se jurasse uma disposição inabalável de aceitar todos os sacrifícios que ela ainda impuser. Em cada rosto ani-

mado pelo riso, há uma lágrima escondida, a saudade do lar mutilado, até onde só podem chegar os ausentes através de um terno pensamento. Do pensamento cheio de esperança de que o novo ano seja a anunciação de uma fase de paz, de trabalho profícuo, livre da tortura de um exílio aniquilador.

Depois do cântico, o côro ainda repete três vezes: — “Viva Bolivia”.

E, para os lados de “Caquetá”, troa também o eco de um canhão, com que os legionários acreanos estão igualmente saudando a passagem do ano-novo.

* * *

Agora é 1903 (1).

Nada ainda de Plácido de Castro.

Pelos primeiros dias do novo ano, porém, outro fantasma entra a rondar o acampamento. Em vez de intimidar pela invisibilidade, êste apavora pela materialidade das provas de sua presença.

Começa a ronda insistente da fome.

O armazém esvazia-se, numa rapidez que condena o fim da resistência para dia muito próximo. Já nem se encontram mais à venda as galinhas cujo preço chegara a libra esterlina e meia. As pernas de porco de duas libras. Os ovos de cinquenta centavos. Há apenas umas tantas latas de leite em conserva. Duas ou três sacas de feijão. Em pouco, será a fome absoluta, para os que não tiverem coragem de recorrer aos ratos assados, a que alguns se vão adaptando. Ou os ratos ou

(1) — A descrição dos acontecimentos narrados neste capítulo baseiam-se, principalmente, no diário de M. J. Aponte, que faz parte do livro já citado.

a morte (2). Pois que venha a morte, de uma vez, que pelo menos saberão morrer com glória, lutando pelo dever imposto pela Pátria. Que venha logo, sob qualquer forma, exceto esa que o inimigo lhes quer infligir, porque é inglória e humilhante. Morrer no ímpeto de uma heróica pelêja, sim. Mas nunca sob a sensação de não poder erguer os braços, por falta de sangue e de fôrças.

A fome cerca sinistramente "Puerto-Acre". Mas não chega a aniquilar as reanimadas energias de seus valentes defensores. O ano novo trouxe-lhes uma exacerbação de patriotismo, que faz prever tôda a bravura de que serão capazes na ocasião oportuna. Só o que lhes tolda um pouco o entusiasmo é a ruga que se fixou, de modo permanente, na frente do Delegado Nacional.

Dom Lino Romero vive taciturno e ensimesmado. As longas noites de vigília, passa-as a caminhar no quarto, de um ângulo para outro. Evita as refeições em comum, como se furta a todo pretexto de palestra. Só deixa que lhe interrompam o isolamento, quando é avisado da chegada de algum espião portador de informações importantes.

A que lhe foi transmitida na noite de 8 de janeiro explica, de maneira lógica, o motivo pelo qual, desde há três dias, se ouve o frequente apitar do "Rio Afuá", como se estivesse a subir e a descer um mesmo trecho do rio, não muito distante. Agora ficou inteirado de que o seu navio foi crismado com um novo nome. Chama-se "Independência". E é empregado no transporte de fôrças, que se amontoam em pontos cada vez mais próximos do "Puerto". Umas, acima. Outras, deslocadas por terra através de varadouros e distribuídas em

(2) — Também do lado dos rebeldes a situação alimentar era dramática, embora não haja chegado ao extremo recurso dos bolivianos.

lugares situados imediatamente abaixo da praça boliviana.

E' o bloqueio que se completa. O cêrco que se consuma definitivamente e explica a possibilidade dessa correspondência "engarrafada" (3), por meio da qual os inimigos trocam desafios.

Quase todos os dias, as sentinelas divisam, deslizando ao sabor da corrente, uma garrafa em cuja rolha vai espetada uma bandeirola. Dentro, bilhetes pilhéricos de provocação. Ameaças de assalto fulminante. Quadri-nhas em que se expande a veia sertaneja, salpicada de pabulagem.

Na última garrafa apreendida, uma detalhada mensagem assinada por ODICALP — logo identificado como o anagrama do caudilho — dava informes minuciosos sôbre os combates de "Costa Rica" e "Santa Rosa", no Abunã, exagerando as vitórias obtidas. E acabava por prometer a marcha próxima em direção à praça boliviana, repetindo o fecho da proclamação de 28 de dezembro: "O caminho agora é Porto-Acre. Para lá seguiremos impávidos, serenos e arrogantes".

A resposta — também "engarrafada" — não se fez esperar. Firmada por ONIL, fôra escrita em tom enérgico e de desafio. Mais que isso, seu texto era violento, saturado de provocação. Até o Delegado Nacional já se convenceu de que é melhor precipitar os acontecimentos. A sorte precisa ser decidida.

E será.

Não resta a menor dúvida de que o momento supremo se aproxima. Dia a dia, quase hora a hora, ouve-se

(3) — Encontram-se pitorescos detalhes dessa forma original de comunicações, não sômente no citado livro de Manuel J. Aponte, mas, sobretudo, em vários diários e apontamentos de combatentes, parte integrante do riquíssimo arquivo de J. Ferreira Sobrinho.

cada vez mais perto o ruído das árvores abatidas. Soturnos ruídos, como trovões, que fazem pressentir a iminência da borrasca. As fôrças revolucionárias estão, de fato, trabalhando febrilmente na abertura do grande varadouro que circundará a zona de combate, e por onde se farão os movimentos de tropa.

* * *

13 de Janeiro de 1903. Onze da manhã.

A sentinela do alto da Delegação distingue, na mesma curva do rio em que a descobrira três meses antes, uma bandeira branca fincada em um barco tripulado por três homens.

Dom Lino Romero desce imediatamente o barranco. Não quer que o emissário penetre no acampamento, de modo a se orientar quanto à disposição das fortificações. Prefere recebê-lo a bordo da lancha da Delegação, onde o encontro se pode realizar em condições perfeitamente condígnas.

A conferência é curta. E lacônico o ofício em que Plácido de Castro lhe anuncia o ataque, para o dia seguinte às dez da manhã, ao mesmo tempo que oferece o hospital de sangue para socorrer em comum, sem qualquer distinção, os feridos de um e de outro lado.

Com menos de meia hora, o emissário regressa com a resposta. A Delegação Nacional fica ciente. Quanto ao oferecimento do hospital em comum, pedia permissão para recusá-lo, por motivos especiais (4).

Dêsse instante até o dia seguinte, uma invencível rajada de vibração patriótica sacudiu o acampamento inteiro. Não há mais desalento. Nem há mais sensação

(4) — Essa recusa foi criticada por vários comentadores da campanha, inclusive pelo boliviano Capitão Benjamin Azcuí, à página 205 do seu livro “*Campañas del Acre*”.

transponha o rio e vá arrancar a bandeira da provocação. Mas, em poucos minutos, ela se multiplica em vários pontos, como a desdobrar o desafio, numa advertência de que, em cada sítio daqueles, se acha pelo menos um rebelde disposto a disparar o seu rifle. E a reflexão impõe a prudência.

Às nove em ponto, um disparo sêco, singular, anuncia o desencadeamento do combate. E, logo a seguir, explode o tiroteio com uma intensidade brutal, violento de parte a parte. A fuzilaria é quase contínua, sem intervalos, traindo a ânsia de ser rápida, quanto possível fulminante.

Com cinco horas de fogo cerrado, os revolucionários ocupam posições vantajosíssimas, a pouco mais de cem metros das trincheiras bolivianas. Enquanto isso, um calafrio corre súbitamente sôbre a praça de "Puerto-Acre". Tomba, alvejado por uma bala inimiga, o próprio comandante, Tenente-Coronel Manoel Canseco, ao que parece, mortalmente ferido. Aniquilado, exangue, mas ainda com fôrças para ordenar a seus soldados, ao ser transportado para o alojamento hospitalar:

— Fuego a pié firme. Y buena punteria!

Obedecendo, o fogo recrudesce com ímpeto assustador. E com tão "buena punteria", que, ao anoitecer, as perdas do lado rebelde se elevam a cinquenta, entre mortos e feridos.

Contudo, Plácido de Castro não se deixa abater o ânimo. Nem permite que seus soldados esmoreçam. Enche-os de coragem, mostrando-lhes que estão vivendo a cartada final. Continuar — equivalerá à segurança da vitória. Afrouxar — será o mesmo que entregar-se à morte.

Pela noite adiante, êle dirige pessoalmente o desenrolar do combate. Cheio de energia, desdobra-se na solução de tôdas as contingências. Sobretudo agora, que

um imprevisto principia a esboçar-se com ameaçadora gravidade, maior talvez que a bravura do adversário. A sede. A sede começa a constituir-se um problema alarmante. E' preciso resolvê-lo decididamente, para que não se desgaste aquela soldadesca valente mas exausta.

A providência é rápida. Enquanto se distribuem rações de víveres, um grupo de homens dispostos é destacado para abastecer os combatentes, conduzindo água em sacos "encauchados". Eles têm de afrontar o perigo das balas que cruzam o seu caminho, em tôda a distância que os separa da beira do rio. Mas o abastecimento precisa ser efetuado. Sob pena de se esgotar o ânimo dos que mantêm cerrado o tiroteio, de se exaurirem as forças das turmas de sapadores.

O trabalho de sapa é titânico. As trincheiras se vão cavando numa faina vertiginosa, que faz apertar progressivamente o cêrco que se prepara para dentro de algumas horas. O ímpeto que afunda os alviões nas entranhas da terra dilue-se na avalanche de estampidos, que estrondam ininterruptamente. Trabalho obscuro, que há de se tornar depois o alicerce da vitória.

Em meio à refrega, Plácido de Castro reflete sôbre os dias que virão depois. Realista e precavido, não o embriaga a perspectiva da vitória que já se esboça. Sabe que, para chegarem ao fim, precisarão de abundantes munições, de material de guerra. De dinheiro. E no Acre, dizer dinheiro é como dizer — borracha. Não é por borracha que duas legiões de abnegados se vão estrçalhando ali? Não é por que um grupo de magnatas usurpadores manobra a Bolívia para extorquir borracha, que bolivianos e brasileiros se estão entrematando? Borracha. Borracha é a mola da vida naquelas paragens esquecidas do Brasil. Pois de borracha se encontra abarrotado o "Rio Afuá", hoje transporte de guerra "Independência". Cincoenta mil quilos de goma da melhor

espécie, tomada pelos revolucionários ao se apossarem do naviozinho dos bolivianos, que urge, qualquer que seja o sacrifício, fazer forçar a passagem de "Puerto-Acre".

A lua já desapareceu. Principia a amanhecer. Os homens estão exaustos, porém a noite de trabalho contínuo valeu muito. Porque os combatentes não morreram de sede. Mais ainda — porque, naquele instante, acabavam de assaltar a primeira trincheira adversária.

Plácido de Castro convoca seus lugares-tenentes para uma reunião urgente. Expõe-lhes a situação em poucas palavras, com a sobriedade que lhe caracterizava o pensamento, sempre que o tinha de exteriorizar em momentos de especial gravidade. Impõe-se levar o navio até além da linha Cunha Gomes, a fim de transformar sua carga em dinheiro corrente, sem o qual nada poderão fazer.

A proposta é recebida com unânime entusiasmo. Todos compreendem a significação da arriscada empreza, capaz de fornecer os meios com que apressar o desfecho da luta. Consideram a medida merecedora de realização imediata.

Mas Plácido tem aversão às mistificações. Acha que deve apontar todos os obstáculos que irão dificultar a execução do plano. Em particular, não devem os companheiros esquecer que os bolivianos, plagiando o estratagemma de Humaitá, fizeram atravessar uma colossal corrente de uma à outra margem do rio, para assegurar sua intransponibilidade a qualquer embarcação de vulto.

Aí surgem discussões. "Não faltaram *entendidos* que dissessem ser impossível a passagem do navio". (2) Também surgiram os que pretendiam modificar as linhas gerais do plano traçado, substituindo-as por outras consideradas de maior e mais eficiente probabilidade.

(2) — Plácido de Castro — "Apontamentos inéditos".

Nessas ocasiões — quando convencido de que, em torno de si, nenhum o supera em competência para opinar — é que o orgulho de Plácido de Castro se mostra em toda plenitude. Não cede uma linha, mantém-se inabalável e delibera como se não tomasse conhecimento da divergência surgida. Age com autoritária inflexibilidade.

Para concretizar suas deliberações, encarrega o Coronel Antunes de Alencar de comandar a passagem do “Independência”. Dá-lhe instruções minuciosas, como já lhas dera, de uma feita, na véspera do combate da “Volta da Emprêsa”. Marca o início da missão para daí a vinte e quatro horas. E ordena-lhe que parta incontinenti para o local, pouco acima de “Puerto Acre”, onde se acha o ex-“Rio Afuá”.

Está assentado o arrojado plano.

Resta, porém, levar a cabo um tarefa preliminar, que talvez encerre um perigo desmedidamente mais certo. E Plácido não o esconde da compreensão sincera do pelotão que se apresenta para executar suas ordens. A todos inteira da realidade. Adverte que a aventura, a ser tentada, encerra possibilidades quase percentuais de custar o preço da própria vida.

Ninguém estremece.

O primeiro soldado da fila dá um passo à frente, para receber das mãos de Plácido de Castro a lima com que tentará serrar a corrente. Recebe-a de cabeça erguida, o olhar rebrilhante. Toma-a entre os dentes cerrados em rígida contração muscular. Saca a túnica de azulão num gesto rápido. E, em brusco salto, joga-se ao rio, nadando impetuosamente para a margem onde se prende a extremidade da cadeia a ser desvencilhada.

Nesse instante, quando a bruma vai sendo aos poucos fundida pelo sol, a fuzilaria inimiga recrudesce apavo-

rantemente. Cavalgando o correntão, o herói parece insensível à saraivada de balas que procuram imobilizar sua mão agitada por convulsivo vai-e-vem, surdo aos estampidos que lhe anunciam a morte iminente.

De repente, a mão heróica se relaxa. A lima escapa-se imperceptivelmente. E o corpo do destemido seringueiro sossobra na voragem das águas barrentas, que o seu substituto já principiou a espadanar com os braços, para prosseguir na faina interrompida pelo companheiro imolado.

Um a um, o pelotão arroja-se inteiro na épica missão. Até que o último dos incríveis estóicos, no instante extremo que seus olhos puderam fixar, levou consigo a satisfação de ver que o destino lhe reservara a glória de arrastar com seu corpo, para o fundo do rio, o diabólico obstáculo que seu chefe mandara derrubar. (3)

Sábado, 17 de janeiro.

Quase dez horas, e nada do "Independência".

Desde o amanhecer, Plácido de Castro parece inquieto. Um tanto irritadiço. A cada minuto que passa, sua ansiedade aumenta. Mas se conserva silencioso, passeando de um lado para outro, as mãos cruzadas sobre as costas. De vez em quando, estaca por um instante, olhando para a curva onde espera a todo momento ver surgir o navio.

Cêrca de meio-dia, o combate abranda um pouco, e chega ao acampamento, ofegante e suado, um portador do Coronel Alencar, munido de um bilhete que Plácido lê com viva expressão de revolta na fisionomia. Os oficiais esperam que o chefe lhes dê ciência do conteúdo

(3) — Entre outros, é o livro de Napoleão Ribeiro que encerra os melhores elementos para a reconstituição desse episódio.

daquele retalho de papel. E êle o faz, primeiro sem comentário, procurando surpreender o estado da alma que a notícia vai suscitar:

— E' do Coronel Alencar. Pede-me êle que o dispense do comando da passagem do "Independência". Alega achar-se doente do fígado e desconfiado de estar atacado de pneumonia.

Ninguém se manifesta, como a esperar que êle mesmo adiante a definição que se desenha na consciência de todos.

Plácido relê o bilhete. Agora, com um sorriso sarcástico, muito seu, habitual tôda vez que percebia no próximo algum sintoma, mesmo frustrado, de pusilanimidade. Dobra-o calmamente e, enquanto o acomoda no bolso da calça, dirige-se aos companheiros:

— A êste conjunto confuso de enfermidades, nas ocasiões dos grandes lances, eu costumo chamar "pusilanimite aguda" (4). Não sei se com propriedade ou não...

O tiroteio volta, então, à intensidade da hora do amanhecer.

Plácido afasta-se, sem nada mais comentar, disposto a assumir em pessoa o posto de que Alencar se esquivara, pronto para partir tão depressa a noite caia completamente.

À partida de Plácido de Castro, faz-se uma espécie de trégua, para beber uns goles. Com uma chavinha tão impertinente, não é para desprezar o inesperado afastamento do chefe irredutivelmente abstêmio.

Noite escura e triste, cortada por espaçados relâmpagos que, de vez em quando, iluminam as trincheiras

(4) — Na verdade, foi outra a expressão usada por Plácido de Castro, e está registrada nos seus "Apontamentos inéditos", embora o autor haja preferido evitar a sua reprodução fiel.

já muito aproximadas uma das outras. Pesado silêncio em que só se ouve o som de uma flauta dolente, escutada com suspiros de nostálgicas recordações.

De repente, a flauta emudece. Uma voz grita do lado dos bolivianos:

— Avilio! Avilio-ôôô!...

Abilio responde, gritando entre as mãos em concha o nome do simpático boliviano que o conhecera quando empregado do seringal de Joaquim Vitor.

A voz amiga atira-lhe o apêlo em português acastelhanado.

— Avilio! Face o favor de tocar um poquito más su flauta.

O seringueiro pergunta:

— Tú qué triste ou alegre?

— Bien tristecinha, Avilio. Quero recordar mi querida.

Todos calados, remoendo sabe lá que doridas saudades, que sinistros pressentimentos, ouvem a toada melancólica da flauta do cearense. Quanta lembrança a um só tempo doce e amarga. Vivências de namoros sertanejos que sossobraram no horror pânico de uma sêca tremenda. Do outro lado, recordações de algum crepúsculo assistido de olhos fitos sôbre os cumes nevados do Illimani, que talvez nunca mais voltem a contemplar. Quanto sentimento de dúvida e expectativa, na negra noite invernosa.

A toada se extingue. Depois de uma pausa, a voz castelhana pede um corretivo para a emoção:

— Ahora, Avilio, una bien alegre!

— Ahn! Tú qué uma bem alegre?

— Si, Avilio, uma bem engrazada!

— Tá bem. Lá vai uma. Bem baruienta!

E o tiroteio estronda furiosamente.

O ruído das balas *dun-dun* (5), que se cruzam de lado a lado, atroando a floresta, tem qualquer coisa de sinistro. Como se, de parte a parte, quisessem despedaçar-se em poucos segundos.

Súbito, pára de novo a tremenda fuzilaria.

Novos tragos. Novas risadas.

E, outra vez, a flauta de Abílio, nostálgica e romântica (6).

XXII

A passagem do “encouraçado”

Na praça boliviana, conjectura-se sôbre os motivos daquela trégua, iniciada aliás desde a hora em que a flauta de Abílio esgotou seu repertório. O fato de ser domingo nada terá a ver, provàvelmente, com a abstenção do inimigo sempre enfurecido. Também não o será pela chuva torrencial que vai, pouco a pouco, atestando de lama as trincheiras de ambos os campos. Bem mais possível é que, por lá, principie a escassear a munição, assim como do outro lado a ronda da morte por inanição ameaça aniquilar tôdas as disposições de heroísmo.

Paira na consciência dos sitiados um mundo de suposições. E igualmente um mundo de fantásticas esperanças. De um instante para outro, pode surgir a sal-

(5) — A utilização de balas *dun-dun* foi feita por ambas as partes, conforme se verifica lendo documentos de um e de outro lado.

(6) — A cena está descrita, com quase insignificantes modificações, em vários cadernos de apontamentos, assim como também no livro do boliviano Capitão Benjamin Azcuí, figura destacada da campanha e um dos que mais correram para fixar a vida guerreira de Plácido de Castro.

vação milagrosa, que só podem esperar do aparecimento dos novos donos do Acre, a quem a Bolívia arrendara todo o "Território de Colônias". Praza aos céus que surjam os redentores, únicos capazes de quebrar o aniquilante bloqueio.

Esse bloqueio, entretanto, é que não deixa chegar ao conhecimento dos mártires da Pátria a notícia que os acabaria de desalentar. A essas horas, a delegação de "Bolivian Syndicate", que vinha tomar posse da região, está sendo inteirada da situação que os aguardaria no Acre, se ousassem ir além do ponto em que se encontram — na altura da "Cachoeira do Purús". E já têm decidido esperar ali mesmo a primeira embarcação de baixada, que os reconduza a Belém, a caminho do outro continente. Onde irão saber, aliás, que por estranha coincidência, nessa mesma data, o Barão do Rio Branco — poucos dias antes empossado no Ministério do Exterior — acabara de telegrafar ao ministro do Brasil em La Paz, incumbindo-o de dar conhecimento à Chancelaria Boliviana de que o govêrno brasileiro decidira tornar litigioso o território situado acima do paralelo 10'20".

A chuva continua a cair copiosamente. Prolonga-se igualmente a trégua, cuja significação não conseguem decifrar.

* * *

Madrugada alta, Plácido de Castro continua a dar os últimos retoques na preparação do plano traçado para forçar a passagem do "Independência" na garganta de "Puerto-Acre".

O navio se encontra transformado em originalíssimo "encouraçado" pelo talento improvisador do guerreiro. Em cada bordo, apertadamente arrumados, 15 000 quilos de borracha. Por trás de cada muralha de goma, vinte e cinco homens se entricheirão no momento deci-

sivo, que tanto lhes pode dar a glória como custar a vida. Na praça intermediária, Plácido desdobra-se em múltiplas atividades, ajudando a arrumar, distribuindo a munição, ministrando conselhos de ordem técnica.

O aparecimento brusco, quase à hora marcada para a partida, de Rodrigo de Carvalho causou vivo espanto ao chefe da revolução: “Pensei comigo que alguma coisa de extraordinário se passava naquela criatura efeminada, que não podia ouvir o sibilo das balas, e que ali estava para passar por entre um chuveiro delas, pois o convés do navio seria varrido pela fuzilaria inimiga” (1). Não se pôde conter e interpelou-o. Rodrigo respondeu incontinenti, com um ar de convicção:

— Ah! meu caro... também quero glórias!

O relógio de bordo bate seis horas.

Plácido de Castro ordena que se suspenda ferro. Corre o olhar sôbre o convés. Não vê mais Rodrigo de Carvalho. E sorri, silenciosamente.

Ao clarear do dia 19, o acampamento boliviano amanhece envolto numa densa bruma. Não se consegue enxergar dois metros adiante, tamanha a intensidade da cerração — espécie de estratégica cortina-de-fumaça natural. O ambiente é de franco nervosismo. Paira no ar um trágico pressentimento de que, talvez, já estejam os inimigos ali a dois passos, só à espera da ordem superior para consumir o assalto final.

Súbito, silva dentro da neblina o apito prolongado do ex-“Rio Afuá”. Provavelmente, um sinal conven-

(1) — Êsse azedume com que Plácido de Castro se refere a Rodrigo de Carvalho trai uma das raras facetas antipáticas do feitio do libertador. E é tanto mais de censurar quanto, na realidade, ainda quando lhe faltassem qualidades de bravura pessoal, Rodrigo de Carvalho foi o “verdadeiro nervo da revolução acreana”, no que se refere ao aspecto político da sua articulação, segundo J. Ferreira Sobrinho.

cionado pelos atacantes. Pois, quase simultaneamente, desencadeia-se com uma violência indescritível o tiroteio que vem de todos os lados. Luta titânica em que os inocentes defensores do “Bolivian Syndicate” combatem com a mais denodada bravura.

O canhão troa agora seguidamente, em sinistro duelo com o apitar frenético do “Independência”, que parece estar cada vez mais próximo. E quanto mais perto ecoa o apito ameaçador, maior brutalidade vai ganhando a ininterrupta fuzilaria, que faz pensar numa outra neblina, de estampidos e fogo, com o que o inimigo quer acabar de atordoá-los, para levar a cabo a passagem ainda considerada irrealizável.

Escoam-se numa vertigem dez minutos de angústia e furor. Senão quando, o transporte de guerra “Independência”, improvisado no mais original dos encouraçados, aponta na curva de “Puerto-Acre”, com seus guerreiros acastelados por trás das barricadas de bolas de borracha.

O lance tem uma grandiosidade, cujo sabor épico teve sua mais viva descrição em umas poucas linhas do próprio punho do caudilho:

“A passagem foi feita garbosamente, debaixo de uma estrondosa salva de balas. Belo aspecto apresentavam as linhas sitiadas e sitiadas, formando duas curvas concêntricas de fumo.....

“Os vivos entusiastas irromperam por tôdas nossas linhas com o luminoso rufar da fuzilaria. Os atiradores de bordo tanto atiravam como soltavam gritos de cego entusiasmo; o corneteiro tocava marchas de guerra; enfim, o navio apitando sem interrupção, — formavam o conjunto de uma verdadeira orquestra guerreira.

“A perspectiva que apresentava Porto-Acre, circunscrito por uma grinalda de fumo, ornada aqui e ali pelas nossas bandeiras, parecia dar a nota mais bela dêsse quadro sublime que poucas vezes nos é dado apreciar e que,

apesar de se nos apresentar empolgante, seria talvez apreciado com horror por um observador calmo e alheio às paixões que nos levaram a levantar a bandeira separatista”.

Como sempre, realizado o feito que o empolga em determinado momento, o espírito bizarro de Plácido de Castro é incapaz de prolongar muito a côr da emoção vivida. Do épico, êle salta quase sempre, invariavelmente mesmo, para as nuances do humorismo que lhe inspiram certas circunstâncias, como êsse que êle pôs no fecho da descrição daquele dia em seus “Apontamentos”:

“Passado o perigo e quando o “Independência” já navegava no *estirão* abaixo de “Porto-Acre”, saiu o Coronel Rodrigo de Carvalho da casa das máquinas, onde estivera durante tôda a manhã, abrigado abaixo da linha d’água. E de bordo era quem mais entusiasmado agradecia as saudações das nossas forças”.

O transporte “Independência” já se escapou, mas os sitiados de “Puerto-Acre” intensificam vertiginosamente o tiroteio. A chuva, cada vez mais torrencial, começa a encharcar, além das trincheiras, os próprios abrigos dos sitiados, cujas paredes e tetos vão sendo perfurados pelas balas certeiríssimas.

À medida que se fecha a noite, cresce o desespero no acampamento boliviano. De minuto a minuto, o inimigo parece aproximar-se mais, a tal ponto que, em certas ocasiões, quando se estabelece um súbito hiato na contínua fuzilaria, ouvem nitidamente o sussurro de vozes que se entremeiam no ruído da faina dos sapadores. E o eco dos alviões e pás marca a impetuosa rapidez com que se aperta o círculo do aniquilamento.

Contudo, o aguaceiro entra agora em franca estiada. Também o fogo é menos cerrado, embora se mantenha contínuo. Pela madrugada, modifica-se o ritmo do tiroteio: faz-se “con descargas cerradas, uniformes, a intervalos de cinco en cinco minutos, con la precisión y segu-

ridad de tropas de linea" (2). Discontínuo, porém sempre brutal.

Já não chove, por volta das três horas. Mas a umidade gelada quase imobiliza os homens que se acotovela nas trincheiras alagadas. E o negror da noite é absoluto, dando-lhes a sensação de haverem cegado bruscamente. Não enxergam um vulto sequer. Quanto mais êsses três titans bronzeados, que se escaparam de rastros da sua trincheira, e se vêm aproximando lentamente das primeiras barracas do acampamento inimigo, numa insidiosa penetração de répteis. Arrastam-se paulatinamente, empunhando cada qual o seu frasco de querozene, para tentar o incêndio do acampamento, mesmo que a bravata lhes possa custar a vida. E de dez em dez minutos, quando os atacantes despejam suas rajadas curtas de projéteis, êles avançam um pouco mais, sob a proteção da fuzilaria ensurdecadora.

Os defensores da praça não vislumbram o avanço sinistro dos incendiários. Só o comprovam quando, de repente, as labaredas começam a flamejar no espaço, ameaçando fazer arder todo o acampamento.

Em segundos, a cena atinge o paroxismo. O pânico convulsiona a massa humana espavorida, que luta contra o fogo com tôdas as suas fôrças. Ouvem-se gritos de pavor e brados de revolta. Um tumulto que faz pensar na iminência da hora extrema do longo sacrifício. Luta-se contra as chamas como se luta contra um inimigo humano. Quase corpo a corpo. E, mesmo assim, de dez em dez minutos, com desnorteante precisão, arrojase sôbre a praça uma saraivada de balas, maciça e brutal.

Ao romper do dia, o céu está límpido e azul, como já não o viam há muito. O olhar descansa sôbre o verde da mata orvalhada, buscando a esperança de um

(2) — Do diário de Manuel J. Aponte.

repouso para o corpo extenuado. Também aos ouvidos chega o canto de alguns pássaros, em vez do intermitente retinir dos tiros (3).

* * *

Plácido de Castro não pôde compreender imediatamente o motivo daquela recusa tão obstinada. Acostumado a ser obedecido de modo sumário e automático, causa-lhe estranheza a atitude do Major Daniel Ferreira, um dos oficiais de sua maior confiança. Não chega, porém, a ter tempo de o interpelar. O próprio oficial procura esclarecer que a recusa não implica a mais leve atitude de indisciplina. E a prova é que pede ao chefe supremo, em tom respeitossíssimo, que, em vez dessa, lhe confie outra missão qualquer. Ainda quando seja de tal natureza que não lhe permita regressar com vida. Ou então que o submeta a uma prova de humildade, como a de ir combater como simples soldado na trincheira mais avançada.

Semelhante disposição de a tudo renunciar, só para não servir sob o comando de Alexandrino José da Silva, cujo batalhão precisa de um novo major-fiscal, deve fundar-se em razões muito graves.

Plácido exige conhecê-las.

Inteirado, faz vir urgentemente à sua presença o temível comandante.

— Coronel Alexandrino, estou em sérias dificuldades para preencher a vaga de fiscal do seu batalhão.

Daniel está presente, olhando firmemente para o interpelado.

— Convidei aqui o Major Daniel para essa missão de confiança. Mas êle me declarou que prefere ser

(3) — Os elementos para a recomposição desta cena encontram-se descritos, numa sequencia quase teatral, no diário de campanha incluído no livro de Manuel J. Aponte.

incumbido de ir assaltar sòzinho uma trincheira boliviana, a servir sob o seu comando.

Alexandrino fita interrogativamente o resignatário.

— Diz êle que o senhor tem fama de se permitir até espancar os seus oficiais. E como êle não seria capaz de suportar essa humilhação, sem se desafrontar com um tiro de morte... No que eu acho, aliás, que faria muito bem...

O facinoroso pardavasco torna-se melífluo. Procura por todos os meios desfazer a suspeita que pesa sôbre sua conduta. Plácido interrompe-o disposto a encerrar o assunto:

— De maneira que, Coronel Alexandrino José da Silva, o Major Daniel Ferreira de Lima vai assumir, por ordem minha, a função que lhe atribuí. E pelo que lhe fizer o senhor — caso êle não der a punição merecida — saiba que eu mesmo a darei. Impiedosamente (4).

* * *

Há cerca de quarenta e oito horas, voltou a chover incessantemente. De quando em quando, um aguaceiro violento desaba sôbre o campo de luta.

Já é a noite de 22 de Janeiro. Sétimo dia de combate infatigável. Noite triste e úmida, povoada de inquietantes pressentimentos. De mil interrogações, justamente pela estranheza que causa entre os sitiados a abstenção do inimigo, desde o cair da tarde. Só de longe em longe, algum tiro esparso sacode a sonolência que se estende por todo o acampamento, e alerta as sentinelas quase paralisadas pelo vento cortante que vem da mata.

Na sede da Delegação, as autoridades velam. Dramática vigília. O Delegado Nacional passeia, ensimes-

(4) — O fato foi descrito em carta pelo próprio Daniel Ferreira de Lima, a pedido do historiador J. Ferreira Sobrinho, seu primo, que forneceu ao autor, para consulta e reprodução, o citado documento.

mado, ao longo da sala do comando. A um canto, olhando de vez em quando a deambulação nervosa do chefe amargurado, o Dr. Manuel J. Aponte, auditor da Delegação Nacional, anota as impressões que um dia virão a encher de patética emoção as páginas de um livro de memórias da campanha:

“Las zanjas que ocupan nuestros cuerpos de linea estan anegadas. Desde ayer soportan los infelices el mal tiempo sin proferir siquiera una palabra de desaliento. Allí comen lo que buenamente consiguen; allí permanecen inmóviles y allí hacen todo, convirtiendo-se el sitio de cada uno en inmundo lodazal. Y a todo esto se agrega la fetidez que exhalan los cadáveres desde hace ocho días; y además las dos vacas lecheras, que serviam para el sustento de los enfermos y que murieron el primer día cerca de nuestras fortificaciones, tomadas á dos fuegos. Uno de nuestros soldados del 3.º consiguió en noches passadas llegar arrastrandose y cortar un retajo de aquella carne; y quando regresaba, le hicieron fuego los enemigos, pero felizmente salvó”.

Cêrca da meia-noite, após uma estiada de duas horas, a escuridão principia a ser cortada de frequentes relâmpagos. Rimbombam trovões sôbre as cabeças dos bolivianos, prenunciando a tempestade que se esboça na ventania desenfreada.

Diante da onipotência dos elementos, os homens que enfrentam denodadamente o inimigo violento sentem um arrepio de terror correr-lhes pelo corpo regelado da umidade. Mas, de repente, a praça se agita em massa, como um corpo só.

Estão caindo sôbre o acampamento, como bólides incandescentes, uma chuva de lança-chamas improvisados. Flexas com as pontas entumescidas por chumaços de estopa ensopada de querozene, ardendo pelo espaço iluminado, a levar pelos ares o incêndio capaz de aniquilar a última resistência da cidadela.

Mas a resistência continua. Cruzam-se por todos os lados as chispas da fuzilaria, enquanto o troar do canhão estronda intermitentemente.

Com alguns minutos, cessa quase instantaneamente a borrasca que parecia o fim do mundo.

Extingue-se também o tiroteio.

Neblina e silêncio.

Principiam a ouvir ao longe, entremeados de pausas angustiantes, sons estranhos que, ora parecem urros de feras, ora dão a impressão de pungentes gemidos vindos não se sabe donde.

E' a guerra de nervos que se inicia.

Velhos instrumentos de música, desafinados, éstridentes, emitem sons esquisitos e enervantes. Sobretudo "um bajo de sonido extraño que infunde tristeza, como se fuese um eco de ultra-tumba" (5). Quando o soturno contrabaixo cala seus gemidos surdos, súbitamente, vibram no ar os guinchos agudos de um flautim, como a marcar a dança macabra de um demônio. E voltam em seguida as torturantes lamentações do baixo, progressivamente mais graves, mais semelhantes a gemidos.

Agora, o que rasga o silêncio é outro ruído mais sêco. Menos musical. O ruído do trabalho dos sapadores, que se destaca nitidamente, lembrando-lhes a faina dos coveiros que cavam sepulturas. Talvez um agouro — êsse bater de pás e picaretas, que ressoa já tão perto dêles.

E aproxima-se o amanhecer. Com êle — que novos sofrimentos estarão reservados pelo destino? Além do cansaço, da fome, do desalento — que lhes trará aquela pressaga sexta-feira?

O sol vai despontar. Antes, porém, ainda uma rajada de balas. Para sacudir a fibra dos estoicos defensores do "Bolivian Syndicate", que o Govêrno de La Paz se obstina em sacrificar até o fim.

(5) — Diário de Manuel J. Aponte.

XXIII

Proposta de armistício

O dia 23 de Janeiro amanheceu brumoso e triste (1). De vez em quando, o sol consegue rasgar a cerração. Mas logo se esconde outra vez, e volta a bruma a recobri-lo. Até que, por volta das nove horas, o céu torna-se límpido e azul. De uma luminosidade de fazer mal aos olhos. E' necessário mesmo que venha um dia de calor ardente, a ver se revigora as carnes engelhadas dos dois milhares de homens que, de um e do outro lado, principiam a consumir-se. A desgastar-se pela fadiga, que vai chegando aos últimos limites da tolerância humana.

Nesse límpido céu azul, às dez horas em ponto, os sitiantes divisam o branco de uma bandeira, que vem de ser hasteada no alto da Delegação Nacional.

O fogo cessa.

De margem para margem do rio, duas vezes se cruzam, para combinar o local de encontro com o parlamentar e a maneira de transportá-lo. As vozes são roucas. Emitidas com um esforço que não pode ser dissimulado. Também as frases são curtas, incisivas, traindo a necessidade de reduzir ao mínimo o dispêndio de energias.

O parlamentar que se aproxima do barranco oposto é o mesmo homem esguio, de tez pálida e barba negra, cuja personalidade dia a dia se arraiga mais à história das campanhas libertadoras do Acre, desde quando José Carvalho o depusera do cargo de Delegado em Xapuri. O mesmo cônsul Dom Moisés Santivañez, a quem as autoridades bolivianas sempre recorrem nas contingências em

(1) — A. Aponte — E' neste diário que se encontra o material que serviu à composição do cenário.

que se faça mister a habilidade de um político sutil ou a galanteria de um inteligente diplomata. Vem êle em nome do Delegado Nacional, Dom Lino Romero, pro- por suspensão de hostilidades por algumas horas.

Plácido espera, silencioso, que o emissário de S. Excia. exponha as razões da proposta. Intimamente, tem a impressão de que o parlamentar traz credenciais para es- boçar as bases de uma rendição honrosa.

Engana-se, porém, o chefe da rebelião. Dom Moisés Santivañez explica: a trégua destina-se à urgência de enterrar os mortos, que são numerosos.

Ouvindo-o com tôda a gravidade, Plácido de Castro sorri para dentro, Procura adivinhar, nas entrelinhas da geitosa justificativa, a verdadeira intenção do parlamen- tar. Desconfiado como é, sempre se inclina a descobrir, em cada aparente gesto de grandeza humana, uma sub- reptícia finalidade utilitarista. Pois se estavam entrinchei- rados — pensava de si para si — por que não podiam sepultar os seus mortos ?

Seu primeiro impulso seria para responder com rude- za, desmascarando o estratagema de que suspeita. Mas, sem perder a calma, com o cavalheirismo que nunca lhe faltava, ainda nos momentos extremos, retruca pausada- mente:

— Senhor: neste momento, estamos discutindo a sorte dos vivos. Mais tarde, trataremos dos mortos.

E acrescenta, após um intervalo, com ironia que só a êle próprio podia significar alguma coisa:

— Porque êles não ficarão insepultos... por muito tempo.

O parlamentar regressa. Daí a pouco, Plácido se convence seguramente de que suas suspeitas não haviam sido infundadas:

“O meu quartel general era em um ponto muito acessível às balas e distantes das trincheiras inimigas ape-

nas 300 metros. Acontecia, porém, que êsse lugar estava mascarado por muitas bananeiras, e eu podia, sem ser visto, ver comodamente o inimigo de muito perto.

“Durante a conferência com o Sr. Santivañez, notei que êle examinava atentamente o local e olhava insistentemente para as suas trincheiras, talvez admirado de me achar ali a cômodo, sem ser hostilizado.

“Fracassada a sua missão, regressou êle às suas trincheiras, mas apenas nos deu as costas, fiz retirar dali o meu acampamento para outra posição bem abrigada.

“Ao prosseguirem as hostilidades notei que não fora em vão que o Sr. Santivañez havia estudado a posição em que me achava, pois as bananeiras foram varridas a bala.

“O fogo recrudescceu de parte a parte; era tão intenso como no primeiro dia de combate”. (2)

O tiroteio é contínuo. Prolonga-se pelo dia todo, sem um instante de trégua. E entra pela noite adiante, estimulado pela claridade do luar, que iluminava “as cabeças humanas acima dos bordos das trincheiras, descobrindo magníficos alvos”. Só muito espaçadamente se faz uma pausa ou outra. Ainda assim, preenche-a o troar do canhão boliviano. Ou o sêco ruído das picaretas dos sapadores, que não param de cavar trincheiras, na ânsia de estrangular a praça inimiga.

Palmo a palmo, vai sendo conquistado o terreno por todos os flancos. As linhas avançadas já se defrontam a uma distância que não excede de cinquenta metros. Se tanto. Tem-se a impressão de que, daí a pouco, será o corpo a corpo. E com êste, o assalto final, à arma branca.

Êsse místico horror aos “cuchillos” é que ainda dá fôrça e ânimo aos bolivianos, mortificados de fome e de sêde. Por isso, apenas, os titans ensopados de lama lutam com dobrado furor e inconcebível coragem. Uma bravura que beira as raias do desvario.

* * *

(2) — Plácido de Castro — “Apontamentos.

Longe, muito longe dali, por aquela madrugada de fogo, numa coincidência que de ambos os lados se ignora, o Brasil toma, pela primeira vez, uma atitude viril em face da luta acreana. Uma circular telegráfica, do Barão do Rio Branco, que os jornais de La Paz irão reproduzir imediatamente, com demagógico destaque.

“Petropolis, enero 24, 1903 — Con respecto a la question del Acre hemos dado a entender a Bolivia, qui el contrato de arrendamiento del Territorio, asi como los poderes concedidos al *Bolivian Syndicate*, fué una monstruosidad legal, por cuanto importa una enagenación parcial de la soberania en favor de una compañía extranjera, sin personeria internacional. Es una concession semejante a las concesiones del Africa y indigna de nuestro Continente. Por este contrato el Gobierno de Bolivia ha concedido al extranjero el poder de administrar una región habitada únicamente por brasileños, para mantener fuerzas terrestres y fluviales y para disponer de la soberania de la navegación del Aquiry ó Acre. Al hacer esta concesión no ignoraba el hecho de que con el Perú acababa de firmar un tratado de arbitraje sobre el mismo asunto. La concesión es nula por cuanto el Gobierno de Bolivia ha dispuesto de un territorio que está en disputa. El Brasil ha dado hasta el presente una interpretación muy lata al tratado de 1867 con el objeto de satisfacer a Bolivia, y siempre ha dado a Bolivia facilidades de comercio y comunicación por el Amazonas y el Paraguay; pero habiendo el Gobierno enagenado a favor de un sindicato extranjero, los derechos concedidos en el territorio del Acre, el Brasil ha creído de su deber sostener la verdadera interpretación del tratado y defender, en consecuencia, como frontera el paralelo 10° 20' a fin de ilegar a um arreglo con el *Bolivian Syndicate*; después propusimos un canje de territorio. El Gobierno de Bolivia rechazó estas proposiciones. El señor Pando, Presidente de Bolivia, se propone marchar contra los súbditos brasileños del Acre. El Presidente del Brasil ha decidido concentrar tropas en los Estados limitrofes de Amazonas y Mato-Grosso.

Rio Branco, Ministro de Negocios Extranjeros.

Enquanto isso, na barraca que serve de quartel-general às fôrças libertadoras do Acre, Plácido de Castro

enfrenta uma pendência entre oficiais, na qual pouco valeriam as habilidades diplomáticas, ao passo que a única eloquência eficiente é a dos gestos decididos de autoridade e violência.

Alexandrino José da Silva é outra vez o motivo da querela (3).

E desta feita, parece inclinado a sustentar a legitimidade do seu gesto abusivo. Não aceita argumentos que o convençam de que o quartel-mestre Gastão de Oliveira agiu acertadamente, recusando-se de maneira formal a fornecer a frasqueira de aguardente solicitada por um portador do facinoroso comandante. Confessa-se deliberado a seguir até "Paquetá", com o objetivo único de esbofetear em presença de todos o oficial, que, aliás, se limitava a cumprir as ordens expressas do chefe supremo.

Plácido não insiste no tom conciliador em que, de início, pretendia explicar-lhe a medida ordenada. Muda de tom, bruscamente. Faz-se duro, a fisionomia intimidante. E encerra o incidente resoluto e destemido, declarando ao insolente que, se permanecer no propósito de desfeitar o Quartel-Mestre, a punição assumirá proporções extremas. Porque êle — Plácido de Castro — em pessoa, saberá infligir o castigo exemplar.

Atira-lhe a ameaça, e virá-lhe as costas com intencional desprêzo.

Contraí-se a máscara do bandido, numa expressão de ódio. As testemunhas da cena pressentem que, devorado pela cólera, êle pulará sôbre o chefe, afundando-lhe nas costas a sua faca múltiplas vezes homicida. Segundos de expectativa, enquanto Plácido de Castro se afasta fleugmáticamente. Súbito, com uma rapidez de felino o corpo do sicário salta do barranco. Atira-se dentro do

(3) — Documentos do arquivo de J. Ferreira Sobrinho.

rio, a nadar furiosamente num rumo que ninguém adivinha. Entre os dentes cerrados, leva desfolhada a sua inseparável faca, que brilha aos primeiros raios do sol. Na consciência, leva um pensamento sinistro, que só abandonará muitos anos depois, quando for transformado em ação.

Daí a minutos, os olhos de Plácido de Castro distinguiram, novamente, a bandeira branca içada no mastro mais alto da Delegação:

“Aquela bandeira branca, àquela hora, não podia enganar — era a rendição.

“Apresentou-se novamente o Sr. Santivañez, desta vez propondo-me a capitulação sôbre as bases que em nome do Delegado do Govêrno Boliviano me apresentava”. (4)

XXIV

Nobre e cavalheiresco

Sol a pino em “Puerto-Acre” (1).

À sombra das árvores, grupos de soldados derreados arfam de cansaço, a respiração de quando em quando entrecortada por um soluço reprimido. Só pela palidez de cera dos derrotados, ainda se denuncia a fome de vários dias, porque pròpriamente o instinto de alimentar-se está de todo embotado. Não se ouve uma palavra amarga, uma blasfêmia. Apenas, um que outro

(4) — Plácido de Castro — “Apontamentos”.

(1) — A reconstituição dos episódios seguintes, inclusive os diálogos, baseiam-se rigorosamente nos textos do diário de M. M. Aponte e nos “Apontamentos” de Plácido de Castro.

gemido se escapa, espaçadamente, de algum soldado cujos olhos congestionados brilham de maneira estranha. Um torpor invencível principia a mergulhar aquêles espectros na agonia lenta, que será o ponto final de tanto sofrimento. Mais um pouco, o marasmo dissolverá as derradeiras pulsações de vida.

Uma onda de ansiedade corre, de repente, pela praça de "Puerto-Acre".

Os olhos retomam a mobilidade de vivos. E convergem automaticamente para a porta da Delegação, onde meia hora antes entrara Santivañez, de regresso da entrevista com o chefe das fôrças sitiadas. Uma expressão de angustia se grava nas fisionomias macilentas, de bocas entreabertas por dramático rictos.

"Adonde vá el Delegado?" — perguntam-se estupefatos.

Dom Lino Romero encaminha-se para a beira do barranco. A testa vincada por profunda ruga, lábios cerrados pela amargura que o emudece, lá vai êle, cheio de dignidade mas torturado de dor, seguido pelo secretário da Delegação Nacional.

Pelo acampamento inteiro, corre o lúgubre sussurro da explicação — "capitulación!... capitulación!... capitulación!..."

A palavra que jamais esperariam ouvir — tremula de boca em boca. Eis a dura realidade. Tantos dias de sôbre-humana renúncia. De fome. De sêde. De peijas contínuas em trincheiras empapadas de lodo. Pesadas noites de vigília, povoadas de inquietação, de sinistros pensamentos, sem ver chegar uma esperança de esmagar os fantasmas que rondam cada combatente. A tortura de suportar, dias a fio, as emanações pútridas em que se vão decompondo os companheiros trucidados. O desalento, a solidão, o destêrro — tudo que a pátria lhes dísse ser o seu dever. E para que? Para, afinal, ao

cabo de tamanha cadeia de martírios, suportar a mais melancólica expiação, sob a forma da capitulação incondicional. Sem ao menos se aperceberem de que não é à Pátria que estão imolando os últimos alentos de sua vida. Mas que a sua agonia só serviu ao jôgo de um grupo de salteadores internacionais, que escolheu a Bolívia para representar o bode da expiação.

“*Capitulación!... Capitulación!...*” — balbucia a legião de mártires do “Bolivian Syndicate”, em soturno miserére.

* * *

No mesmo dia 24 de Janeiro.

Hora e meia depois.

Agora, entre o Delegado Nacional e Dom Moisés Santivañez, caminha um homem de estatura mediana, barba andó bem espêssa, cabelos e olhos castanhos. A testa ampla, o nariz sólido, o olhar firme e altivo — compõem uma fisionomia precocemente amadurecida para os seus apenas vinte e nove anos.

Enquanto caminha, a passos seguros e bem marcados, todo o acampamento acompanha aquêle homem muito claro, analisando-o interessadamente.

Traja humilde uniforme de zuarte — “color apropriado para cruzar por el bosque sin ser visto” — como o simples corneteiro que o segue a pouco mais de um metro. E só se dinstingue dêle por um insignificante farrapo de pano, pregado ao chapéu de abas largas, e pelo lenço de seda branca que lhe envolve o pescoço. Apesar da máscara austera, sua boca tem qualquer coisa de um discreto sorriso, que o torna irresistivelmente simpático, sobretudo pela naturalidade com que “saluda à todos como antiguos amigos y conocidos”. Velhos conhecidos, sim. Como não haviam de recordar-lhe as feições,

“si en el mes de Julio había visitado el Puerto y se decia ser Ingeniero que venia contratado para praticar algunas demarcaciones de siringales!” (2).

Um ambiente de respeito acolhe o visitante. Tôda a oficialidade está presente, numa atitude de máscula dignidade.

Dom Lino Romero faz a apresentação oficial:

— El coronel Plácido de Castro, Comandante en Jefe de las fuerzas sitiadas del Puerto.

No rosto de cada um, estampa-se a mesma expressão de indissimulável surprêsa. E é o comandante da praça de guerra, Coronel José A. Ruiz, quem exterioriza a impressão que todos silenciam:

— Pero usted es mui joven.

De fato, o bravo guerreiro é pouco mais do que um adolescente. Mêz e meio antes, no dia 19 de Dezembro, completara apenas vinte e nove anos. Mas aprendera objetivamente a arte da guerra durante três anos de revolução no Rio Grande do Sul, da qual se desligara — elevado ao posto de major por ato de bravura — sem haver ainda alcançado a maioridade. E, naquela altura do ano de 1903, já se contavam em sua vida guerreira as experiências de quarenta e dois combates.

Plácido olha com um sorriso amável para o Coronel Ruiz, e, ao deixar-lhe a mão gelada de emoção, responde delicadamente, mas com a alma temperada por íntima vaidade.

— Coronel, esta é a idade mais adequada para as aventuras da guerra.

Enquanto se elabora a ata da rendição, os oficiais e funcionários da Delegação se aproximam, insensivelmente, e palestram com Plácido de Castro. Há um indisfarçável sentimento de simpatia, de velado entusiasmo pela figura jovem do herói.

(2) — Do livro de Aponte, citado.

Na conversa, Plácido procura explicar com naturalidade que nada tem contra a Bolívia. Elogia-a e exalta a bravura dos bolivianos. Sua guerra é contra o "Bolivian Syndicate" que de "Bolivian" só tem o nome. Pois, no fundo, se a famigerada organização concretizasse seus planos de conquista, não só os acreanos, mas também os bolivianos sucumbiriam entre as garras do capitalismo internacional. Dois exércitos de homens pacatos e trabalhadores se haviam quase estraçalhado, para decidir a sorte de uma récua de salteadores opulentamente instalados em longínquos palácios. Um dêles fôra vencido. Só na aparência. Porque triunfara sem saber, pagando com a derrota o preço da libertação de um território cuja ocupação se iria tornar, fatalmente, uma sinistra ameaça para a soberania da própria nação boliviana. Um dia, os adversários de hoje haveriam de apertar-se as mãos, convencidos de que, inconscientemente, lutaram por um ideal comum.

A um sinal do Delegado, faz-se o silêncio, para ser lida a ata de rendição, em seu texto castelhano.

ACTA
de la
CAPITULACIÓN DE PUERTO ACRE

En 24 de Enero de 1903

En 15 de Enero á horas 8,30 a.m. fué atacada la guarnición de Puerto Acre por ambas márgenes del rio, por las fuerzas revolucionarias comandadas por el Coronel José Plácido de Castro, las cuales paulatinamente fueron aproximando sus atrincheramientos al redor de la población.

El fuego continuó apenas con léves intermitencias, hasta el dia 23 del presente á la 3 p.m. en que el Delegado Nacional envió al señor Moisés Santivañez como emisario ante el Comandante em Jefe de las fuerzas revolucionarias, solicitando algunas horas de suspension de fuegos para sepultar los muertos de ambas partes.

No habiendo ese accedido à esa petición, regresó el parlamentario à las trincheras, rompiendose en seguida las hostilidades.

El dia 24 á horas 7 a.m. el señor Delegado Nacional envió nuevamente al mismo señor Santivañez para que solicitase la suspensión de fuegos, mientras fijase las bases de capitulación.

Aceptada la suspensión de armas fué el propio Delegado Nacional acompañado por el señor Moisés Santivañez, al campamento del comandante en jefe del ejercito revolucionario, con quien después de discutir el asunto se convino en la capitulación, bajo las bases siguientes:

1.º — El señor Delegado Nacional entrega el Puerto y la plaza da guerra, armas, municiones e demás articulos belicos; además las oficinas publicas, en el estado en que se encuentran en este momento.

2.º — El jefe de las fuerzas revolucionarias se obliga á garantizar la vida y libertad de todos los ciudadanos bolivianos que se encuentran en la guarnición, dandoles medios de transporte hasta Manaos.

Habiendose leído la presente acta á ambas partes y aprobandose enteramente, fué firmada en quatro ejemplares del mismo tenor, dos de los cuales redactados en español y dos en portugués, para cada Jefe respectivamente.

Puerto-Acre, 24 de Enero de 1903.

José Plácido de Castro
Coronel Comandante en Jefe del
Ejercito revolucionario.

Romero
Delegado Nacional.

Atestiguamos:

Teniente Coronel
José Brandão

Teniente Coronel
José Antonio Duarte

El Teniente Coronel Comandante
en Jefe.

José A. Ruiz
Manuel Canseco

O silêncio prolonga-se por muitos segundos. Quem o interrompe é o Delegado Nacional, perguntando ao Coronel Ruiz se ainda haverá algo a acrescentar. A resposta é imediata:

— Hay que nombrar la bravura de ambas las partes: Plácido manifesta-se:

— De nossa parte não houve bravura, mas estou pronto a aceitar a menção da bravura das fôrças inimigas.

Romero opina pela inutilidade do aditamento. Acha que são demasiado eloquentes — mais do que quaisquer frases retóricas — os longos dias de resistência sob invulnerável bloqueio.

A ata é assinada por todos os presentes, numa atmosfera de austero silêncio.

Tôda a tropa boliviana está formada em frente à sede da Delegação Nacional. Sob a mais rígida disciplina, vai prestar as continências a Plácido de Castro.

Tudo corre em segundos. Segundos que valem um existência inteira. Imediatamente, à ordem do comandante da praça boliviana, um soldado faz um passo à frente, cheio de uma energia que contrasta com a debilitação do seu arcabouço físico, consumido pela fome de muitos dias. Pela fadiga de intermináveis horas de combate contínuo.

Dom Lino Romero ordena que seja arriada a bandeira nacional da Bolívia. E, em seguida, desembainha a espada com imperturbável dignidade, começando o sacrifício que irá do mais alto ao mais humilde — a entrega das armas dos vencidos aos vencedores.

Instante dramático de objetivação definitiva da derrota.

Silêncio pesado que nem um suspiro perturba.

— Plácido de Castro olha a espada que se mantém estendida diante dos seus olhos, profundamente emocionado: (3)

— Senhor Dom Lino Romero, eu me recuso a aceitar a consumação desta praxe. A cerimônia da entrega da espada do vencido é um ato muito apetecido pelos grandes exércitos em guerra. Mas não confortaria os nossos corações receber as armas com que, bravamente, nos hostilizaram e arrancaram a vida a tantos companheiros, cuja perda hoje choramos...

Paira no ambiente uma estranha ansiedade. E nos olhos do Delegado Nacional, há um brilho suspeito, como se alguma lágrima o's umedecesse.

— Primeiro, porque seria um ato que aumentaria o infortúnio daqueles já infortunados pela derrota. Segundo, porque nós só lutamos aqui pela emancipação do Acre, ameaçado por uma organização de capitalistas estrangeiros. E não contra a Bolívia, pátria digna e honrada como as que mais o sejam. Aos vencidos, preferimos abrir os braços de amigo. Guardai a vossa espada.

Dom Lino Romero não pode articular uma resposta imediata. Quando, decorrido um minuto, consegue vencer a emoção que o galvaniza, dirige a Plácido de Castro, em nome dos bolivianos, uma tocante oração de agradecimento.

Ao anoitecer, os prisioneiros são embarcados no transporte "Independencia".

"Comenzó entonces la escena mas desgarradora que imaginarse puede. Nuestros soldados que hasta el momento de firmarse la capitulación, habian permanecido en sus puestos, empezaron á salir: Estaban escualidos; eran moribundos

(3) — Testemunhas oculares do fato narraram-no, minuciosamente, a J. Ferreira Sobrinho que, por escrito, os transmitiu ao autor.

que se levantaban del lecho del sufrimiento para tomar el camino del destierro. Caminavam cambaleandose; en el semblante estaban reflejadas las angustias del pesar; los ojos hundidos en sus órbitas; y acaso una lágrima furtiva pendiente de los párpados”.

E a noite caiu.

“Avanzaba la hora y no nos resignabamos á dejar aquel Puerto amado, testigo mudo de nuestro prolongado sufrimiento.

“Teníamos las ropas cubiertas de lodo; una enorme pesadumbre nos agobiaba y nos resistíamos aún á abandonar para siempre aquellos sitios”.

Melancólica noite, que só ainda se podia suportar porque os vencedores eram dignos e nobres:

“En honor de la verdad, no se oyó de entre aquellos una frase hiriente y por el contrario se mostraron respetuosos, comedidos y atentos, ayudandonos muchos de ellos á cargar los equipajes. Gran parte de ellos resultaban ser conocidos nuestros y amigos y se aproximaron con solícito cuidado y preguntaban si no estábamos heridos. Ellos también sentíanse fatigados y ansiaban descansar”... (4)

Depois o sono — sono profundo, verdadeiro letargo.

XXV

O gesto dos vencidos

No topo do mastro que encima o prédio antes ocupado pela sede da Delegação Nacional flameja uma nova bandeira. Tem as mesmas côres — verde e amarela — que compõem tanto a boliviana como a brasileira, e mais uma estrêla vermelha cravada no campo amarelo — a Bandeira Acreana. O pendão do Estado Independente do Acre, sob o qual, nesse amanhecer de domingo, Plá-

(4) — Do livro de Aponte, citado.

cido de Castro está organizando o govêrno acreano, cuja autoridade acabam de atribuir-lhe por aclamação. E que êle só aceita sob condição, provisóriamente — “mientras concluya la pacificación y organización civil y politica del nuevo Estado”, diz o próprio auditor boliviano Dr. Aponte, em suas anotações da campanha.

Como medida preliminar, a criação de três ministérios. “O da Fazenda, occupado pelo Coronel Rodrigo de Carvalho, (1) que tinha grande prática de assuntos aduaneiros, e os da Guerra e Justiça, acumulados pelo próprio Governador”.

No mesmo dia, conhece-se o

DECRETO N.º 1

Cidade do Acre (Porto-Alonso) 26 de
Janeiro de 1903

José Plácido de Castro, Governador aclamado e Comandante em Chefe do Exército do Estado Independente do Acre,

Decreta:

Art.º 1.º

A justiça civil, a criminal e a comercial do Estado Independente do Acre ficarão sujeitas às disposições dos códigos, leis, decretos, etc. dos E. U. do Brasil, até que seja promulgada a sua constituição.

Art.º 2.º

Serão válidos os títulos de propriedades definitivos ou provisórios até o presente expedidos pela Bolívia ou pelo Estado do Amazonas, antes da occupação do Acre por esta República.

Art.º 3.º

Fica sendo a língua official do Estado a portuguesa

Art.º 4.º

Fica considerado como tipo monetário official do Estado Independente do Acre o mesmo dos E. U. do Brasil, sendo o papel moeda dêsse país válido aqui.

(1) — J. Plácido de Castro — “Apontamentos”.

Art.º 5.º

Revogam-se as disposições em contrário.
 Casa do Govêrno em Porto Acre, 26 de Janeiro de
 1903.

J. Plácido de Castro.

DECRETO n.º 3

Cidade do Acre (Porto Alonso), 28 de Janeiro de 1903.
 José Plácido de Castro, Governador do Estado Independente do Acre e Comandante em Chefe do Exército Acreano,

Decreta:

Parágrafo único:

A área do Estado Independente do Acre fica encerrada nos seguintes limites:

Ao Norte, a República Brasileira, pelo linha traçada da nascente do Javari à foz do Beni; ao Sudeste, o rio Beni acima da foz até a foz do Orton; dêste ponto acima pelo leito do Orton até a confluência do Manuripe até sua nascente principal; pelo sul, por uma paralela ao equador, traçada da nascente do Manuripe à fronteira do Perú; ao Oeste, finalmente, com a República do Perú; revogadas as disposições em contrário.

Casa do Govêrno em Porto Acre, 28 de Janeiro de 1903.

J. Plácido de Castro.

Essas primeiras medidas administrativas, porém, êle só as tomou após se haver desobrigado do que considerava um sagrado dever. Assim foi que, logo na manhã de 25, mal terminou o toque de debandar para as fôrças passadas em revista, Plácido de Castro se dirigiu imediatamente para bordo do "Independência", ancorado no meio do rio. A embarcação que o transporta, nessa visita de despedida aos prisioneiros é a antiga lancha "Bolívia". Agora "24 de Janeiro".

"Con la más perfecta cortezia", apresenta aos vencidos os votos de boa viagem. Manda levantar ferro,

despede-os amávelmente, prometendo que os visitará em “Caquetá”, onde irão demorar algum tempo.

E cumpriu rigorosamente o prometido.

Durante os quatorze dias que os prisioneiros, passaram ali, aguardando transporte para Manáos, Plácido visitava-os com assiduidade, segundo o testemunho insuspeito de uma autoridade boliviana:

“El Coronel Castro venia de Puerto-Acre a visitarnos con frecuencia y enterar-se de nuestras necesidades que tampoco podia él remediar.

“Permanecia con nosotros largo rato, departiendo familiarmente y escuchando las quejas de nuestros oficiales y soldados sobre agravios y mortificaciones de los tripulante, á quienes mandaba castigar rigurosamente.

“La frecuencia del trato y la gentileza de su comportamiento engendró el cariño. Nuestros soldados se ponian todos de pié para saludarlo, y nos acostumbramos á ver en él un digno adversario de la vispera y un excelente amigo de la hora presente.

“Notabamos el profundo respecto, la adoración que le profesaban todos los suyos. Parece que hasta sufrían con agrado los castigos que solia imponerles.

“Y asi se explicaba como este joven riograndense, todavia en la mañana de su vida, ha podido á su paso levantar un ejercito y convertir en soldados a los timidos sirin-gueros”. (2)

Plácido de Castro já se fazia quase um ídolo dos prisioneiros. A tal ponto que os próprios bolivianos, pela boca do seu escriba oficial, podiam afinal lavrar uma sentença definitiva para o imortalizar na história da revolução contra o “Bolivian Syndicate”:

“Es preciso confesar, ya que escribimos para la historia con la serena imparcialidad que ha menester quien se ocupa de los hombres y de las cosas, que á no ser Castro el Jefe de la revolución, habria fracasado ésta en sus comienzos”.

(2) — Manuel J. Aponte — *loc. cit.*

Os vencidos partiram.

Antes, porém, fizeram sentir ao vencedor, em documento eloquentíssimo, o conceito que se haviam firmado sobre o chefe da rebelião triunfante:

“A bordo del vapor “Rio Purús”, Febrero 8 de 1903.

Señor:

Como honrado que fui por el Delegado Sr. Lino Romero, para representarlo y dirigir el grupo de expedicionarios que aún quedan en este territorio para ser trasladado á Manaos, me es mui grato dejar constancia de la lealdad y caballerosidad con que ha dado ud, cumplimiento a lo estipulado en la capitulación del 24 del mes ultimo concluida en Puerto Acre.

Me repito de ud. obsecuente servidor

Salvador Campero.

Com êles partia também o último tentáculo da soberania boliviana sobre o Acre. Porque, dias antes, ja se fôra o Delegado Nacional, cuja partida seria mais tarde referida, de modo altamente elogioso para Plácido de Castro, por um representante da Bolívia — o Coronel Benjamín Azcui:

“El dia 27 el Delegado señor Romero con algunos expedicionarios embarcose en el vapor *Jaguaribe* con rumbo a Manaos, dejando a sus compañeros de infortunio sin recursos..... y en esta aflictiva situación, solo tuvieron como protetor al jefe enemigo, Plácido de Castro, quién acompañado de su Ayudante General Gaston Oliveira, iba consolarlos y atender sus reclamaciones con el cariño de un camarada”.

A 30 de Janeiro, reunidos em festa cívica todos os moradores de “Porto-Acre” e os guerreiros da campanha anti-imperialista, foi lida a ordem do dia referente à epopeia que pusera têrmo às pretensões do “Bolivian Syndicate”:

Comando em Chefe do Exército do Estado Independente do Acre.

ORDEM DO DIA N. 1

Ao romper dalva do dia 15 do corrente, o Exército Revolucionário marchava de acôrdo com o plano de ataque previamente assentado, quando, às 8 e meia horas da manhã, uma descarga uniforme de fuzilaria, pelo lado de baixo, inaugurou o ataque de Porto Acre, sendo incontinenti secundada pela linha de atiradores da margem direita do rio, comandada dignamente pelo Coronel Hipólito Moreira.

O inimigo previamente preparado coroou de fusis a eminência que dominavam dirigindo seus fogos para a linha de baixo e para a da margem direita, quando subitamente recebe uma saudação do batalhão revolucionário comandado pelo Tenente Coronel Brandão, que acabava de estender linha de atiradores pela parte de cima.

Nesse momento mandei executar o toque de carga para a brigada, e confesso, que senti passar por tôda a linha revolucionária uma corrente elétrica, derramando em cada cidadão um entusiasmo que só se aninha nos corações daqueles que, cegos ao próprio instinto de conservação, envolvem-se no manto das mais nobres e generosas utopias, dêle fazendo, muitas vezes, a sua gloriosa mortalha.

A passo acelerado, o círculo de fogo dos nossos atiradores diminuiu rapidamente de diâmetro, chegando com 20 minutos a avançar à mínima distância a que podia chegar em campo limpo diante das trincheiras inimigas, sem um grande sacrifício de vidas improfícuo. Nesse ponto, a linha inteira deitou corpos, esperando a noite para matar a sede ardente e a fome, que já nos oprimiam, e, sobretudo, pensar os feridos e sepultar os que haviam sacrificado a vida no sagrado altar da liberdade, figurando entre êstes três oficiais da fina flor do exército, os Tenentes José Faustino, João Ferreira e Leopoldo, todos feridos em cheio, na frente, como se a própria morte os quizesse ferir no lugar onde os heróis recebem a corôa.

A noite inteira foi consumida num trabalho insano, porém, na manhã seguinte, todos se achavam entrincheirados. Até o dia 18 às seis e meia da manhã, sitiados e sitiantes disputavam a palma da vitória. Nesse manhã, um tanto brumosa, forcei a passagem do porto, a bordo do vapor "Independência", armado em guerra, cuja direção

náutica confiei ao senhor piloto João Correia, assumindo eu em pessoa a direção das baterias.

À manobra da *volta* de "Porto-Acre", sucedeu a primeira descarga da fuzilaria de bordo, que foi também sinal aos sitiantes, já prevenidos, que romperam, a um só tempo, mortífero fogo sôbre o inimigo.

Os vivos entusiastas irromperam por tôdas as nossas linhas com o luminoso rufar da fuzilaria. Os atiradores de bordo, tanto atiravam como soltavam gritos de cego entusiasmo; o corneteiro tocava marcha de guerra; enfim, o navio apitava sem interrupção — formavam o conjunto de uma verdadeira orquestra guerreira.

A perspectiva que apresentava Porto Acre, circunscrito por uma grinalda de fumo, ornada aqui e ali pelas nossas bandeiras, parecia dar a nota mais bela dêsse quadro sublime que poucas vezes nos é dado apreciar e que, apesar de se nos apresentar empolgante, seria talvez apreciado com horror por um observador calmo e alheio às paixões que nos levaram a levantar a bandeira separatista.

O vapor passou. Pela tarde de 23 de Janeiro, foram erguidas pelos sitiantes bandeiras brancas em tórno de suas trincheiras, sendo incontinenti suspensas as hostilidades por ambas as partes.

Como emissário do Delegado boliviano, apresentou-se-me o Dr. Santivañez pedindo, em nome daquele, uma suspensão de hostilidades para sepultar os mortos, ao que me neguei porque compreendi que outra era a intenção do inimigo.

O emissário voltou, rompendo em seguida, novamente, as hostilidades.

Sem diminuir o valor e a dedicação de muitos, devo agradecer a abnegação de alguns oficiais que, como o Tenente-Coronel Brandão e Majores Daniel e Andreino, entraram para suas trincheiras e suportando a ação de um sol abrazador e noites chuvosas, só as abandonaram quando puderam erguer a nossa bandeira já vigorosa. Decidido amor à revolução mostraram também outros, como o Tenente-Coronel José Antonio e Major Basilio Gomes de Lira. Enfim, revelaram também notável bravura o Capitão Salinas e os três inditosos tenentes, finados no primeiro dia de ataque, mas, sôbre todos, o sargento José Barros que incarnou em sua nobre alma tôda a dedicação revolucionária, indo como que alucinado por sua fé, morrer sôbre o

parapeito das trincheiras inimigas, ficando o seu nome para nós como um sinônimo de abnegação e bravura.

Longe iria a lista desses abnegados, se os tivesse de nomear um por um, mas, passemos adiante.

O sol de 24 de Janeiro apareceu através de espessa cerração, mostrando-nos inúmeras bandeiras brancas circundando as trincheiras inimigas.

Momentos após, 7 horas da manhã, o mesmo emissário do inimigo vinha propor a rendição da praça, sob condições que este comando retificou, reduzindo os oito artigos de que constava a dois somente, que são os que constituem a ata da capitulação firmada algumas horas depois.

No momento em que o Delegado boliviano me comunicava que estava a fôrça às minhas ordens para a cerimônia da entrega das armas, fiz-lhe ver e aos oficiais superiores, que sendo o nosso intuito conseguir a independência do Acre, como uma condição da nossa liberdade, outra coisa não aspirávamos senão a sua realização, e que, quanto às aparatosas cerimônias em tais momentos usadas pelos principais países do mundo, não satisfaziam o nosso espírito, visto que no meu pensar serviam mais para aumentar o infortúnio dos já infortunados pela derrota, com os quais o vencedor nobre devia ser generoso. Assim procedendo, pensei interpretar os sentimentos dos meus concidadãos e, sobretudo, dos meus comandados, que mais de uma vez têm demonstrado para com o vencido a grande delicadeza de seus nobres sentimentos.

Porto-Acre está tomado, e o mesmo sol que iluminou esta vitória há de iluminar a vitória final, que será o reconhecimento da nossa soberania como Estado Independente do Acre.

Viva a Revolução !

Viva a almejada independência !

Porto Acre, 30 de Janeiro de 1903.

J. Plácido de Castro.





Depois da epopéia



O ocaso da revolução

A certa altura do mês de Fevereiro, uma carta particular, escrita de Manaus, comunica ao chefe do governo revolucionário que o Governo Federal ordenara a ocupação do Acre, ao norte do paralelo 10° 20' — a parte do território chamada Acre Setentrional.

Essa grande “Expedição ao Norte”, aguardada na capital do Amazonas aos primeiros dias de Março, é constituída por uma divisão naval composta do couraçado “Floriano”, cruzador-torpedeiro “Tupi”, caçatopedeiros “Gustavo Sampaio” e outros barcos de menor importância, sob o comando do Contra-Almirante Alexandrino de Alencar. E uma divisão do exército integrada pelas forças de artilharia e de infantaria aquarteladas em Recife, Manaus e Belém. O comando supremo dos 3.000 expedicionários vem confiado a um chefe militar do mais alto conceito entre as classes armadas — o General de Divisão Antonio Olímpio da Silveira. Capitão ao terminar a guerra do Paraguai, a sua fé de ofício conta referências altamente consagradoras à sua “bravura e galhardia”, feitas pelo Duque de Caxias e o próprio Imperador Dom Pedro II. Para justificar, além de outros méritos, a sua escolha para a grande missão que conduz ao Acre, já a pena fulgurante de Euclides da Cunha burilara o seu perfil de “valente tranquilo”, nos entrevistos mais terríveis da campanha de Canudos. (1)

(1) — Euclides da Cunha — “Os Sertões”.

Plácido de Castro está combalido, por uma grave recidiva do seu impaludismo crônico. Mesmo assim, delibera medidas imediatas, consentâneas com a situação criada. Decide com rapidez sôbre o que tem a fazer. Manda tôda a tropa revolucionária para o Alto-Acre, sob o comando de um oficial de sua confiança, o Tenente-Coronel José Brandão, a bordo do transporte "Independência", com ordem de aguardá-lo em Xapuri, para onde seguirá tão depressa quanto seu estado de saúde o permitir.

De fato, aos primeiros dias de Março, êle se junta ao grosso de suas tropas, que imagina ter de mobilizar de um momento para outro. Correm rumores de que fôrças bolivianas insistem em se encaminhar para o Acre, através do Tauamanu. Rumores que se acentuam dia a dia. E tudo indica a probabilidade de serem verdadeiras as informações. Tanto que o caudilho já se dispunha a marchar em direção ao ponto onde, segundo notícias insistentes, estaria aquartelado o contingente boliviano, quando foi anunciada a chegada da Expedição sob o comando do General Olímpio da Silveira para daí a uma semana.

Plácido de Castro entrega a guarnição de Xapuri, e tôda a tropa ali acampada, ao mesmo Coronel José Brandão. E parte apressadamente para o Baixo-Acre.

Em "Porto-Acre", Plácido irá aguardar o general brasileiro. Não lhe poderá tributar as homenagens que lhe marcaram a recepção na capital amazonense, com ruas decoradas de bandeiras, chuva de flores e de palmas sôbre a cabeça da divisão expedicionária. Mas haverá de recebê-lo com a mais respeitosa simpatia, que justificam o seu nome de militar ilustre e a honrosíssima investidura que lhe acaba de confiar o Chefe da Nação. E só não lhe prestará as honras do estilo, porque, antecipando-se na obediência ao que fôra deliberado na capi-

tal do país, queria que o chefe da Expedição já encontrasse inteiramente desocupado de revolucionários o chamado Acre Setentrional, cujo governo — segundo as cartas particulares recebidas pelo caudilho — vinha assumir com os mais amplos poderes. E Plácido não queria criar um conflito com os governantes de seu próprio país.

* * *

Por isso mesmo, sua atitude no primeiro encontro com o comandante da Exposição, a 3 de Abril em “Porto Acre”, caracteriza-se pela mais rigorosa serenidade.

O General mostra-se lacônico, cheio de reserva, indisfarçavelmente preocupado em demorar pouco em “Porto Acre”. Fala sempre de modo vago. Não entra a fundo no assunto, como seria lógico, visto que Plácido de Castro incarnava a própria revolução. E a revolução era o único motivo de se encontrar por aquelas paragens, nesse momento, tão alta patente militar.

Com alguns minutos de palestra, sempre acastelado na quase ostensiva discreção, o itinerante prepara-se para continuar viagem. À despedida, fiel ao propósito das frases de pura cortesia e destituídas de conteúdo explícito, limita-se a deixar nas mãos do chefe revolucionário um pacote de jornais da metrópole, como simples gesto de gentileza, que qualquer forasteiro faz a alguém que se sabe, há longo tempo, isolado dos seus semelhantes civilizados.

Partindo o General, Plácido precipita-se à leitura dos jornais a êle oferecidos tão displicentemente. Neles comprova o fato de que, a despeito do silêncio guardado durante o encontro, o General Olímpio da Silveira vinha, de fato, assumir a governança do Acre. Do Acre que os acreanos haviam conquistado com os mais cruíantes sacrifícios de seus legionários. Do Acre, reinte-

grado na Pátria, sem — ou melhor, — contra o próprio Governo Federal, que o considerara em protocolo diplomático firmado cêrca de dez anos antes, como “incontestavelmente boliviano”.

* * *

A 10 de Abril, uma semana após o encontro de “Porto-Acre, chega às mãos de Plácido de Castro um officio do General, que vinha confirmar tudo que insinuara, sem caráter oficial, em seu conhecimento:

Govêrno Militar do Território Setentrional do Acre.
Quartel-General, 6 de Abril de 1906.

Sr. Cel. Dr. J. Plácido de Castro.

Tendo, por determinação do Govêrno da União, dirigido em 3 do corrente uma proclamação aos habitantes do Território Setentrional do Acre, annunciando tê-lo occupado militarmente e assumido o seu govêrno, remeto-vos, inclusa, uma cópia da referida proclamação.

Saúde e fraternidade

Gal. Olímpio da Silveira.

E anexa ao officio, a cópia da proclamação do chefe das fôrças de occupação:

CÓPIA:

Govêrno Militar Provisório do Território Setentrional do Acre. Quartel General na Empresa, 3 de Abril de 1903. Proclamação. Em nome do Govêrno dos Estados Unidos do Brasil, eu, o General Antonio Olímpio da Silveira, Comandante das fôrças expedicionárias do Acre, obedecendo às ordens recebidas, Proclamo: o Território Setentrional do Acre, comprehendido entre a linha geodésica que do marco do Madeira vai à suposta nascente do rio Javari, o paralelo de dez gráus e vinte minutos e o rio Iaco, é occupado militarmente pela República Brasileira, até que

seja resolvido o litígio sôbre os limites com a Bolívia. Assumo nesta data o govêrno do dito território que fica sob o regime das leis militares. (Assinado) Antonio Olímpio da Silveira. Está conforme. Estanislau Santos Nunes, 1.º Tenente-Secretário.

Plácido contém-se. Ninguém o excede na capacidade de dominar, em certas contingências, mesmo os mais calorosos impulsos. Simula não compreender a "*capitis diminutio*" que lhe resulta do gesto do General. O caudilho é reprimido para um canto por alguns instantes. E o homem de envergadura política flutua dominadoramente, permitindo-lhe agir com prudência e habilidade, a ver o que ainda pode salvar da grande revolução libertadora. Nesse mesmo dia, baixa o

DECRETO N.º 7

O Coronel José Plácido de Castro, Governador do Estado Independente do Acre e Comandante em Chefe do Exército Acreano:

Considerando:

Que o Govêrno Brasileiro mandou ocupar militarmente a zona compreendida entre a linha "Cunha Gomes" e o paralelo 10º 20' ;

Considerando:

Que é dever de patriotismo não embaraçar as negociações do Ministério do Exterior em virtude das quais se fez a referida ocupação;

E tendo em vista:

Que para reivindicação de nossos direitos conspurcados pelo Govêrno Boliviano a luta tem de continuar como até aqui.

Decreta:

Art.º 1.º

Fica transferida para a cidade de Xapuri a séde do Govêrno do Estado Independente do Acre.

Art.º 2.º

Fica transferida provisoriamente a Alfândega do Estado para o lugar "Capatará", até que seja determinado o

ponto onde o paralelo 10.º 20' corta o rio Acre.
Porto Acre, 10 de Abril de 1905.

J. Plácido de Castro

Transferida a sede do govêrno revolucionário para Xapuri, com êsse destino parte Plácido de Castro poucos dias depois, a fim de reassumir seu posto de comandante e governador do Acre Meridional, onde não deveria chegar a influência das tropas de ocupação mandadas pelo govêrno da República.

De passagem pela "Emprêsa" — que se tornara a sede do govêrno militar empossado pela proclamação de 3 de Abril — conferencia com o General, que lhe havia mandado pedir informações acêrca dos boatos que davam como próxima a chegada de uma monumental expedição boliviana ao Acre.

Realmente, a notificação oficial, feita do Rio de Janeiro ao General Olímpio da Silveira, era segura e minuciosa. Máu grado a nota diplomática do Barão do Rio Branco, datada de 27 de Janeiro, o Ministro brasileiro acreditado junto ao govêrno boliviano informara à chancelaria brasileira o movimento de clamor público — quase de pronunciamento popular — a que dera lugar a notícia da capitulação de Porto Acre. Para aplacar a fúria do orgulho nacional melindrado, o govêrno fôra obrigado a concretizar uma expedição monstro, destinada a vingar a pátria ofendida.

E, a 26 de Janeiro, sob o delírio do mais frenético entusiasmo patriótico, milhares de homens armados partiram de La Paz em direção ao Acre, sob o comando pessoal do próprio Presidente da República — General José Manuel Pando — e do seu Ministro da Guerra — Coronel Dr. Ismael Montes. (2)

(2) — Ver a propósito a mensagem do Presidente Rodrigues Alves ao Congresso Nacional, de 1903, e o livre de Aguirre Achá — "De los Andes a el Amazonas" (1907).

Cientificado minuciosamente pelo General Olímpio da Silveira, Plácido pôde afirmar-lhe que, até aquêlê dia, os seus elementos de observação mais distantemente colocados desmentiam que as fôrças do General Pando já houvessem atravessado o rio Abunã. Todavia, estava deliberado a assumir uma atitude, logo que chegasse a Xapuri.

— Estou decidido a invadir a Bolívia novamente, pelo Tauamanu, para levar ao inimigo a perturbação que êle nos traria se invadissem o Acre Meridional.

O General pondera ao caudilho que seria conveniente evitar qualquer gesto capaz de agravar a situação de litígio criado entre os dois países amigos:

— Coronel Plácido, por que em vez disso, não espera uma solução do próprio Governo Federal? (3)

A resposta de Plácido de Castro é pronta e sincera:

— Simplesmente, General, porque não tenho a certeza de que esta solução venha algum dia.

Encerra-se a conversa com essa frase — e era muito seu concluir as palestras com frases incisivas, que lhe enfeixavam todo o pensamento.

Parte. Mas as reflexões que o acompanhavam, ao deixar o ambiente das fôrças de ocupação, eram amargas. Repassadas da desconfiança que certas atitudes das autoridades enviadas do Rio de Janeiro lhe inoculavam no espírito, as quais denunciavam a influência de insidiosas intrigas. Impregnadas do azedume que já lhe invadira a alma, e que êle registrou nos “Apontamentos”, com a rudeza que usava pôr na exteriorização de seus pontos de vista.

(3) — Plácido de Castro — “Apontamentos inéditos”.

XXVII

Recrudescce a fogueira

A meio caminho de "Xapuri", recebe o caudilho importantes notícias procedentes do rio Caramanu, onde mantinha, permanentemente, um destacamento para observação e vigilância. Pelas informações e por seus cálculos, as fôrças do Presidente General Pando deviam subir pela zona de "Porto Rico".

Dias de grande atividade para Plácido de Castro, a qual se denuncia até no estilo nervoso em que assinou suas ocorrências no diário de guerra:

"Parti a todo vapor para o "Xapuri", fazendo baixar por "Boa Fé", próximo de "Iracema", tôda a guarnição de "Xapuri, bem como o batalhão que se achava próximo ao Igarapé da Baía (Batalhão Acreano, sob o comando do Tenente-Coronel Xavier).

"Com esta fôrça, que foi paga de viveres para cinco dias, acondicionados em *jarnachis* (1) e em alguns cargueiros, segui para "Gironda", tendo feito seguir na frente o Major Daniel Ferreira com 50 homens, com ordens de assumir o comando da vanguarda.

"Chegando eu a "Gironda", rompia a vanguarda fogo contra "Porto Rico", que logo é sitiado com fôrças que enviei.

"Fez seguir também o piquete de descoberta para "Lisboa".

"Dispuz tudo e baixei com o resto das fôrças no dia seguinte a fim de dar o assalto a "Porto Rico".

Está para findar o mês de Abril. Com quatro dias de contínuo e intenso combate, as fôrças bolivianas começam a dar mostrar de debilitação.

(1) — Tipo de cesto usado pelos nativos.

Ainda bem. Porque a situação dos revolucionários ameaça tornar-se inquietante. Em carta ao comandante do piquete estacionário em “Boa-Fé”, datada de 25, Plácido fizera “sentir a necessidade de uma medida extraordinária, no sentido de melhorar os meios de transporte”, pois “a fome é nossa inseparável companheira nesta região” (2).

O problema é vencer a fome, que a vitória já se delineou de modo claro. O exército do General Pando se encontra inapelavelmente sitiado. Pela frente e pelos flancos, envolvem-no os mil e duzentos acreanos sob o comando de Plácido de Castro. Na retaguarda, um grande lago cujo limite extremo se continua por um pantanal intransponível (3).

Plácido considera iminente a hora da rendição do poderoso inimigo. Questão de mais um golpe de habilidade, que êle chega a esquematizar mas não pode levar a termo, porque um acontecimento de todo inesperado modifica integralmente a situação.

Chega o Major Gomes de Castro, do Quartel-General das forças de ocupação, que traz um ofício do General Olímpio da Silveira para Plácido de Castro:

Govêrno Militar e Comando em Chefe das forças de ocupação do Território Setentrional do Acre.

Quartel-General na Empresa, 19 de Abril de 1903.

Sr. Cel. Dr. José Plácido de Castro
Saudações

Pelo jornal “Amazonas”, de 26 de Março findo, que vos remeti, tereis tido conhecimento do convênio diplomático de 21 do dito mês, entre o nosso govêrno e o da Bolívia.

(2) — Plácido de Castro — “Apontamentos”.

(3) — Êsse fato, negado por alguns críticos militares da campanha de Plácido de Castro, é comprovado por uma carta do próprio General Pando, reproduzida no livro de Nicolau Suarez, citado na bibliografia.

Tive confirmação oficial do mesmo e de acôrdo com êle tenho de tomar várias medidas que vos serão comunicadas verbalmente em Capatará pelo Coronel Torres Homem, Chefe do Estado Maior junto a este Govêrno, esperando que ali comparecereis para o aludido fim.

Renovo meus sentimentos de alto preço e consideração.

Saúde e fraternidade

General Olímpio da Silveira

Sem perder um minuto, Plácido de Castro despacha o Coronel José Brandão para "Porto Rico" — agora com incumbência diversa daquela com que imaginava completar o sítio — sob a recomendação de dar à sua viagem a maior rapidez possível.

Brandão parte em canoa tripulada por vários remadores ágeis. Leva ordem de fazer cessarem incontinenti as hostilidades contra o invasor. Mas não o chega a fazer. Porque, ao aproximar-se do reduto das forças revolucionárias, já era alta noite, tornando-se impossível a comunicação imediata com o adversário. E no dia seguinte, pela manhã, quando se preparava para cumprir a missão, defrontou a bandeira branca, que o General José Manuel Pando mandara hastear, a fim de fazer ciente o inimigo de que também fôra inteirado do "modus-vivendi" estabelecido entre o Brasil e a Bolívia, por instrumento de 21 de Março de 1903.

No dia imediato ao de sua chegada, 27 de Abril, regressa o Major Gomes de Castro, levando ao General Olímpio da Silveira a resposta de Plácido:

ESTADO INDEPENDENTE DO ACRE

N.º 8

Gironda, 26 de Abril de 1903

Ao Cidadão General de Divisão Olímpio da Silveira.

Rio Acre.

Com prazer acuso o recebimento das vossas cartas de 16 e 19 do corrente, de "Empreza", que respondo:

Tomei conhecimento do convênio a que vos referis, entre o Brasil e a Bolívia, e estou firmemente disposto a respeitá-lo integralmente, como tôdas as deliberações do Governo da minha Pátria.

Atualmente o Exército Acreano ocupa tôda a região compreendida de Porto Rico para Oeste, pelo rio Tauama-nu acima, compreendendo Costa Rica, Porvenir, etc. sendo que me achava disposto a ocupar tôda a fronteira do Estado Independente do Acre, sem, contudo, ultrapassá-la um palmo. Em vista, porém, das comunicações que me fizestes do acôrdo, não irei além do ponto em que me acho, tendo ontem mesmo escrito um cartão ao comandante da Guarnição de Porto Rico (pois, já estava com essa praça quase em sítio), pedindo-lhe suspensão de armas até a chegada do vosso ofício.

Não me posso furtar ao dever de declarar-vos a agradável impressão que me causou a extraordinária pontualidade do Sr. Major Gomes de Castro, que com a mais nítida compreensão da sua delicada missão, atravessou a distância que nos separa do Acre em menos de três dias, vindo chegar no momento mais propício, pois com dez horas de tardança não teria evitado o assalto a Porto Rico, e, por conseguinte, sério derramamento de sangue.

No momento em que êsse oficial chegou, acabava de ser dividida a fôrça para seguir a tomar posições.

Ao Sr. Major Gomes de Castro, instruí sôbre as nossas posições e terrenos por nós ocupados.

Queirais, pois, deliberar se é conveniente ou não minha ida agora a "Bôa Fé", antes da retirada do grosso das tropas acreanas para Xapuri, ponto de aquartelamento.

Saúde e fraternidade

J. Plácido de Castro.

Logo após a partida do Major Gomes de Castro, regressa o Coronel José Brandão, que fôra mandado como emissário a "Porto-Rico". Traz para ser lida pelo seu verdadeiro destinatário — o Comandante em Chefe das fôrças revolucionárias — o documento escrito pelo comandante da guarnição sitiada:

Ejercito Nacional

Jefatura del Batallon 5.º de linea, Barraca Puerto-Rico,
Abril 26 de 1903. Al Señor Jefe de las fuerzas que
atacan Puerto-Rico

Banda del Rio

Señor:

Comunico á Ud. que el Señor Capitan General del Ejercito boliviano me encarga decidir á Ud. que por acuerdo de 27 de Março de 1903, suscrito en La Paz, entre el Exmo. Señor Eliodoro Villazon, Ministro de Relaciones Exteriores de Bolivia y el Em.º Señor Eduardo Lisbôa, Enviado Extraordinário del Brasil ante el Gobierno de Bolivia, ha quedado totalmente definida la situación internacional creada entre ambos paises. Tengo el honor de incluir a Ud. copia del mencionado acuerdo, impressa en La Paz e recebida hoy.

Las tropas bolivianas no han avanzado del Orton, conforme el inciso *b* de la clausula 3.ª del acuerdo.

Corresponde a Ud. retirar las suyas, a no ser un movel distinto y por mi ignorado, el que guie sus procedimientos, de cuja ejecución Ud. será responsable.

Puede efectuarse con plena seguridad la retirada de sus fuerzas a Gironda y Chapury. Hemos permanecido a la *defensiva* y en ella nos mantendremos, siguiendo instrucciones del General Pando, Capitan General del Ejercito.

Sin mas objecto, tengo el honor de suscribirme su atento servidor.

Germán Cortes

Jefe del Batallon 5.º

Plácido de Castro agasta-se vivamente com a alusão pérfida — “a no ser un movel distinto”... — e responde com azedume e energia:

ESTADO INDEPENDENTE DO ACRE

Gironda, 27 de Abril de 1903.

A Germán Cortés, Chefe do 5.º Batalhão e Comandante da Guarnição de Porto Rico.

Às 11 e meia horas da noite de ontem, recebi o vosso ofício, datado também de ontem, comunicando-me o acôrdo

havido entre os governos do Brasil e Bolívia e do qual tives-
tes a gentileza de enviar-me uma cópia. Ontem mesmo vos
escrevi um cartão neste sentido, pois, tendo na tarde do dia
anterior conhecimento do acôrdo, por comunicação que me
fez o Sr. General Olímpio, Comte. das tropas brasileiras no
Acre, mandei incontinenti, à fôrça acreana que ocupa posi-
ções em frente de Porto-Rico, ordem para suspender as hos-
tilidades, pedindo-vos no mesmo cartão idêntico procedi-
mento.

Isso fiz assim que chegou à minha presença o emissário
do General Olímpio, que segue agora para aí.

Dizeis competir-me retirar as forças acreanas de frente
de Porto Rico, *a menos que um movel por vós ignorado
guie a minha conduta e que neste caso serei eu o responsavel.*

Sinto que assim vos tenhais exprimido em um do-
cumento de paz...

O movel que guia meus passos nesta luta não deve ser
por vós ignorado, mas se o é, vos declaro que luto pela
autonomia do Acre. E, quanto à minha conduta — tem
sido julgada pelos vossos patrícios vencidos como cavalhei-
rosa. Quanto ao tornar-me responsável pelos meus atos —
sempre o fui, mormente na luta que sustentamos.

Sôbre a retirada das tropas acreanas das posições que
ocupam em frente de Porto-Rico, só depois que me entender
com o General brasileiro poderei resolver, apesar de agirmos
independentemente, como é natural supor. Suspendendo as
hostilidades, passamos como vós à defensiva e vós e as vossas
fôrças poderão confiar em nossa fidelidade.

Saúde e fraternidade

J. Plácido de Castro.

Comte. em Chefe do E. Acreano

E ainda não satisfeito, decide entender-se pessoal-
mente com o Capitão German Cortés, como se lê em car-
tão escrito por Plácido a 28 de Abril. Um cartão elo-
quentíssimo, aliás, para caracterizar o feitio simplório do
caudilho, e por onde se vê que, só nessa altura dos acon-
tecimentos, o comandante de uma tropa sitiante de fôr-
ças chefiadas pelo Presidente de uma República, resol-
ve lembrar-se de pedir que lhe remetam... a espada e
o fardamento!

“Coronel Hipolito: Acho-me a caminho para o nosso acampamento em Porto-Rico onde vou entender-me com o Comandante da guarnição Boliviana. Comigo também segue o representante do General Olímpio. Mande-me com urgência um portador trazendo minha espada e meu fardamento, bem como as últimas notícias.

Mande para cá o Tte. Dantas, ainda que esteja com *parte de doente*. Organize o serviço de comboios, pois a fome aqui já não vai muito fácil de suportar-se.”

J. Plácido de Castro.

Quer a espada. O fardamento. As botas também, como pede na carta de dias após, em que volta a referir as torturas da fome:

“Coronel Hipolito:

Estamos em suspensão de armas.

Peço-lhe o obséquio de regularizar a vinda dos comboios afim de não passarmos mais fome. Com o meu fardamento, mande-me as botas e espada. Mande-me também no comboio tabaco, sabão, sal e açúcar, além das demais mercadorias. Diga ao Gentil que não entre com gente, que siga para Xapuri, e mande a lancha estacionar em Bôa Fé.

Plácido

(Margem esq. do Orton, em frente a Porto Rico).

XXVIII

A guerra na sombra

À medida que avançam os primeiros dias de Maio, cresce a ansiedade de Plácido de Castro por ver chegar ali o General Olimpio da Silveira. O alferes Azevedo Costa, portador do ofício no qual o Comandante da Expedição propusera uma conferência ao General Pando, afirmara aos próprios bolivianos que o encontro se

efetuará dentro de três dias, impreterivelmente. Chegara o alferes poucas horas após a partida do Major Gomes de Castro e, entretanto, lá se iam duas semanas sem que o General Olimpio desse sinal de vida.

Plácido estava ansioso por vê-lo apontar àquela margem do rio Orton. Só assim, teria têrmo a série de surdos conflitos que principiavam a esboçar-se, entre os legionários acreanos e os soldados do exército de ocupação. E a fome aniquiladora, cuja realidade não podia mais ser dissimulada com simples promessas de uma próxima chegada de recursos. Sem falar da atmosfera de constrangimento, resultante das insistentes e até mesmo irônicas interpelações dos oficiais bolivianos, consignados nos “Apontamentos”:

“Os bolivianos diàriamente, desde então, me perguntavam pelo general brasileiro, que não vinha. Para furtarme à vergonha daquelas perguntas, motivadas pelas informações do alferes, resolvi ir ao Acre falar ao General Olímpio, o que fiz em menos de três dias”.

No meio da viagem, um fato o alarma e obriga a suspeitar de que se trama contra êle:

“Em caminho, encontrei um oficial boliviano que, passando pelos nossos acampamentos, se dirigia a “Porto-Rico”. Perguntei-lhe com que licença ia êle atravessando um caminho estratégico que acabavamos de abrir, ao que um oficial acreano, que o acompanhava, respondeu-me que com ordem do General Olímpio (grande perfídia)”.

Plácido não encontra o General. Mas comprova daí a pouco que certos elementos expedicionários, envolvidos pela felonía de alguns inimigos da revolução, facilitavam o estado de coisas que indicava a iminência de conflitos muito graves entre os brasileiros.

“Os poucos soldados acreanos feridos pela indisciplina, que lhe sugeriam os oficiais do Exército, dividiram-se.

“Uma parte dêles continuou a acatar as ordens dos oficiais acreanos, e a outra parte passou para o acampamento do 27.º batalhão.

“O comandante do 27.º imediatamente oficiou ao General Olímpio, relatando os acontecimentos da forma que lhe convinha.

“O General Olímpio chega e, sem se entender com o ajudante-general do exército acreano, manda formar incontinenti o 27.º batalhão e, com a brutalidade que lhe é peculiar, cercou a casa em que se achava o meu ajudante-general e o quartel-mestre, e os prendeu, injuriando-os com o epíteto de assassinos. Em seguida mandou tomar conta da flotilha acreana, cujas bandeiras foram arriadas”.

Os acontecimentos que se seguiram, Plácido os registrou nos “Apontamentos” com tamanho azedume, que mais vale guardá-los sob o silêncio. Picuinhas e perseguições de tôda espécie moveram-se contra êle, partidas de seus próprios compatriotas que, envenenados por infantis ciúmes, esqueceram tudo que lhe devia o Brasil. Talvez nem soubessem, naquele momento tão próximo dos fatos, avaliar exatamente a medida do seu feito.

Cheio de amargura e de revolta, Plácido resolve tomar o rumo de “Iracema”, depois de escrever uma carta ao General Olímpio da Silveira “na qual lhe disse que, não compreendendo as razões do seu procedimento, havia resolvido não sair em “Boa-Fé”, minha base de operações, mas em “Iracema”, onde tomaria, com os meu companheiros, o destino que a situação excepcional, que êle havia criado, me aconselhasse, ficando, porém, êle certo de que quem se tinha assim sacrificado pela Pátria, dificilmente se deixaria enxovalhar”.

Na tarde de 12 de Maio, chega com seus soldados ao seringal “Iracema”. Daí a poucos minutos, sem ter ainda logrado repousar da viagem extenuante, é avisado de que acabava de aportar ali uma lancha do Quartel-General das fôrças expedicionárias, trazendo como principal

passageiro um capitão do exército, portador de um recado do General Olimpio da Silveira (1).

Plácido recebe-o cortêsmente. O emissário entra diretamente no assunto, que se prende à missiva que o chefe revolucionário escrevera dois dias antes:

— O sr. General manda dizer que está de posse da sua carta e lhe envia esta lancha para que vá ter uma conferência com êle.

O oficial faz uma pausa. Depois, acrescenta, à guiza de conclusão tranquilizadora:

— E garante-lhe que o senhor não será desfeitoado.

E' verdade que Plácido de Castro, quando se torna necessário, sabe refrear os mais indomáveis impulsos emocionais. Mas sabe também ter a bravura de os expandir, desde que a contingência do momento lhe sugira a hipótese de se estar pondo em prova a sua fibra. E, de cenho cerrado, o caudilho ferido envia um recado incisivo ao chefe das tropas de ocupação:

— Capitão, queira dizer ao General que a conferência não tem mais cabimento, pois minha carreira militar e política está encerrada com a minha deposição por êle mesmo feita. Diga-lhe, enfim, que estou de posse do seu recado, que não aceito a conferência, e que também não me deixarei desfeitear.

“O capitão regressou” — diz Plácido secamente, para encerrar a descrição do incidente, na última página dos “Apontamentos”.

* * *

Vai alta a madrugada de 13 de Maio.

Na dramática noite de insônia, Plácido de Castro medita sôbre a situação criada para sua autoridade de

(1) — O fato se encontra detalhadamente descrito nos “Apontamentos Inéditos” de Plácido de Castro.

chefe da revolução triunfante. O representante militar do Governo Federal abismou-se na vertigem do mando. Transgrediu os limites da missão que lhe fôra traçada. Exorbitou e tornou-se inabordável. Suas fôrças — de direito incumbidas de ocupar o Acre Setentrional — já invadiram, de surpresa, o Acre Meridional. O transporte “Independência” tem agora sua guarnição integrada por elementos expedicionários. Três mil volumes de mercadorias entregues à sua responsabilidade pessoal, troféus de guerra dos revolucionários, e até objetos de sua propriedade particular — mobília, rancho, instrumentos profissionais — de tudo já se apossaram, violentamente, os comandados do General Olímpio da Silveira.

Plácido tem plena consciência do que lhe restaria fazer, para vingar seu amor-próprio (2). Conclamar seus legionários, desassombadamente. Advertí-los da afronta que, em nome da Pátria inocente, se está fazendo aos mais desprendidos patriotas. E marchar com êles, numa cartada de vida ou de morte, como já fizera contra a poderosa expedição que o Presidente da Bolívia comandara pessoalmente.

Mas êsse caudilho destemido, que escreveu com sua espada a epopéia da reação anti-imperialista contra o “Bolivian Syndicate”, é acima de tudo um patriota. Compreende claramente que o gesto intempestivo redundaria em abrir uma luta civil contra as fôrças legais de seu país. E a atitude de rebeldia seria a negação de todo o glorioso feito, que custara o preço de tantas vidas de brasileiros.

Desta vez, o patriota amordaça o campeador. E é a mão do patriota que se contrai para redigir a ordem do dia com que encerrará “a parte mais profícua da revolução”, a ser lida, logo que romper o dia, aos seus companheiros de epopéia:

(2) — Plácido de Castro — “Apontamentos”.

ORDEM DO DIA N.º 2

Comando em Chefe do Exército do Estado Independente do Acre, 13 de Maio de 1903.

Camaradas:

A presente ordem do dia é mais uma peça de luto que envolve os nossos corações, do que um documento de guerra.

Dirijo-me àqueles que tiveram a nobreza bastante para afrontar todos os sofrimentos que nos oprimiram durante tôda a luta que temos sustentado com suprema constância e altivez, sem nunca nos termos degradado com a prática da traição.

Ao chegar o Exército Nacional a esta região lhe prestamos todo o concurso material ao nosso alcance, tendo o seu serviço de correios, de observações e quase todo o de transporte sido feito por gente nossa.

À vossa frente, invadi o Tauamanu, por "Gironda", mandei sitiar "Porto Rico", e já estávamos com 5 dias de luta, com sacrifício da vida de alguns companheiros, quando recebi uma carta do Sr. General Olímpio da Silveira, comunicando-me o acôrdo entre o Brasil e a Bolívia. Incontinenti mandei suspender as hostilidades, dando-lhe disso conhecimento em ofício n.º 8, de 26 do passado, declarando-me firmemente disposto, como pessoalmente já lhe havia dito, a respeitar tôdas as disposições do Govêrno de nossa Pátria, embora fora dela.

O recebimento dêsse ofício me foi acusado em carta elogiatória, na qual o General pedia que me mantivesse nas posições tomadas, até que êle pudesse para lá mandar fôrças.

Apesar das privações que sofriamos, passando até fome, escassamente nutridos a milho seco torrado, pela dificuldade de abastecimento através da distância que nos separava dos nossos armazens à margem do Acre, lá fiquei, mandando para a margem dêste rio apenas os enfermos, ao mesmo tempo que mandava abrir o caminho, que era péssimo, para a passagem da Fôrça Federal, naturalmente inferior à nossa, quanto à presteza de marcha.

Quando tudo isso fazíamos, suportando a fadiga e a fome, eis que recebo, com a maior surprêsa, um ofício de um nosso oficial superior, comunicando-me que o Major Carneiro, comandante do 27.º Batalhão acabava de recolher

ao seu acampamento os soldados acreanos ali (Boa-Fé) destacados, a pretextô de estarem sofrendo grandes privações.

Recebi o officio à meia-noite do dia nove do corrente e uma hora depois dirigia-me em marcha forçada para o Acre, afim de resolver essa grave questão. Em caminho fui sabendo por officiais e soldados que fugiram do acampamento do 27.º, que o Ajudante-General, Quartel-Mestre-General, Coronel Hipolito Moreira e outros officiais do nosso Exército se achavam presos, de sentinela à vista e incomunicáveis, tendo o General Olímpio em pessoa feito a prisão de Gentil, a quem insultou públicamente chamando-o de assassino.

Soube que as presas de guerra do Exército Acreano, bem como os armazens que sob a minha responsabilidade pessoal existiam no Acre, para abastecimento das nossas fôrças, tôda a munição que tínhamos em avultada quantidade, mais de 300 fusis que tínhamos em depósito por falta de munição própria, um canhão e tôda a Flotilha Acreana, haviam sido apreendidos por ordem do General que em má hora veio representar o Govêrno de nossa Pátria; que os officiais e soldados acreanos que mandei para a margem do Acre eram logo desarmados como fascínoras; que o General Olímpio aproveitou para comandar um grupo de traidores e a êsses soldados cujas divisas acreanas fazia arrancar o Tenente-Coronel José Antonio Duarte, que eu havia suspenso do comando por má conduta habitual (embriaguez); que o mesmo General abriu um inquérito, forçando alguns officiais acreanos a depor, enquanto os traidores o faziam espontaneamente, recolhendo, em forma de documento, torpezas contra mim e meus officiais superiores. Enfim, na tarde de 11 para 12 do corrente (a seis horas de viagem do Acre), meu piquete avançado deu sinal de aproximação de fôrça. Era um Tenente do Exército (a quem não imputo responsabilidade) comandando uma fôrça de linha, apoiada por uma de soldados acreanos ao serviço do General e também comandada por um Tenente. Às 5 e meia da tarde a fôrça fez alto e o Tenente do Exército vem entender-se comigo, dizendo-me que vinha unicamente proteger o comboio que partira pela manhã do Acre (o qual há três horas antes já se encontrava no "Ina"). A fôrça, evidentemente, era para prender-me, pensando naturalmente o General que a marcha rápida que, certamente, eu iria fazer, como a fiz, só seria possível sem fôrças. E' essa a minha dedução.

Resolvi sair no Acre por "Iracema", porque não estava disposto a ser desarmado como um bandido depois de tanto haver compartilhado dos sofrimentos dos meus leais companheiros de luta, oficiais e soldados.

Comuniquei essa minha resolução ao General em um cartão que enviei por um rapaz acreano, que ficou preso apesar de ter ido no desempenho dessa missão.

Ontem, 12, aqui se apresentou um Capitão do Exército trazendo preso o meu Quartel-Mestre-General para entender-se comigo, como se um preso, ameaçado de morte, pudesse ter liberdade para falar.

O Capitão trazia-me um recado do General convidando-me para uma entrevista, oferecendo-me plenas garantias, sob sua palavra de honra, como se fosse lícito acreditar que tivesse tal virtude quem havia feito o que venho de expor.

Respondi dizendo-lhe que não aceitava o seu convite, que minha carreira militar e política estava terminada com a minha deposição por êle feita.

Como vedes, fieis soldados, aquilo que o inimigo não conseguiu fazer pelas armas, o General Brasileiro alcançou pela traição.

Como expuz, confiscados os nossos elementos de guerra, nada mais podemos fazer nem na defesa dos nossos próprios lares; só nos resta um caminho: — sofreremos resignados a prepotência do mandatário do Govêrno da nossa Pátria, em nossas casas, se tal ainda nos for permitido

Diante dos motivos expostos, determino que fique dissolvido hoje o Exército Acreano, esperando que cada soldado continue a ser um cidadão zeloso dos seus deveres para que, no dia em que esta nesga da pátria for novamente devolvida ao invasor, possamos de novo cumprir o nosso dever.

E' bem triste lembrar que o dia de hoje, que tão significativo é na história da nossa Pátria, comemorando a proclamação da igualdade entre todos os brasileiros, para nós seja do mais degradante e lutuoso contraste: — de um cativo despótico, bem mais cruel do que o extinto há cinco lustros, neste mesmo dia. E os nossos algozes são aquêles que oficialmente estão incumbidos de zelar pela nossa liberdade e pela honra da Pátria.

J. Plácido de Castro

Assim falou o guerreiro da libertação. E nesse mesmo dia, seguido dos que o quisessem acompanhar até o fim, Plácido de Castro baixou com destino a Manáos “encerrando desta forma a parte mais profícua da revolução”.

* * *

A 20 de Maio, Plácido está pousando no seringal “Benfica”. Aí toma conhecimento da proclamação que, por coincidência, no próprio dia 13 de Maio, o General fizera publicar, declarando assumir o govêrno de todo o território em litígio:

PROCLAMAÇÃO

O General Antonio Olimpio da Silveira, Governador do Acre Septentrional e Comandante em Chefe das Fôrças Federais de ocupação.

Considerando que a quasi totalidade do exército acreano revoltou-se contra o Coronel José Plácido de Castro e seus auxiliares;

Considerando-se que êste Chefe, levado por sentimento de patriotismo que muito o recomenda á benemerência de sua Pátria, declarou retirar-se dêste Território e não querer tentar represálias afim de evitar uma luta fratricida, deixando ao Exército Nacional a guarda do mesmo Território, conforme ficou estabelecido no convênio de 21 de Março findo;

Considerando que em vista desta declaração do Coronel Plácido de Castro e da apresentação a êste Govêrno dos oficiais e praças de quase tôda a fôrça acreana, está considerada extinta a revolução do Acre;

Considerando finalmente que a fôrça Federal é suficiente para manter a ordem e cumprir as determinações do Govêrno da União relativamente a êste Território fazendo respeitar o que foi estatuido no referido convênio de 21 de Março último.

Proclama em nome do Govêrno da União:

Primeiro: Terminada a revolução acreana chefiado pelo Coronel Plácido de Castro, ficando êste Território sob a jurisdição única dêste govêrno e licenciados todos os oficiais e praças do exército revolucionário; esperando êste Govêrno que se por qualquer circunstância houver necessidade de seus serviços de guerra todos estarão prontos para com o Exército Brasileiro cumprir o seu dever.

Segundo: Suspensas tôdas as contribuições impostas pelo govêrno revolucionário, permanecendo sómente os admitidos pelo Govêrno da União e que deverão ser arrecadados pela Mesa de Rendas e Porto-Acre.

Quartel General em Bôa Fé, 13 de Maio de 1903.

(A). *Antonio Olímpio da Silveira*

E daí de Benfica, na mesma data, como despedida, Plácido de Castro escreve ao General uma carta de altivo protesto:

Cidadão General de Divisão Olimpio da Silveira, Governador do Acre Setentrional e do Estado Independente do Acre:

Venho por êste meio protestar, como protesto, contra o saque que se está dando aos armazéns que sob minha responsabilidade pessoal existem em diversos pontos dêste rio, para reabastecimento da revolução Acreana que chefiei até o dia em que dêste posto me depusestes, enquanto eu combatia no Orton pela integridade da Pátria.

Não conheço nos anais das guerras civis de nosso país fatos que tanto deprimam o caráter nacional como os que estão ocorrendo nesses armazéns saqueados, onde a embriaguez e o insulto a cada momento se abraçam.

Nessa grande feira que abristes com o que me pertencia, porque sou o responsável, ouve-se a cada momento dentre lábios quase amortecidos por essas libações flutuar vitoriosamente o vosso nome, como o autor dessas prodigalidades. Meu arquivo particular e até roupa do meu uso não se salvaram dessa orgia; minha biblioteca está sendo inutilizada a bordo do "Independência", onde existiam também sob minha responsabilidade pessoal mais de três mil volumes de mercadorias diversas, como mobília, rancho, instrumentos matemáticos, etc.

Protesto também contra a apreensão dos troféus de guerra acreanos, e, sobretudo, da flotilha de guerra, que

estando generosamente ao vosso serviço, dela vos apostastes, fazendo substituir a bandeira do Acre pela bandeira brasileira, criando desta forma dificuldades para o Governo Federal. Com a flotilha também vos apostastes da artilharia e metralhadora que se achavam em minha base de operações (Boa-Fé), que ocupastes com o Batalhão 27 com o propósito de consumir tôdas essas misérias ao tempo em que escrevieis para o Orton recomendando-me que a todo o transe mantivesse as posições conquistadas. *Cúmulo da lealdade!*...

Bem se compreende que não possais dar aos nossos troféus de guerra o valor moral que nos merecem, porque nós não os adquirimos á custa de deslealdade e de traição, e sim, de muitas vidas preciosas de nossos irmãos e companheiros de lutas, cujas ações nunca servirão de vergonha às suas famílias nem à Pátria. Para vós êsses troféus de guerra nada mais valem do que o dinheiro por que se possam vender; para nós representam a vida e a bravura dos nossos irmãos que desapareceram.

Os cidadãos que durante longos meses lutaram pela integridade da pátria como soldados (mas sem soldo), voltaram agora para os seus lares, não levando mais do que a honra que nunca foi poluída.

O último dos meus soldados nunca tratou um soldado prisioneiro como tratastes os meus oficiais superiores prisioneiros em Boa Fé (porque em Boa Fé êles estavam), onde esquecendo-vos de que ocupais a posição de General Brasileiro fizestes o papel de Sargento de Polícia, indo prender a quem acusastes de assassino, como fizestes ao Coronel Gentil a quem em pessoa prendestes e injuriastes.

Em breve estaremos prestando conta à nossa Pátria do papel que cada um representou nesta luta.

Saúde e fraternidade

Benfica, 20 de Maio de 1903

J. Plácido de Castro

A violência do protesto retrata o desespero que vai na alma do caudilho mal compreendido. Retrata também o poder do seu espírito crítico que, mesmo turvado pela cólera, ainda é capaz de mostrar ao General que a conduta de sua tropa estava complicando a situação do

Govêrno Federal. Colocar nos mastros das embarcações revolucionárias, em vez da acreana, a bandeira brasileira — era criar para o Brasil uma contingência embaraçosa. Infelizmente, porém, o General se acha encerrado num círculo de ódios e paixões que só sugerem violências. Se é que tais violências, êle já não as trouxe arroladas nas instruções recebidas no Rio de Janeiro, tão velho, no Brasil, é o vezo de explorar a rigidez da função militar — o seu senso de obediência ao poder constituido — em favor dos quase sempre mesquinhos interêsses dos civis que açambarcaram os maquinismos políticos.

Por isso ou por aquilo, quem mais sofreu, ao cabo — medidas bem as consequências — ainda foi o General de passado tão glorioso, que se expunha a receber a máscula missiva de desabafo de Plácido de Castro. Missiva que, aliás, lhe chega às mãos no instante exato em que lhe era entregue uma outra, não menos cruel, do cidadão que resolvera nomear para o cargo de Delegado do seu govêrno em Xapuri:

Xapuri, 16 de Maio de 1903

Exmo. Sr. General de Divisão Antonio Olimpio da Silveira.

Tenho a honra de acusar o recebimento da proclamação de V. Exa., com data de 13 do vigente e juntamente com a portaria da minha nomeação para o honroso cargo de Delegado Auxiliar do Govêrno de V. Exa. na circunscrição de Xapuri.

Peço vênia a V. Exa. para fazer algumas considerações que justificarão a minha excusa à distinção com que sou honrado pelo Govêrno de Va. Excia.

Companheiro do Coronel Plácido de Castro desde o início da patriótica revolta que impediu o estabelecimento dos americanos no Território da Pátria, eu me acho extenuado e carecendo de tratamento de saúde. Além de que, se V. Excia. me permite expor os meus sentimentos, eu não quero servir ao lado da pequena parcela

de acreanos guiada tumultuosamente por um analfabeto e alcoolatra, incorrigível. Peço com todo o respeito e acatamento à pessoa de V. Excia. licença para, em represália ao ato impatriótico da diminuta parcela de acreanos tão mal guiada, eu invoque o patriotismo pouco vulgar, peregrino mesmo, do denodado moço que em pouco tempo e com uma hoste de seringueiros restituiu à Pátria uma parte do território há quatro anos em poder de estrangeiros.

Como bem disse V. Excia. no segundo considerando da proclamação que se serviu dirigir-me, "*o Coronel Plácido de Castro, levado por sentimentos de patriotismo que o recomendam á benemerência da sua Pátria*" para evitar uma lutra fraticida, teve de renunciar o que ficou estatuído no convênio de 21 de Março último, por exigência de um indivíduo sem uma só qualidade que o recomende, salvo se é recomendável a traição, e sustentado exclusivamente pela fôrça que devia manter o citado convênio. Peço a V. Excia. não tomar como falta de consideração e respeito à pessoa de V. Excia. a minha excusa e a manifestação de indignação contra quem tão vilmente esqueceu os serviços inestimáveis do Coronel Plácido de Castro.

Com pesar de não poder auxiliar o Govêrno de V. Excia. pelo precário estado de minha saúde, sobretudo, e sendo instado pelo médico para retirar-me, pretendo seguir para o sul do país, onde uma vez restabelecido regressarei contando então ser mais útil à nossa querida Pátria. Faço votos para que a obra inestimável do Coronel Plácido de Castro seja conservada pelo Govêrno de Vossa Excelência.

Saúde e fraternidade.

Francisco Simplicio Ferreira de Castro.

Quando o General estiver recebendo a dura advertência — e mais a de Gentil Norberto, valente e fiel companheiro do libertador — Plácido de Castro já se encontrará a meio caminho da longa viagem que o levará até a Capital do Estado do Amazonas, após mais de um ano de ausência.

XXIX

Principia a reparação

Em Manáos, Plácido de Castro vai encontrar o primeiro grande consôlo para os inenarráveis sacrifícios da campanha. Manifestações de tôdas as classes sociais. Govêrno. Fôrças armadas, Imprensa. Povo. Classes conservadoras. Festa cívica no Teatro Amazonas, com discursos inflamados de entusiasmo. Missa campal, com sermão solene para exaltar o seu feito.

As horas do dia são poucas para atender às homenagens que lhe prestam, desde as oficiais até às mais humildes, de pura inspiração popular. Pelas ruas, as cabeças se descobrem com agradecido respeito patriótico. E os sorrisos se abrem na mais espontânea expressão de simpatia.

Plácido aguarda o efeito de sua comunicação às autoridades centrais acêrca do rumo tomado pela questão acreana em consequência da atitude do General Olimpio da Silveira. Espera-o ansiosamente, já que um telegrama particular, datado de 28 de Junho e dirigido ao seu procurador em Manáos, anunciara-lhe a perspectiva de uma reparação:

“Queiroz Gentil. Hoje Ministro Exterior Guerra larga conferência Presidente resolveram incidente. Officiais hostis serão retirados. Olimpio receberá ordens claras enérgicas terminantes apoiar revolução. Ministro pede tôda reserva não divulgar escândalo. Manifestações Plácido evitar discursos alusão divergência.....
..... Nao convém envolver política Amazonas questão Acre”.

Mas ainda era bastante vago. Sem a definição explícita que se conteria em outro telegrama, datado de 2 de Julho:

“Comunique Queiroz Govêrno apoia revolução incondicionalmente. Chegada Ministro Guachalla Govêrno apresentará proposta compra território limites decreto Plácido. Caso recusa continuará guerra. Seguem primeiro vapor armas munições. Recomendo reserva absoluta. Ministro recomenda insistência aumento exército acreano. Fornecerá recursos forem precisos. Qualquer pedido ou notícias gravidade transmita intermédio Governador aproveitar cifra Alencar”.

E sobretudo no terceiro, recebido daí a poucos dias, que já trazia uma orientação precisa sôbre a marcha que a questão iria tomar — êste diretamente dirigido a Plácido de Castro:

“Rio Branco maior empenho sua volta imediatamente restabelecer revolução. Brevemente chegará Guachalla negociar acôrdo. Brasil proporá compra território limites seu decreto. Caso recusa continuará revolução até bolivianos aceitarem proposta. Sustento luta tremenda. Ministério Guerra queira apoiar ato Olimpico. Tive recorrer Seabra Glicerio remover dificuldades..... Ordens seguiram acôrdo seus desejos”.

E' que, venturosamente para os heróis da rebelião libertadora do Acre, desde o dia 15 de Novembro de 1902, quando Plácido de Castro pelejava com seus legionários em plenos confins do Abunã, o Congresso Nacional, reunido em sessão solene, dava posse a um novo Presidente da República. E êsse magistrado — o Conselheiro Rodrigues Alves — trazia em seu programa de govêrno a instauração de um política nova, cuja estrutura se destinaria a fomentar o pleno desenvolvimento de tôdas as energias que o país até aí guardara em mera potencialidade. Leopoldo de Bulhões iria erguer a balança comercial às alturas de mais de um milhão de contos de réis, e o câmbio acima de dezesseis. Os meios de transporte e comunicação seriam desenvolvidos, ao máximo, pela visão de Lauro Muller. Pereira Passos transformara o velho Rio colonial numa das mais belas metrópoles do

continente. À estrutura científica de Oswaldo Cruz, seria conferido o instante de revelar a grandeza da sua predestinação.

Também para a chancelaria do novo govêrno, a sabedoria de Rodrigues Alves inscrevera, na lista dos que iam ser os sustentáculos de sua administração, um outro predestinado — José Maria da Silva Paranhos. O Barão do Rio Branco trazia atrás de si, aos cinquenta e sete anos de idade, uma inestimável folha de serviços prestados à diplomacia brasileira, desde o desempenho normal de funções pacíficas nos mais destacados postos da Europa e América, até as vitórias de sua impressionante habili-dade no deslinde das complicações de Missões e do Amapá.

Em 2 de Dezembro dêsse mesmo ano, ao tempo em que as tropas de Plácido de Castro rasgavam as selvas do rio Iquiri para dar combate a um contingente boliviano, o Barão encontra o país inteiro alvoroçado pela perspectiva de ter milhares de seus filhos trucidados, na púgna em que jogavam a própria vida sem que o govêrno se inquietasse pela sua sorte.

À visão do grande chanceler, o problema se delineia em tôda a extensão e complexidade de seus perigos iminentes. O Acre está em guerra. Não se trava semelhante luta de morte por um espírito de conquista territorial, que seria abominável. Peleja-se para impedir que, através da rede sinistra de um sindicato de capitalistas internacionais, seja implantado no continente sulamericano o tenebroso sistema das "*chartered companies*". As "*companhias de carta*", cuja infiltração corrosiva já minara os alicerces e a estrutura dos países africanos, até reduzi-lo à ínfima condição em que hoje mal se espelha a sombra de outrora grandes civilizações. E' o próprio Barão do Rio Branco quem o diz: "Foi preciso que a segurança dêste continente fosse ameaçada pela tentativa de introdu-

ção do sistema perturbado das *chartered companies* e que nos convencêssemos da impossibilidade de conservar as boas relações, que tanto prezamos com a nação boliviana, enquanto existisse sob a sua jurisdição um território exclusivamente habitado por brasileiros” — para que o Brasil se compenetrasse da necessidade de salvar o Acre. E, no caso, salvar também principalmente. a América do Sul.

Tais medidas salvadoras têm de ser prontas e decididas. Para começar, um telegrama a 18 de Janeiro de 1903, encarregando a delegação brasileira em La Paz de comunicar ao govêrno boliviano que o Brasil decidira considerar litigioso o território onde deflagara a luta acreana.

Refutando-o, indiretamente, a Bolívia distribui dias depois uma circular telegráfica:

“La Paz, febrero 2, 1903 — El contrato del Acre no es de arrendamiento. Bolívia conserva su soberania confiando tan sólo a la compañía la recaudación de las rentas. El contrato es de caracter puramente comercial e industrial, y está sujeto en todo a las leyes de la Republica. No es semejante a las concesiones africanas que tienen por objeto la colonización. Bolívia consintió en modificar la concesión, si le daban suficientes seguridades de que la demarcación de la frontera seria concluida. El territorio del Acre, no es litigioso; Bolivia basa su derecho em su tratado de 1867 y protocolos sucesivos, asi como en la demarcación de fronteras hecha por comisiones mixtas; el Brasil en 36 años jamás hizo la tentativa de dar distinta interpretacion a las clausulas del tratado. La poblacion brasileña ha gozado siempre de las más amplias garantias bajo la administracion boliviana. El objeto de la expedición del General Pando es libertar a Puerto-Acre, mantener la soberania de la nacion y defender los intereses de Bolivia contra las depredaciones de los insurgentes. Bolivia no busca ningún conflicto y está dispuesta a arreglar todas las diferencias sobre bases racionales, sea directamente, ó por arbitraje.

Eliodoro Villazon, Ministro de Relaciones Exteriores.

Imediatamente, concretizando a deliberação anunciada pelo Chanceler Rio Branco (1), o Governo brasileiro despacha grande expedição militar sob o comando do General Olímpio da Silveira, a fim de proceder à ocupação do território em litígio. Porque urge ocupá-lo antes que a êle cheguem as tropas do General Pando, cuja marcha absorve as preocupações do Barão (2), como se deduz do enérgico telegrama de 3 de Fevereiro ao Ministro do Brasil em La Paz:

“Causou a mais penosa impressão ao Presidente da República e a tôda a nação brasileira, a certeza de haver o Sr. Presidente Pando resolvido no dia 26 de Janeiro partir para o território do Acre, com o propósito de submeter pelas armas os seus habitantes sem esperar o resultado da negociação de que encarregara no dia 24 o sr. Pinilla, e que, apenas iniciadas, nos dava as melhores esperanças de um acôrdo próximo, honroso para as duas partes e vantajoso para a Bolívia. Sendo o Acre um território em litígio pretendido também pelo Perú, desde o paralelo dez graus e vinte minutos, até á linha da nascente do Javari ao marco do Madeira, e brasileiros todos os habitantes da região, não podemos concordar que ali penetrem tropas ou autoridades da Bolívia. Dos três litigantes, Bolívia, Perú e Brasil, é a êste que melhor cabe a ocupação administrativa provisória dessa parte do território contestado, atenta a nacionalidade da população. V. Excia. fica portanto autorizado para mostrar ao govêrno boliviano que as suas expedições e a marcha não devem ultrapassar o indicado paralelo, e para declarar-lhe que, tanto pelo dever de não permitir que sejam maltratados ou exterminados os nossos compatriotas, levantados contra a dominação estrangeira e senhores de tôdo o paíz, como para satisfazer ao desejo que manifestou no dia 25 de Janeiro o sr. Villazon, quando disse que o seu govêrno aceitaria a discussão imediata, se o Brasil se responsabilizasse pela pacificação do território contestado, enviando para êsse efeito tropas que ao mesmo tempo protejam a população, mantenham a ordem, tornem impossiveis incursões para o lado do Abunã e do Orton e repilam qualquer agressão. As tropas brasileiras farão a polícia do território contestado ao oriente

(1) — Barão do Rio Branco — “Relatório”.

(2) — Idem.

do rio Iaco, ocupando-o até a solução do litígio por via diplomática. A alfândega boliviana, estabelecida provisoriamente em Porto-Acre, deverá ser removida para as vizinhanças do barracão Paraiso ou para outro lugar ao sul do indicado paralelo de dez graus e vinte minutos, que é a fronteira estipulada na parte final do artigo segundo do tratado de Março de 1867. A guarnição de Porto-Acre, único ponto ocupado por bolivianos e que, segundo notícias recentes, já devem ter capitulado, será repatriada com todo conforto e segurança. O governo brasileiro não quer romper as suas relações diplomáticas com o da Bolívia. Continua pronto para negociar um acôrdo honroso e satisfatório para as duas partes e deseja sinceramente chegar a êsse resultado. O Sr. Presidente Pando entendeu que é possível negociar marchando êle com tropas para o Norte; nós negociaremos também fazendo adiantar fôrças para o sul, com o fim já declarado. No interêsse das boas relações de amizade que o Brasil deseja ardentemente manter com a Bolívia, é urgente que os dois governos se entendam para remover rapidamente esta dificuldade do Acre, fonte de complicações e discórdias. Se não for possível um acôrdo direto, restar-nos-á o recurso do Juizo Arbitral. O Brasil informará ao Perú da resolução que for obrigado a tomar, ressaltando os direitos que em tempo possa alegar êsse nosso comum vizinho. Queira V. Exa. dar ao Sr. Villazon cópia dêste despacho e pedir-lhe que mande amplos poderes ao Sr. Pinilla.

Rio Branco

Rodrigues Alves
Presidente da República.

Enquanto isso, antes que a luta no oeste chegue aos últimos extremos, impõe-se entabolar negociações hábeis, capazes — no dizer do Barão — de anular “o ponto central das dificuldades”. Conseguir o meio seguro de retirar, da equação dos argumentos diplomáticos, a sempre ameaçadora interferência da poderosa quadrilha a que a região fôra arrendada. Capitalistas que são, o seu problema cinge-se a mera questão de cifras. O “Bolivian Syndicate” é uma simples máquina de reprodução de dinheiro, e os que o governam ajustam-se a tôdas as contingências, desde que se possam reduzir à fria eloquência

das fórmulas de juros. As demarches que o Barão inicia, como preliminar de negociações ulteriores, indicam que o argumento tronitroante de 114.000 libras esterlinas ecoará no ouvido dos plutocratas como sentença irrespondível. E a sua desistência se fará com sorridente suavidade, deixando o campo livre para a possibilidade de uma proposta de compra do território à Bolívia, como caminho propício à negociação de uma política de racional entendimento entre as duas nações vizinhas.

A 9 de Fevereiro, quando a arrogância dos magnatas do "Syndicate" já está decidida a embolsar as libras da indenização, o Ministro Pinilla dirige uma nota a Rio Branco. Informa por êsse instrumento que a Bolívia se mostra disposta a consentir na rescisão do contrato com o "Bolivian Syndicate". E, em seguida, pronta para discutir o estabelecimento de um acôrdo amigável com o Brasil, ou submeter a questão acreana ao Tribunal Arbitral de Haia.

E' verdade que, segundo telegrama expedido logo após da capital da Bolívia, o General Pando não interromperá sua marcha rumo ao Acre. A despeito de concordar com as negociações que seu substituto autorizado procura entabolar na Presidência da República. Mas, de qualquer modo, a perspectiva do "*modus vivendi*" está praticamente realizada. Sem falar da rapidez com que a grande Expedição ao Norte se encaminha também para a região que tem de ser ocupada, a qual representa tôda a vontade e decisão do governo brasileiro.

Era porque se assentava no Itamarati um homem da envergadura de Rio Branco, que Plácido de Castro podia confiar na reparação que aquêles telegramas de Junho e Julho lhe anunciavam. E a esperada reparação não tardou demasiadamente. A 17 de Julho, de fato, o caudilho da revolução libertadora do Acre tinha a alma

lavada da humilhação sofrida na desavença com o General Comandante da Expedição ao Norte. Vinha-lhe agora, finalmente, o prêmio maior para seu sacrifício, no texto do telegrama expedido por ordem do Ministro da Guerra, sob a forma de recado ao General Olímpio da Silveira. Mensagem que é um libelo impiedoso contra quem — sabe lá! — talvez se houvesse limitado a cumprir instruções de mandantes afinal arrependidos. Um documento de destituição que foi a única mácula que sombreou a limpidez da gloriosa folha de assentamentos do herói do Paraguai e de Canudos:

“Rio — dezesseis — Coronel Valadares — Manaus — urgente — Reservado. Ministro manda transmitais com urgência ao General Olímpio seguinte telegrama: A demora que houve na conclusão modus-vivendi assinado La Paz vinte um Março último resultou empenho com que govêrno Bolívia queria que fôrças brasileiras fossem desarmar acreanos os quais sob comando Plácido de Castro haviam vencido guarnições bolivianas e proclamado independência Acre. Ainda seis Março govêrno La Paz se opunha nossa ocupação temporária Acre Meridional, pedindo ao Ministro Brasil que deixassemos General Pando subjugar de uma vez acreanos. Govêrno brasileiro respondeu terminantemente dia oito que não podia fazer desarmar nossos compatriotas acreanos atento proximidade tropas bolivianas nem concordar que estas penetrassem Acre Meridional durante negociações,, sobretudo depois de se saber que o que se queria era ir ali exercer vingança, idéia de desforra e castigo era inconveniente e impolítica. Com negociações que iniciou e estavam interrompidas, Brasil tinha por fim adquirir todo o Acre mediante compensações, não porque ligasse valor território, mas por ser brasileira tôda população. E' necessario acabar terminantemente desinteligências e complicações que entre Brasil e Bolívia já tinha ocasionado desde mil oitocentos e noventa e nove, revoltas dêsses brasileiros contra dominação boliviana. Em despacho telegráfico dezoito Março nosso Ministro Exterior encarregou legação brasileira explicar que pensamento principal govêrno brasileiro quando propunha passagem tropas sul paralelo dez graus vinte minutos, isto é, Acre Meridional, era evitar conflitos entre acreanos e bolivianos e manter

statu quo Acre Meridional durante negociações. Em dezenove Março telegrafava ao Ministro Brasil em La Paz: "Têm sido já suficientemente estudado assunto, peço solução no prazo quarenta e oito horas e dê-me aviso imediato da hora recebimento dêste despacho. Repita ao Sr. Villazon o que declarei no meu número vinte e três, isto é, que não podemos concordar em que General Pando se empenhe em subjugar acreanos quando o que procuramos precisamente, desde o princípio, é evitar conflito". Desnecessario é entrar assunto principal. Assinou vinte e um Março acôrdo que desejavamos, admitindo assim Bolívia que acreanos ficassem armas. Esse acôrdo importava numa suspensão de hostilidades assegurada pelo Brasil entre acreanos e bolivianos durante negociações. Nas instruções que vos foram expedidas catorze de Março declarei expressamente que autoridade governador aclamado acreanos se exercia ao sul do paralelo dez graus e vinte minutos, isto é, Acre Meridional e que convinha se mantivessem em armas durante essas negociações suplementares que vos foram expedidas a vinte e cinco de Março está também muito claro e expressamente declarado que autoridade governador aclamado pelos acreanos se exercia sul citado paralelo Acre Meridional e que acreanos deviam continuar armas. Essas instruções foram violadas pelo vosso procedimento e particularmente pelas resoluções que anunciastes na proclamação de treze Maio. Se houve revolta parte fôrças acreanas o que convinha fazer era procurar chamá-los à razão e à disciplina lembrando-lhes que seus adversários estavam ali perto, e até concorrer com Governador Acre Meridional para reprimir revolta. Consentir nela e até oferecer proteção indisciplinados e sediciosos era contribuir para que se modificasse a situação que ali havíamos encontrado. A declaração de que as fôrças federais são suficientes para manter ordem Acre Meridional mostra que infelizmente não compreendestes pensamento govêrno e as instruções recebidas. Em virtude acôrdo vinte e um Março as fôrças federais devem evacuar Acre Meridional e regressar para o norte dez graus vinte minutos findo curto prazo estipulado desarmando acreanos e devendo nossas fôrças voltar brevemente para o Norte ficariam êsses nossos compatriotas inermes e indefezos entregues tropas General Pando. Desejo Govêrno Boliviano ficaria satisfeito, mas as ordens do Govêrno Federal desatendidas. A consequência da vossa proclamação seria para o Brasil a

obrigação de entregar à Bolívia os brasileiros que até então sem a vossa intervenção combatiam vitoriosamente contra ela e também a de entregar a flotilha, armamentos, munições e tudo quanto pelo seu esforço êles haviam conquistado em ações de guerra. A nação brasileira não podia compreender que todos sacrificios feitos tinham por fim favorecer Bolívia contra acreanos brasileiros. O Govêrno Federal, salvando vossas intenções, deplora desacordos que se deram entre brasileiros diante de estrangeiros, não pode aprovar atos praticados contra suas anteriores instruções e determina que sejam repostas as coisas no estado anterior, restabelecida autoridade Governador aclamado pelos acreanos, chamados êstes às armas e restituída àquela autoridade tudo quanto foi apreendido e arrecadado por vossa ordem. Não sendo isso possivel vosso intermédio, deveis regressar Manaos, ai aguardando ordens, assumindo comando fôrças Acre Coronel Cunha Matos. Coronel Zenobio Comandante quarto artilharia deve também recolher-se Manaos, visto ser mais antigo que Coronel Cunha Matos. Saudações. Na ausência chefe, General Medeiros. Está conforme, 17 de Julho de 1903. Assinado: *Odilio Bacelar Randolpho de Melo*, Capitão Ajudante. Visto: Coronel H. Valadares”.

Daí a poucos dias, Plácido de Castro retorna às paragens do Acre revolucionário. Em vez de humilhado pelas inábeis hostilidades, que os intrígantes lograram sugerir ao General brasileiro contra a sua autoridade, o guerreiro vai reconhecido como o chefe de um estado considerado oficialmente em beligerância. Conforme atesta o primeiro decreto baixado pelo novo comandante das fôrças federais de ocupação:

“Govêrno Militar Interino do Acre Setentrional e Comando em Chefe das Fôrças de Ocupação. Quartel General na Praça da Emprêsa, 3 de Agosto de 1903.

DECRETO N.º 1

O Coronel Rafael Augusto da Cunha Matos, Governador Militar e Comandante em Chefe.

Considerando que o ato do seu ilustre antecessor, o General de Divisão Antonio Olimpio da Silveira, desarmando e licenciando as fôrças acreanas que sob o comando do Sr. Coronel Plácido de Castro ocupavam militarmente o

Território Meridional, foi anti-político, menos conveniente e inoportuno;

Considerando também que a apreensão de artigos bélicos, material flutuante e gêneros alimentícios pertencentes às mesmas Fôrças que os adquiriram com sacrifícios de preciosas vidas de centenas de valentes brasileiros tombados em mais de uma ação de combates travados em defesa do solo nacional, foi indevida;

Considerando finalmente que não podem nem devem continuar de pé as aludidas deliberações.

Resolve:

Chamar às armas as Fôrças dissolvidas que deverão se apresentar aos respectivos chefes. Restituir às mesmas Fôrças o que indevidamente foi apreendido e, finalmente, reconhecer e manter no Govêrno do Território Meridional do Acre e no Comando em Chefe das mesmas Fôrças Acreanas o Sr. Coronel Plácido de Castro.

Rafael Augusto da Cunha Matos
Coronel Governador.

Era a glória de Plácido de Castro. Ver seu exército novamente de pé, para fundar o alicerce das ultiores deliberações diplomáticas. E, mais uma vez, públicamente censurada a exorbitância do General Olímpio da Silveira.

* * *

Ao findar de Outubro, o Coronel Cunha Matos recebe ordens do General Luiz Antonio de Medeiros, para assumir o govêrno do Acre Setentrional. Mas tem como primeira e elevada preocupação cientificar do fato o Governador do Acre Meridional:

“Comando em Chefe das Fôrças de ocupação, Quartel General na Praça da Empresa, 5 de Novembro de 1903.

Ao Exm.^o Snr. Coronel José Plácido de Castro, D. Governador do Acre Meridional,

Cientifico a V. Exa. que em seu ofício sob n.^o 94 de 24 de Setembro último, o Snr. General de Brigada Luiz Antonio de Medeiros, Comandante do 1.^o Distrito Militar,

comunicou-me haver sido nomeado Governador do Acre Setentrional, ficando eu servindo de seu Delegado e Comandante em Chefe das Fôrças, com plena autoridade para deliberar. Ainda o mesmo Sr. General deu-me ordem para, na primeira oportunidade, fazer recolher a Manáos os batalhões 4.º de Artilharia e 27.º de infantaria.

Saude e Fraternidade

Coronel Rafael Augusto da Cunha Matos
Comandante em Chefe.

Plácido de Castro vive em plena harmonia de vistas com o Coronel Cunha Matos. No mais perfeito entendimento — diga-se mesmo: em visível camaradagem — aguardam o desenrolar dos acontecimentos diplomáticos na capital do país. Mas o guerreiro da libertação está sempre vigilante. Não só em relação aos bolivianos, como agora também em face dos peruanos, cujos movimentos inquietam o General Medeiros, conforme certo trecho de uma sua carta confidencial, em têrmos muito íntimos:

“... Pelas notícias que receberá de sucessos na boca do *Chandless* verá que talvez tenhamos *turumbamba* feio lá pelo Purús e que os seus preciosos serviços poderão então ser de toda a eficácia.

Nada de alterar uma linha aí, para que o Govêrno não tenha o menor embaraço. Ontem houve a última conferência sôbre o Acre e creio que se decidirá, pois o Pinilla, nomeado Ministro do Exterior da Bolívia, já embarcou e recebeu banquete do Rio Branco.

Concorra no que puder para que haja calma no Chandless e não se precipitem os acontecimentos, o que pode tudo prejudicar. Escrevo ao Coronel Siqueira, dando-lhe instruções.....”

De fato, Plácido de Castro não cochila um instante na missão de guardar a terra que pertence ao Brasil. E' o que se vê nesta carta a um amigo, proprietário de prestígio no Alto-Purús, antes mesmo de ser advertido pelo General Medeiros:

“Emprêsa, 7 de Novembro de 1903.

Exm.^o Sr. Coronel José Ferreira de Araujo.

Liberdade — Alto Purús.

Acabo de ter conhecimento por intermédio dos srs. José Jorge Rangel e Emilio Tavares de Gouvêa Barreto, da conduta que tivestes com os peruanos invasores dêsse pedaço de território pátrio.

Penso que a vossa conduta foi a que se impunha pelos fatos. Julgo, porém, que enquanto não estiver resolvido êsse problema deveis usar de tôda a precaução possível, concentrar tôda a fôrça de que possais dispor no ponto que julgardes mais estratégico e conservar piquetes avançados, pelo menos suficientes para obstar qualquer surprêsa. Deveis fazer prender incontinenti todo peruano capaz de dirigir uma ação militar ou de prestígio capaz de arregimentar outros para êsse fim. Nenhuma das minhas lanchas se acha aqui, de sorte que sòmente em Dezembro vos poderei ser útil em caso de precisar o emprêgo da fôrça.

Deveis fazer um rateio com os vizinhos no sentido de fornecerem as mercadorias para a fôrça do vosso comando, de forma que o serviço de abastecimento seja mantido, pelo menos, até Dezembro, e eu vos ajudarei pecuniariamente, também.

O que convem, sobretudo, é manter a todo o tranze a posição que assumistes e tão depressa permitam-me as circunstâncias, lá irei pessoalmente.

Nesta data forneço ao Sr. José Jorge Rangel alguns recursos para ir até Manáos.

De V. Sa. Am^o e obrg^o.

Plácido de Castro.

Em fins de Novembro, Plácido de Castro recebe do General Medeiros uma outra carta, também confidencial, que lhe traz informes da mais relevante importância:

Confidencial

Comando do 1.^o Distrito Militar.

Manáos, 12 de Novembro de 1903.

Sr. Coronel José Plácido de Castro, Chefe das fôrças acreanas:

Recebi ontem do Sr. Ministro das Relações Exteriores comunicação muito reservada de que por êstes dois ou três

dias será assinado no Rio de Janeiro o tratado com a Bolívia, ficando dentro dos limites do Brasil todo o Acre e, a oeste dêste rio, todo o território ao norte do paralelo de onze graus até a fronteira com o Perú.

Diz o mesmo Sr. Ministro que o Govêrno guarda sôbre isso a mais completa reserva, talvez até princípios de Dezembro, até que o tratado seja submetido ao Congresso Boliviano, recomendando-me que do conteúdo do seu telegrama somente a vós e ao Coronel Cunha Matos podia dar conhecimento.

Aproveito, pois, a oportunidade para congratular-me convosco pela terminação do litígio, reservando para mais tarde as felicitações a que tendes direito pela parte ativa que tomastes nessa luta:

Saúde e fraternidade

Com estima e consideração
Patr. e Ador.

Gal. L. A. de Medeiros.

Realmente, as negociações de Rio Branco sucediam-se com evidente rapidez.

A 23 de Julho, em Petrópolis, o Dr. Fernando Guachala, Ministro plenipotenciário da Bolívia acreditado junto ao govêrno do Rio de Janeiro, recebia das mãos do Barão do Rio Branco o projeto inicial brasileiro. E já vinte e um dias após, na tarde de 13 de Agosto, a representação boliviana apresentava sua contra-proposta, cuja essência traduzia amigáveis disposições de encaminhar definitivamente o estabelecimento de um acôrdo.

No dia 17 de Novembro dêsse mesmo ano de 1903, um importante tratado internacional — o chamado Tratado de Petrópolis — punha têrmo às lutas que só se extinguiram graças à bravura dos acreanos e ao espírito guerreiro de Plácido de Castro. Assinaram-no, por parte do Brasil, o Barão do Rio Branco e o Ministro J. F. de Assis Brasil; da parte da Bolívia, os Ministros Plenipotenciários Fernando Guachala e Claudio Pinilla.

Instrumento de excepcional alcance diplomático, que fez acima de tudo mais a glória do chanceler brasileiro,

o tratado de 17 de Novembro de 1903 estabelecida em bases rígidas, para sempre, os limites entre os dois países sulamericanos, mediante compensações recíprocas de alta finalidade comercial. Para a Bolívia, além de certas concessões territoriais, o compromisso a que se obrigava o Brasil, de construir uma estrada de ferro que ligasse “Santo Antonio”, no Madeira, a “Guajará Mirim”, no Mamoré, com tôdas as facilidades aduaneiras que já haviam sido firmadas em tratados anteriores. E mais uma indenização de dois milhões de libras esterlinas, com que contrabalançar a área que fôra reivindicada pelas falanges libertadoras de Plácido de Castro.

E para o Brasil? Quem o responde é o próprio Chanceler que endossou a campanha dos legionários acreanos: “Pelo presente tratado o Brasil incorpora ao seu patrimônio um território mais extenso que o de qualquer dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Espírito-Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, território que produz renda anual superior à de mais de metade dos vinte Estados da nossa União”. A despeito dessa riqueza, apressa-se o Chanceler em explicar que “não foram, porém, vantagens de qualquer ordem o móvel que nos inspirou. Desde muito que se conheciam as riquezas do Acre, que eram os nossos compatriotas os únicos a explorar; entretanto o govêrno persistia em considerar boliviano aquêle território e dar à Bolívia as possíveis facilidades para o utilizar”. Outro motivo, muito mais digno, o compeliu a negociar a incorporação do território que Plácido de Castro tornara independente — o mesmo motivo que armara a mão do guerreiro: “Foi preciso que a segurança dêsse continente fosse ameaçada pela tentativa de introdução do sistema perturbador das *chartered companies* para que se produzisse a nossa ação em busca dos resultados agora obtidos”.

O Tratado de Petrópolis denuncia, acima de tudo, uma verdade — o diplomata compreendeu o guerreiro. Talvez porque, no fundo, ambos tivessem a alma impregnada do mesmo sentimento de repulsa ao imperialismo.

* * *

Dois milhões de libras. Mais precisamente — dois milhões e cento e catorze mil libras, incluindo as presenteadas aos senhores do “Bolivian Syndicate”. Mas, que eram êsses trinta e tantos mil contos para o Brasil, se o Acre, sozinho, rendia às alfândegas de Manáos e Belém mais de dois mil contos anuais? E se com êles se reconquistava a terra que os acreanos fecundavam com o suor do seu trabalho de titãs? Se tudo indicava que, acabada a guerra, as cifras da produção gomífera se multiplicariam progressivamente?

XXX

Suprema injúria

Ao começar o ano de 1904, novo ritmo de vida palpita naquela selva imensa, que fumegara durante centenas de dias para salvar a América do Sul de uma invasão.

O Acre é agora um território legalmente integrado na Federação brasileira.

Cada legionário já deixou esfriar-se a bôca do seu rifle, e tornou à embocadura da “estrada” que palmilha todos os dias, na faina da extração. O prodigioso

latex voltará a escorrer das brechas que a machadinha abre, para se coagular nas “peles” que vão abarrotar os “gaiolas” que descem rumo a Manáos. Uma nova fase de trabalho que, ao cabo dêsse mesmo ano, acusará na balança da exportação nacional o pêso de mais de setenta mil contos.

Um sôpro de confiança reanima os sobreviventes da campanha que lhes consolidou a posse do solo onde goteja o seu suor cotidiano. Porque o Acre está libertado. Salvo das garras ameaçadoras do “Bolivian Syndicate”. E o seu libertador também está ali, cheio de glória, abençoado pela nação inteira, aguardando apenas que o poder central decida sôbre a organização definitiva do novo território incorporado.

Plácido de Castro continua, enquanto isso, a ser o Governador do Acre Meridional. É na função, entretém as mais cordiais relações com o comandante atual das fôrças federais de ocupação. Suas autoridades não se chocam. Ao contrário, ajustam-se magnificamente. Como que se completam. Mais do que simples codirigentes, são hoje verdadeiros amigos, a ponto de poder o sereno militar, sucessor do ríspido General Olimpio da Silveira, usar as expressões delicadíssimas que pôs no seu ofício de despedida, ao deixar o Acre por motivo de doença:

“N. 580.

Quartel General do Comando em Chefe das Fôrças de Ocupação e Delegacia do Govêrno Militar do Acre Setentrional.

Emprêsa, 3 de Fevereiro de 1904.

Exmo. Sr. Coronel José Plácido de Castro, Digno Governador do Acre Meridional.

Tenho a honra de comunicar a V. Exa. que havendo-se agravado os meus incômodos de saúde, e não podendo por isso continuar à testa das fôrças de ocupação dêste território, passo o comando das mesmas fôrças ao Sr. Te-

nente-Coronel Febronio de Brito, comandante do 15.º Batalhão de Infantaria. Desnecessário será afirmar que ao retirar-me bem a contra-gôsto para Manáos, espero que V. Exa. me dispensará das faltas que por ventura houvesse eu cometido durante a minha modesta administração, quando nada em atenção aos ardentes desejos que sempre alimentei de manter com o intrépido chefe acreano as mais cordiais relações de amizade, consideração e respeito; não sendo menos certo que não só do mesmo ilustre chefe como também dos seus bravos comandados, levo as mais saudosas e gratas recordações.

Saúde e fraternidade.

Coronel Rafael Augusto da Cunha Matos.

Comandante em Chefe.

E também o seu substituto, ao invés de pautar a sua atitude pelo azedume do ilustre General da Expedição de 1903, assume o govêrno levando uma evidente simpatia em relação ao chefe da campanha libertadora contra o "Bolivian Syndicate":

N. 587

Delegacia do Govêrno Militar do Acre Setentrional e Comando em Chefe das Fôrças de Ocupação. Quartel-General na Emprêsa, 5 de Fevereiro, 1904.

Ao Sr. Coronel José Plácido de Castro, Comandante em Chefe das Fôrças revolucionárias do Acre Meridional.

Havendo-se retirado para Manaos, por motivo de sua precária saúde, o Sr. Coronel Rafael Augusto da Cunha Matos, passou-me em 3 do corrente os cargos da autoridade que aqui exercia.

Cumprindo o dever de comunicar-vos que me acho na investidura, pelo império das circunstâncias, dos cargos aludidos, tenho satisfação em declarar-vos que êste comando nutre a melhor disposição no sentido de cumprir e bem interpretar tôdas as ordens do govêrno, no que se relaciona com a matéria que determina a ocupação militar dêste território.

Significo-vos os meus protestos de estima e consideração.

Febronio de Brito,
Tenente-Coronel.

* * *

Nos últimos dias de Março, Plácido de Castro já se encontra em Manáos. Está em trânsito para o Rio de Janeiro, onde prestará contas de sua atuação na campanha, ao chanceler Barão do Rio Branco. É o seu embarque aureola-se de estrepitosas homenagens do governo e da população. Sem falar da glória de ser recebido na capital amazonense com as honras militares, que o exército lhe prestou sob o comando do General Henrique Valadares.

Parte, confortadíssimo.

A 6 de Abril, em Belém do Pará, outra apoteose popular o aguarda, além das demonstrações de entusiasmo patriótico que lhe trazem os telegramas do Congresso Nacional, do Ministro do Exterior e do próprio Presidente Rodrigues Alves. Apoteose que se irá desdobrar em cada pôrto onde chegar, a cujo cais ou ribanceira estará infalivelmente postada uma densa massa humana, encabeçada pelas autoridades e pelos representantes das classes armadas de terra e mar.

Por tôda parte, a consagração. O prêmio que lhe tributa a Pátria agradecida.

Plácido de Castro pricipia a ter consciência de quanto valeram seus sacrifícios. Longos e longos meses de renúncia, tiritando ao frio dos acessos da febre invencível, às vezes carregado em rede pela floresta a dentro, para não perder um minuto de marcha, que pudesse custar um avanço do inimigo ou o descoroçoamento da sua tropa. Extenuantes noites de vigília, escrevendo planos, traçando esquemas de combate, redigindo as cartas de instrução ou de negócios da campanha, que somaram quase duas mil páginas nos seus copiadores. E como lhe custara transformar, no espaço de um ano, um primitivo rebanho de homens incultos e indisciplinados no verdadeiro exército de mil e quinhentos guerrilheiros em que afinal se havia convertido. Levar a cabo uma guer-

ra de envergadura contra tropas regulares de um exército instruído por técnicos militares dos estados-maiores europeus. Ter de enfrentar situações arriscadíssimas, sem dispor de largos recursos bélicos, lutando mesmo contra os horrores da fome e da sede. Caminhando dias através de florestas impérvias, para um lado, para outro, até chegar à possibilidade de elaborar uma carta geográfica do Acre, onde se desenhavam todos os furos e varadouros em que circulava o sôpro da revolução. De simples canoas e batelões dos primeiros dias, pudera ao têrmino da arrojada campanha, manobrar uma pequena flotilha em cujos barcos a tropa da libertação se deslocava nos momentos de grandes transferências estratégicas. E o trabalho sôbre-humano — talvez maior que o da guerra — de conter os ímpetos fascinadores, a cupidez, a licenciosidade selvagem de determinados cabecilhas, como Alexandrino José da Silva, que as circunstâncias do momento impunham aceitar nas fileiras da rebelião?

Quanto desespero sopitado. Quanta renúncia, em holocausto à Pátria ameaçada. Ao cabo, porém, quanto consôlo para o cruciante sacrifício.

Agora, nesse dia 23 de Abril, prepara-se para êle a suprema consagração, quando o vapor "Maranhão" se aproxima da entrada da baía de Guanabara, e os seus olhos distinguem, fora da barra, a divisão naval que, sob o comando pessoal do Ministro da Marinha, comboiará o seu paquete até a beira do Cais Pharoux. Aí está, à frente da massa que o ovaciona, o representante do Presidente da República. Todos os Ministros de Estado. Comissões do Senado e da Câmara. O Presidente da Associação Comercial, como expressão da solidariedade das classes conservadoras. A imprensa. Estudantes de tôdas as escolas. Representantes das corporações militares. E o próprio Barão do Rio Branco, que será o primeiro a apertar entre as suas a mão do campeador

cuja bravura cimentara os alicerces do Tratado de Petrópolis.

Os brados de exaltação ressoam sôbre a Praça 15 de Novembro, sem um segundo de interrupção. E, por entre a tropa formada para as honras militares, o cortejo movimentava-se lentamente, vencendo a multidão entusiasmada, em direção ao Hotel dos Estrangeiros, onde vai ser oficialmente hospedado o herói que a Pátria acaba de receber com as honras de Chefe de Estado.

* * *

Decorrem dois ou três meses.

Plácido de Castro volta ao Rio de Janeiro, após uma viagem ao Rio Grande do Sul e às capitais do Prata. Da terra natal, traz o conforto de haver consolado com sua presença a mãe cuja velhice honrada vivera minuto por minuto as inquietações da campanha do filho embrenhado nas selvas amazônicas. Traz também, no dedo anular, uma aliança com que selou o compromisso de desposar uma prima de quem se enamorara durante a curta permanência.

Em suas diretrizes, talvez não pesem agora os entusiasmos da vida guerreira. A glória já lhe deixou o ânimo livre para pensar na realidade do seu futuro pessoal. A carteira de cigarro cuja marca se anuncia pela sua efígie gravada em côr, os modelos de colarinho que se expõem com seu nome nas vitrinas das lojas, as odes que as revistas e os jornais estampam de vez em quando, a lembrança dos banquetes em sua homenagem, do próprio baile na residência do então General Rafael Augusto da Cunha Matos — tudo isso êle guardará ciosamente na memória.

Mas precisa pensar na vida prática.

Plácido decidiu tornar ao Acre. Desta vez, inflexivelmente deliberado a fazê-lo em busca da fortuna. Irá

integrar-se na indústria extrativa, cujas perspectivas de valorização progressiva vão tomando proporções de empresa fabulosa. Três ou quatro anos de trabalho pacífico e devotado, um pouco mais de paciência para suportar as agruras do meio que, aliás, se lhe tornava aos poucos familiar, e terá conquistado sólidamente sua independência econômica, permitindo-se então o direito de regresso definitivo às plagas onde deixou plantada a semente do seu futuro lar. Confiança em si e convicção de sua própria capacidade — não lhe faltam. Sobram. Ainda não inteirou os trinta e um anos, mas o amadurecimento do seu espírito assegura-lhe uma experiência da vida e dos homens, que só se alcança aos sessenta. O único problema que o inquieta é o de sua saúde. Mas esta, com a viagem e os recursos médicos que lhe foram indicados, prenuncia-se em via de perfeita consolidação.

Voltar ao Acre, fazer uma pequena fortuna — eis tudo que o absorve à véspera da partida, enquanto arruma as malas, cheio de animação. Tornar ao Acre Pacificado, reconquistado por sua inteligência guerreira — eis o pensamento que lhe há de encher o espírito nesse dia quando o criado do Hotel lhe anuncia a presença de uma visita na sala de espera. Um oficial em uniforme vistoso e cheio de alamares.

O visitante acolhe o aparecimento de Plácido de Castro com um sorriso de espontânea simpatia. Conversa animadamente. E, em poucos minutos, entra no assunto que constitui o móvel de sua missão. Fôra encarregado pelo Presidente da República de comunicar ao libertador acreano que, em recompensa aos seus grandes serviços prestados à Pátria, ia ser nomeado Coronel... da Guarda Nacional.

Pela consciência do caudilho orgulhoso passa, num segundo, tôda a significação caricatural a que se reduzi-

ra, naquela época, a prodigalidade com que se distribuíam as patentes da instituição criada pelo Regente Feijó.

Imperturbável, porém, dominando tôda a revolta que o invadia, Plácido de Castro responde serenamente ao emissário do Chefe da Nação:

— Diga ao Dr. Rodrigues Alves que muito agradeço a sua bondade. Mas que não tenho direito à honra com que me quer distinguir.

O oficial como que vai dizer-lhe o protesto de cortesia, que a modéstia do guerreiro lhe sugere. Mas êste acrescenta, sem o deixar falar:

— Diga-lhe que os postos da Guarda Nacional são privativos dos cabos eleitorais e não lhes quero disputar o privilégio. Fizemos a revolução por contra própria. Não temos direito a recompensa...

Depois da suprema consagração — a “suprema injúria”, como êle próprio a qualificaria, ao relatar o caso a seu irmão Genesco de Castro (1).

XXXI

Um novo senhor de terras

Poucas milhas acima da “Volta da Emprêsa” — onde a legião libertadora sofrera o “batismo de sangue” com as fôrças do Coronel Rojas — estende-se sôbre um trecho da margem direita do rio Acre o seringal de Plácido de Castro (1).

(1) — Genesco de Castro — “J. Plácido de Castro e o Estado Independente do Acre”.

(1) — Os elementos utilizados na composição dêste capítulo foram todos colhidos no arquivo de J. Ferreira Sobrinho, que os completou em conversa, com preciosos depoimentos verbais.

Chama-se “Capatará”. Adquiriu-o legalmente, a crédito, de um espólio que fôra adjudicado a um firma de Belém, e ao preço de cento e vinte contos de réis, pagáveis a longo prazo. Não era, então, um seringal florescente, em plena produção da riqueza gomífera. Reduzia-se a uma faixa de terra desprezada, com as “estradas” de borracha invadidas pela pujante proliferação dos cipoais, em franca decadência extrativa, desprestigiada junto aos “fregueses”, sem conceito no cadastro das firmas “aviadoras” de Manáos e Belém. Rebotelho de uma propriedade em litígio, a consumir-se entre as querelas de herdeiros e vizinhos, não escapara à sorte final que lógicamente havia de esperá-la: a adjudicação ao credor principal do antigo dono, de quem Plácido acabara por comprá-lo, para espanto dos que o viam aventurar-se a tão pouco promissora emprêsa.

A transmissão do feudo abandonado é rápida.

Em poucos meses, principia a erguer-se ali uma organização extrativa diferente das que se modelavam pela rotina regional. Cada dia é um novo “freguez” que se incorpora à sua lista de produção, conquistado apenas pela atmosfera de inflexível seriedade que norteia as transações de patrão e seringueiro. A borracha que vem chegando é pesada em balanças exatíssimas, avaliada na sua qualidade com a mais rigorosa preocupação de lisura. Em vez do simples fanatismo de ganhar o máximo, domina o ex-chefe da revolução — hoje gerente e sócio principal da firma P. Braga & Cia. — o espírito progressista, a ânsia de imprimir um ritmo novo à indústria que absorve tôda a vida da região.

A confiança dos “freguezes” aumenta de dia em dia. Como não há de ser assim, se êsse homem de barba andó, que dirige pessoalmente a vida do seringal, é o mesmo que ainda meses antes os comandara pela selva a dentro, impondo-se como um símbolo de honestidade ?

Mas não só os seringueiros se vão entregando de olhos fechados ao novo “patrão”. Também as mais importantes firmas “aviadoras” das capitais do Amazonas e do Pará lhe abrem incondicionalmente os limites do crédito, como a sólida firma B. Antunes & Cia. que, espontaneamente, lhe oferece um crédito de seiscentos contos de réis.

“Capatará” transmuda-se com uma velocidade vertiginosa.

Só não muda, nas relações de “patrão” a “freguez”, o espírito ditatorial do novo senhor. O caudilho continua a impor sua autoridade e seus pontos de vista. A inatacável lisura de sua maneira de negociar, cobra-a êle ao preço da absoluta submissão aos seus princípios de rígida disciplina. Diferente dos “patrões” peculiares à região — que punem o servo que ouse plantar duas quadras de milho, e, com isso, restrinja as compras de gêneros no barracão senhorial — o tirano de “Capatará” lhes impõe, nas horas de folga da extração, o cultivo de pequenas lavouras de fácil produção. E na faina gomeira, exige o máximo de trabalho, pontualidade e senso de economia. Sem falar do comportamento, que tem de ser exemplar, impecável, isento de qualquer desvio que deixe lembrar o espírito de façanha e banditismo contra o qual teve de lutar, quando da organização do seu exército. A conduta tem de ser impecável, como se estivessem às vésperas de um combate contra forças invasoras do território.

Plácido de Castro pauta a linha de sua existência pela mais inflexível temperança. Abomina o álcool. Considera o jôgo um vício degradante. O fumo parece-lhe apenas inútil e pouco aseado. Pois os seus homens têm proibição de beber, pelo menos ostensivamente. O jôgo inscreve-se em seu cadastro de infrações como sumário motivo de afastamento do seringueiro. E aos abusos do

tabaco, dedica de vez em quando alguma prédica mais branda, aos domingos pela manhã, à hora dos aviamentos, instante por êle sempre escolhido para suas palestras de propaganda da vida sóbria. Que também não chafurdem nos desvaios da gula — recomenda-lhe o “patrão” de hábitos frugais, cujo único excesso se reduzia à eventual sofreguidão com que, às vezes, devorava uma lata de quilo de goiabada. E que por isso, aliás, era tão liberal para com os “freguezes” amigos da goiabada — companheiros do mesmo fraco gastronômico.

O senhor do “Capatará” impõe aos seus seringueiros um regime de trabalho intensivo. Não se permite a si próprio, igualmente, um momento de repouso. Desdobra-se em atividades múltiplas através do dia inteiro, indiferente à inclemência do clima, despercebido dos passageiros surtos febris com que o velho impaludismo o assalta vez por outra. Trabalhar — é a idéia que o empolga — trabalhar incessantemente, como se ainda estivesse em plena púgna contra o “Bolivian Syndicate”. Porque, hoje, é a fortuna que o preocupa. Só a ânsia de enriquecer enche o horizonte do seu futuro imediato. Dia a dia mais apaixonadamente, à medida que seus domínios se alargam em fabulosos latifúndios circunvizinhos, que vai incorporando à propriedade inicial. Abrindo novas “estradas” de seringa. Atraindo novos “freguezes”. Furando vias de comunicação. Alastrando o seu domínio pessoal. E, acima de tudo, revolucionando os métodos de trabalho, como jamais os acreanos haviam sonhado.

Movimenta-se e age, de sol a sol. E logo que a faina se interrompe — depois da frugalíssima refeição do anoitecer — o solitário Plácido de Castro ainda se permite o grande deleite espiritual da sua vida. Então, à luz amarelada do lampeão de querozene, se afunda nas suas leituras filosóficas. Kant, Spencer, Schopenhauer

— são seus pensadores prediletos. Na biologia, cujo estudo também o seduz, Bichat é quem fala mais simpàticamente ao seu paladar científico, e por isso o cita com certa frequência em cartas a amigos. De outras feitas, a vigília é preenchida na revisão dos conhecimentos matemáticos. Ou no ajustamento de retoques à carta geográfica do território do Acre, que elaborara para servir aos movimentos da campanha de 1902. E de mês em mês, a correspondência epistolar mais íntima. Longas cartas de amor à noiva que o espera nos pagos sulinos. E à velha mãezinha que anseia por vê-lo definitivamente livre da obsessão de viver exilado em tão remotas paragens.

* * *

Naquela manhã domingueira, fêz-se um movimento de interrogação coletiva entre o pessoal que se aglomerava em tórno do barracão. Misto de espanto e curiosidade.

Há quem chegue a ter funestos presentimentos, vendo o corcel do caudilho embrenhar-se a trote rápido pelo varadouro de “Capatará”. Talvez uma notícia alarmante de que, nas proximidades da fronteira onde o rio Abunã separa os dois países, tenha havido algum movimento de tropa. Todos se interrogam e aventam suposições. Mas ninguém é capaz de se responder a si mesmo, satisfatoriamente. O fato era que Plácido partira muito cedo, acompanhado de uma pequena bagagem que indicava, de modo indiscutível, que sua viagem se dilataria por uns poucos dias. Os mais belicosos já antegozam a aventura de novas peripécias guerreiras, a correr de um lado para outro dentro da selva apavorante. E põem-se a alardear destemor e sêde de bravatas, para impres-

sionar a seringueirada mais sensata, que só arde pelo desejo de ganhar o dinheiro com que comprar o direito de fugir para sempre daquele deserto verde. Outros limitam-se a admitir que o patrão se vá em busca de alguma aventura de amor — um derivativo para a contemplação prolongada a que o obriga semelhante sistema de vida, numa terra exclusivamente povoada de varões (2).

Enquanto debatem hipóteses, o alazão do campeador troteia pelo varadouro adiante, já próximo do rio Iquiri. Bem que êle se há de lembrar do entusiasmo com que, no feriado de 15 de Novembro de 1902, passara em revista as suas tropas ali acampadas, desde a vitória da “Volta da Emprêsa”. Centenas de homens valentes, a cuja frente marchara contra um poderoso contingente boliviano. E as léguas vão passando. Depois é “Gavião”. “Gavião” — onde mantinha sempre os seus piquetes de reconhecimento. De onde justamente lhe viera, certa noite, a notícia de que o Coronel Rojas caminhava pelo varadouro, guiado por Antonio “Português”, à testa de uma coluna de soldados bem armados.

Ao amanhecer do dia seguinte, Plácido de Castro prossegue na cavalgada que ninguém imagina onde vai parar. Está bem perto a ponte de madeira tosca que se estende sôbre o rio Rapiirã. Dali para a frente, não é mais Brasil, pelos dados estabelecidos no Tratado de Petrópolis. Para diante, já são terras da Bolívia.

Mas Plácido continua.

Agora, seus olhos avistam as águas velozes do rio Abunã, com sua ponte de cem metros que conduz ao povoado de “Santa Rosa”. Depois, outra vez, um mundo de matas onde o varadouro rasga um quase insignifican-

(2) — E’ curioso notar a ausência de qualquer nome de mulher na vida de Plácido de Castro, se abstrairmos o noivado contraído com uma prima a cujo lado só passou uma semana, em 1904, quando viajou até o Rio Grande do Sul.

te espaço iluminado. A cavalgada não pára. O “Corichon-Vial” ficou para trás. Onde vai o cavaleiro silencioso, que nunca fala quando tem de agir? Essa ponte êle também destruiu, ao ser obrigado a retirar-se depois da vitória de “Costa Rica”. Hoje, porém, ela está reposta, sòlidamente reconstruída, capaz de suportar a carga do alazão que o leva em direção às margens do rio Orton. Sim, àquela margem esquerda, em “Gironda”, tivera sua barraca de comando no assédio de “Porto Rico”. Ali suportara com seus legionários a tortura da fome. A inquietação das intrigas com os elementos da Expedição do General Olímpio. Mas, também ali, manobrava todos os golpes que culminaram no cêrco das tropas do General Pando, em Abril de 1903.

Mais um pouco, e divisa lá do outro lado do Orton o casario alegre de “Palestina” — que fôra durante quatro anos a sede do arsenal de guerra e do quartel-general das fôrças bolivianas de refôrço. “São Roque”. “Vitória”. “Humaitá”. “Vila Nova”. E continua. Plácido de Castro já está em pleno coração do “Território de Colônias”, no Departamento do Beni. No âmago da selva boliviana, que êle vai vencendo até o ponto em que o varadouro finda, à beira do rio Madre de Dios, em frente à barraca “Maravilha”.

Daí para baixo, o caudilho deslizará sôbre as águas caudalosas dêsse rio orlado de espessas matas, que vem lá de muito longe — dos nevados cumes da Cordilheira Oriental de Vilcanota — para uma torrente de meio milhão de metros de extensão. A caudal dêsse manadeiro do Beni traz à memória do antigo frequentador de bibliotecas a “Viaje por el Madre de Dios” (3). O livro

(3) — O material destas cenas foi composto à custa das informações do historiador J. Ferreira Sobrinho, baseadas em depoimento do próprio Plácido de Castro, por volta de 1907, ao descrever detalhadamente numa roda de amigos o estado dalma que o acompanhou durante a viagem.

em que o Padre Armentia contava suas explorações em 1880, e que tanto o impressionara quando se pusera a estudar as origens da navegação do Rio Acre.

Mas, afinal, que destino busca êsse viajor, através de um rio que a cada curva mais se aprofunda nos recessos da floresta boliviana? Que procura na longa arremetida solitária de dezenas de léguas?

Vai com destino a Riberalta.

E que pretende, ao dirigir-se rumo à própria capital do "Território de Colônias" que a sua espada mutilou?

Responda-o o irmão do campeador, nessa página que tanto tem de glorificadora para a história de Plácido de Castro, como de nobilitante para o caráter do grande povo boliviano, que lhe ergueu a "maior apoteose da sua vida pública":

"Plácido foi a Riberalta a negócio, tratar da legalização das terras de que se havia apossado em território boliviano.

"O Chefe da Revolução Acreana tinha a convicção de que não seria hostilizado pelos seus inimigos da véspera, mas não podia esperar que aquêle povo heróico tivesse a grandeza dalma que revelou, não podia prever que no país que êle tanto prejudicara fosse mais bem acolhido do que pela Pátria que êle havia dilatado, enriquecido, à custa do país em que se encontrava.

"Plácido foi recebido em Riberalta com as maiores demonstrações de carinho que pode um povo externar. E Dom Nicolas Suarez, o grande patriota boliviano que organizou e manteve as fôrças irregulares que defenderam o Orton, cujas propriedades "Santa Rosa" e "Costa Rica" haviam sido transformadas em praças de guerra, e atacadas e incendiadas por Plácido, em violentos combates; e Dom Nicolas Suarez, repito, a maior figura de patriota e o maior proprietário da Bolívia, foi quem incarnou todos os grandes pendores da sua nacionalidade para, à frente da sociedade riberaltense, agradecer ao inimigo da véspera, em nome do seu país, a fidalguia com que tratara os seus compatriotas bolivianos prisioneiros de guerra.

“Dom Nicolas, liderando a manifestação de carinho que o povo de Riberalta fêz a Plácido elevou o seu país, a sua Pátria, acima do conceito que geralmente o mundo faz das repúblicas sulamericanas”. (4)

XXXII

Latifúndios que crescem

O simples regresso do patrão, oito dias após, não satisfaz de todo as dúvidas da seringueirada. Ele torna a “Capatará” com a mesma fisionomia serena da manhã em que se intrometera pelo varadouro que leva a terras da Bolívia. Silencioso, reservado, sem um gesto capaz de alimentar a suspeita de um recrudescimento da campanha.

Por onde andara o senhor do “Capatará”? — continuavam a interrogar-se os seringueiros intrigados.

Longos e longos dias, a pergunta ansiosa continuaria a pairar no espaço, sem resposta. Mesmo quando se iniciaram os intensivos trabalhos de desbaste do tosco varadouro. Agora, o patrão deseja-o bem alargado. Com os pontilhões reforçados e sólidos, como se estivessem a prepará-los para a passagem de um exército. Para que? — se os ânimos dos que disputavam o Acre já serenaram, há mais de dois anos. Ninguém adivinha o intento do patrão, visto como não sabem que, agora, seus domínios se alargaram desmedidamente, à custa da incorporação dos latifúndios que os inimigos da véspera acabam de conceder-lhe, por posse legitimíssima: uma colossal extensão de terras devolutas, que tornavam dilatadas de cem quilômetros de fundos os limites do “Capatará”, e em

(4) — Genesco de Castro — *opus cit.*

cujo coração se encerra um surpreendente oasis de campos naturais, escondidos no deserto das selvas de seringueiras.

Só muito depois, só depois de longas semanas de impetuoso trabalho de terçados e picaretas, os seringueiros compreenderam o fim a que se destinava o novo varadouro. E tiveram quase a impressão de que ia revolucionar-se o sistema de vida acreana, nos domínios dos jovem senhor.

Por ali, como por tôda a selva do Alto Amazonas, não se comia carne de gado. Um boi que viesse de Manáos, numa arrastada viagem sôbre o convês dos "gaiolas", chegava ao Acre por um conto de réis. E vinha exausto, descarnado, tal como os poucos que podiam ser trazidos por terra, da Bolívia, através de penosa caminhada que os alagadiços e os cipoais tornavam um sacrifício. Custava um conto de réis, e ainda trazia reduzidas probabilidades de chegar.

Agora, pelo varadouro que rompe a floresta desde a margem do Acre às ribanceiras do Madre de Dios, correrão imensas manadas de bois, cevados nas pujantes pastagens que se alastram nas fazendas de "Maravilha". As boiadas caminharão, lentamente, ao longo da nova artéria que vai conjugar as fontes de vida de duas regiões opulentas, que podem suprir suas necessidades recíprocas. E, atravessando as verdejantes savanas que em Riberalta o caudilho viera de legitimar como suas, poderão refazer-se passo a passo da fadiga, já não mais capaz de consumir-lhes as gordas carnes. Nesses campos naturais, que as rezes cruzarão como em passeio, a brisa suavíssima que os ondula, os regatos de águas potáveis que os irrigam, tudo criará para as boiadas um clima semelhante ao das campinas do Sul, onde o caudilho nascera.

A marcha dessas boiadas, porém, era para o Acre uma revolução.

O agrimensor que já marcara as lîndes de vários latifúndios, o guerreiro que disciplinara um exército de seringueiros incultos, o político que estabelecera os fundamentos de um tratado de limites internacionais, o cartógrafo que levantara a mais detalhada planta da região — era também o homem de visão ampla e avançada, que se dispunha a resolver um grave problema de higiene pública.

No Acre, pela primeira vez, vai-se comer carne verde. Beber leite fresco. Lambusar bolachas, com manteiga fresca. A “Capatará” chegarão, daí por diante, uma semana ou outra, as gordas boiadas com que Plácido de Castro assegurará aos acreanos uma alimentação sadia. E barata, pois cada cabeça — em vez de um conto — não custará mais de quatrocentos mil réis.

Quatrocentos mil réis em vez de um conto, e ainda assim um preço que deixava ao senhor da empresa lucro fabuloso. Sem falar do que lhe advinha da circunstância de servir também o varadouro, de tempos em tempos, à passagem de avantajadas tropas de muares, que são os “comboios” da terra acreana. As alimárias veem de remotos sertões do nordeste, em viagens que duram meses e acabam por elevar-lhes o preço a mais de novecentos mil réis. E ao chegar, ainda têm geralmente os seus dias contados, porque definham à falta de pastagens, ou são descadeirados pela “mangueira” — pela “peste”, como a chamam por aquelas bandas. Pois os muares das fazendas do Madre de Dios custarão pouco mais de trezentos mil réis, para espanto de quantos já se habituaram a pagar tudo no Acre a peso de ouro.

* * *

Plácido de Castro quer estabelecer em seus domínios uma estância modelo (1).

Grandes plantações sistematizadas. Um pequeno campo experimental sob sua direção imediata. Trabalho organizado racionalmente, em bases quanto possível científicas. Para isso, trouxe do Rio de Janeiro um grande número de arados modernos. Aparelhos especializados. Máquinas de vários tipos. E até uma rede telefônica, por meio da qual pretende enfeixar no centro de "Capatará" tôda a vida dos seus latifúndios (2).

E a sorte o ajuda. Vem atrás dêle. Persegue-o, sem que a procure, como se o próprio destino quizesse compensar-lhe, materialmente, as decepções da vida pública, sobretudo da vida militar, cuja glória teria sido para êle o maior dos bens. Assim foi, por exemplo, certo dia, quando lhe apareceu de visita o proprietário Basílio Gomes de Lira, seu amigo e companheiro da revolução, ignorante mas abastado, rude porém leal.

Conversam amistosamente alguns minutos (3). A certa altura, Basílio diz ao seu ex-comandante, mexendo a chícara de café:

— Ó Plasto! Vim hoje aqui móde te vendé o "Bagaço". Tou cansado de trabaia. Quero ï imhora pro Ceará. Vou criá bode na minha terra.

Plácido dissuade-o logo, alegando não ter dinheiro disponível para tamanha emprêsa. Mas Basílio insiste:

— Deixa de conversa, Plasto!

E completando a frase com o gesto de esfregar o polegar sôbre o índice:

(1) — Informações de Gentil Norberto.

(2) — Idem.

(3) — Depoimento de J. Ferreira Sobrinho, segundo relato de uma testemunha ocular do fato, e que a êle reproduziu tôda por escrito.

— Plasto, bota aí cem conto. Na buxa!

Diante do preço, contendo-se para não demonstrar a surpreza, Plácido começa a entabolar geitosamente o vantajoso negócio. Aquele seringal “Bagaço”, afregue-radíssimo, com escrita regular, grande crédito na praça de Manãos — por cem contos?

Em menos de meia hora, negócio feito. Oitenta contos a vista. E um saque de vinte. Franca operação de pais para filho. Só a produção anual, os muares, as mercadorias armazenadas, o barracão — pagavam os cem contos. O seringal por si só, que muito valia, ficava representando apenas o lucro líquido.

Assim corria a sorte atrás de Plácido de Castro.

* * *

Hoje, o que domina e marca a personalidade de Plácido de Castro é o gênio mercantil. Não se tolda por um instante o seu espírito progressista, a inteireza do seu caráter, a sensibilidade do homem que, acima de tudo, respeita a vida do próximo. Mas, sob tôdas as virtudes, fervilha a inquietação do senhor das terras que ambiciona entesourar uma fortuna.

Enquanto, lá fora do continente que êle ajudou a conservar livre, as cotações da borracha galgam alturas vertiginosas, seus domínios se dilatam cada vez mais para o sul. Novos campos, novos seringais, novas terras devolutas cuja posse vai requerendo. E, porque seus latifúndios se contam, por nove décimos, dentro de território boliviano — onde a tributação do fisco se reduz a 12% — o seringalista Plácido de Castro enriquece com espantosa rapidez. Enquanto a borracha que se produz na décima parte dos seus domínios, situada em terras brasileiras, é gravada pelo escorchante imposto de 25% —

que foi o prêmio com que o Brasil houve por bem compensar os sacrifícios da epopéia acreana.

Plácido de Castro foi guerreiro do Brasil. Mas, como seringalista, tornou-se produtor boliviano. Ainda bem, para seus interesses materiais. Pois, se tentasse escoar sua borracha tôda pelo Acre, seus seringais lhe teriam preparado, em vez da fortuna, a miséria e a falta de crédito.

Assim queria a paradoxal visão dos que legislavam sôbre o desprezado território brasileiro, que os legionários de 1902 incorporaram à Pátria fria e displicente. Pior que isso — ingrata e traiçoeira. A pátria sob cujo nome meia dúzia de sibaritas ousava legislar para o seu próprio interesse. Será o próprio caudilho jubilado quem afirmará, tempos depois, em relatório ao Govêrno, o seu ponto de vista brutalmente sincero, com o qual revidou referências pouco amáveis de um político da época:

“Proprietários e seringueiros são realmente *“indignamente explorados”*, mas pelo Govêrno Federal, que tão pesadamente taxa a exportação do seu produto, e pelos comércios *aviador* e exportador de Manaos e do Pará, que impiedosamente sugam a última gota do seu sangue”.

E sem perda de tempo, é o mesmo autor do libelo quem aconselha evitar reclamações. Para evitar que se repita o que já sucedera, de outra feita:

“Todos êstes atentados às leis da República, todos êstes crimes praticados à sombra das autoridades do Govêrno já foram referidos e suficientemente comentados do alto das tribunas da Câmara dos Deputados: os representantes do povo ouviram a revelação dêles entre risotas e exclamações de surpresa, a providência logo após tomada, foi a elevação da taxa sôbre a exportação de borracha de 18 por cento a 23 por cento”.

XXXIII

O caudilho jubilado

De ponta a ponta do Acre, voltou a sussurar pelos seringais um sôpro de iminente rebeldia. Não mais contra país estrangeiro ou qualquer organização de capitalistas internacionais. Contra o próprio govêrno brasileiro — o Brasil por cujo amor os acreanos se haviam posto em guerra durante cêrca de um quinquênio.

Reina outra vez o malestar.

Desde a cessação da guerra com a Bolívia e a ratificação do tratado de Petrópolis, o Brasil ficara sem saber ao certo como agir em relação ao território que já definira como não pertencente ao âmbito de sua soberania. A constituição consolidada pela República não cogitara de extensões de terras que pudessem vir um dia a ser incorporadas à Federação. E, diante dos quase duzentos mil quilômetros quadrados, que os legionários de Plácido de Castro haviam recambiado ao seio da Pátria, o poder titubeava sôbre o destino que lhe cabia dar ao presente inesperado.

O Congresso debatia hipóteses. A não transformar o Acre, imediatamente, em um Estado autônomo — o que repugnava de modo sumário à maioria dos legisladores — duas outras soluções se impunham como inevitáveis. Considerá-lo como território equivalente aos de Missões e de Amapá, e dar-lhe govêrno diretamente subordinado ao Poder Central. Ou anexá-lo ao Estado do Amazonas, do qual, em última análise, representava uma lógica expansão geográfica — o que aliás encerrava maior soma de coerência com os preceitos de constituição em vigor.

Mas os Pais da Pátria hesitavam, ansiando por uma inspiração que lhes viesse de paragens supremas.

Ela veio afinal. Correu pelos corredores da casa legislativa que o Presidente Rodrigues Alves, por motivos de ordem íntima — ligados ao desejo de manifestar sua desaprovação aos desmandos com que o Governador Constantino Nery ia deixando arrazar o erário do Amazonas — veria com antipatia a incorporação do Acre ao Estado cuja política se inscrevia na sua lista-negra particular.

E o Congresso decidiu-se. Os desejos presidenciais, ainda quando exteriorizados sob os disfarces mais sutis, trazem sempre a força das grandes e insofismáveis verdades. Escondem desejos que parecem vir de onipotentes divindades. Inspiram. Dão eloquência. Sugerem insuspeitados recursos de erudição. Ensinam a magia das grandes argumentações dialéticas, arrancando a verdade derradeira, mesmo dos mais intrincados paradoxos.

Conhecida a vontade presidencial, a inteligência dos legisladores alçou-se às mais estranhas acrobacias da exegese constitucional. Descobriu exemplos, caprichosamente retorcidos, nas cartas-mágnas dos Estados Unidos e da Argentina. Lapidou interpretações magistras. E quando deu por si, deslumbrada pela grandeza da coincidência, tinha diante dos olhos um corpo de lei que, por sutilíssimo acaso, se ajustava absolutamente ao pensamento do Presidente da República.

O Acre seria um território federal, governado diretamente pelo Poder Central, de acôrdo com a letra de um decreto que recebeu o número 1.181, data de 23 de Fevereiro de 1904.

* * *

A medida legislativa melindra seriamente o Estado do Amazonas, que nela identifica o objetivo de uma

usurpação. Em Manaus, pensa-se até na reação armada, que felizmente se considera logo depois como empresa arriscada, capaz de fazer voltar contra o Estado insurreto as iras patrióticas da nação inteira. Prefere-se então encaminhar as tentativas de reconsideração da medida, obtendo por artimanhas políticas a anexação do cobiçado território, cujas cifras de exportação vão atingir, nesse ano mesmo, um volume de mais de setenta mil contos. Realidade numérica suficiente para aguçar ao máximo a paixão regionalista dos políticos estaduais.

Falham todos os estratagemas e cambalachos. Só resta o extremo recurso da complicação judiciária, por uma ação que o Estado instaure no Supremo Tribunal Federal contra o União Brasileira.

Haja, pois, a querela.

Como advogado leva o Amazonas um expoente insuperável do saber jurídico — Ruy Barbosa.

A 4 de Dezembro, o patrono da causa lança contra a União um portentoso monumento de razões jurídicas, que estadeia seus fundamentos nos mais inabaláveis alicerces geográficos e históricos. E o eco do seu brado ressoa dominadoramente pelo país inteiro, cuja opinião se transmuda dia a dia sob a influência da dialética irretorquível. Todo o Brasil oscila. Bandeia-se aos poucos para a causa de um Estado, contra a causa da União (1).

Só nos remotíssimos rincões que se estendem para além da “linha Cunha Gomes”, a opinião se mantém inflexível. Ali estão os rifles acreanos prontos para investir em nova arremetida redentora, na defesa da sua autonomia. Basta a fúria expoliadora, que já arranca da borracha acreana os 23% de impostos, indevidamente. Abusivamente. Pois se o Amazonas nem a si próprio

(1) — Recortes de jornais da época.

sabe governar-se. Se mergulha na voragem do descalabro financeiro, no atoleiro das emissões e da acumulação de dívidas. Como entregar-lhe a soberania de um pedaço de terra, que está todo salpicado de sangue dos mártires que o redimiram?

Não — gritam os acreanos, com a alma inflamada para as extremas deliberações. Não — protesta Plácido de Castro, o libertador, pelas colunas do “Jornal do Comercio”: “O Acre não será agrilhado à triste sorte do Amazonas, porque nós, os acreanos, não queremos” (2).

E enquanto perpassa pela consciência dos antigos legionários o temor da anexação, exigida pela eloquência de Ruy Barbosa, os prepostos do Governo Federal, investidos da função prefetural, ministram a violência em vez da justiça. O terror em lugar da ordem constitucional. Dilapidam as rendas. Distribuem truculência. Coagem a magistratura. Insuflam o ódio. Empurram para o caos a fabulosa região que já ocupa um dos primeiros lugares na balança da exportação nacional.

Na metrópole, não ecoa o gemido dos legionários atraído. Para premiar-lhes o feito, paradoxalmente, a Câmara dos Deputados entra a debater nessa ocasião, a requerimento da representação amazonense, o projeto de majoração dos impostos de exportação. Querem elevá-los — como o conseguirão afinal — a quase o dôbro do que representavam ao tempo em que o Acre vivera sob a soberania boliviana.

A angústia dos enteados da Pátria vem de paragens longínquas, de onde o seu clamor chega abafado e tênue como o fio de voz de um moribundo. Mas ainda há uma consciência que o escuta, tocada por sublime sentimento de solidariedade humana. E a voz do tribuno

(2) — Folheto intitulado “O assassinos do Coronel Plácido de Castro”.

gaúcho Germano Haslocher ressoa num brado de revolta (3):

“— Não exagero. Sr. Presidente, dizendo que é impossível alguém conceber uma situação mais calamitosa, mais infeliz, mais deprimente, mais humilhante, mais vilipendiosa do que a situação dos acreanos, na hora atual. Há momentos em que fico em dúvida se o Acre é Brasil e seus habitantes nossos patrícios. E’ que êles surgem a meus olhos como uma raça desprezada, sem direito sequer à comiserção, explorados, expoliados, sem que, ao menos, a sua exploração e a sua expolição façam a grandeza do explorador e do expoliador”.

O apaixonado defensor do Acre perora, naquela tarde de 8 de Dezembro, num lance profético, que faz vibrar a sua alma de brasileiro, revoltado contra os prefeitos que encerram nas mãos, acima do Presidente da República, os três poderes constitucionais:

“O Acre, em proporções menores, tem com a Índia de Hastings um ponto de contacto: a exploração da terra e a exploração do homem — a face vulgar e odiosa; não tem o ideal de grandeza, de progresso, de civilização, com um plano concebido e executado com implacável intransigência. A Índia devia ser feita para o mundo oriental, para a vida; o Acre é condenado à morte. A Índia é hoje o que sabemos, o grande entreposto do mundo oriental com as suas soberbas cidades; o Acre será amanhã a terra desolada, exausta, amaldiçoada, de onde todos terão desertado, depois de sugada sua seiva inteira”. (4)

* * *

Meado o ano de 1906, dos limites da “linha Cunha Gomes” aos confins do Alto-Acre, um pensamento único agita o espírito dos habitantes do território.

De todos os seringais, estão partindo os proprietários que vão tomar parte no conclave marcado para o dia 24

(3) — Anais do Congresso (1905).

(4) — Idem.

de Maio no seringal "Bagé", acima da "Volta da Empresa". A mais de quatro mil milhas náuticas da Câmara dos Deputados, onde o supremo interesse dos legisladores se volta para os boatos de composição do futuro Ministério do novo Presidente eleito.

Lá não pode chegar o eco dos ruidosos debates que se travavam na famosa "Assembléia dos Proprietários".

No "Congresso de Bagé", reúnem-se em nome do povo acreano todos os proprietários da região. Dispostos a discutir as bases de uma atitude em face da insustentável situação que os prefeitos — representantes do Governo Federal — impõem, tirânicamente, aos habitantes do território. E, sobretudo, conjugados pela idéia de lutar pela autonomia do Acre, integrado como Estado na Federação.

E' a Plácido de Castro que cabe, por aclamação absoluta, a presidência do acalorado conclave.

Reina uma evidente atmosfera de nervosismo. Anseia-se por decisões extremas. Cochicham-se os pontos de vista. Trocam-se idéias em meias palavras. Freme-se por uma solução que ponha termo ao malestar que o fim da guerra com a Bolívia não chegara a dissipar.

Plácido de Castro fala. Expõe em frases curtas as razões do congresso, de todos sobejamente conhecidas. A gravidade da situação criada para os acreanos, que tudo sacrificaram para preservar a independência do continente sulamericano, ameaçado da invasão pelo "Bolivian Syndicate". E depois, submete "à aprovação da casa uma moção para ser enviada ao Congresso, na qual pedia a rejeição do projeto em discussão no Senado, mandando anexar o Território do Acre ao Estado do Amazonas e ao mesmo tempo pedindo a sua elevação a estado autônomo" (5).

(5) — Ata da reunião, integrante do arquivo de J. Ferreira Sobrinho.

A aprovação é unânime. Podem prosseguir os trabalhos.

Levanta-se o primeiro orador. Discurso inflamadíssimo, vasado em expressões desabusadas, para apresentar uma proposta urgente. Que seja logo proclamada, ali mesmo, naquele instante a autonomia do território como Estado da Federação.

Tumulto.

Aplausos entusiásticos que partem de quase a metade dos representantes.

O ambiente, a essa altura, é de franca agitação.

Plácido de Castro impõe o silêncio. E pondera, através serena argumentação, a conveniência de evitar quaisquer atitudes intempestivas.

Acha que, antes de mais nada, cumpre aguardar a marcha dos acontecimentos, visto como “tudo se deveria esperar do Congresso Nacional em cujo seio se agita neste momento a questão de tornar o Acre autônomo, e que só depois de conhecida a sua decisão é que lhes cabe o dever de tomar essa extrema resolução”. Sugere, enquanto se aguarda aquela, a nomeação de “uma comissão composta de três membros para, de acôrdo com a que queiram nomear os habitantes do Alto-Acre, representar o povo acreano e resolver qualquer coisa que lhe diga respeito”. E que seja mandado “lançar na ata um voto de pesar pelo modo indiferente por que os acreanos têm sido tratados pelo govêrno da união, atirando-os a um revoltante abandono” (6).

Novo tumulto. Diante da desconcertante prudência, que jamais esperariam do caudilho, os debates assumem uma temperatura escaldante. Os mais exaltados querem agora que a Assembléia decida uma reação armada imediata, contra o govêrno brasileiro. Ou como

(6) — Ata da reunião, integrante do arquivo de J. Ferreira Sobrinho.

represália, ou porque os louros da campanha lhes haja inoculado no espírito o germe de um delírio de grandezas bélico — exigem os mais inflamados que se ponha outra vez o Acre em pé de guerra (7).

Corre pelo plenário uma onda de confusão.

Plácido de Castro levanta-se. Firme, sereno, confiante na sua autoridade moral, no magnetismo do seu prestígio, lança o protesto decidido. Considera a luta que se propõe um gesto de insânia. E nega-se formalmente a participar de uma guerra civil contra o govêrno do seu país.

Abate-se o ímpeto dos extremados. Faz-se o silêncio de tácita aprovação à palavra de ordem. Nenhuma voz discordante. Ninguém mais quer fazer uso da palavra.

Está encerrada a Assembléia dos Proprietários, presidida pelo antigo caudilho da libertação. Pelo hoje senhor dos imensos latifúndios, que vão de uma margem do Acre às ribanceiras bolivianas do rio Abunã (8).

* * *

Apesar dessa atitude pacífica — para alguns, reacionária, deformada pelo efeito da prosperidade econômica — assumida no conclave de “Bagé”, não faltaram interpretações que torcessem a verdade sôbre o gesto do ex-caudilho. Conta seu irmão, por exemplo, que “meses depois dessa reunião política, ignorando ou esquecendo que o armamento de que dispunha a Prefeitura pertenc-

(7) — Genesco de Castro — “O Estado Independente do Acre e J. Plácido de Castro”.

(8) — Interessante ver a propósito o discurso pronunciado pelo Senador Germano Hasslocher, no Senado, logo que se divulgou a morte de Plácido de Castro (Anais do Congresso, 1908).

cia a Plácido, o Prefeito Domingos Jesuino de Albuquerque o denunciava ao Ministro da Justiça como chefe de uma revolução, que êle Jesuino abafara à frente da parte sã da sociedade acreana”.

Era um prenúncio. Iam começar trágicos dias para Plácido de Castro. Muito embora, antes disso, o Ministro da Justiça o investisse de importantíssima função.

XXXIV

Fibra de um estadista

A 24 de Junho de 1906, Plácido de Castro assume por investidura do Govêrno Federal, o cargo de Prefeito do Alto-Acre. Do que foi sua gestão em oito meses de atividade — de incorruptível vigilância contra a cupidez e a truculência — jamais se poderia almejar depoimento mais desassombrado do que o seu célebre relatório, apresentado ao então Ministro da Justiça, Augusto Tavares de Lira, em Agôsto de 1907 (1).

Êsse documento “*sui generis*”, que foge a tôdas as normas habituais das exposições de caráter burocrático, está lavrado sob a forma de um candente panfleto, sem prejuizo do conteúdo de alta significação política e administrativa que representa o mais exato depoimento até hoje escrito sôbre as incongruências da vida acreana. Exato, porque fundamentado sôbre a experiêcia e o conhecimento íntimo da malsinada região, como o seu autor explica:

“Proprietário e residente neste Departamento, ao qual estamos tão intimamente ligados pelos próprios dias de

(1) — Editado em folheto especial, encontra-se também integralmente reproduzido no livro de Genesco de Castro.

amarguras e cruéis incertezas por que passamos, não escrevemos êste modesto relatório simplesmente ditado por uma imposição de lei, senão também no intuito de prestar a esta região o relevante serviço de fazer conhecer, ainda que de maneira sucinta, os seus costumes a sua indústria, o seu estado atual de desenvolvimento, e, até, as suas justíssimas recriminações pela maneira por que têm sido tratados os seus habitantes, desde a instalação da Prefeitura até hoje”.

Logo após, vibra a primeira nota de ironia, que vai ser dominante por tôda a longa exposição de natureza oficial misturada ao destemor com que profligará, a cada passo, as provas de desonestidade ou violência:

“Ao contrário da trilha habitualmente seguida pelos Prefeitos do Território do Acre em seus relatórios, da discriminação em frases bombásticas do desenvolvimento surpreendente das Prefeituras a seu cargo — as cidades construídas em pouco tempo, a instrução disseminada pela população, etc.; ao invés das referências entusiastas aos tantos melhoramentos que fizeram durante o tempo que suportaram “impelidos pelo patriotismo o pêso de tão alto posto”, deixaremos que se veja “a nudez forte da verdade”, o abandono extremo a que foram atirados, pela incúria de uns e pela desonestidade de outros, os interesses da União; a depredação das suas rendas, a incapacidade administrativa de seus representantes”.

Depois da primeira ironia, o primeiro trecho do libelo:

“Não fôra a pacatez extrema dos habitantes do Acre, e certamente teriam perecido, sob a impetuosidade de sua indômita cólera, os autores dos bárbaros espancamentos dos infelizes deportados, alguns impiedosamente mortos a vergastadas, durante a administração do Dr. Acauã Ribeiro, e enterrados com os diagnósticos disfarçados de um médico ao serviço infamante das autoridades policiais. Ocorre-nos neste momento a Cisplatina de outrora, arrancanda à nossa comunhão pelos erros da política imperial, que entendia ser a tirania o meio de manter a coesão política dos povos. Com a Cisplatina tem o Acre de hoje profundíssima semelhança”.

Aí, uma espécie de parênteses para explicar a rudeza de sua atitude:

“A franqueza e a sinceridade de nossa linguagem, não traduzem de modo algum a preocupação de desconsiderar o governo de nosso país; tão pouco significam uma ameaça velada. A nossa responsabilidade nos destinos do Acre nos impele a arrostar com as consequências que muita vez acarreta a proclamação da verdade, e assim diremos em linguagem clara e segura o que muitos apenas ousam pensar em silêncio”.

E a seguir, uma arremetida contra os que dirigem os destinos da Nação. Ataque brutal e sincero:

“Convenha V. Exa. em que para ninguém é mais doloroso do que para nós vir dizer ao país que na qualidade de colonos do estrangeiro, cujo jugo sacudimos, tínhamos mais direitos do que temos hoje na comunhão brasileira! Eramos nomeados para os empregos públicos; a nossa borracha, que constitui a nossa opulência e que tem sido, talvez, a causa dos nossos sofrimentos, como o ouro foi a desgraça do Transwaal, era taxada em 15 por cento, como é atualmente na Bolívia, e a nossa importação pagava apenas 15 por cento *ad-valorem*.

“Hoje que estamos sob a dominação da soberania brasileira, não temos direito de voto, nem tribunal, nem *habeas-corpus*, e por conseguinte não temos existência política na comunhão nacional; o nosso produto de exportação paga 23 por cento de impôsto, os impostos de indústrias e profissões são cobrados sem regulamentação especial, e, além de tudo, transformada a região dos nossos lares em um *corpo de guarda*, cujos comandantes se sucedem sem ao menos deixar o *rol dos utensílios* a seu cargo.

“Arredados de tôdas as posições oficiais, tiranizados pelos dirigentes de nossos destinos em nome do Governo da República, a nossa lastimável situação nos traz a idéia de que somos um povo estranho, vencido pela fôrça e cuja índole propensa às revoltas, aconselhasse excepcionais medidas de repressão.

“Travada a luta do Acre com a Bolívia, interveio o Brasil em nome do direito dos Acreanos e dos próprios sentimentos de nobreza peculiares ao caráter da nossa nacionalidade; os acreanos se deixaram, então, invadir pela

alegria e pela confiança de que seus sofrimentos estavam terminados, e que após tantas incertezas teriam, enfim, de ser recebidos e amparados pelo Governo de sua Pátria, quais idolatrados filhos. Esperavam-nos, entretanto, múltiplos dissabores: a decepção, o martírio, o sobressalto da possibilidade da anexação de seus lares queridos ao Estado do Amazonas — o que seria para êles o terrível epílogo de suas desgraças”.

Plácido de Castro encerra o causticante intróito. Passa de um salto para os problemas administrativos. Entra na crítica da orientação dos seus antecessores. Sem poupar, sequer, o seu amigo Coronel Cunha Matos, de quem recebera no Rio, entre outras provas de aprêço, a honra de um pomposo baile, em sua residência, para homenagear o herói da reintegração do Acre:

“A Secretaria da Prefeitura, a cujo cargo está afeto todo o serviço público do Departamento, foi criada pelo Coronel Cunha Matos, em Manáos, ainda quando de viagem para êste território. Os empregados de então, dizia o Coronel Cunha Matos em seu relatório, eram em número deficiente e muito mal remunerados, remuneração que não elevava porque, dizia, entre êles havia um seu sobrinho carnal, excesso de zêlo que o não privou, entretanto, de dispender totalmente a verba da Prefeitura.

“Se por um lado, os empregados eram em pequeno número para as exigências do serviço, por outro lado a secretaria os tinha perfeitamente dispensáveis, como um advogado, lugar de manifesta inutilidade, uma vez que as questões suscitadas pela Prefeitura ou propostas contra ela correm em foro especial.

“Passaram-se as administrações do Capitão Pratygy e do Dr. Acauã Ribeiro sem que pelo menos, que nos conste, fossem melhoradas as condições da Secretaria da Prefeitura; só ao assumir o Alferes Pinto Monteiro o exercício interino de Prefeito, foi ela reorganizada por decreto n.º 8 de 25 de Janeiro do ano próximo passado. Por êsse decreto ficou a secretaria transformada em singularissimo ministério, a cujas seções foram conferidas amplas faculdades, até em matéria que entende com os poderes legislativo e judiciário! Havia nessa extraordinária repartição seções para tudo: para justiça e legislação; Registro de rubricas de

livros comerciais, terras e minas, artes e manufaturas, imigração, civilização de índios, etc!...

“Correspondendo a essa *sui-generis* organização, havia uma caterva de desocupados e sonolentos burocratas, atulhando o recinto da secretaria, sob a direção de um secretário geral, cuja ignorância só disfarçava uma filúcia ridícula e inconcebível. E a despeito de tudo isso, o Alferes Pinto jactava-se da ordem e bôa organização da sua secretaria; entretanto não tinha ela um protocolo para registro de officios dirigidos à Prefeitura, dando-lhe assim margem franca para desviar aqueles que lhe não agradassem; os livros de portarias e decretos se achavam viciados com grandes borrões, rasuras e entrelinhas, e até o próprio arquivo que não tinha um catálogo, se achava avassalado por extrema desordem.

Seguem-se imediatamente as sugestões de “medidas de suma urgência para as quais não se dignou ainda o govêrno volver a sua atenção”:

“A desobstrução do leito do rio, atualmente interrompido por enormes madeiros, pedras e embarcações naufragadas; a abertura de caminhos terrestres que facilitem, não só as comunicações entre diversos pontos do Departamento durante o tempo de estiagem, senão também a entrada de gado vacum procedente da Bolívia; construção de edifícios para funcionamento das repartições públicas, são medidas de capital importância para o desenvolvimento desta futura região até hoje constantemente sacrificada nas suas justas aspirações”.

E como para marcar o contraste da inépcia do Govêrno Federal, narra o que foi feito em plena campanha de 1902, quando se lutava em guerra contra a Bolívia:

“Durante o tempo da revolução Acreana, a imperiosa necessidade de comunicações estratégicas levou o govêrno de então a fazer ligar por estreitas picadas os pontos mais importantes desta região, por onde transitavam os seus correios, expedições de reconhecimento e, algumas vezes mesmo, a despeito de múltiplas dificuldades, fôrças regulares do Exército. E uma vez concebido e convenientemente

estudado um plano de viação terrestre, ligando Porto-Acre ao Igarapé de Baia, para logo foi mandado pôr em execução”.

Entretanto, assim que os poderes se deslocaram, das mãos do govêrno revolucionário para as dos prepostos federais, as coisas mudaram, decepcionantemente:

“Passando a administração do Estado para a União, todos nós esperavamos, por certo, ser recebidos como filhos extremados nos braços maternos, e que ao invés dos sofrimentos e provações com que temos sido mimoseados pelo Govêrno Federal, fossemos antes carinhosamente satisfeitos em nossas palpitantes necessidades, aspiração aliás justíssima para aquêles que se apresentavam cheios de serviços prestados à pátria na integração de sua fronteira ocidental.

“Não se satisfez o govêrno da República com o elevar para 23 por cento o imposto já pesado de 15 por cento sôbre o nosso único produto de exportação — a borracha; mandou cobrar os impostos de indústrias e profissões sem prévia regulamentação, submetendo-nos, assim, às mesmas taxas a que estão sujeitos os comerciantes da Avenida Central e rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro”.

“E depois de exaurir desta maneira, gota a gota, o suor dêste infeliz povo, nem ao menos lhe garantiu a conservação dos caminhos já abertos, os quais foram, a pouco e pouco se estragando, até se tornarem, como estão hoje muitos deles, absolutamente intransitáveis”.

Plácido atira-se então à crítica de uma nova “indústria”, inventada pelos “Prefeitos, legítimos representantes do Govêrno Federal” — os levantamentos topográficos remunerados a alto preço, só para servir os interesses pecuniários dos protegidos da autoridade. Levantamentos e mais levantamentos, por todos os recantos do Alto-Acre, num esbanjar de dinheiro que a sua ironia imortaliza em sugestivo epigrama:

“E assim, tanto se tem levantado êste pobre rio, que as aguas, no malicioso dizer do povo, já desapareceram!...”

Denúncia. Ironisa. Destrói. Mas sempre propõe a solução racional e honesta, baseada em projeto elaborado tècnicamente, acompanhado do respectivo orçamento para que o Ministro possa examiná-lo detidamente.

O capítulo imediato revela em Plácido de Castro a estrutura de um governante de alta visão administrativa e sociológica. Esse despretencioso trecho de relatório burocrático, por si só, valeria para documentar a biografia de um grande homem. Desde a atitude crítica, que se dirige principalmente à necessidade de rebater certas afirmações levianas de Euclides da Cunha — a quem Plácido de Castro fornecera os dados que aquêlê retorceria, para lançar suas idéias sôbre a vida acreana — até a descrição precisa da organização industrial dos seringais, o seu depoimento guarda o valor de um rigoroso estudo científico. E merece ser lido, na íntegra, por quantos desejem alcançar uma idéia exata, livre de deformações literárias, acêrca da indústria extrativa da borracha:

“E’ êste certamente um dos capítulos dêste modesto trabalho que merece maior importância, pois a borracha só por si constitui a causa da atual existência desta Prefeitura. Ao demais necessário se torna que justifiquemos as instruções que fizemos baixar com o decreto n.º 36 de 9 de Novembro do ano próximo findo, regulando a maneira de ser extraída a borracha; a fim de ser evitada a exploração bárbara e vampira da seringueira, até hoje seguida em tôda a Amazônia, exploração revoltante e iníqua que em pouco tempo reduz e transforma ricos seringais em abandonadas florestas, como aconteceu no Baixo-Purús, onde as propriedades chegaram ao extremo de desvalorização, graças à incúria do Estado do Amazonas que, como a União, neste território, esqueceu o dever de zelar pela fortuna pública. (2)

(2) — Aqui se vê como Plácido de Castro tinha uma precisa noção do que representava, para o futuro econômico da Amazônia, o sistema da “economia destrutiva”, que dirigia a extração da borracha.

“E’ bem oportuna a ocasião que se nos apresenta para com a nossa autoridade de um dos maiores produtores de borracha do Departamento, fazemos conhecer ao Govêrno da República o estado atual da nossa indústria extrativa da goma-elástica, no intuito sobretudo de fazer impressões errôneas e injustas que, ao espírito dos que desconhecem o assunto, tenham, porventura, deixado os dois últimos trabalhos do engenheiro e escritor Dr. Euclides da Cunha, publicada na revista *Kosmos*, e do nosso preclaro Ministro da Indústria, Dr. Miguel Calmon, do qual publica o *Jornal do Comercio* alguns excertos.

“Digamos antes de tudo que o trabalho do ilustre autor de *Os Sertões* não é (valha-nos isso) o resultado de uma observação pessoal... senão de informações colhidas aqui nesta região, informações que o ilustre escritor julgou dever adulterar com uma crueldade indizível.

“Fomos nós, entre outros, quem lhe prestou o maior contingente para o trabalho depois publicado”...

E conta, com um tom de perversidade que, infalivelmente, deve ter ferido a sensibilidade de Euclides da Cunha:

“Em Outubro de 1905, a bordo do vapor *Rio Branco*, da companhia Amazônia, teve o Dr. Euclides da Cunha a franqueza de nos confessar a sua alheiação dos nossos costumes e, nessa ocasião, pediu-nos lhe fornecêssemos algumas informações, ao que nos prontificamos em aceder ao seu pedido escrevendo em sua própria carteira de notas uma ligeira monografia, onde procuramos discriminar sem preocupação de forma, a vida do singelo industrial — o extrator da borracha.

“Mais tarde vimos as nossas despretenciosas notas publicadas na *Kosmos*: vinham, então, revestidas de flores de estilo, numa linguagem burilada e castiça, mas, muito a pesar nosso, profundamente truncadas e extremamente adulteradas. Torceu-nos por completo o Dr. Euclides da Cunha as nossas informações, para vir despertar a piedade do público com as vivas côres do quadro em que pretende descrever o proletariado, os indivíduos desfigurados, os cadáveres ambulantes torpemente explorados pelos proprietários — crueis esbanjadores do suor dos desgraçados seringueiros. Só o nosso *croquis* da caprichosa distribuição das *estradas* escapou ileso à maldade do ilustre escritor”.

Passando de Euclides ao Ministro Calmon, Plácido de Castro se torna ainda mais mordaz. Em parte porque, dentro d'êle, fala hoje o dono de seringais; em parte porque, de fato, a tragédia da exploração da borracha tem sido por demais fantasiada na transposição literária, o autor do relatório derrama-se em longas páginas, para colocar as coisas nos seus devidos lugares. E, ao fazê-lo, realiza um singular monografia, que esgota o assunto em todos os seus aspectos mais detalhados, desde a descrição do regime de trabalho do seringueiro até o estudo crítico das oscilações do mercado do produto nas praças exportadoras.

Mas Plácido de Castro não tem os horizontes de sua visão de estadista — que o foi sem favor algum — apertada nos estreitos limites da questão da borracha. Para além do presente, descortina a imperiosa necessidade de vencer os perigos da monocultura. Como em relação ao problema do ativo incremento da indústria pastoril, de que já provou experimentalmente em sua propriedade a indiscutível possibilidade, volta seu pensamento para a intensificação da indústria agrícola, numa atitude que guarda algo de profético:

“Amanhã quando o problema da borracha estiver resolvido no laboratório e se esgotarem os nossos ricos mananciais, será ela a mão protetora que nos ha de salvar de uma miséria fatal”.

E concretiza seus pontos de vista, exemplificando-os com a experiência confirmada por uma das partes do programa que êle traçara ao tempo da campanha, e que realizara, depois, em seus próprios latifúndios:

“A atividade do homem foi durante muitos anos completamente absorvida pela indústria extrativa, que lhe não deixava tempo suficiente para atender à cultura das terras; apenas se fazia limitadissimo plantio de milho e feijão nas praias descobertas pela vasante do rio.

“Travada a luta com a Bolívia, o chefe do movimento revolucionário, temendo que com a continuação da guerra as suas fôrças tivessem de se medir com um segundo inimigo muito mais temível — a fome — tratou de desenvolver o cultivo regular das terras, embora limitado àqueles dois cereais, e para isto isentou do serviço militar todos os que se quizessem dedicar à indústria agrícola.

“Os resultados surpreendentes por êles obtidos, atestado frizante da uberdade do nosso solo, fizeram ver os benefícios que se poderiam esperar de tão vantajosa prática; os proprietários dos seringais secundaram a nossa propaganda, prestando valiosíssimo concurso à idéia que havíamos lançado, e, em breve, terminada a guerra, a necessidade do cultivo das terras se havia de tal modo arraigado no espírito dos habitantes do Acre que não mais deixaram de fazer anualmente os pequenos roçados.

“Por êsse tempo introduzimos alguns exemplares de aparelhos agrícolas, máquinas de debulhar milho e picar forragem e algumas sementes novas que foram gratuitamente distribuídas.

“A pouco e pouco a cultura das terras foi-se incrementando, e assim do milho e do feijão passaram a plantar nos seringais as forragens diversas, em alguns dos quais já se encontram, como nos de Capatará e Itú, varias especies de capim, tais como o colônia, o canarana (nos lugares úmidos), o gordura roxo, o jaraguá, êstes dois últimos importados por nós do Rio de Janeiro”.

Apela para o Govêrno, a fim de que ampare o fomento da indústria nascente. Suplica atenção, interêsse, estímulo. Sugere as medidas que lhe parecem de mais eficiente utilidade:

“A distribuição anual de sementes de plantas mais adequadas, de jornais agrícolas, por onde possam ser divulgados os imprescindiveis conselhos para uma indústria nacional bem dirigida e em plano alto como a pedra fundamental da agricultura acreana, a instalação de um pequeno e modesto campo de experiência e demonstração, tendo um observatório meteorológico — tais são, em suma, as medidas de que carecemos”.

O capítulo em que aborda o problema da indústria pastoril é a reprodução, em palavras, do que êle mesmo

realizou, objetivamente, em sua propriedade de “Capatará”. Transpondo-o, do domínio privado para o da administração pública, limita-se a indicar ao govêrno sua significação no tocante aos efeitos sôbre a higiene alimentar do povo acreano. E também a maneira prática de incentivar aquêles que se interessarem pela questão:

“E’ fora de duvida que a deficiência de alimentação, diminuindo notavelmente as resistencias orgânicas dos indivíduos, concorre com grande cota para tornar mais avultada a mortalidade; daí a necessidade imperiosa de ser favorecida a importação de gado *vacum*, para cujo fim basta a construção de caminhos regulares conforme indicamos no mapa anexo.

“Seria ainda ao nosso ver de grande vantagem prática a instituição de prêmios a conferir aos que importassem gado em maior escala”.

O parágrafo em que discute a organização judiciária do território constitui documento de grande crueldade, pela rudeza com que retrata o absurdo sistema de distribuir justiça, justamente em um país cujo código civil tem sido considerado modelar instrumento de direito moderno:

Não se compreende que um juiz prepare um processo para êle próprio dar sentença, o que equivale quase a julgar em causa própria, pois é natural que êle o encaminhe de acôrdo com a sentença que deseja proferir. “Outra coisa incompreensível que está constantemente a ferir os interêsses acreanos é não termos um tribunal que resolvesse as nossas questões em última instância, atribuição singularmente conferida a um juiz de Manáos, ficando sujeitas, portanto, as suas decisões últimas à influência das paixões políticas.

“E não é só isto. O decreto organizador do Território do Acre negou ao juiz de Distrito a faculdade de conceder *habeas-corpus*, privilégio exclusivo do Juiz de Comarca.

“Se se considerar que durante o tempo mais favorável às comunicações fluviais, uma embarcação gasta dez dias de viagem ininterrupta desta vila a Manáos e dezesseis

dias de volta, pode-se ajuizar aproximadamente dos vexames e constrangimentos a que ficam fatalmente sujeitos os que precisam se abrigar à sombra da lei.

“O disparate de nossa organização judiciária neste particular, ainda mais se patenteia quando consideramos o caso de se fazer preciso ouvir o paciente!...

“A situação que acabamos de expor constitui, pois, uma exceção odiosa aos brasileiros que povoam esta idolatrada fronteira da Pátria, onde para os oprimir, bem bastaria a inclemência da natureza”.

Tratando particularmente da justiça do Departamento do Alto-Acre, resume seu pensamento em relação ao juiz de Distrito em poucas linhas, singelas mas eloquentes:

“Em Agosto de 1904, tomou posse dêste cargo o Dr. Toledo, que imediatamente deu parte de doente, retirando-se licenciado para o Estado de Minas-Gerais, em cujo ameno clima têm divido até hoje, cumulando licenças sôbre licenças e desfrutando, assim, os pingues ordenados de um cargo que não exerce.

“Em consequência de semelhante abandono, o Governo não pode nomear quem o substitua e, no final de contas, é o povo do Acre prejudicado no mais sagrado dos seus direitos, porque os Prefeitos se veem na dura contingência de solicitar até de caixeiros o favor de exercerem as funções de suplente em exercício pleno do cargo de juiz, pois as pessoas de competência reconhecida não querem se sujeitar aos minguados sobejos do Dr. Toledo.

“Facil é, portanto, que se avalie do que seja entre nós a justiça, distribuida assim por pessoas incompetentes que, embora animadas das melhores intenções, não podem de maneira alguma desempenhar com segurança e critério as funções de tão delicado cargo.

“Leigos em matéria de justiça e de direito, são êles obrigados constantemente a pedir o auxílio dos entendidos, dando-se muita vez o caso singular de ser uma sentença escrita pelo próprio advogado da causa”.

Critica a divisão judiciária, que êle dá como verdadeiro instrumento destinado a incentivar o concubinato:

“Outro ponto do decreto de 7 de Abril que merece reparo diz respeito à celebração dos casamentos. O juiz de

paz, dentro dos limites que lhe estão traçados em lei, não pode processar papeis de casamento, nem celebrá-los, senão quando devidamente autorizado pelo juiz de distrito.

“Considere-se as enormes distâncias neste Departamento e sobretudo a extrema dificuldade de comunicações durante o período de estiagem e concluir-se-á que a nossa lei orgânica, em vez de facilitar, como era de supor, a celebração dos casamentos, concorre antes para aumentar o desenvolvimento dos concubinatos disfarçados, ora sob a aparência religiosa, ora sob a de contratos particulares. E tudo isto, saiba V. Ex., é impossível evitar.

“Um indivíduo morador no Alto-Acre, por exemplo, não pode vir a esta vila tratar dos papeis do seu casamento, porque só na viagem de ida e volta, de mais de 300 milhas, faz mais despezas do que se fosse do Rio de Janeiro processar seus papeis na fronteira de Jaguarão, para voltar a casar-se no Rio!”

E como fecho do capítulo relativo à justiça, uma página que bastaria para caracterizar a vocação de humorista, que se escondia sob a rígida e precoce austeridade de Plácido de Castro:

“Muito mais deploráveis são as condições da Promotoria Pública. Como o Juizado de Direito, está ela quase sempre abandonada por seu proprietário, Bacharel de Santa Rosa que, sob vários pretextos, vive constantemente ausente dêste Departamento, e mesmo quando está no desempenho do seu cargo o exerce de maneira bem mais lamentável que os leigos que o têm substituído.

“Esquecido da decência que lhe impunha a sua qualidade de representante do Ministério Público, o Bacharel Santa Rosa, em plena sede da Prefeitura, durante o período administrativo do Alferes Pinto Monteiro, mantinha, de parceria com um italiano, um pequeno hotel que êle próprio servia em trajes adequados, expondo-se assim ao mais cruel ridículo dos habitantes desta vila.

“Fora das horas de refeições, transmudava-se o celebre *garçon* em Promotor Público, em cujo exercício, dominado por uma execravel *auri sacra fames*, cometia os mais repugnantes atos de improbidade.

“Quaisquer papeis que lhe chegavam às mãos, trazidos pelos interessados, o Bacharel Santa Rosa folheava-os

cuidadosamente, à cata da gorda gorgeta que sempre exigia, e quando não a encontrava, devolvia-os, dizendo, com uma falta de escrúpulo revoltante — faltar uma folha !...

Seguem-se críticas ao sistema fiscal, com graves denúncias contra os administradores das mesas de renda. Contra a mostruosidade com que se tem ali legislado sobre tributações — dia a dia mais excorchantes, quase aniquiladoras — a tal ponto que “até o criminoso, para ter entrada no cárcere, devia pagar imposto !...”

Adiante, Plácido de Castro aborda o problema da fronteira com a Bolívia, lembrando a conveniência de ultimar quanto antes a demarcação definitiva. E apresenta, a par de várias sugestões, o último mapa do Acre por êle elaborado, após esclarecimentos obtidos na convivência com o Major Faiweel, da Sociedade Geográfica de Londres, que assegura ser “mais completo que os de muitos Estados da União”.

Explanada tanta minúcia sobre a intimidade da vida acreana, Plácido de Castro encerra seu substancioso relatório com um capítulo que define, por sua última faceta, a visão de administrador de alto porte, que se guardava dentro do campeador — “Higiene e salubridade públicas”. Um estudo aprofundado e erudito, onde o Ministro a quem se dirigia o relatório podia ter sentido — se no Brasil valesse o mérito por si só — a fibra de Plácido de Castro como homem talhado para fazer do Acre o grande Estado que não chegou a ser. Sabe lá também, se não foi exatamente por tanto mérito, que não lhe quiseram entregar o Acre...



Prenúncios de uma tragédia



Uma trama de ódios

Plácido de Castro retorna ao Alto-Acre, de regresso da viagem que fizera ao sul, após deixar o cargo de Prefeito do Departamento.

No Rio de Janeiro, procurara desincumbir-se da missão de que fôra investido pela maioria dos proprietários acreanos, no sentido de obter do Govêrno da República um têrmo às inquietações e irregularidades que tornavam insuportável a vida no Acre. Daí uma série de conferências, de demarches, de intervenções de amigos, junto a elementos de prestígio político, senadores, deputados. Sereno, dominado pela preocupação de conduzir-se diplomáticamente, batia a tôdas as portas, apelando com veemência, mas com reverente respeito, só obstinado pelo desejo de conseguir uma solução para o caso acreano (1).

Mas o ambiente era desfavorável. Sobretudo, por efeito da calorosa campanha que, no “Correio da Noite”, cuja propriedade errôneamente atribuem a Plácido, o destemido Orlando Corrêa Lopes — o vulcânico encaçador da “Expedição dos Poetas” — vai movendo contra o govêrno Afonso Pena e, principalmente, o seu Ministro da Justiça.

Por outro lado, os inimigos procuram fomentar intrigas entre Plácido de Castro e os meios militares,

(1) — Germano Hasslocher — Discurso no Senado — 1908).

criando injustas rivalidades e ciúmes pueris. Esquecendo que o libertador do Acre havia enrijecido sua têmpera na espartana vida das casernas, onde se cristalizara a fibra que o levara a restaurar um pedaço mutilado da Pátria. Sem se lembrarem que, no fundo, a marca dominante da sua personalidade ainda era a do cadete da Escola Militar que, por simples contingência do destino, não ultimara a carreira que o teria certamente guindado aos píncaros do generalato.

Êle bate a tôdas as portas. Por todos os lados, porém, os ouvidos se fazem surdos aos apelos de socorro, de providência, de fim para o regime de truculência e rapinagem que faz apodrecer o Acre.

A cada decepção, seu espírito caudilhesco insinua-lhe a solução, que seria extrema, mas infalível. Basta que erga o brado da revolução. E o povo acreano o acompanhará, amando-o como o ama, quase místicamente. Bem que êle dissera, à véspera de deixar o Rio, desalentado e vazio de esperança, conversando em uma roda de amigos:

— Tratam-nos assim. No entanto, eu podia revolucionar o Acre (2).

Mas, fosse qual fosse o transe, uma fôrça nunca lhe faltou: amor à Pátria, capaz de esmagar seus ímpetos de campeador. Por não lutar contra ela, para não semear os germes de uma guerra civil, sobravam-lhe a fôrça de sopitar os impulsos mavórticos que ainda se escondessem na sua nova personalidade de industrial pacífico, provocados pelos apêlos de socorro que lhe mandavam, a cada instante, os seus antigos soldados e companheiros.

Resignação e fé — recomenda-se Plácido a si mesmo, à medida que se aproxima dos confins do rio Acre. Tanto mais que, agora, já se encontra ali empossado

(2) — “Os assassinos do Cel. Plácido de Castro”.

o novo Prefeito, nomeado em Janeiro pelo Govêrno Federal. As informações que obtivera sôbre o Coronel Gabino Bezouro eram animadores. Embora não escondessem as referências a seu espírito inclinado aos jogos da política, davam-no como oficial culto, de rígida enfi-bratura moral e — o que mais importava ao tratar-se do Acre — homem inflexivelmente honesto.

À sua chegada em Rio Branco — outrora “Volta da Emprêsa” — cujo solo guardava ainda a umidade do sangue dos legionários tombados em 1902, Plácido de Castro foi recebido com efusivas manifestações. Gritos de aplausos. Discursos. Foguetório. Tudo denunciava que o novo Prefeito pretendia conduzir liberalmente sua autoridade. Se, meses atrás, com seu antecessor, os amigos do antigo guerreiro tivessem a insensatez de lhe promover tamanha manifestação de entusiasmo público, sabe lá que tragédia se poderia ter desenrolado. Na melhor das hipóteses, a dissolução à bala, a sabre, a chicote, do povaréu inflamado com a presença do seu chefe. No entanto, a demonstração estrepitosa da amizade dos acreanos estava podendo ser assim levada a cabo, em ambiente de liberalíssima tolerância.

Plácido encheu-se de esperança. Prenunciava-se o início de uma nova era de paz e colaboração amistosa.

* * *

Durou pouco, entretanto, o estado dalma otimista. Apenas o tempo de ser inteirado, por alguns amigos, da espécie de gente que principiara a acercar-se do novo Prefeito. E foi o bastante para melindrar a alma supersensível de Plácido de Castro.

Nesse homem de rígida concepção da moral, a noção de escrúpulo atinge a um rigor pouco compatível com a média da condição humana. Fora das contingências

da guerra, quer que os semelhantes sejam selecionados exclusivamente pela limpidez de seu caráter. Acima de tudo, o espírito de escolha rigorosa dos elementos puros, capazes de colocar o respeito a cavaleiro de tôdas as injunções.

Assim quisera o puritano Plácido de Castro que fosse o Coronel Gabino Bezouro. Mas já principia a tornar-se progressivamente mais parcimonioso no conceder-lhe sua confiança íntima. E cada vez a retira em maiores porções, à medida que identifica em tôrno do Prefeito os arrivistas de conduta inconfessável.

Plácido retrai-se. Devagar, mas progressivamente.

E quanto mais recua, tanto maior é a pressa com que seus desafetos procuram estreitar relações com a autoridade federal.

Bezouro e Plácido começaram a distanciar-se, paulatinamente. Entre um e outro, os energúmenos vão tratando de aprofundar ao extremo o abismo que convirá separá-los. E' preciso que nunca se entendam e cheguem a trocar pontos de vista, na intimidade. Para que jamais surja a oportunidade — inevitável, nesse caso — de Bezouro descobrir em Plácido um conselheiro sôbre os segredos da vida acreana, um vigilante contra a cupidéz dos sicários que infestam o Acre. Convém jogar com tôdas as armas — pensam os interessados. Porque é indissimulável a simpatia que o novo Prefeito nutre pelo herói da revolução, embora tenha trazido do Rio instruções para mantê-lo à distância e vigiado.

* * *

A intriga vai fiando a sua teia.

Hora por hora, numa faina sutil mas eficiente, os inimigos trabalham. Querem convencer à autoridade de que Plácido representa um perigo constante para a

fôrça da administração. Todos os dias, sussurra-se um boato de arregimentação de homem, para os lados de “Capatará”. Há até quem afirme ter visto desembarcar material de guerra no seringal do caudilho, onde se promove à socapa a futura rebelião. Também circulam de mão em mão, entre reticentes e pérfidos comentários, exemplares do “Correio da Noite”, que veiculam os artigos com que Orlando Lopes agita a opinião da metrópole contra o representante do govêrno no Alto-Acre. Não faltam sequer as calúnias que asseguram, em tom confidencial, andar Plácido de Castro às voltas com um verdadeiro plano de alta traição. Através do varadouro que liga suas terras a terras da Bolívia — que êle utiliza para conduzir as mansas boiadas que dão carne aos acreanos — estaria o caudilho articulando uma nova invasão destinada a restaurar a soberania boliviana.

Plácido de Castro vai igualmente mergulhando na voragem das intrigas, a alma instilada do veneno que enche as notícias espalhadas em tórno de si. Vê que o Prefeito continua a abrigar em sua administração perigosos e inqualificáveis celerados. Um certo Antonio Bacuráu, autor de múltiplos latrocínios no Ceará, está investido das funções de tabelião. O consultor jurídico da Prefeitura é pessoa fugida à polícia de Belém, de onde chegara dias antes uma precatória, pedindo sua prisão. O delegado de polícia, réu pronunciado por estelionato e tentativa de morte. É para escárneo definitivo, Alexandrino José da Silva, criminoso e analfabeto, acaba de ser guindado ao cargo de sub-delegado. Aliás, depois de já haver sido... Fiscal de Obras Públicas.

Bem que seria essa a hora propícia à intervenção de algum homem sensato, que desfizesse os malentendidos criados entre os dois máximos expoentes da vida acreana. Questão de uma troca de idéias. E tudo se

ajustaria, para uma solidariedade que tanto a êles serviria, como faria bem ao povo que trabalha honestamente.

Mas ambos se distanciam. Fogem um do outro. Tal como é o desejo da pandilha que só pensa em manter cada vez mais alta a barreira que lhe permite ludibriar o Prefeito — honesto mas desconhecedor dos problemas locais, mal informado acêrca dos viciosos processos sôbre os quais se desenrola a vida da região. E só aspira levar adiante o regime de especulação comercial, em que “um frango custa 20 a 25.000 réis, uma procuração 100.000 réis, um reconhecimento de firma 20.000 réis!... (3).

* * *

Quase ao findar de Junho, o Coronel Francisco Oliveira, proprietário do seringal “Catuaba” regressa à sua residência, após permanecer em “Capatará” durante os três dias de uma grande festa joanina. Três dias de festiva confraternização, com a presença não só de grande parte da população acreana, como de quase todos os elementos judiciários do Departamento.

De passagem em Rio Branco, Oliveira interrompe a viagem para visitar o Prefeito, de quem pouco tempo antes recebera a honrosa visita em “Catuaba”.

O Coronel Bezouro recebe-o com cortesia. Mas um tanto friamente. E, ao perguntar ao Prefeito o motivo porque não atendera ao convite que Plácido lhe fizera — para dar à festa de “Capatará” o excepcional prestígio da sua presença — Oliveira compreende a razão de tão fria acolhida.

Gabino Bezouro conta-lhe que fôra informado, por pessoa de confiança, que a festa de “Capatará” fôra mero

(3) — Genesco de Castro — Obra citada.

pretexto para um conclave revolucionário. Plácido só a realizara com o objetivo de ultimar os planos do assalto à Prefeitura, onde os rebeldes iriam exterminar os elementos fiéis ao representante federal.

O dono do "Catuaba" protesta, com sincero vigor, contra a perfídia. Lembra-lhe que, quando estivera de visita em seu seríngal, o Coronel Prefeito ainda se declarara muito satisfeito com o Coronel Plácido de Castro, de quem tinha a mais favorável impressão. Admira-se, pois, de vê-lo agora tão mudado, confiando em tamanhos absurdos, que só podiam partir de miseráveis intrigantes.

De nada vale a explicação do Coronel Oliveira. O Prefeito está hoje plenamente convencido das disposições agressivas do antigo chefe da revolução. De tanto ouvir comentarem a evolução da campanha libertadora, já acredita mesmo que a ação de Plácido de Castro não teve a significação que êle próprio admitira antes, ao acompanhar no Rio de Janeiro o desenrolar dos acontecimentos. Os inimigos negam qualquer valor ao seu papel de chefe militar. Só não o acusam de covarde. Tudo mais se lhe atribue, pelos cafés, pelas portas das casas, por todos os recantos da vila. É tudo é aceito pelo espírito sugestionável do Coronel Bezouro, sem que se dê ao trabalho prévio de crítica que ainda levara a têrmo, no comêço da trama.

Por isso mesmo êle consente que circule em Rio Branco um pasquim vasado em linguagem torpe, que martela diàriamente as mais ousadas calúnias contra a própria honra de Plácido, sempre num diapásão que faz sentir a proximidade de graves e talvez trágicos sucessos.

Os amigos o interpelavam. Intimavam-no a dar uma resposta às injúrias, certo de que, fosse qual fosse a consequência do revide, poderia contar com os companheiros fiéis. Mas o seu orgulho era muito grande, de um tamanho que não lhe permitia descer ao debate com ini-

migos inferiores. E limitava-se a responder, sempre da mesma forma, como retrucara de certa feita a um amigo íntimo.

— Não me ofendo. A quem acusa, compete dar as provas do alegado. E quem se defende, algo de culpa se reconhece, aceita em parte a acusação feita. Eu apenas desprezo êsses miseráveis que me mordem (4).

Não se defende. Nem esboça o mínimo gesto de reação.

Infelizmente, porém, Plácido de Castro também emprenha pelo ouvido, como o Coronel Gabino Bezouro. Raro é o dia em que não levam ao seu conhecimento notícias de que se trama abertamente contra êle. Fala-se de possíveis telegramas, nos quais o Prefeito estaria denunciando ao Govêrno os propósitos de Plácido em relação a um levante contra o poder legal.

Na segunda quinzena de Julho, interêsses de natureza comercial obrigam Plácido de Castro a viajar até a vila de "Xapuri". Por onde passa, sente que se avoluma a onda de pânico que a situação está criando. Murmuram-se pressentimentos funestos, de que tudo aquilo acabará mal. E êle também começa a inquietar-se intimamente. Espera a todo instante ver explodir a luta que se prepara em silêncio, já agora inclinado a intensificar as medidas defensivas de seu corpo e de seus bens. Porque o atual estado de coisas só faz pensar na iminência de ocorrências muito graves.

Nesses últimos dias, então, vive com o juízo roído de presságios. E os temores de comprovar, mais hora menos hora, que o Acre vai outra vez envolver-se em chamas, não são vazios. Porque, enquanto tais pensamentos o perseguem, um emissário navega a tôda pressa

(4) — Soares Bulcão — "Plácido de Castro" (separata da Rev. do Inst. G. Hist. do Ceará).

para o Alto-Acre, a fim de entregar-lhe a correspondência reservada em que o seu irmão Genesco de Castro o inteira de dois acontecimentos por demais significativos.

XXXVI

Rastilho de pólvora

O fato ocorrera a 14 de Julho.

Genesco de Castro chegara à sede da Prefeitura do Alto-Acre, em vila Rio Branco, com o objetivo de modificar, por escritura pública, determinadas cláusulas de um contrato comercial existente entre Plácido e outro proprietário de seringais.

Ultimada a incumbência que lhe dera o irmão, como se aproximasse a noite, resolveu pernoitar na residência de um amigo — o médico Dr. Leorne Menescal. Fêz antes uma refeição no “Hotel 24 de Janeiro”, no decorrer da qual o seu proprietário procurou cientificá-lo da maneira por que se agravava ali o estado de hostilidade contra Plácido. Sobretudo as ameaças que Alexandrino ia vomitando pela vila — eram de fazer esperar sombrios acontecimentos.

Por volta da meia-noite, quando Genesco já se recolhera, o proprietário do Hotel torna a procurá-lo, agora visivelmente agitado. Afiança-lhe que algo de grave se trama contra êle, como meio de provocar o irmão ausente. Aconselha-o a partir incontinenti, a fim de poupar-se de qualquer dissabor, ou mesmo de uma desgraça, pois tivera ocasião de ouvir as combinações sôbre a maneira de efetuar sua prisão.

Genesco não quiz dar crédito à possibilidade de semelhante violência. E já se acomodava para dormir,

quando rebôou um tropel inopinado no silêncio da madrugada:

“Era um troço de homens armado, composto de soldados do exército, remadores de embarcações surtas no porto, violentamente recrutados, e de bandidos ao serviço de Alexandrino José da Silva, Sub-Delegado de Polícia, sustentados pela Prefeitura.

O alarido que fizeram as grosseiras chalaças que se misturavam ao retinir dos ferrolhos de algumas dezenas de carabinas que recebiam carga — me fizeram reconhecer a gravidade do momento que atravessava, justamente por não ter crime algum que me fizesse acreditar no emprêgo de qualquer violencia contra mim por parte da primeira autoridade daquela tão vasta quão infeliz região.

“A casa foi posta em apertado cêrco e os palavrões da soldadesca desenfreiada me fizeram supor que forçariam a entrada.

“Saltei sôbre uma adaga curta que me acompanhava e um pequeno revólver que estavam no chão, ao lado da rede, e esperei o assalto. Êste não se realizou.....

.....

“Convencido de que me queriam assassinar, como um preâmbulo do assassinato de Plácido, resolvi forçar a saída, quebrando à bala os elos daquela cadeia humana. Eu era exímio atirador e me parecia impossivel perder um tiro sôbre os meus agressores.

“Levei a arma ao rosto para arrebentar a cabeça de um dos que mais próximos estavam da porta, três ou quatro metros de mim, mas tive repugnância de abater um ser humano, completamente irresponsável, com o mesmo sangue frio com que abateria uma onça; e como tivesse ouvido pronunciarem o nome de um *chefe*, resolvi começar a *caçada* por êste. Foi nessa ocasião que um dos hóspedes, percebendo a minha disposição, agarrou-se comigo, pedindo que não atirasse sôbre os assaltantes, porque poria em sério perigo a vida de todos que se encontravam dentro do prédio, todo de madeira.....

.....

“Fui conduzido..... á casa onde funcionava a Secretaria da Prefeitura, que regorgitava de *gente valente* e dos intrigantes que viviam apegados às ilhargas do Prefeito, a quem fui apresentado.

“Contrafeito, desempenhando mal o seu papel de farçante, o digno preposto do Dr. Afonso Pena me perguntou gaguejadamente o que eu ia fazer na Prefeitura àquela hora da noite!... Ao que lhe respondi!

“— Então o senhor não sabe que, por sua ordem, acabo de ser arrancado violentamente de casa por uma fôrça de armas embaladas?!...

“— Mas o senhor entrou disfarçado (vestido de roupa de azulão, como sempre andei no Acre), à noite, aqui na vila...

“— Disfarçado, Coronel? Porque visto esta roupa! (E, agarrando com a dextra o punho da manga esquerda, levei-o até junto do rosto do meu interlocutor). Isto é roupa de quem trabalha, de quem não lhe vem incomodar com pedidos de emprêgo, Coronel!

“O Prefeito recuou dois ou três passos, dirigindo-me algumas palavras de elogio com referência ao meu tempo de Escola Militar, desaparecendo em seguida. (1)

Essa ocorrência, que se continha na primeira carta, seria suficiente para irritar a sensibilidade de Plácido de Castro. A notícia mais dramática, porém, era a que constituía o assunto da segunda carta, sôbre o assalto praticado contra a residência de seu amigo José Maria Dias Pereira, proprietário do seringal “Riosinho”:

“Na madrugada de 17 de Julho de 1908, atracou em “Riosinho” uma lancha fretada pela Prefeitura, desembarcando um forte contingente de homens armados, composto, em sua maioria, de soldados do Exército..... reforçado por troços de facínoras que a Prefeitura sustentava, conhecidos como os “cabras” do Coronel Alexandrino”

“A sinistra quadrilha galgou as barrancas, venceu o declive e, chegando ao barracão, arrombou a porta do armazém, sem ser pressentida, e foi concentrar-se debaixo do quarto que supunham ser o da vítima escolhida, mas que de fato era o simétrico ao desejado..... onde pernoitava apenas uma criança de cinco anos, de nome Patrício..... Dormia *decubitus dorsalis*,

(1) Genesco de Castro — *Opus. cit.*

quando foi despertado por um projétil que, penetrando na região lombar, foi sair do lado oposto, abrindo um tal rombo que deu franca passagem às vísceras abdominais.

“A esse preâmbulo, *seguiu o assalto geral*, a invasão do andar superior, onde pernoitavam alguns empregados da casa, quatro ou cinco mulheres e alguns enfermos, em estado grave, um dos quais, português de origem, foi barbaramente espancado, morrendo dias depois.

“Foi no momento em que os *chefes* invadiram o quarto de Dias Pereira, então ocupado pelas mulheres que se achavam no estabelecimento — que o inocente Patrício deu entrada por entre êles, com as mãosinhas ensanguentadas, sopesando os próprios intestinos e dizendo:

“— Mamãe, estou ferido. Olha as minhas tripas, mamãe ...”

“E, quando a desventurada mãe fitou o desgraçado filhinho, reduzido a frangalhos, voltou-se para o médico que fazia parte dos assaltantes — o celebre Dr. Freire Cavalo — gritou:

“— Salve meu filhinho, pelo amor de Deus, Doutor!... “este se limitou a dizer: “isto não tem importância...””

“O saque ao estabelecimento completou a obra dos representantes do Govêrno Federal...” (2)

Diante de tão sinistras informações, e avisado por Genesco de que também se preparavam os inimigos para assaltar mesmo a sua propriedade, Plácido de Castro parte desabaladamente para “Capatará”, onde chega ao amanhecer do dia dezenove.

O irmão fornece-lhe os detalhes da situação, desde a hora em que lhe restituiram a liberdade. E talvez o haja feito em côres apaixonadamente negras, como seria de esperar da imaginação de um adolescente, embora, na essência, fossem verdadeiros todos os fatos narrados.

Vila Rio Branco está em polvorosa. Tem-se como infalível um assalto por tropas de Plácido, para vingar o irmão humilhado. Ninguém se ilude sôbre as fatais

(2) — Genesco de Castro — *Opus. cit.*

consequências do incidente. Plácido de Castro interpreta-lo-á como a luva lançada em desafio.

De fato, em poucas horas de providências, “Capatará” põe-se em pé de guerra. O desespero da ameaça exuma, do fundo dalma de Plácido de Castro, o caudilho que fôra esmagado pelo comerciante, pelo administrador, pelo patriota disposto a respeitar as leis do seu país. Cada seringueiro dos seus domínios é hoje, de novo, um legionário de rifle em punho, para se bater pelo seu chefe e protetor.

Agora, entretanto, era a luta para salvar a própria vida. Um impulso do mais legítimo instinto de conservação. Plácido agita-se. Não mais com a serena confiança que sabia votada à defesa de um ideal. Nervosamente. Debaixo da ânsia puramente animal de defender a vida. Sua bravura não tem mais a frieza de outros tempos. Hoje é tôda enrubecida de cólera e desatino.

Genesco parte imediatamente, à sua ordem, com destino à zona do Abunã, incumbido de organizar fôrças para atacar, pelo lado de baixo, a sede de Prefeitura. Plácido atacará pelo lado de cima. E enquanto aguarda o instante decisivo, despacha um piquete para a extrema inferior de sua propriedade, instruída no sentido de receber à bala quem quer que ouse avançar um passo em direção a “Capatará”.

Rêvivem os dias da guerra de 1902. Ambiente de expectativa e temor. Tão intenso, que as medidas postas em prática na Vila Rio Branco são prenunciadoras de um embate iminente. Estado de alarme. Movimento de tropas. Fortificação do quartel. Recrutamento civil urgente.

O grupo que logrou embair o espírito desprevenido do militar que incarna a autoridade legal — bem sabe o que pode sobrevir. Da têmpera de Plácido só há que esperar uma reação furiosa. Cada inimigo que hoje o

persegue, foi outrora um soldado seu; cada um sabe, pois, a desvairada coragem com que, ali mesmo naquela curva do rio Acre — então “Volta da Empresa” — o caudilho enfrentou a combatividade das forças do exército boliviano.

Também o Coronel Bezouro principia a capacitar-se da tragédia em via de deflagrar no Alto-Acre. Talvez se vá apercebendo, aos poucos, da rede de perfídias em que buscam emaranhar a sua autoridade, arriscando-o a tornar-se responsável por acontecimentos sanguinários, que lhe comprometerão o prestígio junto ao próprio Governo. Ainda que — sabe lá! — haja sido o Governo mesmo quem guardasse a autoria daquele estado de coisas na região acreana. Mas, as notícias que lhe chegam do Rio, em cartas ou recortes de jornais, põem-no a par da terrível campanha difamatória do seu nome, sobre o qual pesam tôdas as acusações de inquietar o Acre. Dizem-lhe também que o Presidente da República está em via de renunciar. Se o fizer — o substituto legal não tomará atitude de hostilidade contra a sua administração?

O Coronel Gabino Bezouro inquieta-se. Abre os olhos em relação ao abismo a cuja beira o arrastaram tipos desclassificados, que se dizem os verdadeiros representantes do povo acreano. Procura salvar-se da trama em que traiçoeiramente o enredam. E por isso mesmo se decide a pedir a um magistrado do Departamento — o juiz Dr. João Rodrigues do Lago — grande amigo de Plácido de Castro, que a êste escreva uma carta particular, expondo a situação de alarme da população e pedindo-lhe uma palavra tranquilizadora.

A carta é de 17. Mas Plácido só lhe conhece o teor a 19, quando chega a “Capatará” para tomar a atitude de reação:

“Alto Acre, 17 de Julho de 1908.

Ilmo^o Sr. Coronel José Plácido de Castro.

Queira aceitar as minhas afetuosas saudações.

Na qualidade de Juiz de Direito desta Comarca do Alto-Acre, tomei a deliberação de dirigir a presente carta a V. Sa. para tratar de assuntos que dizem respeito a êste Departamento que hoje faz parte do território nacional, devido em grande parte aos esforços de V. Sa. E' bem de ver, portanto, que a ninguém mais do que a V. Sa. cujas responsabilidades pelo papel saliente que representou como chefe da Revolução Acreana e pelos grandes interêsses que aqui tem, devem interessar o progresso e desenvolvimento desta zona.

Confiante nisto e sabendo quanto deseja o desenvolvimento do Alto-Acre, por amor do qual não duvidou jogar a vida, e, não me fazendo portador de boatos, é que venho pedir a V. Sa. no sentido de fazer desaparecer o sobressalto em que se acha grande parte da população, receiosa de uma luta armada.

Em todos os tempos e em todos os lugares, os vultos mais salientes estão sempre sujeitos a apreciações das quais não podem escapar. Os próprios amigos, muitas vezes, emprestam-lhes opiniões e dizeres, que nunca lhes passaram pela mente. Nos meios pequenos, essas opiniões, atribuídas às pessoas salientes, são exploradas por todos os meios e sob tôdas as formas. Não é de estranhar, portanto, que o nome de V. Sa. tenha aparecido nos boatos que circulam nesta vila.

Convicto, porém, que de modo algum os autorizou, é que me animo a pedir a V. Sa. para empregar o prestígio e influência de que dispõe, no sentido de fazer voltarem a calma e a tranquilidade ao espírito público.

Na certeza de que prestará êste serviço à causa pública, subscrevo-me com estima e consideração, adm. e crd.

João Rodrigo do Lago.

Plácido de Castro respondeu-a imediatamente, assim que ultimou as primeiras providências para assegurar a defêsa de sua casa ameaçada.

“Capatará, 19 de Julho de 1908.

Exmo. Sr. Dr. João Rodrigues do Lago, M. D. Juiz de Direito da Camarca do Alto-Acre.

Chegando neste momento a casa, deparei com a carta de V. Exa. que passo a responder.

Ainda que não tivesse o prazer de ser particularmente conhecido por V. Exa. tenho a vida pública pela qual posso ser julgado.

Entrando o território do Acre para a comunhão brasileira, recolhi-me à vida industrial e comercial, que absorve quase tôda a minha atividade.

A dúvida e o temor que diz V. Exa. pairarem sobre esta região, para mim tão querida e talvez na iminência de uma conflagração geral, deve ser mais intensa ainda no meu espírito, que sou alvo do ódio e talvez dos punhais daqueles que chegados aqui ontem se julgam com mais direitos de viver nesta terra do que eu e os que como eu regam-no com suor honesto.

Como disse, tenho vida pública, e por ela posso, talvez, afirmar que se alguém nesta terra entrou pela porta da honra e do sacrifício, êsse alguém, desculpe-me a falta de modéstia, fui eu.

Com que indignação e com que dor não devo assistir, como agora, os representantes do govêrno de minha Pátria calcando sob coturnos os mais sagrados direitos de pessoas que me são tão caras — irmãos e amigos.

Meu irmão, arrancado alta noite de casa pela soldadesca de armas embaladas, os meus amigos com a casa indefesa assaltados em pleno dia por essa mesma soldadesca, a tiros de Mauser, sendo obrigados a abandoná-la para não serem assassinados.

O apêlo não deve ser feito às vitimas para impedir a luta, sim ao agressor.

Êsses fatos são eloquêntes de mais para não se ignorar quem é o perturbador da ordem pública, o responsável por essa nuvem lutuosa que se estende sôbre o território do Acre.

Quem vai enlutar esta terra pela qual tenho tanto carinho, não sou eu, Exm.^o Sr: é o representante do govêrno de nossa Pátria, é o depositario do poder publico!

Quando penso que os que praticam essas violências são os mesmos de Canudos, que o autor dos “Sertões” pintou

com tão vivas côres, vejo que bem contra minha expectativa e vontade é chegada para mim a hora suprema da suprema resolução.

Entretanto, se o depositário do poder público entender que não deve continuar a mandar assaltar a casa de meus amigos inermes e suspender êsse aparato bélico dentro da própria paz que êle acaba de perturbar, não serei eu quem vá interromper a marcha pacífica da vida acreana, na qual a minha responsabilidade moral é maior do que a dêle.

Se cessar a agressão, terei o prazer de ir pessoalmente apertar as mãos de V. Exa.

Do crd. admirador

Plácido de Castro.

Nesse mesmo dia 19, chega às mãos de Plácido de Castro uma carta de outro amigo — o proprietário do “Catuaba” — que se oferecera a Bezouro para ser o intermediário de uma acomodação. E é à carta do Coronel Francisco de Oliveira que êle responde desta forma altiva:

“Capatará, 19 de Julho de 1908.

Amigo Francisco de Oliveira:

Recebi tua carta de 17 do corrente, que respondo. Tú que estás bem a par de minha vida nesta terra, e onde pela qual tanto temos trabalhado, bem sabes qual a posição que tenho mantido e qual o meu espírito de ordem. Não te podes esquecer de que, quando vi o Prefeito descer à arena de ódios e lutas mesquinhas onde sôa unicamente o eco da intriga, eu te pedi que te aproximasses dêle, esforçando-se por abrir-lhe os olhos. Pois bem, não mudei, ainda penso assim e faço questão de transigir em benefício público. Sómente para minha honra e a minha vida me reservo o direito de fazer preço, e eu seria indigno de mim mesmo se nesta hora não soubesse o meu lugar. Devo dizer-te que estranhei que ao invés de me pedires uma conferência não tivesses vindo em minha própria casa, onde tu não poderias duvidar de tua segurança pessoal. Amanhã estarei no Benfica às tuas ordens; mas se de fato

não queres ver sangue de irmão, não leves fôrça armada contigo nessa entrevista de amigo.

Plácido de Castro.

E, logo em seguida, aproveitando a pena que tem entre os dedos, escreve a um amigo de Manáos. Esta carta, escrita já na madrugada de 20, exprime nitidamente o negror do seu estado de espírito. Mas também vale como prova de que Plácido de Castro não era um fanático das reações armadas:

“... Escrevo-te estas linhas dentro de um verdadeiro acampamento de guerra e bem contra a minha vontade. Por minha correspondência anterior já deves saber que a única preocupação do atual Prefeito é botar-me fora do Acre por todos os meios

.....
Em vista dêstes acontecimentos, nada mais podia o Genesco duvidar sôbre a nossa sorte, e, apesar de achar-me no Xapuri, reuniu gente imediatamente em nossos seringais e despachou um próprio em minha procura, que me encontrou já em viagem a meio caminho.

Aqui cheguei e, tomando conhecimento de tôdas estas misérias e bem contra gôsto, resolvi botar para fora êstes bandidos; fiz avançar piquetes até além do Guarani e dentro de quatro dias eu saberia qual o meu destino ou o dêsse Bezouro, que tanto me tem zumbido. Mas, felizmente, hoje veiu um emissário dêle e de alguns amigos meus, a me proporem que detivesse a minha marcha, que Bezouro, por sua vez, se desarmaria. Que para mim, que ia fazer um morticínio, bem contra a minha vontade, somente em defesa própria e de amigos meus assaltados e não uma revolução isto será o verdadeiro maná caído do céu. Oxalá cheguem a duradouro acôrdo.

Teu amigo

Plácido

A 21, Francisco de Oliveira assenta as bases da pacificação. E, cheio de esperanças, mostra a Plácido de Castro a carta que o Coronel Bezouro lhe dirigira naque-

la data, com autorização de mostrá-la ao principal interessado, tão decididamente inclinado se mostrava o Prefeito a uma definitiva dissipação dos malentendidos:

“Rio Branco, 21 de Julho de 1908.

Ilustríssimo Senhor Coronel Francisco de Oliveira.
Saúdo-o afetuosamente.

Eu compreendo bem as suas inquietações, que são as de todos os habitantes dêste Departamento. Os desejos por V. S. e por outras pessoas, que em comissão me procuraram, manifestados no interesse da tranquilidade pública, são também os meus. E nem se pode compreender que outros sejam de minha parte, quando, para aqui vindo, desconhecendo coisas e pessoas, sem ligações e sem ódios, outros propósitos não trouxe senão os de fomentar, quanto em mim coubesse, o progresso material do Departamento, sem me subordinar a interesses de luta estéril, procedendo com justiça e equidade, e a todos tratando com consideração e cortesia. Dêste programa, diz-me a consciência, não me tenho afastado e espero não me afastarei.

Daí o não compreender a razão das notícias alarmantes de preparativos contra a minha autoridade, sem nenhuma causa justificavel. E' verdade que nenhum interesse pessoal de ordem material me liga a esta terra: mas ligame a ela outros de ordem moral, não menos importantes, como brasileiro que deseja, investido da confiança do governo, fazer alguma coisa por seu progresso.

Intermediário que V. Sa. teve a bondade de prestar ser, junto ao Sr. Coronel Plácido de Castro, de quem está dependendo a tranquilidade e harmonia dêste povo, pois V. Sa. sabe que os boatos e as notícias alarmantes giram em tórno de sua individualidade, ninguém melhor está em condições de avaliar da gravidade ou não da situação e concorrer com os seus bons ofícios para que todos voltem aos labores normais.

Na carta que o Ilmo. Sr. Coronel Plácido dirigiu a V. Sa. fala de agressões de que foi vítima, dizendo assim justificar a posição de defesa em que se acha. Não sei se o Coronel Plácido refere-se a agressão sofrida da minha parte. Quero crer que não, desde que aqui estou não pratiquei ato que pudesse sequer molestá-lo, quanto mais de agressão, que justifique essa atitude de defesa armada. Se por parte de autoridades outras do Departamento, algu-

ma coisa haja ocorrido, que justifique essa atitude, ignoro-o completamente e nem sequer disto sei como fato público.

O Sr. Coronel Plácido afirma a V. Sa. que se eu assumir o compromisso de não mais faltarem-lhe as garantias constitucionais por parte das autoridades, que na mesma hora deixará de fazer sentinela à sua casa, reassumindo de novo os seus labores habituais.

Realmente nunca chegou ao meu conhecimento a notícia da queixa de qualquer violação de que o Sr. Coronel Plácido fala; mesmo, como quer que seja, eu não me sinto convenientemente apto para assumir o compromisso a que se refere S. Sa., mesmo porque é meu dever, não só relativamente à sua pessoa, como a de qualquer cidadão.

Eu jamais toleraria uma autoridade que provadamente se desviasse do dever do respeito aos direitos alheios. Se disto está dependendo a tranquilidade e harmonia do povo acreano, tenho certo que será uma realidade essa tranquilidade de que necessita também o Governo do Departamento, para poder enfrentar e resolver os problemas de administração que devem garantir o seu progresso moral e material.

Quanto à conferência de que V. Sa. me fala, com o Sr. Coronel Plácido de Castro, cabe-me declarar que estou ao seu inteiro dispor, em qualquer ocasião que julgar oportuna.

Queira V. Sa. aceitar os protestos de estima e consideração. De V. Sa. atencioso venerador amigo obrigadíssimo.

Gabino Bezouro.

Na noite de 23, Genesco de Castro regressa a “Capatará” — da viagem que fizera com o objetivo de arregimentar fôrças no Abunã — “depois de haver percorrido cêrca de cem quilômetros em canôa, e três vêzes mais de caminhos terrestres, alguns péssimos e perigosos”.

Desde as primeiras palavras, através das quais os dois trocam idéias, Genesco mostra-se indignado contra a *pacificação*. Mais moço do que o irmão, e muito menos experimentado, o jovem gaúcho tem os ímpetos de sua idade adolescente:

— Acho que uma vez que armamos gente para reagir, forçados pela conduta dêsse Prefeito, devemos ir até o fim (3).

Plácido de Castro já é, porém, um guerreiro experimentado, hoje absorvido pelo desejo de viver pacatamente, entregue à construção afanosa de sua fortuna. Por isso, tem autoridade e razões para sopitar todos os impulsos do irmão afoito, com irretorquível argumento:

— Lembra-te que êles são irresponsáveis e queimam pólvora alheia. Êles nada têm a perder, e nós, tudo. Êles nos fazem guerra à custa dos cofres públicos, e nós a temos que fazer à nossa custa. Eu tenho responsabilidades, estou ligado a esta terra. E a atitude que íamos ser forçados a tomar seria a nossa ruína.

E depois de uma pausa, com uma expressão fisionômica de quem se sente intimamente tranquilizado:

— Ofereceram-me uma táboa de salvação. Peguei-a com ambas as mãos. A estas horas, a nossa gente já voltou ao trabalho. Isto é o que importa.

O adolescente impulsivo, supersensível em relação ao que lhe parecia um melindre para sua honra, curva-se aos argumentos do irmão mais velho, em quem vê um amigo e conselheiro. Acomoda-se inteiramente aos propósitos de paz, que só ela pode assegurar ambiente propício à indústria de “Capatará”. Tanto mais que, de fato, os inimigos contra os quais vão lutar — à frente, Alexandrino, como um símbolo — eram de enxovalhar quem quer que se aproxime dêles, mesmo para os castigar.

Continuaram a conversar pela noite a dentro.

Plácido pesa a situação que o cerca, de sobressaltos e surdas hostilidades. Fatores desfavoráveis que só redundarão em prejuízos nos negócios e em permanente intran-

(3) — A cena e os diálogos se encontram no livro de Genesco de Castro — “J. Plácido de Castro e o Estado Independente do Acre”.

quilidades de espírito. E enquanto as horas avançam, sucedem-se em sua consciência as hipóteses que lhe parecem capazes de desanuviar para sempre, aquêles horizontes ensombrecidos.

Quando a madrugada vai alta, uma idéia já se antepôs às outras, dominadoramente. O libertador do Acre tem como definitivamente deliberado que, logo após a conferência com Bezouro, se retirará de uma vez do Acre que tanto estremece. Transferirá todo o ativo e passivo de sua casa comercial a Genesco. Regressará ao Rio Grande do Sul, para casar-se e iniciar outra vida. Talvez assim seja feliz. E mais feliz, sem sua presença, se torne também o Acre.

XXXVII

Afinal a pacificação

A 7 de Agôsto, realizou-se na sede do govêrno prefeitoral do Alto-Acre — em Vila Rio Branco — a conferência ajustada entre o Coronel Gabino Bezouro e Plácido de Castro (1).

Do que se discutiu e deliberou entre quatro paredes, até hoje nada se apurou ao certo. Só o que se pôde ouvir, à hora da despedida, foi êsse fim de diálogo, que prometia ao Acre uma nova era de tranquilidade (1):

— Coronel Plácido, espero que êste abraço seja o sêlo da paz entre nós no Acre.

Ao que Plácido de Castro retorquiou, com aquela sua inata tendência a prolongar indefinidamente o fôlego dos ressentimentos:

(1) — O diálogo que se segue, muito divulgado pela tradição oral, encontra-se em vários escritos sôbre a vida de Plácido de Castro.

— Assim seja, Coronel. Mas V. Excia. era quem queria a guerra.

Devia ser a paz.

Mas o fato é que a dissipação da borrasca era apenas aparente. Senão, Genesco de Castro não teria datado dêsse mesmo dia a carta-aberta que decidira dirigir — se com o beneplácito do irmão, não se sabe — ao chefe da Nação:

“Sr. Presidente da República:

Se os crimes que venho denunciar ameaçassem simplesmente a minha vida, eu não viria, crêde, à vossa presença denunciá-los, porque daria um atestado de covardia de minha parte, ou mostraria estar sofrendo da mesma enfermidade (mania de perseguição), que o vosso escolhido para administrar êste infeliz Departamento.

Nos primeiros dias do mês passado fomos prevenidos de que o prefeito dêste Departamento havia presidido um *concílio* de assassinios onde se resolveu fossem assassinados Plácido de Castro, José Maria Dias Pereira e Dr. João Rodrigues do Lago, coincidindo essa notícia com a nova aqui espalhada pelo sub-prefeito, que o “Coronel *Gabino Bezouro* havia recebido do govêrno, reservadas e severas instruções sôbre a pessoa do Coronel Plácido por causa da *atitude do Correio da Noite*”.

Quinze dias apenas, depois de havermos sabido da resolução do prefeito, já se havia inventado *uma revolução* na Prefeitura, tentado duas vezes contra a vida de Plácido de Castro e uma contra a de Dias Pereira, sem que providência alguma fosse tomada!... mesmo porque os heróis dessas façanhas são o sub-prefeito Simplicio de tal, o delegado Josias Lima e o sub-delegado Alexandrino José da Silva, bêbedo contumaz, criminoso relapso e íntimo do Coronel Bezouro!

Êste estado de coisas pareceu serenado por alguns dias, mas o fato de mais um conhecido assassino ser chamado para a administração Bezouro, levanta uma atmosfera de traição e de perversidade em tórno da sua autoridade como prefeito dêste infeliz departamento, cuja sede se acha transformada num covil de bandidos, e faz supor que, de fato, alguma coisa muito grave, se não perversa, está sendo executada à sombra do representante do vosso govêrno. Sr.

Presidente. Tanto assim que, na qualidade de irmão de Plácido de Castro, sentindo o pêso desta atmosfera sangüinolenta, indo eu à presença do Sr. Gabino relatar-lhe os graves acontecimentos que impressionam, êle justificou êsses atentados traiçoeiros e absolveu os criminosos!

E' nessa contingência, Sr. Presidente da República, que vos peço providências que ponham a pessoa de meu irmão, a salvo do punhal da primeira autoridade dêste Departamento!

Empresa, 7 de Agosto de 1908

Genesco de Castro

No dia seguinte — 8 de Agosto — Plácido de Castro ainda se encontra na vila. Disposto que está a viajar para o Sul, com o propósito íntimo de não mais voltar ao Acre, aproveita a estada em Rio Branco para fazer seu testamento.

A gente do lugarejo comenta e faz conjecturas em tôrno das proporções da fortuna do proprietário do "Capatará". Proprietário também do "Bagaço", do "Tambaqui", do "Montevideo", do "Abunã", do "Rapirã", do "Campos", de muitos terrenos e barracões, lanchas, canoas, batelões, mercadorias, e duas ou três dezenas de campos naturais que se estendem pelo território da Bolívia a dentro.

Do testamento secreto, nada transpira. Há quem calcule o valor de seus bens como ultrapassando a quantia de três mil contos. Outros admitem avaliações mais modestas, que não são nunca inferiores a uma soma de mil contos de réis — o que já seria, aliás, apreciabilíssima fortuna para quem ainda não atingira a idade de trinta e cinco anos, e se iniciara na indústria havia menos de cinco.

Plácido prepara-se para regressar a "Capatará" no mesmo dia. Em sua companhia viajarão também dois amigos particulares — José Alves Maia e o promotor Dr. Barros Campelo — ambos convalescentes de enfer-

midade grave, e que pretendem refazer-se na confortável e salubérrima zona dos campos, onde há leite abundante e clima magnífico. Nos campos “Esperança”, encontrarão um verdadeiro sanatório. À última hora, porém, José Alves Maia desiste de acompanhá-lo, nessa viagem noturna que Plácido decidiu fazer, por estar avisado de que seriam atacados numa emboscada.

O gaúcho sorri. E lembra ao amigo temeroso a cena que tivera lugar na véspera, quando de sua chegada para a entrevista com o Prefeito. Ao defrontar Alexandrino, que chalreava numa roda de moradores da vila, aproximou-se dêle com ar de superioridade, interpelando-o em voz alta para que todos o ouvissem:

— Então, Coronel Alexandrino? Soube que o senhor andou dizendo que ia me matar, onde me encontrasse. A ocasião é ótima. Aqui está a sua vítima (2).

A coragem de Plácido desnorteia o fascínora. Êste se descobre com ar respeitoso, esboça um sorriso amável e responde, também em voz alta:

— Isto é uma *caluna* que me *levantaro* seu Coroné.

E Plácido ainda lhe atira, cheio de desprezo, uma última frase, repisando a torpeza de sua prosódia:

— Pois se é *caluna*! melhor para você.

Não via Maia que semelhante desfibrado não teria desassombro suficiente para investir contra êle? E a não ser Alexandrino, não acreditava que houvesse “um homem no Acre com bastante infâmia para matá-lo por emboscada. Tinha os seus companheiros de jornada revolucionária em melhor conta”.

José Maia e o Promotor Campelo insistem em persuadí-lo do perigo, recordando uma série de fatos que denunciavam os propósitos de Alexandrino e seu bando.

(2) Além do livro de Genesco de Castro, encontram-se outras fontes de informação sôbre as ocorrências dêsse dia, inclusive um artigo do próprio José Alves Maia, na revista “Redenção”, de Manaos.

A ocorrência do dia 16 de Julho, por exemplo, devia ser considerada significativa. Um sicário da malta de Alexandrino tentara assassinar o Dr. Silvio Gentil de Lima, que só pudera salvar-se porque o agressor, em tempo, conseguiu reconhecer a vítima. E pedira-lhe humildes desculpas, dizendo o haver “confundido com o Coronel Plácido”. Dias depois, era o próprio Alexandrino que quase trucidara, também “por tomá-lo pelo Coronel Plácido, o Sr. Otávio Gusmão Fontoura”.

Quem já não tivera oportunidade de ouvir as expansões do tenebroso sub-delegado? Declarar publicamente em estado de embriaguez, que mataria Plácido de Castro, “por *órde* do Coroné Bezouro” — era um pregão banalíssimo, que repetia todos os dias à mesa do botequim, esbravejando desafios para que se apresentasse alguém que fosse “placista”. Testemunhas e mais testemunhas haviam comprovado semelhantes manifestações de ameaça. E se não merecessem fé, bastava lembrar a informação por todos os títulos idônea, de um tenente do Exército — o Dr. Nilo Guerra — que presenciara uma cena sintomática, na roda de um grupo de “indivíduos, pública e notóriamente sabido, de maus costumes”, entre os quais se destacavam “como mais salientes no desejo de assassinar o Coronel Plácido de Castro o de nome Renato de Souza, escrivão do sub-delegado de polícia, Alexandrino José da Silva, Luiz Paulo e a Antonio de tal, os mesmo que no dia... armados de rifles, desafiavam com improperios a quem quer que se manifestasse amigo ou partidário do Coronel Plácido” (3).

Plácido de Castro sorri, displicentemente. Não crê de modo algum nos inquietantes boatos. Permanece decidido a realizar a viagem, a despeito de tudo.

Os amigos procuram atordoá-lo com abundante exibição de provas de que algo terrível se prepara para êle.

(3) — Do livro “Os assassinos do Coronel Plácido de Castro”.

Já não lhe contam mais simples fatos capazes de ser levados à conta de fanfarronice de Alexandrino. Frases que tresandam apenas a despeito. “Plácido aqui não inventa mais moda, mato êle se vinhé”... “Deixa vortá o pai da canhalha, que eu mato êle como se mata cachorro”... “Ou eu ou o Plácido tem que sumi do Acre”... Não são mais essas simples tiradas de pabulagem. Agora, nararam-lhe um episódio por demais eloquente, que se dera minutos depois de Plácido interpelar Alexandrino, à hora da chegada. José Alves Maia vira, com seus próprios olhos, “o cavalo de sela de Alexandrino ensanguentado”. E procurando apurar o motivo do ferimento, soubera que o dito Alexandrino “havia dado uma facada naquele animal, dizendo não podê-lo fazer na mesma hora no Coronel Plácido” (4).

Quando todos os argumentos falham, chega uma última informação, a qual deveria ser bastante para convencê-lo de seus dias estavam contados. Alguem ouvira à porta da Prefeitura, êste resto de diálogo, curto mas edificante, entre o Prefeito e o sub-delegado:

— Tenha paciência, seu coroné, mas êsse home não vai vortá vivo pra Capatará.

O Coronel Bezouro aconselhara reflexão. Sem muito vigor, mas aconselhara. Que tivesse um pouco de calma. Prudência, para evitar consequências que poderiam ser gravíssimas.

Mas Alexandrino insistira no propósito, dizendo-se deliberado a vingar-se, ainda que o gesto lhe custasse a vida.

O Prefeito compreende que, de fato, êle está decidido. Seria a hora de advertí-lo. Falar-lhe em tom autoritário e irrespondível. Não como um correligionário

(4) — No arquivo de J. Ferreira Sobrinho, existe um documento que reproduz a cena, mas o autor a repete sem lhe afirmar a autenticidade, visto como o documento não está assinado.

que apela para um companheiro. Como Prefeito. Sobre-
tudo como militar. Mas nem uma coisa nem outra. Silen-
cia. Depois, articula uma única frase. E com esta frase
— que talvez emanasse das profundezas onde se guar-
davam inconscientemente as suas máguas — o Coronel
Gabino Bezouro assinou, se realmente chegou a pronun-
ciá-la, a sentença de morte contra Plácido de Castro:

— Bem, seu Alexandrino... Se está decidido a fazer
barulho faça... Mas que seja fora da povoação.

E Alexandrino desapareceu imediatamente de Rio
Branco.

* * *

Nenhuma lógica demove o obstinado espírito de
Plácido de Castro. Ou porque não quisesse deixar, mesmo
de leve, suspeitarem de sua bravura — e esta, mais o sen-
timento de honestidade inflexível, eram o seu maior or-
gulho. Ou porque, no fundo, não desse crédito aos
boatos. E não só mantém inabalável a deliberação to-
mada, como ainda consegue convencer Maia e o Pro-
motor de que nada lhes acontecerá, respondendo-lhes por
fim, para encerrar tôdas as ponderações.

— Depois, meus amigos, se eu tiver mesmo de mor-
rer numa emboscada, não haverá santo capaz de me
livrar.

Ao anoitecer, a partida dos cavaleiros: Plácido de
Castro, seu irmão Genesco, José Alves Lima e o Pro-
motor Barros Campelo. Atrás dêles, o fiel e antigo бага-
geiro do ex-chefe da revolução — Chico Acreano. Vão
pernoitar em “Riosinho”, barracão do seu amigo Dias
Pereira, que fôra o palco dos dramáticos acontecimentos
do assalto de 17 de Julho.

Pouco antes de enveredarem pelo caminho que leva
a “Capatará”, ainda ocorre uma cena patética. Uma
pobre mulher do povoado, possuída de intensa agitação

nervosa, atira-se de joelhos aos pés de Plácido. Pede-lhe, chorando, que não prossiga. Que volte, por amor de Deus, porque o Coronel Alexandrino havia deixado a vila muito embriagado, acompanhado de seis *cabras*, dizendo que ia matar o *Pai do Acre*".

XXXVIII

Cavalgada para a morte

Madrugada ainda, os cavaleiros deixam o seringal "Riosinho" para continuar viagem (1).

Uma neblina espessa vai sendo aos poucos dissipada pelo sol. No silêncio da mata, só se ouve o tamborilar das patas das cinco alimárias que conduzem os viajantes. E o canto de um ou outro pássaro, que se mistura ao tropel da caravana de Plácido de Castro.

Perto de oito horas. Cavalgam agora ao longo da margem direita do igarapé "Distração", uma volta abaixo da barraca "Flor de Ouro", onde habita o malfeitor que ocupa o cargo de sub-delegado de polícia do Departamento do Alto-Acre.

Em certo momento, Plácido apeia. Ajusta a sincha da sua montada. Retoca a arrumação dos arreios. Monta de novo. E continua a cavalgar serenamente, lembrando-se talvez que, por aquêles arredores sombrios, muita vez foi fiscalizar os piquetes de vigilância que ali mandava estacionar, para surpreender a aproximação dos bolivianos.

Ao transporem a ponte que leva à margem esquerda do "Distração", na altura da picada que desemboca na casa de Alexandrino, Plácido de Castro interrompe o

(1) — A reconstituição do episódio se baseia, principalmente, nos dados do livro citado de Genesco de Castro.

silêncio em que se mantivera longos minutos. E diz para José Alves Maia e o Promotor:

— Êste é o lugar predileto para as emboscadas.

Genesco não chegou a ouvir essa sentença. Porque “nessa ocasião, oculto pelas voltas do caminho, havia transposto o local da emboscada, poucos passos adiante, e encontrava-me adiantado de uns 80 a 100 metros do meu irmão”. Mas, do que se seguiu àquela frase, êle pôde fazer êste relato, confirmado pelos depoimentos das testemunhas que presenciaram o inominável crime:

“Do lado direito da picada, em lugar bastante estreito, havia uma grande árvore que dominava inteiramente as que a rodeavam. Seu tronco era envolvido por uma densa trepadeira, cujos tentáculos se estendiam sôbre as vegetações circunvizinhas, entrelaçados em tôdas as direções, formando um pesado véu que, do lado do caminho, caia em forma de cortina, até repousar sôbre o espesso tapete de arbustos que cobria o solo. Essa cortina verdejante foi aparada até à altura da cinta de um homem a cavalo e, respeitadas apenas os arbustos que marginavam o caminho, uma verdadeira gruta ou caverna foi aberta naquele maciço de verduras.

“O roçado que fizeram ao redor daquele grosso madeiro e o teto formado pela trepadeira apropriadamente aparada, davam a idéia de um grande chapéu-de-sol aberto, quase impenetrável á luz.

“Nessa gruta, estavam postados o sub-delegado Alexandrino José da Silva, o negro Eugenio, o “Mateiro” e um caboclo que Plácido confundiu com João da Mata, morador naquelas imediações. Os restantes, que completavam 14 bandidos, estavam distribuídos do mesmo lado do caminho, ao longo da orla de uma pequena clareira, que se abria na mata, denunciando algum roçado antigo, invadido pela vegetação florestal.

“Passei quase ao alcance da mão dos do grupo de Alexandrino, sem nada perceber, porque de nada havia vestígio; transpuz inteiramente a zona perigosa e ganhei a curva que o caminho apresentava para o lado esquerdo de quem seguia para “Capatará”.

“Nesse momento, Plácido defrontava-se com a caverna dos bandidos e recebia o primeiro tiro, disparado pelo

braço direito do Coronel Bezouro (pelo sub-delegado Alexandrino José da Silva) — que lhe atingiu o braço esquerdo, pouco acima do cotovelo; um segundo tiro, quase ao mesmo tempo, o alcançou do lado esquerdo da coluna vertebral, penetrando de baixo para cima e da direita para a esquerda na raiz da segunda falsa costela e saindo na altura da primeira que, como a outra, ficou reduzida a fragmentos.

“Ambos os tiros foram disparados a queima-roupa: vestes e carnes ficaram chamuscadas. O primeiro ferimento não teve importância: produzido por arma de guerra, atravessou o tecido muscular sem prejuízo funcional, salvo no primeiro momento. O segundo, foi grave pelo aspecto, pelo tamanho, pelo traumatismo, muito embora não tivesse alcançado a pleura: produzido por bala de chumbo de Winchester 44, tinha um grande orifício de entrada e um enorme de saída, que parecia uma rosa de carnes, no centro de um amplo painel violáceo. Parte da blusa de azulão foi arrastada pelo projétil, e eram visíveis os pedaços de pano misturados com os fragmentos ósseos cravados na carne. Ao receber o primeiro tiro, Plácido quiz fazer uso da pistola que trazia, ao mesmo tempo que abaixou-se sobre o cavalo para ver os seus agressores, mas, por um momento sentiu escaparem-se-lhes as rédeas da mão e foi obrigado a segurá-las com a mão direita. Nesse momento, quando recebia o segundo ferimento, viu e reconheceu o sub-delegado Alexandrino, o negro Eugenio o “Mateiro” e outro que êle pensou ser João de Mata. Impossibilitado de reagir, chegou a espora ao brioso cavalo que montava, atravessou a zona perigosa sob um chuveiro de balas e alcançou a curva do caminho, onde nos encontramos, sem que outros projéteis o atingissem”. (2)

Genesco corre ao seu encontro.

Plácido não quer, entretanto, que êle permaneça ali no lugar do perigo, nem execute o gesto, que chega a esboçar, de investir para a zona do crime:

— Não avança, (3) Genesco. Volta, que estou ferido. Ajuda-me a alcançar Benfica, porque estou me sentindo mal.

(2) — Do livro de Genesco de Castro.

(3) — Fielmente reproduzido do livro citado.

O cavaleiro ensanguentado ainda tem fôrças para cavalgar mais de um quilômetro. Adiante, porém, torna-se extremamente pálido. Uma vertigem rouba-lhe o equilíbrio. Ele apela para o irmão, com a voz apagada:

— Ajuda-me a desmontar.

Mas não há tempo de impedir-lhe a quéda.

Genesco acomoda-o sôbre um tóco de pau, enxugando-lhe a testa, onde borbulha um suor frio. Improvisa um curativo de emergência. E quando o bagageiro reaparece, despacha-o urgentemente para “Benfica”, em busca de socorro.

Enquanto esperam as providências, Plácido narra detalhadamente ao irmão o desenrolar da cena. Pronuncia o nome dos atacantes que pôde reconhecer, e externa seu pensamento sôbre quais sejam os verdadeiros mandantes do seu assassinio. Dá conselhos ao irmão. Orienta-o acêrca do que deve fazer, caso não se dê o milagre de salvar-se.

“Com uns 30 minutos de espera, vimos chegar o nosso amigo João Rola, acompanhado de uma vintena de homens que se encontravam em seu barracão. Sem perda de um minuto, a rede que trouxeram foi suspensa à vara por mim cortada e o ferido retomou o caminho, seguido de um séquito que, pela disposição e pelo estado de alma dos que o compunham, dava a idéia de uma procissão ou de um entêrro: na frente, dois homens conduziam a rede, um em cada extremo da vara que o sustinha. Quatro ou seis pessoas ladeavam o ferido e as demais desfilavam em ordem binária, todos silenciosos, tristes, apreensivos; alguns chorando”. (4)

Em menos de duas horas, já se dissipou o ambiente de pânico que se erguera no seringal de João Rôla. Plácido está calmo. Resignado. Se não fosse a “imobilidade forçada a que estava obrigado, para evitar as

(4) — Do livro de Genesco de Castro.

dores determinadas pelos fragmentos ósseos penetrando as carnes”, possivelmente não se lembraria mais do atentado que — bem o sabia êle — ia pôr têrmo à sua vida. E quando vê alguém de olhos congestionados, a denunciar o sentimento que amargura a todos que o cercam, ainda dispõe de suficiente sangue frio para filosofar:

— Meus amigos, a morte é um fenômeno tão natural como a vida. E quem tem sabido viver, melhor saberá morrer.

E acrescenta, depois de um suspiro, sorrindo melancolicamente:

— Eu só lamento é que, havendo tanta ocasião gloriosa para eu morrer, êsses heróis viessem me matar pelas costas. Enfim... Em Canudos fizeram pior... (5)

Logo às primeiras horas da noite, a casa agita-se novamente, ao regresso dos quatro homens destacados por Genesco a fim efetuar a captura de João da Mata, que Plácido disse haver identificado entre os que o alvejaram na emboscada. O prêso vem amarrado, com a fisionomia estranhamente contraída pelo pavor, os lábios trêmulos a balbuciarem juramentos de inocência.

O interrogatório é inquisitorial.

As respostas do acusado são categóricas, na sua negativa desesperada. De tal modo que, após quase uma hora de bombardeá-lo com as mais torturantes perguntas, Genesco entra no quarto do irmão, para interrogar se tem absoluta certeza de haver reconhecido João da Mata entre os assassinos.

Plácido confirma.

Genesco inteira-o então de que o suspeito fôra detido e se acha amarrado, à espera de uma sentença. Mas também lhe assegura que, pelo interrogatório, chegou à

(5) — Genesco de Castro — *Opus cit.*

conclusão de que o homem está inocente. Espera, pois, que pronuncie êle a decisão.

A fisionomia de Plácido modifica-se:

— Solta-o, então, Genesco. Posso estar enganado: o lugar era muito sombrio e o tempo foi escasso.

XXXIX

A agonia do mártir

A 10 de Agôsto — vinte e quatro horas após o crime — chegam dois médicos a “Benfica”. Operam-no como podem. Mas com um interêsse tamanho, que não justifica as suspeitas que, anos depois, seriam cochichadas pelos maldizentes, sôbre a hipótese de haverem os médicos contaminado propositalmente a pleura da vítima. Desvelam-se. Assistem o enfêrmo à beira da agonia, com uma dedicação que aquêles que a testemunharam irão recordar, na ocasião oportuna, quando se sussurrar a terrível acusação de cumplicidade com os inimigos do herói trucidado. (1)

Chegando a noite, a febre principia a subir. Progressivamente. Já ninguém espera a salvação de Plácido de Castro. Êle conserva-se calmo, mergulhado no mais imperturbável estoicismo, consciente de que poucas horas lhe restam. De vez em quando, com um esforço que lhe aumenta sempre o ritmo ofegante da respiração, fala em voz baixa ao jovem irmão que o acompanha:

— Genesco, tudo que eu possuo te pertence. Trabalha, paga as nossas dívidas tôdas. Cumpre o teu dever...

(1) — Genesco de Castro — *Opus. cit.*

O moribundo dá instruções ao irmão pouco experimentado. Esclarece-lhe particularidades da sua casa comercial. Cita nomes dos amigos junto aos quais, em contingências difíceis, poderá buscar uma orientação. Recomenda medidas mais urgentes. Dá-lhe conselhos sôbre a maneira por que convém se conduzir naquela região de vida tão incerta. O que deve dizer nas cartas de comunicação da sua morte. Nenhum detalhe é esquecido. E ainda quer algo de romântico para encerrar sua vida aventureira. Suplica ao irmão que, logo que êle exale o último alento, abra logo o seu peito, arranque daí o coração e divida-o em dois pedaços. Um para a sua velha mãe. Outro para a noiva que não o verá mais (2).

Aproxima-se o amanhecer do dia 11 de Agosto de 1908.

Plácido de Castro arde em febre. Sua voz é tênue. Mas o pensamento conserva-se límpido, capaz de exteriorizar seus últimos desejos. A mão posta sôbre a do irmão, êle implora, de olhos cerrados:

— Logo que puderes retirar daqui os meus ossos, reune-os aos do Brandão e do Batista, meus dois leais amigos da revolução, e leva-os para Petrópolis. (3)

Todos o ouvem amargurados, atentos para não perder uma palavra.

— Direi como aquêle general africano: “Esta terra que tão mal pagou a liberdade que lhe dei, é indigna de possuí-los”. Ah! meus amigos, estão manchadas de lodo e de sangue as páginas da história do Acre... tanta ocasião gloriosa para eu morrer...

Plácido de Castro não falou mais.

Daí, pelo resto do dia, ainda viam, em certos momentos, seus lábios descorados balbuciarem alguma coisa,

(2) — Genesco de Castro — *Opus cit.*

(3) — *Idem.*

que ninguém podia compreender. Mais tarde, a dispnéia começou a atenuar-se. A respiração foi-se fazendo calma. Cada vez mais calma. Até desaparecer, imperceptivelmente, quando já se aproximava o fim da tarde.

* * *

A umas poucas de milhas daquele barracão perdido na floresta, a camarilha homicida chafurda na bebedeira comemorativa. Num tripúdio comum, confraternizam amadores e profissionais do crime. E a vaidade com que exaltam seu golpe é lógica. Porque cada um dêles sabe quão fielmente representou seu papel — talhado ao modelo da mentalidade de maquinações políticas, que tem no assassinio a mais prática forma de solução para os casos insolúveis.

O libertador do Acre, o guerreiro da campanha anti-imperialista contra o "Bolivian Syndicate", foi trucidado. Sem ruído, para que seu último suspiro não chegasse aos ouvidos da Pátria. Nem lhe chegasse, sequer, o sussurro de haverem sido encaminhados os fatos, no Acre, de acôrdo com os métodos que são de praxe nas situações em que algum puritano importuno se arvora em sentinela contra os expoliadores da Nação e os traidores do Povo.

Plácido de Castro tinha mesmo de tombar.



Epilogo

Eloquência das pedras

No soturno desvão de floresta, onde os mandatários da política de assassinios derrubaram a figura cavalleiresca de Plácido de Castro, está perpetuada a memória do herói que não permitiu ao Acre guardar em suas entranhas os ossos de que o libertou.

O viajor que cruza aquelas paragens, na altura em que um hercúleo páu-dalho assinala a picada que leva à toca do malfeitor da “Flor do Ouro” — o torpe Alexandrino José da Silva — lerá sôbre um pedaço de mármore, erguido à margem do varadouro:

Foi aqui que caiu ferido pelas balas traiçoeiras de assassinos desnaturados o grande patriota acreano Coronel JOSÉ PLÁCIDO DE CASTRO a 9 de Agosto de 1908. Imperecível lembrança dos seus admiradores e amigos.

E lá onde seus ossos repousam, em sombrio recanto do Cemitério de Porto Alegre, destaca-se de pé, no topo de uma coluna de granito rosa, uma figura de mulher. De olhos tão abertos, que o observador desprevenido de sua intenção alegórica hesita em identificá-la como a imagem da justiça. A mão esquerda empunha uma balança que guarda, num dos pratos, o livro que simboliza as leis brasileiras. E no outro, derreado pelo maior peso, um saco de ouro sôbre o qual se apoia a ponta do punhal que a mulher segura com a dextra. Aos seus pés, um leão talhado em mármore de Carrara, o flanco direito

trespassado por uma seta, sugere a figura do herói trucidado pelos quatorze carrascos, cujos nomes estão gravados na frente do pedestal. Todo um símbolo de revolta contra a impunidade de um crime nefando, que ficou para sempre na sombra. Um brado de maldição, um anátema de pedra, tão rude e sincero, que só poderia manter-se de pé em plagas como as do Rio Grande, onde o espírito de respeito às liberdades sempre desafiou a prepotência e a tirania de todos os governos.

Bibliografia

- ARMANDO MENDES — “Amazônia Econômica”.
- AGNELO BITTENCOURT — “Corografia do Estado do Amazonas”.
- ARAUJO e AMAZONAS — “Dicionário Topográfico, Histórico, Descritivo da Comarca do Alto Amazonas”.
- AUGUSTO PLANE — “L’Amazonie”.
- ALFREDO R. WALLACE — “Narrative of travels on the Amazon and Rio Negro”.
- ALBERTO MOREIRA — “O Acre. Suas possibilidades econômicas”.
- ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS — “História do Amazonas”.
- “A Conquista do Acre (Tese ao III Congresso Sul-Americano de História e Geografia).”
- “A Questão do Acre”.
- ARAUJO LIMA — “Amazônia. A Terra e o Homem”.
- “A Exploração Amazônica (Artigo na Revista Brasileira de Geografia — Julho, setembro de 1943).”
- “A Amazônia Brasileira” (Introdução ao número especial do Congresso de Geografia).
- “Em torno do acôrdo com a União”.
- ALVARO DE LAS CASAS — “Galvez” (Artigo em “O Jornal”, de 20.8.938. Rio).
- A. C. TAVARES BASTOS — “Cartas de um Solitário”.
- “O Vale do Amazonas”.
- ALMEIDA PRADO — “Primeiros Povoadores do Brasil.”
- ARMANDO BURLAMAQUI — “A Questão do Acre” — Anais do Congresso — 1920.
- ALBERIO DE FARIA — “Mauá”.
- AUGUSTO MEIRA — “Autonomia Acreana”.
- AVELINO DE MEDEIROS CHAVES — “A Exploração da Hevea no Território do Acre”.
- AUGUSTO DA CUNHA GOMES — “Relatório ao Ministro do Exterior”.
- ABGUAR BASTOS — “Certos Caminhos do Mundo”.
- BERREDO — “Anais Históricos do Estado do Maranhão”.
- BERTINO MIRANDA — “A Cidade de Manáos”.

- BENJAMIN AZCUI — “Resumen Historico de las Campañas del Acre”.
- BARBOSA RODRIGUES — “As Heveas ou Seringueiras”.
- BERNARDINO J. DE SOUZA — “Dicionário da Terra e da Gente do Brasil”.
- BARÃO DO RIO BRANCO — “Relatório do Ministro das Relações Exteriores” (1902-1903).
- CLOVIS BEVILACQUA — “O Tratado de Tordezilhas”.
- CELSO M. SCHROEDER — “Os Antepassados de Plácido de Castro” (artigo em “Aspectos”, 1939).
- CASTILHOS COYCOCHÊA — “O Espírito Militar na Questão Acreana” “Plácido de Castro. O Vulto Trimegisto do Acre”. (artigos).
- CHRISTOBAL DE ACUÑA — “Nuevo Descubrimiento del Gran Rio de las Amazonas”.
- CHARLES MARIE DE LA CONDAMINE — “Relation abregée d'un voyage dans l'interieur de l'Amerique Meridionale”.
- CRAVEIRO COSTA — “A Conquista do Deserto Ocidental”.
- COELHO LISBÔA — “Anais do Congresso” — 1908.
- CARLOS PONTES — “Tavares Bastos”.
- CARLOS DE VASCONCELOS — “O Estado do Acre”.
- ELISÉE RECLUS — “États Unis du Brésil”.
- EUCLIDES DA CUNHA — “Perú versus Bolívia”.
“Os Sertões”.
“À Margem da História”.
“Canudos” (Diário de uma Expedição).
- ELOY DE SOUZA — “A Crise da Borracha”.
- F. JACOB — “L'Industrie du Cautchouc”.
- FERNÃO CARDIM — “Tratados da terra e gente do Brasil”.
- FREITAS NOBRE — “A Epopéia Acreana”.
- GENESCO DE CASTRO — “O Estado Independente do Acre e J. Plácido de Castro”.
“Carta Aberta ao Presidente Afonso Pena”.
- GABINO BEZOURO — Relatório do Prefeito do Departamento do Alto-Acre.
- GERMANO HASSLOCHER — “Anais do Congresso” — 1908.
- GREGORIO TAUMATURGO DE AZEVEDO — “Limites entre o Brasil e a Bolívia”.
- GILBERTO OZORIO DE ANDRADE — “Um complexo antropogeográfico”.
- GENTIL NORBERTO — “O Acre”.
- HENRI COUDREAU — “Etudes sur les Goyanes et l'Amazonie”.
- H. SANTA ROSA — “História do Rio Amazonas”.
- H. A. WICKHAM — “On the plantation cultivation and curing of Pará Indian Rubber”.

- JOÃO LUCIO DE AZEVEDO — “Os Jesuitas no Grão Pará”.
- J. PLÁCIDO DE CASTRO — “Apontamentos sôbre a Revolução Acreana”.
- “Relatório apresentado ao Ministro da Justiça, 1906-1907”.
- “Carta Geográfica do Acre”.
- J. ALVES MAIA — “A Morte de Plácido de Castro” (artigo).
- JOSÉ AGUIRRE ACHÁ — “De los Andes al Amazonas”.
- J. C. DE MACEDO SOARES — “A Borracha”.
- JUSTO GONÇALVES DA JUSTA — “Folhinha Acreana” (manuscrito).
- JOAQUIM VITOR DA SILVA — “Notas” (manuscrito).
- JOSÉ MARIA DOS SANTOS — “A Política Geral do Brasil”.
- “A Revolução do Acre”.
- LEÔNCIO MOREIRA — “O Território do Acre”.
- LUIZ CRULS — “Relatório 1896”.
- LÔUIS D’AGASSIZ — “Voyage au Brésil”.
- LUIZ GALVEZ RODRIGUES DE ARIAS — “Relatório ao Governador Ramalho Júnior (manuscrito pertencente ao arquivo de José Ferreira Sobrinho). “Manifesto dos Chefes da Revolução Acreana”.
- LOPES GONÇALVES — “O Amazonas”.
- “A Fronteira Brasileo-Bolívia pelo Amazonas”.
- MATHE FONTAINE MAURY — “The Amazon and the Atlantic Coast of South America”.
- MARCOS GIMENEZ DE LA ESPADA — “Viaje del Capitan Pedro Teixeira aguas arriba del rio las Amazonas”.
- MANUEL LOBATO — “O Vale do Amazonas e o Problema da Borracha”.
- NAPOLEÃO RIBEIRO — “O Acre e seus Herois”.
- OLANDO CORRÊA LOPES — “O Acre e o Amazonas”.
- “O Estado do Acre”.
- “Os assassinos do Coronel Plácido de Castro”.
- OLEGARIO DE FRANÇA — “Alguns Pontos da História do Acre” (manuscrito).
- PASTOR BALDIVIESO — “Campanha del Acre” (Memórias Históricas de um ubilado).
- PEDRO CALMÓN — “História Social do Brasil”.
- PANDIÁ CALÓGERAS — “Estudos históricos e políticos”.
- “Formação Histórica do Brasil”.
- ROY NASH — “A Conquista do Brasil”.
- ROCHA POMBO — “História do Brasil”.
- RUY BARBOSA — “A Transação do Acre no Tratado de Petrópolis”.
- “Os direitos do Amazonas ao Acre Septentrional”.

- RAYMUNDO MORAIS — “Na planície Amazônica.
“Anfiteatro Amazônico”.
“O meu dicionário de coisas do Amazonas”.
- R. BARBOSA RODRIGUES PEREIRA — “O Barão do Rio Branco e o
Tratado das Fronteiras do Brasil”.
- RODRIGO DE CARVALHO — “Relatório apresentado ao Coronel Plá-
cido de Castro” — Autobiografia (manuscrito).
“Assentamento” (manuscrito).
- SANT’ANNA NERY — “Le Pays des Amazones”.
- SALADINO DE GUSMÃO — “Riquezas e segredos da Amazônia”.
- SOARES BULÇÃO — “Subsídio para a História do Alto Purús”.
“Plácido de Castro” (Artigo na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul — 1939).
- SERZEDELO CORRÊA — “O Rio Acre”.
- VINCENZO GROSSI — “Nel paese delle Amazone”.
- VISCONDE DE PORTO SEGURO — “História Geral do Brasil”.
- VINICIO DE VEIGA — “O Acre e o Tratado de Petrópolis”.
- WALTER RALEIGH — “Report of the Golden King of Manoa”.
- WILLIAM BATTES — “Um naturalista no rio Amazonas”.

ÍNDICE

A documentação	6
As razões de um silêncio	7

UM PROLÓGO NA SOMBRA DOS SÉCULOS

I — Em busca do Eldorado	13
II — O estranho Latex	19
III — O Marco da Posse	26
IV — Bravata de espadachim	31
V — A Estrêla do Aventureiro	38

AO ROMPER DO SÉCULO XX

VI — A Expedição dos Poetas	51
VII — De uma estirpe de guerreiros	59
VIII — Guerreiro também	66
IX — Destino de um conjure	74
X — Um monstro na sombra	82

O PACTO DE INCONFIDÊNCIA

XI — Em busca do herói	91
XII — Prelúdio guerreiro	101
XIII — O caudilho desperta	109
XIV — A primeira cena	118
XV — Vésperas de combate	125

COMEÇA UMA EPOPÉIA

XVI — Batismo de sangue	139
XVII — Violenta refrega	144

A GRANDE EPOPÉIA

XVIII	— Um lance cavalheiresco	157
XIX	— Semanas de ansiedade	167
XX	— Uma parada na selva	182
XXI	— Uma trégua para recordações	189
XXII	— A passagem do “encouraçado”	197
XXIII	— Proposta de armistício	207
XXIV	— Nobre e cavalheiresco	212
XXV	— O gesto dos vencidos	220
XXVI	— O ocaso da revolução	231
XXVII	— Recrudesce a fogueira	238
XXVIII	— A guerra na sombra	244
XXIX	— Principia a reparação	257
XXX	— Suprema injúria	272
XXXI	— Um novo senhor de terras	279
XXXII	— Latifúndios que crescem	287
XXXIII	— O caudilho jubilado	293
XXXIV	— Fibra de um estadista	301

PREMÚNCIOS DE UMA TRAGÉDIA

XXXV	— Uma trama de odios	317
XXXVI	— Rastilho de pólvora	325

DEPOIS DA EPOPÉIA

XXXVII	— Afinal a pacificação	338
XXXVIII	— Cavalgada para a morte	345
XXXIX	— A agonia do mártir	350
XL	— Eloquência das pedras	355

BRASILIANA

SÉRIE 5.^a
da Biblioteca Pedagógica
Brasileira

✦

A 5.^a série, que figura na B. P. B. com o título de "Brasiliana", é a mais vasta e completa coleção e sistematização, que se tentou, até hoje, de estudos brasileiros. Esta série compõem-se de ensaios sôbre a formação histórica e social do Brasil; de estudos de figuras nacionais e de problemas brasileiros (Históricos, geograficos, etnológicos, políticos, economiccs, etc.); de reedições de obras raras e de notorio interesse e de traduções de obras estrangeiras sôbre assuntos brasileiros.

Todos os que se dedicavam a estudos sôbre o Brasil eram unânimes em reconhecer as grandes dificuldades criadas, para as suas investigações, pela raridade de obras de informações e de consultas, muitas já esgotadas, outras por traduzir, quase tôdas dispersas. A C. E. N. propôs-se a coligir estas obras, reeditá-las ou traduzi-las e a promover e estimular a produção dêste gênero, reunindo, em uma série, não só os livros clássicos e os novos trabalhos sôbre o Brasil e seus problemas, como todo o material de valor documentário. A aceitação pública que granjeou desde logo a "Brasiliana" veio provar a utilidade e o alcance desta iniciativa de coordenação e de sistematização de estudos e de pesquisas sôbre assuntos e problemas nacionais, encarados sob todos os seus aspectos.

Mais de 270 volumes publicados.

✦
Edições da

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
Rua dos Gusmões, 639 — SÃO PAULO

BRASILIANA

SÉRIE 5.^a DA

BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA

Fundada por *Fernando de Azevedo*

Últimos volumes publicados (*):

- | | |
|--|--|
| 245 - TITO FRANCO DE ALMEIDA: O Cons. Francisco José Furtado. | 260 - ALMIR DE OLIVEIRA: Gonzaga e a Inconfidência Mineira. |
| 246 - DAVID CARNEIRO: História da Guerra Cisplatina. | 261 - HELIO VIANNA: Estudos de História Colonial. |
| 247 - J. F. DE ALMEIDA PRADO: A Bahia e as Capitanias do Centro. | 262 - CELSO VIEIRA: Anchieta, 2.^a edição. |
| 248 - JÚLIO PATERNOSTRO: Viagem ao Tocantins. | 263 - L. A. DA COSTA PINTO: Lutas de Famílias no Brasil. |
| 249 - ARTUR RAMOS: As Culturas Negras no Novo Mundo. | 264 - A. INÁCIO DE MENEZES: Flóra da Bahia. |
| 250 - EMILIO WILLEMS: A Aculturação dos Alemães no Brasil. | 265 - AMANDO CAIUBY: O Patriarca, Gênio da América. |
| 251 - PAUL LE COINTE: Arvores e Plantas Uteis (Amazônia Brasileira III). | 266 - FRANCIS CASTELNAU: Expedição às Regiões Centrais da América do Sul, em dois volumes. Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto. |
| 252 - ERNESTO ENNES: Estudos Sobre História do Brasil. | 267 - A. METRAUX: A Religião dos Tupinambás, tradução do Dr. Estevão Pinto. |
| 253 - T. O. MARCONDES DE SOUZA: O Descobrimento do Brasil. | 268 - HERMES VIEIRA: Ouro Preto, o homem e a época. |
| 254 - RODRIGO OTÁVIO: Os Selvagens Americanos Perante o Direito. | 269 - HELIO VIANNA: Estudos de História Imperial. |
| 255 - BARBOSA LIMA SOBRINHO: O Devassamento do Piauí. | 270 - OLÍMPIO DE SOUZA ANDRADE: Joaquim Nabuco e o Pan-Americanismo. |
| 256 - OLIVEIRA VIANNA: Problemas de Política Objetiva. | 271 - F. ASSIS IGLESIAS: Caatingas e Chapadões. |
| 257 - W. L. VON ESCHWEGE: Pluto Brasiliensis, em dois volumes — Tradução do Dr. Domício Figueiredo Murta. | 272 - CLÁUDIO DE ARAUJO LIMA: Plácido de Castro — Um Caudilho contra o Imperialismo. |
| 258 - L. CRULS: Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil. | 273 - J. A. SOARES DE SOUZA: Um Diplomata do Império (Barão da Ponte Ribeiro). |
| 259 - ALFREDO ELLIS JUNIOR: Meio Século de Bandeirismo. | |

(*) Para lista completa dos volumes desta Série peça o catálogo especial.

EDIÇÕES DA
COMPANHIA EDITORA NACIONAL

SEDE: Rua dos Gusmões, 639 — São Paulo

FILIAIS: Rio de Janeiro, Recife, Bahia, Pará, Pôrto Alegre.

São Paulo Editora S/A. *imprimtu.*

(MA)



AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - [Lei nº 9.610/98](#)). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM



Secretaria de
Estado de Cultura



CENTRO CULTURAL DOS
POVOS DA AMAZÔNIA